

JOSÉ GERALDO MARQUES

**IMPrensa e Resistência Negra: O Projeto Integracionista em
Discursos do *Getulino***

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de
Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem, da
Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial
para a obtenção do título de Doutor em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. João Wanderley Geraldi

CAMPINAS

2008

M348i	Marques, José Geraldo. Imprensa e resistência negra : o projeto integracionista em discursos do Getulino / José Geraldo Marques. -- Campinas, SP : [s.n.], 2008. Orientador : João Wanderley Geraldi. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. 1. Negros. 2. Resistência. 3. Análise do discurso. 4. Imprensa Nacional (Brasil). 5. Identidades. I. Geraldi, João Wanderley. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.
oe/iel	

Título em inglês: Black press and resistance: the integrationist project in Getulino's discourse.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Black people; Resistance; Discourse analysis; National Press (Brazil); Identities.

Área de concentração: Lingüística.

Titulação: Doutor em Lingüística.

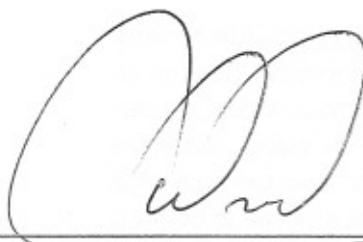
Banca examinadora: Prof. Dr. João Wanderley Geraldi (orientador), Profa. Dra. Anna Christina Bentes da Silva, Profa. Dra. Marina Célio Mendonça, Prof. Dr. Hélio Ivesson Passos Medrado e Prof. Dr. Jonas de Araújo Romualdo. Suplentes: Profa. Dra. Ingedore Grunfeld Villaça Koch, Profa. Dra. Jauranice Rodrigues Cavalcanti, Prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan.

Data da defesa: 21/02/2008.

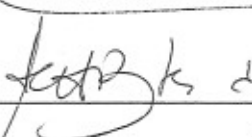
Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Lingüística.

BANCA EXAMINADORA:

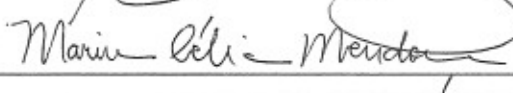
João Wanderley Geraldi



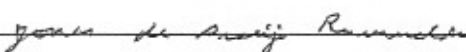
Anna Christina Bentes da Silva



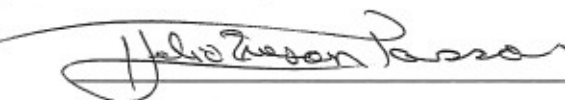
Marina Célia Mendonça



Jonas de Araújo Romualdo



Hélio Ivesson Passos Medrado



Ingedore Grunfeld Villaça Koch

Kanavillil Rajagopalan

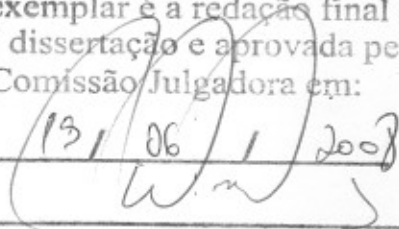
Jauranice Rodrigues Cavalcanti

IEL/UNICAMP

2008.

Este exemplar é a redação final da
tese / dissertação e aprovada pela
Comissão Julgadora em:

13 / 06 / 2008



200813767

*À MINHA MULHER, CLÁUDIA, PELO QUE VIVEMOS
DE INTENSO, PELO QUE AINDA VIVEREMOS – NOS
TEUS OLHOS, A DANÇA DO MAR E RASTROS DE
ESTRELAS. COMO NO PRIMEIRO MOMENTO EM
QUE, ESTREMECIDO, OLHEI PARA ELES, COMO
QUANDO OLHO PARA ELES AINDA HOJE...*

*AO MEU PAI GERALDO MAFRA MARQUES, IN
MEMORIAM – PELA CONTINUIDADE DO MUITO DE
SUA PRESENÇA EM MIM*

*AO M. ALBERT AUDUBERT – IN MEMORIAM – COM
GRATIDÃO E SAUDADE*

*AO MEU AVÔ JOSÉ HUNZIKER – QUE ENLAÇOU
EM MIM A POESIA E A PROSA DO MUNDO*

AGRADECIMENTOS

Pelas palavras precisas de orientação. Pela generosidade e compreensão. Pela integridade e envergadura intelectual: **AO PROF. DR. JOÃO WANDERLEY GERALDI**

Pela troca de impressões (entre tantas impressões e silêncios significativos no cotidiano) sobre nossas teses, as duas envolvidas com a História e a Cultura Negra: à minha mulher **CLÁUDIA FORTUNA**

Pelas raízes fortes da amizade: **SEVERINO E KÁTIA, REGINA, BRANDÃO E TECA; GERALDINHO E MÁRCIO, DENISE, WILSON; RAPHAËL LUCAS**

Pelas orações de apoio: minha mãe **EDITH**

Pela continuidade de minha vida na sua história (parabéns pelo Mestrado!): **EMANUEL**

Pelo compartilhamento, paciência e compreensão: **RAFAEL, MATEUS E MAÍSA**

Pelas conversas, sugestões e apoio: **DR. FORTUNA E LÚCIA, MARCELO E CAROL, BETH, PEDRO E LUANA, LETÍCIA E A EDNA**

Pela possibilidade de *estudar no* “Getulino”: **AO CENTRO DE MEMÓRIA DA UNICAMP (CMU) E AO ARQUIVO EDGARD LEUENROTH**

Presença

“O hábito da Melancolia alargava-me / o peito, vi suas horas cinzas / mijando sobre mim, ergui-me, obscuro, / ante o último pilar desta esperança: / desvendar o que fui entre o meu povo... / Gravaram-me, então, na testa: ‘eis o estranho!’ / Estou deitado há muito tempo, sou culpado: / minhas mãos semearam cafezais onde me enforco, / lembrando... Do que fizemos já falaram: claro / é o contorno da nossa rota em torno dos engenhos, / o vaivém dos nossos braços ninando-vos os nenês / de tez amanhecida. / Estou aqui. Duro de ser quebrado, pois a tristeza / passa a enrijecer-me e me destruo / com as glórias que me atribuístes! / Eis-me aqui! / E convoco a vossa herança para um grande incêndio, / Pois que ousou mirar-me e já início!”

Oswaldo de Camargo

“(...) uma coisa é o negro-tema; outra, o negro-vida. O negro-tema é uma coisa examinada, olhada, vista, ora como ser mumificado, ora como ser curioso, ou de qualquer modo como um risco, um traço da realidade nacional que chama a atenção. O negro-vida é, entretanto, algo que não se deixa imobilizar; é despistador, protéico, multiforme, do qual, na verdade, não se pode dar uma versão definitiva, pois é hoje o que não era ontem e será amanhã o que não é hoje”

Guerreiro Ramos

RESUMO

Este trabalho analisa alguns discursos do jornal negro *Getulino*, publicado de 1923 a 1926, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo. No seu primeiro capítulo, ele faz uma viagem panorâmica da resistência negra no Brasil, passando pela resistência pela palavra escrita da chamada *imprensa cidadã anti – racista* à época da Regência e culminando com as representações do negro elaboradas pela imprensa branca do final do século XIX.

No segundo capítulo, chama-se atenção para os indícios de modernidade no Brasil e na cidade de Campinas e para a palavra negra escrita, agora ressignificada e amplificada pela *imprensa negra*. Finalmente, o capítulo conclui-se com o *Getulino*, contemplando sua gênese, estrutura e temática.

O terceiro momento dá início à fundamentação teórica da pesquisa. Há nele um breve histórico do conceito de *norma – padrão* e de suas relações com o *purismo* (norma idealizada de um uso “puro” da língua) e a distinção entre purismo *estrito* e purismo *metalingüístico*. O uso dos conceitos emprestados à Sociolingüística justifica-se na preocupação de verificar, em nossa análise, uma maior ou menor aderência dos discursos negros escolhidos, *estritos* e *metalingüísticos*, às exigências idealizantes do purismo lingüístico. Os conceitos de *Gêneros discursivos* (Bakhtin, 1992) e *estilo* (enquanto *escolha* e *trabalho* com a linguagem) são utilizados, pois a escolha dos discursos deu-se de acordo com os diversos gêneros discursivos encontrados no *Getulino* e, como nos ensinou o mestre russo, os *gêneros* não podem prescindir do conceito de *estilo*, elemento fundamental na unidade de gênero de um enunciado.

A análise dos discursos escolhidos do *Getulino*, segundo seus gêneros, é realizada no último capítulo. Aqui concretizamos uma de nossas grandes preocupações, desde o início da pesquisa: o entrelaçamento dialético entre linguagem e história. E aqui, justificamos a nossa *tese*: a de que há, no *Getulino*, um *projeto educativo* coerentemente casado com um *projeto lingüístico purista*, favoráveis à inserção, à integração e à ascensão do homem negro no contexto sócio – histórico da sociedade branca da época.

ABSTRACT

Black press and resistance: the integrationist project in Getulino's discourses.

This work analyses some of the discourses of the Black newspaper *Getulino*, published between 1923 and 1926 in the city of Campinas, state of São Paulo. On its first chapter, it brings a panoramic view on the Black resistance in Brazil, passing by the resistance through the written word of the called *anti-racist citizen press* during the Regency Era and culminating with the representations of the Black men elaborated by the white press in the end of the 19th century.

On the second chapter, attention is brought to the clues of modernity in Brazil and in the city of Campinas, and to the Black written word, now resignified and amplified by the *Black press*. Finally, the chapter concludes with *Getulino*, contemplating its genesis, structure and thematic.

The third chapter initiates the theoretical grounding of the research. There is a brief history of the concept of *standard language* and its relations with the *purism* (idealized norms for a “pure” usage of the language) and the distinction between *strict* purism and *metalinguistic* purism, besides the *Bakhtinian* concepts of discursive genres and style (Bakhtin, 1992). The usage of concepts lent to Sociolinguistics justifies itself in the concern of verifying, in this analysis, the level of adherence of the chosen Black discourses, both *strict* and *metalinguistic*, to the idealizing demands of linguistic purism. *Discursive genres* and *style* are used for the choice of discourses took place according to the various genres found in *Getulino* and, as taught by the Russian master, the *genres* cannot detach from the concept of *style*, fundamental element in the unity of an enunciated genre.

The analysis of the chosen discourses from *Getulino*, according to its genres, is done in the last chapter. Here we concretize one of our biggest concerns, since the beginning of the research: the dialectical interlacing between language and history. And here we justify our thesis that there is, in *Getulino*, an *educational project* coherently combined with a *purist language project*, favorable to the insertion, integration and ascension of the Black man in the social-historic context of white society in that time.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
-------------------	-----------

CAPÍTULO 1: RESISTÊNCIA E IMPRENSA NEGRA

1.1 Caminhos da resistência negra	06
1.2 A resistência pela palavra	27
1.3 A <i>imprensa cidadã anti – racista</i>: 1831 – 1840	40
1.4 Representações do negro no século XIX: a cidadania limitada	44

CAPÍTULO 2: O *GETULINO* E SEU PROJETO EDUCATIVO DE INTEGRAÇÃO E ASCENSÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE BRANCA

2.1 Campinas às portas da Modernidade	57
2.2 A imprensa negra no Brasil do início do século XX ao final da década de 1930	68
2.3 A imprensa negra em Campinas	77
2.4 O <i>Getulino</i>: fundação, estrutura e temática	88

**CAPÍTULO 3: NORMAS, NORMA-PADRÃO E MATIZES PURISTAS NO
GETULINO.**

3.1 Normas e norma -padrão: um histórico	99
3.2 Normas, norma – padrão e variedades cultas	102
3.3 Norma – padrão e purismo	104
3.4 Purismo discursivo <i>strito sensu</i> e purismo discursivo <i>metalingüístico</i>	112

**CAPÍTULO 4: GÊNEROS, ESTILOS E ANÁLISE DE ALGUNS DOS DISCURSOS DO
*GETULINO***

4.1 Purismo, gêneros e estilos mais distensos nos discursos do <i>Getulino</i>	115
4.2 Análise de alguns discursos do <i>Getulino</i> segundo seus gêneros	119
(IN)CONCLUSÃO	201
REFERÊNCIAS	205

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como núcleo de investigação um jornal negro publicado na cidade de Campinas, interior do estado de São Paulo, entre 1923 e 1926. Seu nome, *Getulino*, foi inspirado nas *Trovas Burlescas do Getulino* (1859), obra poética de um dos maiores vultos da causa negra da história deste país, Luiz Pinto Gama.

Como o espaço para a presença do negro era extremamente reduzido na imprensa branca hegemônica da época, o *Getulino* nasceu, como quase toda a Imprensa Negra, da necessidade da etnia negra ver-se representada em um órgão de imprensa. Organizar a comunidade, denunciar o racismo, estabelecer elos de comunicação com as organizações negras e intelectuais, lutar pela cidadania e, principalmente, no caso específico do *Getulino*, como tentarei mostrar neste trabalho, educar os negros para que se integrassem e ascendessem na sociedade branca foram seus principais objetivos.

Para estudar este *orgam de defesa dos interesses dos homens pretos*, como nos diz o dístico de seu cabeçalho, recorri à história e à análise de alguns de seus discursos. À história porque é impossível trabalhar com um porta-voz dos negros sem ter ao lado a presença concreta, sólida e perene da resistência negra: a existência do *Getulino* é, por si só, um ato consciente dessa resistência.

A história da resistência negra é também a história de sua resistência pela palavra. Daí trazermos também, nesse capítulo, a difícil gestação da palavra negra na nossa história. Evoquei, para isso, algumas partes do belíssimo trabalho de Sarita Moysés, *Entre-tempos: Alfabetização e Escravidão*, originalmente uma tese de livre-docência. E o continuei, no sentido de que também aqui o que se buscou foram os indícios dessa voz que resiste investigando a imprensa cidadã anti-racista da época da Regência até chegarmos ao final do século XIX com as representações dos negros feitas pela grande imprensa da época.

Em resumo, o primeiro capítulo se constitui em um panorama bastante geral das formas negras de resistir: as legais, as ilegais, as que ficavam entre as duas primeiras; e as francamente subversivas.

Mas é preciso dizer aqui que, se registro uma visão panorâmica dessa resistência, não configuro, de forma alguma, este capítulo como um *histórico linear e apologético* da

trajetória de lutas da etnia negra: fiz questão de evidenciar, a cada passo percebido dessas formas de resistir, além de seu heroísmo, suas contradições e equívocos e as descontinuidades do processo, a partir da hipótese de que acima de tudo, cada passo maior ou menor em direção à liberdade e à plena cidadania é uma construção e um fazer históricos que continuam, sem tréguas, até nossos dias.

Fiz de toda essa primeira parte, uma grande festa de vozes. Nessa polifonia dramática, muitas foram as citações. O leitor saberá perceber que junto às tantas vozes que trouxemos para esta parte do trabalho, embaraçados a elas, estarão análises e comentários nossos.

Embora a paráfrase, procedimento lingüístico dialógico fundamental, esteja presente neste e em qualquer discurso, porque ela também engendra sempre uma *contra-palavra* (Bakhtin) e um *projeto de dizer*, demos um espaço bastante largo às chamadas *citações diretas*. Isso porque, em muitos momentos, queríamos chamar a atenção para uma imagem, uma metáfora, para os rastros de um raciocínio sutil e para uma certa maneira de se fazer *escolhas* lingüísticas, uma certa maneira de *se trabalhar* a linguagem, enfim, para construir um determinado estilo.

No segundo capítulo, tematizei a modernidade. A Imprensa Negra e, em particular, o *Getulino*, foram feitos no seu contexto, e embora tivesse caráter universal, ela foi implementada por nossas elites tendo como base a exclusão da maioria e não sua integração a ela. Veremos como, no contexto sócio-histórico da época, isso se deu. Finalmente chegaremos à imprensa negra nos inícios do século XX e, através dela, ao *Getulino*, investigando suas origens, estrutura e temática.

O terceiro capítulo é de fundamentação teórica. Como acreditamos que o *projeto educativo* de integração do negro na sociedade dos brancos corresponde a um *projeto lingüístico purista* da linguagem, tematizamos o fenômeno do *purismo*, esse intransigente desejo de obediência à norma. Para isso, trazemos à discussão os conceitos sociolingüísticos de norma e norma-padrão, problematizando esta última com a idéia de variedades cultas de uma língua.

Como os enunciados se organizam em tipos estáveis e os estilos entram como elemento na unidade do gênero do enunciado (Bakhtin, 1992), analisamos os discursos do *Getulino* segundo seus gêneros discursivos e estilos.

No capítulo quarto, atentos aos estilos e gêneros dos discursos do jornal negro, procedemos à análise discursiva de dez dos seus textos, todos eles procedentes de edições do *Getulino* que compreendem os seis primeiros meses de existência do jornal, no ano de 1923.

Dos discursos analisados, seis foram extraídos do número 04 (19 de agosto), um do número 05 (26 de agosto), um do número 09 (23 de setembro), um do número 11 (07 de outubro) e um do número 16 (11 de novembro). As remessas aos textos de 1924 foram feitas motivadas ou pela temática (discussão sobre o *branqueamento* suscitada pelas análises dos discursos 08, 09 e 10) ou pelo gênero (análise do poema “Ódio”, discurso 07).

Para a discussão sobre o *branqueamento*, trouxemos as seguintes remessas de edições do ano de 1924: *Os negros nos Estados Unidos e no Brasil*, artigo de capa, de Evaristo de Moraes, número 25, 13 de janeiro; *Echos do projecto de F. Reis*, artigo da primeira página, de T. Camargo, número 27, 27 de janeiro; pequena nota da página 02, não assinada (*Somos tão malquistos etc*), número 31, 24 de fevereiro; *Os negros norte-americanos*, artigo de capa, de Lacerda Werneck, número 31, 24 de fevereiro; *Os pretos em São Paulo*, Benedicto Florencio, p. 02, número 54, 28 de setembro; *Carta aberta (Ao senhor Claudio Guerra – ilustre e caro amigo)*, Benedicto Florencio, número 59, 02 de novembro.

Para a dialogia poética, trouxemos dois poemas publicados em edições do *Getulino*: *Fome e esgarçamento*, de J. Augusto Marques, publicado no número 44, em 15 de junho de 1924 e *Em torno de um projecto*, Augusto Marques, publicado no número 29, em 10 de fevereiro de 1924.

O corpo principal de análise, ou seja, os dez textos que compuseram a antologia dos discursos analisados obedeceram a uma dupla concentração: a) foram analisados seis textos da edição de número 04 do jornal negro campineiro; b) essas edições mais as outras quatro fazem parte dos seis últimos meses do ano de 1923 (os primeiros seis meses de vida do *Getulino*).

A grande presença de textos de uma mesma edição do jornal se deve às relações interdiscursivas ou temáticas que continham, de modo que a análise de um discurso foi trazendo necessariamente outro. Por exemplo: o artigo de Affonso Celso sobre a freira Joanna Angelica e o negro Nicolau nos “levaram” a uma remessa de um texto panegírico de

Bernardino Souza presente no artigo de Celso. A remessa nos lembrou que no mesmo número 04 havia uma carta panegírica endereçada ao jornal, uma boa oportunidade para trabalhar com a idéia de texto epidítico, que acabou por nos levar, na mesma edição, a um texto que defende o jornal contra seu grande rival, ou seja, texto que tem função antípoda ao daquele, e assim sucessivamente como se verá no capítulo destas análises.

Além disso, eram textos que tematizavam duas questões cruciais da causa negra da época: o apagamento da memória da resistência negra (o artigo histórico de Affonso Celso e a remessa de Bernardino Souza) e o modo como um veículo negro de informação deveria proceder, a partir de seu surgimento, em relação ao racismo, à luta por cidadania e à educação das massas negras (a carta panegírica de Pedro Cruz e o pequeno artigo escrito à guisa de editorial contra *A Protectora*).

Quanto à concentração das edições no segundo semestre de 1923, quisemos, com ela, apresentar um painel amplo dos gêneros discursivos do jornal, dos estilos, das preocupações e embates, das contradições e das dúvidas que foram vividos nos seis primeiros meses da vida deste bebê negro, o *Getulino*, sem abdicarmos dos textos saídos nas edições do ano de 1924, que ajudaram a conformar a dialogia do bravo jornal negro campineiro.

Abordamos, em nosso trabalho, alguns temas muito importantes do *Getulino* como o *branqueamento*, a denúncia e resistência ao preconceito, a luta por cidadania, a possibilidade então considerada incômoda da imigração em massa de negros norte-americanos para o nosso país e o tema crucial da integração e conseqüente ascensão do negro na sociedade branca, entre outros. Ficaram de fora, entretanto, alguns temas caros ao semanário negro, como a questão do feminismo, presente em alguns (poucos) e significativos textos ao longo de sua história e a questão do pan-africanismo, que tanto instigou a imaginação e a verve crítica dos editores do *Getulino* e quiçá, de toda a Imprensa Negra. Matéria para um próximo trabalho, talvez.

A parte empírica deste trabalho, ou seja, a pesquisa com o *Getulino*, foi feita no Centro de Memória da Unicamp (CMU) e no Arquivo Edgard Leuenroth com a ajuda de microfilmes. Desejaria também tê-la feito no Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas (CCLA), pois lá a coleção do *Getulino*, como muitas outras de outros órgãos da

imprensa campineira, pode ser manipulada, mas, à época, a coleção do jornal negro campineiro estava indisponível devido a cuidados de restauração.

Acabei, por motivos pragmáticos, trabalhando com o Arquivo Edgard Leuenroth. Tive à disposição toda a coleção do *Getulino* com a exceção do número 01 do *Anno I* (29 de julho de 1923), ou seja, do número 02, de 05 de agosto de 1923 ao número 47, de 13 de julho de 1924. Do *Anno II*, a coleção do Arquivo Edgard Leuenroth possui todos os números: do 48, de 10 de agosto de 1924 ao 64, de 20 de dezembro do mesmo ano. E também o único número do *Anno III*, que seria publicado não em Campinas, mas na cidade de São Paulo, em 13 de maio de 1926, na comemoração dos 38 anos da abolição da escravidão.

Há um hiato nas edições do jornal negro, que começa com o último número do *Anno II*, em 20 de dezembro de 1924 e culmina com a que seria a última edição do jornal negro em 13 de maio de 1926, exatamente um ano, quatro meses e vinte e três dias de ausência. Podemos, portanto, considerar que a valente folha negra praticamente encerrou suas atividades no ano de 1924, com sessenta e quatro edições, prestando uma homenagem derradeira ao que era ainda a grande data da libertação negra no primeiro e último número do ano de 1926.

Do ponto de vista metodológico, tentei seguir as etapas propostas por Bakhtin em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*: do estudo mais amplo das condições sociais em que surgiu o próprio veículo em que os discursos se tornaram públicos (ou no mínimo publicados), para a análise dos discursos em si, ou seja, dos atos discursivos praticados e dos sentidos neles indiciados, para chegar até o estudo mais estritamente lingüístico, chamando atenção para as formas lingüísticas postas em funcionamento nos discursos. A exposição, no entanto, faz uma inversão, apresentando antes o estudo sobre a questão sociolingüística da norma porque este dado concreto permitiu fundamentar a tese aqui defendida de que o projeto do *Getulino* propunha uma integração do negro à sociedade brasileira, não só pelo branqueamento, mas também pela educação lingüística de grande parcela da população negra que não dominava as formas gramaticais e padrões da língua.

1. RESISTÊNCIA E IMPRENSA NEGRA.

1.1 Caminhos da resistência negra

Ainda hoje, em muitos livros didáticos de História, os negros são apresentados às crianças e adolescentes, através de uma iconografia do martírio: figuras e reproduções de pinturas em que aparecem com colares de ferro e outros instrumentos de suplício, outras que os mostram sendo açoitados em público ou em andrajos, com os pés descalços. Esta iconografia ajuda na construção de uma imagem do negro escravizado representado como um tipo de animal obediente, estranhamente submetido a jugo *ad aeternum*, sem um traço de revolta ou de resistência, mas, ao mesmo tempo, como se fora desobediente ou preguiçoso, já que estava sempre a merecer castigos. Estes castigos resultariam de um senhor rancoroso e mau, mas também de alguma reação do escravo, reação que aparece muito mais como uma fuga ao trabalho do que uma busca de liberdade. No entanto, esta iconografia não corresponde aos fatos históricos.

Gorender (1990, p. 34), rebatendo afirmação de Moura¹ de que o escravo *adaptado* era *passivo*, afirma que, se é verdade que a grande maioria dos escravos não participou de nenhuma forma de resistência ativa, não é menos verdadeiro que na necessidade de adaptação para a sobrevivência (normal em situações-limite de opressão), o negro escravizado, desde o primeiro momento em que aqui chegou, nunca se conformou com o cativo e nunca o aceitou.

Foram muitas as formas de resistência negra. As *ativas*, ou *radicais*, como revoltas, insurreições, fugas, banzo, abortos, suicídio, emboscadas, envenenamento dos senhores, sabotagens de muitos tipos, além quilombismo. As *legalistas* ou *jurídicas* se deram no âmbito parlamentar ou na imprensa (o Abolicionismo) ou no âmbito da Justiça, como as cartas de alforria, conseguidas pela compra da própria liberdade pelo escravo junto ao senhor através de dinheiro de pecúlio.

¹ MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala. Quilombos, insurreições, guerrilhas*. Rio de Janeiro, Conquista, 1972. p. 233-9.

Em conferência famosa feita no CEAO (Centro de Estudos Afro – Orientais da Universidade Federal da Bahia) sob título de *A rebeldia negra e a abolição*, em 1968, na ocasião do 80º aniversário da abolição, o historiador José Honório Rodrigues faz uma crítica implacável às omissões da historiografia oficial que insistia, à época, na idéia da escravidão como um “lapso de tempo” idílico protagonizado por escravos infantis e irresponsáveis e senhores como pais severos:

um quadro paternal e doce, despido da violência dos preconceitos e das lutas, aparecido mais recentemente para louvar e engrandecer o colonialismo português, disfarça a realidade histórica. Generalizações livres e desembaraçadas sobre as condições de vida e tratamento de escravos não merecem confiança. Para demolir esse quadro recente de um senhor gentil e paternal presidindo uma multidão de escravos irresponsáveis, submissos e despreocupados, não precisamos ir longe. (RODRIGUES, 1968, p. 3)

Nesta conferência, o velho mestre disserta sobre a condição estrutural, fundante, da resistência negra às condições inimagináveis de degradação do escravo negro. Condições que tinham como base e princípio, a violência física e moral, além de coerções e limitações de todo tipo impingidas a homens e mulheres, adultos e crianças arrancados à força de seus países e de muitas regiões da África, seqüestrados de suas culturas, crenças, valores e modos de se relacionar com o Cosmos; homens e mulheres seqüestrados de suas vozes e línguas de origem. Sobre a violência da *transplantação* forçada para terras brasileiras, diz Moysés (1992):

Espaços e tempos destruídos: a territorialidade diluída, assim como sua fundamentação temporal no poder mítico e ancestral, os princípios e símbolos de unanimidade, solidariedade também se fragmentam. A unidade africana fica rompida e o reconhecimento no outro-negro não se concretiza, não se ultrapassam as diferenças na alteridade estabelecida, não se configuram as percepções de uma possível unidade cultural. (p. 65)

Especificamente sobre a perda da língua de origem e, portanto, da voz, Moysés afirma que:

Perdido o lugar de origem, o lugar de produção da palavra é transferido: o outro – o branco tem o domínio do lugar de produção lingüística. E esse poder significa transformar a palavra não no silêncio, mas na ausência da palavra, da criação ideológica. Um novo ser é criado nesse vazio – aquele que fala diferente, aquele cuja primeira palavra não é um território comum, e que, muitas vezes, vai ser o território inimigo. (MOYSÉS, 1992, p. 64)

Simultaneamente à fragmentação do espaço e de “sua fundamentação no tempo mítico e ancestral”, fragmentam-se os laços de solidariedade e os traços de cultura. Com isso, não há o conhecimento do “outro – negro” e a aceitação das diferenças: a unidade cultural está irremediavelmente comprometida. No plano econômico, os africanos escravizados são organizados para a produção em grupos étnicos diferentes, falantes de línguas diferentes, justamente para que não possam se comunicar, para que não houvesse a possibilidade de produção de sentidos, para que não pudessem se organizar; enfim, para que não houvesse “criação ideológica”. Ou seja, perder a voz é apenas uma metáfora, pois os africanos não perderam materialmente a voz, mas seu lugar de produção lingüística e com isso, não houve silêncio, pois o silêncio é solidário e pode ser também uma maneira de resistir. Impôs-se, portanto, a “ausência da palavra” e não “silêncio”. A palavra, a partir desse momento, está deste lado mesmo, mas em território inimigo...

É impossível, ouvindo (mais do que lendo...) as palavras de Moysés, nos darmos por satisfeitos com as palavras dos historiadores, sociólogos e de intelectuais de outras áreas do conhecimento sobre a ação deletéria e profundamente destrutiva do cativo sobre o escravizado negro. Não há imagens que possam representar, por mais fortes e belas (como no caso da poesia) a saga desesperada, sofrida e heróica dos africanos deserdados de seus bens mais valiosos - a terra, a cultura, e a relação mágica com o invisível em terras brasileiras. Uma saga que continuou, pois, uma vez “liberto”, o negro teve que lutar sem tréguas contra o preconceito e a discriminação racial, contra a marginalização e a quase impossibilidade de ascensão social, contra a inexistência histórica de políticas públicas voltadas para ele.

Problemas que, como Santos (2003) nos lembra, foram arrastados para o século XX e ainda hoje, na aurora do século XXI, persistem:

A sociedade brasileira contemporânea, a partir do ponto de vista das relações raciais, chegou no início do século XXI praticamente com os mesmos problemas raciais com os quais começou o século XX. Discriminação social e racial, “ideologia do branqueamento” e “democracia racial” por um lado; acomodação, negociação e resistência por outro, este é o “paradoxo dos dominados”. (p. 29)

A resistência negra, segundo Rodrigues (Ibid., p.05), “é um processo contínuo, permanente e não esporádico, e tem caráter racial e social”; a pesquisa que o velho mestre baiano vinha realizando revelava “não só uma rebeldia negra generalizada e quase anual, como um estado geral de rebelião no país, um estado de guerrilha generalizada, indiferente às regras das instituições monárquicas” (p. 7). Estas regras eram, logicamente repressivas. Segundo Rodrigues (Ibid., p. 6),

O sistema de terror [dos senhores] vinha do período colonial, logo no seu começo; passou sem tropeços, como tantas outras instituições, para o regime representativo inaugurado pelo Império, e durante ele foi se refinando. O rigor do alvará de 3 de março de 1741, que mandava cortar as orelhas dos fugidos e marcá-los com um F, completa-se nas penas mandadas aplicar aos escravos pelo Código Penal de 1830, especialmente a de açoites, e na definição de insurreição como o crime cometido por escravos por meio da força para obter a liberdade, determinando a pena máxima de morte aos cabeças, e a mínima de galés [prisões com trabalho forçado] perpétuas e açoites. A repressão atingiu o seu ponto mais alto depois da grande insurreição dos Malês, quando foi sancionada a lei de 10 de junho de 1835, que decretava pena capital para os escravos que matassem, ferissem ou cometessem qualquer ofensa física contra seus senhores.

Os quilombos começam a ser formados em 1559 (apenas 59 anos depois do “descobrimento”!) e chegam até a abolição. Sobre eles, Rodrigues (op. cit.), consultando diferentes fontes, fez um inventário resumido que impressiona:

(...) o quilombo Buraco do Tatu, na Bahia, com 20 anos de existência, destruído em 1764; o quilombo da Carlota, em Mato Grosso, destruído em 1779; os quilombos de Orobô e Andaraí, em Cachoeira, na Bahia, destruídos em 1798; a

destruição de vários mocambos e quilombos, na Bahia, em 1799; a eliminação dos quilombos de Xixique, na serra da Etobeira, nas cabeceiras do Rio Verde, em 1802; a extirpação de vários quilombos pelos subúrbios da cidade da Bahia e em Ilhéus, em 1807; o quilombo do Guandu, nas imediações de Catumbi, contra o qual pedia enérgicas providências na Assembléia Constituinte de 1823, o deputado cearense Costa Barros; o quilombo do Urubu, perto da cidade de Salvador, destruído em 1826; e, no Império, os quilombos conhecidos de 1844, 1871, 1878, 1882, no Rio de Janeiro; 1884, no Pará, e 1885 e 1887, no Rio de Janeiro. (Ibidem., p. 5)

Mattoso (1982) considera os quilombos apenas como esconderijo de escravos fugidos; para ela, é necessário não confundi-los, enquanto resistência, com o que chama de “verdadeiros movimentos insurrecionais organizados contra o governo branco” (p. 158). Sem dúvida, o mais famoso e mais estudado é o Quilombo de Palmares, localizado no centro do atual estado de Alagoas (na época parte da capitania de Pernambuco) e que se estendeu de 1630 a 1697.

Sobre suas origens, a versão mais disseminada é que Palmares nasceu do combate travado entre portugueses e invasores holandeses estabelecidos na província de Pernambuco em 1630. Os portugueses teriam sido ajudados pelo negro Henrique Dias e os batavos, pelo lendário Calabar. No meio da disputa, um terceiro e numeroso grupo teria fugido para as matas, atraindo a fúria de portugueses e holandeses, e fundado Palmares.

O grande quilombo contava com muitas vilas ou núcleos – Mattoso (1982., p. 160) se refere a elas como “cidades”; Carneiro (1966, p. 25), como “mocambos” - : Zumbi, Acotirene, Tabocas, Lambrangaga, Subupira, Osenga e Macaco. Carneiro (1966., p. 25) acrescenta os “mocambos” de Dambrabanga, Serinhaém, Amaro, Andalaquituche (mocambo do irmão de Zumbi) e Aqualtune, entre outros menores e com menos gente. Segundo Mattoso (op. cit., p. 160), Macaco tinha 1500 casas e, em 1643, Palmares conta com 6.000 habitantes, que seriam 20.000 em 1670. Subupira, de acordo com a historiografia clássica do grande quilombo, era o centro militar com 800 cabanas.

Pesquisar sobre Palmares é uma aventura extraordinária e, ao mesmo tempo, perigosa. São tantas as narrativas, algumas muito antigas, contemporâneas dos palmarinos, e tantas as opiniões, interpretações e “reconstruções” do grande quilombo, que ficamos entre maravilhados e aturdidos.

Um exemplo dos “perigos” da maravilhosa jornada é creditado ao historiador Rocha Pita, a quem se atribui a versão fantasiosa do suicídio de Zumbi na sua *História da América Portuguesa*, de 1730. Na derradeira batalha, contra os homens do pernambucano Bernardo Vieira de Melo, acuado do alto de um despenhadeiro, Zumbi preferiu se jogar heroicamente a se submeter ao jugo de Melo e ao poder constituído.

Carneiro (Ibid, p. 11) desmente categoricamente Pita e informa, baseado em uma carta de 1696 do governador Caetano de Melo e Castro dirigida ao rei, que o grande líder palmarino “foi traído por um mulato e atacado no seu esconderijo por uma coluna de paulistas chefiados pelo capitão André Furtado de Mendonça” que, em requerimento ao rei, informa que a morte de Zumbi se deu a 20 de novembro de 1695.

Um outro problema delicado da historiografia do Quilombo de Palmares diz respeito à classificação de Palmares como “uma República rústica, bem ordenada a seu modo” (Rocha Pita, apud Carneiro, p. 4)². Carneiro desmente mais uma vez o velho historiador, afirmando que

Nada indica que se processassem eleições no quilombo. Nem mesmo os portugueses apatacados do litoral saberiam, então, o que era o regime republicano. As idéias republicanas só viriam a florescer no Brasil cem anos mais tarde, com a Inconfidência Mineira (1789) e a revolta dos alfaiates (1798) na Bahia (...) (Ibid., . p. 4)

Não dá para negar que, não obstante sua historicidade, Palmares é uma espécie de *mito de origem* de uma etnia. Esse *mito de origem* tem um papel fundamental na construção de uma identidade negra no presente. Sobre essa delicada construção, Santos (2003) afirma que ela foi forjada na história de uma maneira negativa - *indolência, submissão, sexualidade pervertida, feiúra* e a *irracionalidade* e fragmentada em pares distintivos – *África/Brasil, negro/branco, mulato/negro, afro-brasileiro, afro-descendente, pobre/rico, branco/não-branco* etc (p. 26 e 27).

² Trabalhos bem mais recentes sobre o Palmares insistem na designação de “República” para o longo e valente quilombo. Ver MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988 (*Sociologia da República de Palmares*); MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Capítulo VI – *Refugos e refúgios*)

Essa identidade histórica, ao mesmo tempo negativa e fragmentada será, segundo o autor, “introjetada pela maioria dos negros, levando-os a assumirem posturas imobilizadoras e diversionistas” (p. 27). Para Santos (Ibid., p. 27 e 28),

o negro brasileiro ainda não encontrou os espaços ideológicos, econômicos, políticos e sociais que lhe garantissem construir e reproduzir uma identidade possível, fora do lugar que lhe foi determinado como alguém incapacitado para a própria cidadania.

Palmares é hoje para os negros brasileiros uma referência importantíssima para a construção desses espaços e dessa identidade seqüestrados pelas elites brancas no desenrolar histórico da nossa sociedade.

Recentemente, em 1992 e 1993, escavações arqueológicas foram feitas na Serra da Barriga, local da maior área ocupada por Palmares, a Vila de Macaco, pelos arqueólogos Pedro Paulo Abreu Funari, brasileiro, Charles Orsen Jr., norte – americano e pelo inglês Michael Rowlands. Elas seriam retomadas, em 1996 pelo norte-americano Scott Joseph Allen.

Funari (2005, apud Carvalho, 2003), um dos membros da primeira equipe de arqueólogos, afirma que os desafios à interpretação e à apropriação da cultura material do quilombo, descoberta por eles, pelos grupos sociais, são imensos:

A questão da “negritude” de Palmares suscita paixões e, ao estudarmos a etnicidade do quilombo, estaremos lidando, antes de mais nada, com a simbologia associada ao mocambo. “Terra de heróis” e “solo sagrado” são expressões carregadas de emoção, tantas vezes usadas para referir-se a Palmares. *Mas escavar heróis é tarefa particularmente difícil.* (CARVALHO, 2003, p. 95; itálico adicionado)

Zumbi, Ganga-Zumba e outros líderes de Palmares são elementos naturais na luta legítima pela construção da identidade e da cidadania do negro no Brasil hoje. No entanto, Carvalho chama a atenção para o fato de que algumas das descobertas dos arqueólogos na Serra da Barriga ferem a necessidade sempre poderosa de se forjar identidades a partir de elementos puros e homogêneos.

Para os quatro arqueólogos, por exemplo, é ponto pacífico que Palmares não representa exclusivamente a cultura africana na América, posição conflitante com a idéia de que o grande quilombo negro seria formado apenas por negros, segundo a perspectiva de purismo étnico.

Para Carvalho (Ibid., p. 93), o problema é bem mais complicado: se uma interpretação de Palmares centrada na idéia de purismo étnico nos coloca um difícil e contraditório problema de ordem racial, uma representação calcada na idéia de “sociedade harmoniosa e democrática” também não nos ajudaria em nada porque:

Ao olharmos para Palmares como conjugação harmoniosa de elementos sociais diferentes, poderíamos abrir espaços para crença de que existe no Brasil uma pré-disposição para a democracia racial. A solução seria valorizar as contradições sociais existentes no assentamento, como por exemplo, a distribuição do espaço em função das atividades desempenhadas pelos membros do quilombo. Encontraria-se, nas diferenciações sociais, estímulo para a reflexão sobre a constituição do mundo ocidental.

Ora, sabemos que o conceito de *democracia racial* só é possível se vier acoplado ao de *branqueamento*, ou seja, a base de uma suposta democracia racial no Brasil é a ciência racista que grassou entre nós principalmente a partir da década de 1870. Sem nos alongarmos mais: *branqueamento* e *democracia racial* são peças da ideologia da supremacia branca, dos fazendeiros escravagistas e de seus apoiadores e sustentadores. Como conciliar esta ignomínia com a experiência heróica de Palmares?

Carvalho (2003, p. 50) nos dá mostras interessantes da grande complexidade da sociedade palmarina. Contra a idéia de pureza étnica, ela nos lembra que,

As escavações realizadas em Palmares (...) apontariam para a suposição de que no quilombo conviveriam pessoas de diversas origens étnicas e culturais. Este caráter multiétnico originaria-se da situação histórica e estratégica do Quilombo. Os palmarinos teriam se estabelecido “em uma região circundada por nativos, a oeste, por moradores e fazendeiros, na costa e, entre 1630 e 1654, os holandeses a nordeste”. A proximidade física, e historicamente construída, teria levado a uma convivência, de conflito e interação, entre grupos com identidades particulares (...) Palmares é construído pela Arqueologia da Etnicidade como um

espaço que acolhia pessoas atacadas ou escravizadas na sociedade colonial. Como descrito em alguns documentos de época, no assentamento podiam ser encontrados não apenas negros, mas também brancos, indígenas, mulçumanos, judeus, mulheres tidas como bruxas, ou seja, aqueles que, por algum motivo, não pertenciam aos padrões socialmente estabelecidos. A confluência de identidades, dentro do Quilombo de Palmares, gerava novas experiências e outras tantas identidades, que estavam em constante alteração.

Para a autora, a complexidade e o caráter multiétnico e multicultural de Palmares são as características revolucionárias por excelência do Quilombo de Palmares e, justamente por isso, deveriam ser entendidos e assimilados hoje como elementos importantes para a construção e a constituição da identidade e da cidadania dos negros brasileiros. Referindo-se à descoberta, na Serra da Barriga, de cerâmicas com elementos africanos, indígenas e europeus, a autora mostra como aquela sociedade complexa pode forjar, a partir da articulação de elementos novos e tradicionais, sua própria identidade e cultura:

A fusão de elementos indígenas, africanos e europeus nas cerâmicas locais é tida [pela Arqueologia da Etnogênese³] como indício de que os Palmarinos criaram, em um ambiente natural e social desconhecido, uma nova cultura e identidade. As roupas, nomes, utensílios, dentre outras expressões culturais (materiais ou não), cujas descrições poderiam ser encontradas nos documentos escritos, eram compostos a partir da articulação de elementos tradicionais e os novos. É importante acrescentar que (...) estas articulações tinham como propósito a diferenciação entre os palmarinos e os diversos grupos pertencentes à sociedade escravocrata (holandeses, portugueses, e colonos brasileiros) e eram passíveis de

³ Carvalho identifica quatro orientações teóricas que embasaram as pesquisas arqueológicas da Serra da Barriga: a *Arqueologia da Etnicidade*, a *Arqueologia da Dominação e da Resistência*, a *Arqueologia Histórica Global*, e a *Arqueologia da Etnogênese*. A cada uma corresponde uma “construção” específica de Palmares ou tese, segundo sua perspectiva teórica. Para a *Arqueologia da Etnicidade* (Pedro Paulo Abreu Funari): “Palmares é apresentado como um espaço onde as identidades, fluidas, podem ser determinadas apenas com um fim analítico, ou seja, didático. Espaço democrático e, principalmente, modelo para uma possível alteração da sociedade atual” (p. 41); *Arqueologia da Dominação e da Resistência* (Michael Rowlands): “O Quilombo de Palmares se configuraria como um espaço plural, marcado não pela negação da sociedade colonial, mas pela interação com ela” (p. 53); *Arqueologia Histórica Global* (Charles Orsen Jr.): “Palmarinos mantinham complexas conexões com colonizadores europeus, indígenas sul – americanos e africanos, em especial, angolanos” (p. 65); *Arqueologia da Etnogênese* (Scott Joseph Allen): “Palmarinos unem-se pelo sentimento muito específico de serem diferentes daqueles que habitam o exterior do quilombo: eles não são como holandeses, portugueses ou colonos brasileiros” (p. 79)

constantes mudanças, já que novos elementos poderiam ser fundidos às características culturais anteriores. A identidade palmarina configurava-se, assim, como a negação da comunidade do Brasil colonial ou holandês. E, na negação, o Quilombo de Palmares transforma-se em símbolo de resistência não apenas no século XVII, período de sua existência, como em nossa sociedade atual. (p. 88)

Especificamente sobre as insurreições negras, Rodrigues (Ibid., p. 7 e 8) nos informa sobre a de São Paulo, de 1720, a do Maranhão, em 1772, as insurreições dos Hauçás e Nagôs (Malês), na Bahia, respectivamente, de 1807 a 1815 e de 1826 a 1830, especialmente a grande insurreição dos Malês, de 1835; as da Vila de São Mateus, em 1822 e a de 1844, em Salvador. Há também referências a outras insurreições do século XIX, ao todo, treze: 1848, 1854, 1866, 1871, 1872, 1877, 1878, 1880, 1882, 1883, 1885, 1886 e 1887! Há relatos de suicídios, “comuns e que existiram sempre”, que crescem nas estatísticas, conforme a campanha abolicionista ganha terreno, além de notícias sobre assassinatos de feitores e senhores e de revoltas.

Mattoso (Ibid., p. 155) afirma que o número de suicídio entre os negros é muito maior que entre os homens livres: “em 1865 (...) de cada 5 casos registrados em Sergipe, 4 são escravos; no Rio, em 1866: 16 em 23; na Bahia, em 1848, 28 em 33, dos quais dois crioulos”. E mostra, baseando-se nos “relatórios policiais, em sua securo cruel”, algumas causas do suicídio entre os escravos:

(...) impossibilidade de queixar-se à justiça de maltratos recebidos, incapacidade de pagar ao senhor a soma estipulada no contrato de escravo “de ganho”, acusações falsas, medo de ser vendido para longe, insucesso numa tentativa de fuga, roubo descoberto, etc. É o medo, sempre, que leva ao suicídio, um medo vingador para o qual todos os métodos são válidos: asfixia engolindo a língua, enforcamento, estrangulamento, geofagia. Havia o costume de se colocar uma máscara de zinco no escravo apanhado em flagrante delito de comer terra. (Ibid., p. 155)

O *banzo*, “doença da saudade” também era uma maneira suicida de resistência; suicídio lento, bem entendido, causado por inanição. “O escravo decidido a morrer perde apetite, emagrece e morre” (Ibid., p. 155).

Houve também a resistência *legalista*, dentro da ordem jurídica da sociedade escravocrata que, embora considerada numericamente inexpressiva por Gorender (Ibid., p. 24), com o argumento de que o escravo era analfabeto e precisava ser representado por intermediários que se expressavam “no contexto da ideologia dominante no meio judicial”, tem sido mostrada por novos estudiosos da escravidão como item importante nas muitas batalhas travadas pelos escravos por sua liberdade⁴.

Comentando um dispositivo da “Lei do Ventre Livre” (oficialmente “Lei Rio Branco”), de 1871, que permitia aos escravos fazer um pecúlio, “uma poupança que pudessem compor com doações, heranças ou com o que, por consentimento do senhor, obtivessem por meio do seu trabalho” (P. 55), Mendonça (2001, p. 57) afirma que

O reconhecimento de que os escravos tinham direitos – agora sem aspas – fez do campo jurídico uma arena privilegiada de luta política em torno da escravidão e da abolição.

A matéria ainda é polêmica entre historiadores da escravidão e das causas negras. Muitos estudiosos vêm a via legal jurídica que se abriu ao negro a partir da supracitada lei que considerava livres os filhos de escravas nascidos a partir dessa data⁵, mais como um freio às reivindicações radicais, um convite à inação, ao conformismo.

Nabuco (apud Rodrigues, Ibid., p. 9), que, como veremos mais abaixo, tinha um discurso ambíguo sobre a escravidão, não acreditava muito na via legalista jurídica. Sobre os pedidos de cartas de alforria feitos à Justiça pelos representantes dos escravos, o jurista pernambucano afirmava, no jornal *O País*, na edição de 2 de agosto de 1886, que

⁴ Cf. MENDONÇA, Joseli Nunes. *Cenas da escravidão*. Escravos e senhores no Parlamento e na Justiça. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001; EISENBERG, Peter L. Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX. In: _____. *Homens esquecidos*. Escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 1989; CASTRO, Hebe M. Mattos de. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: *História da vida privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 (Vol. 2).

⁵ A chamada “Lei do Ventre Livre”, na realidade, atendia mais aos interesses dos senhores do que os dos escravos. Cf. MENDONÇA, Joseli Nunes. *Cenas da Abolição: Escravos e senhores no Parlamento e na Justiça*. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2001. (Ver principalmente o capítulo *As ambigüidades das leis*)

A magistratura é composta quase toda de senhores de escravos... Às vezes grandes proprietários, mas no geral senhores de escravos ou filhos, genros, parentes de senhores, os nossos magistrados não têm a intenção de ânimo precisa para decidir em questões de liberdade, porque o ar que respiram é o dos preconceitos de uma classe. (p. 9)

Rodrigues (Ibid., p. 10) também não deixa por menos na sua conclusão sobre a via jurídica de resistência negra, quando afirma, sobre as leis e brechas jurídicas que, aos poucos, ampliam as possibilidades de liberdade do cativo negro, de uma perspectiva política e ideológica:

Tudo isso modificava a condição do escravo, como gozando de uma condição de *statu liberi*. As manumissões [alforria e libertação dos escravos] são a porta larga do conformismo e da conciliação.

O *abolicionismo* será uma das formas de resistência legalista e, embora não se restrinja apenas a ações parlamentares⁶, será principalmente no Parlamento que observaremos mais de perto seus limites ideológicos. Este não é, seguramente, um campo tranqüilo para a historiografia mais atualizada da escravidão. Foquemos um pouco a figura hoje polêmica de Joaquim Nabuco: assim como Rui Barbosa, Nabuco se transformou em figura meio mítica e meio histórica. É dele o epíteto de *Patrono da Raça Negra*. Leonardo Dantas Silva, em pequeno estudo introdutório ao abolicionista pernambucano em uma das últimas edições de “O Abolicionismo”, cita o historiador Evaldo Cabral de Mello para quem o livro de Nabuco seria “o melhor livro escrito sobre o Brasil no século XIX” e “um dos textos fundadores da sociologia brasileira”.

⁶ O abolicionismo será ativo também em clubes abolicionistas, em palestras em associações de natureza diversa, em discursos públicos inflamados, em muitos jornais ligados a grupos abolicionistas através das penas de seus grandes tribunos como Luiz Gama e os irmãos Campos, além de José do Patrocínio e Joaquim Nabuco, entre muitos outros. Cf. AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999; SILVA, Ana Carolina Feracin da. *De papa-pecúlios a Tigre da Abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX*. Tese de Doutorado, IFCH, Unicamp, 2006.; AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Quem precisa de São Nabuco?* Estudos Afro-Asiáticos, Ano 23, nº 1, 2001, pp. 87-97.

No entanto, esse super-herói da abolição, partícipe de um estranho panteão onde cabem dois príncipes, ele mesmo e José do Patrocínio e uma estranha princesa, Isabel, não é mais unanimidade entre historiadores. Ou antes, justamente por ser a figura mítico-histórica que é, Nabuco seria uma encarnação perfeita das contradições da *via legalista parlamentar* da resistência negra.

Mendonça (Ibid., p. 13), mostra, em seu estudo, a estratégia dos parlamentares da época de separar a sociedade do que se dizia e discutia no Parlamento, fruto do medo das elites das discussões chegarem ao eito, às senzalas, às casas-grandes e às ruas e, com isso, ver o negro escravizado como protagonista de sua história:

(...) a abolição encaminhada pelo Parlamento foi entendida como um “jogo político travado por sobre a sociedade”, deslocada das relações sociais da escravidão. Colocou-se entre o Parlamento e a sociedade uma linha divisória; cada um desses “lugares” definido em sua distinção.

Nabuco será um dos defensores dessa posição bastante conservadora que tira o protagonismo das mãos da raça negra. Em 1883, ele aconselhava, sem pejo ou rodeios:

É no Parlamento e não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades, que se há de ganhar ou perder a causa da Liberdade (NABUCO, Joaquim, apud MENDONÇA, 2001, p. 13)

Azevedo (2001), em artigo cáustico, com o sugestivo nome de “Quem precisa de São Nabuco?”, desanca o mito, tendo como referência dois trabalhos editados na época sobre o abolicionista pernambucano, de autoria de dois conhecidos historiadores, o mineiro José Murilo de Carvalho e o pernambucano Evaldo Cabral de Mello. Argumentando que, infelizmente, os dois historiadores, ao invés de olhar de frente o mito, trazendo-o ao convívio dos demais mortais, pelo contrário, confirmam-no recorrendo a simulacros que não resistem a uma mínima análise crítica. Pinçando trechos das principais obras do *Patrono da Raça Negra*, a autora defende a tese de que Nabuco não ficou infenso, como querem nos fazer crer Mello e Carvalho, às teorias racialistas da ciência de sua época que

propugnavam uma suposta inferioridade do negro em relação ao branco. Para ela, devemos compreender a obra máxima de Nabuco, “O Abolicionismo” de duas perspectivas:

Em primeiro lugar, trata-se de um apelo de um proprietário providente à grande propriedade em geral. Melhor conciliar para não perder; abolir a escravidão dentro da lei e ao mesmo tempo fortalecer a “nossa raça” [a branca] através de uma corrente massiva de imigrantes europeus. Assegurar, enfim, a paz racial e social, construindo uma maioria branca e garantindo-lhe a continuidade da grande propriedade agrícola capitalista. (Ibid., p. 94)

Em segundo lugar, o livro de Nabuco estava “perfeitamente afinado com a corrente abolicionista internacional de teor liberal, moderada e pragmática que havia se imposto vitoriosamente na Conferência contra a Escravidão, realizada em Paris em 1867”. A articulista explica que abolicionistas de diversos países se uniram contra a corrente abolicionista francesa de cunho anarquista e, uma vez vitoriosa na Conferência, a corrente liberal propagou internacionalmente a idéia de que o Brasil seria um paraíso racial promotor da harmonia entre as raças e da integração total do negro à sociedade, algo seguramente bastante diverso, segundo os abolicionistas liberais, do inferno da escravidão do Sul dos Estados Unidos (p. 94).

De maneira mais geral, Mendonça (p. 52), comparando a atuação dos abolicionistas e conservadores no Parlamento, conclui que:

O que talvez mais afastasse os abolicionistas e escravagistas, no que se refere à atuação parlamentar, fosse a disposição, para os primeiros, e a indisposição, para os segundos, de aceitar a intervenção do Estado nas relações entre senhores e escravos, possivelmente porque, ciosos como eram dos interesses senhoriais, os escravagistas percebessem as possibilidades deletérias que tal intervenção traria ao domínio dos senhores sobre seus escravos e sobre “seus” libertos.

Não quero deixar a impressão que, embora elemento de resistência anti-escravista, o abolicionismo parlamentar seria o único *locus* de resistência mais conservador da totalidade da luta do elemento negro escravizado por sua liberdade. Mesmo as formas de resistência

ativas e radicais, de que demos notícia algumas páginas acima, não deixa de apresentar contradições.

A via jurídica⁷, como vimos, era, de certa maneira, morosa, não acessível à maioria dos negros escravizados e duvidosa, do ponto de vista político, mas havia também, sem sombra de dúvida, muitas sombras sobre outras vias de libertação como, por exemplo, aquelas que mesclaram via legal e ilegal de libertação.

Um grupo que trabalhou nos limites de legalidade e ilegalidade foi o dos *caifazes*, que tinha como propagador de suas idéias abolicionistas o jornal “Redenção”. Esta folha foi um dos três jornais da cidade de São Paulo que circularam com regularidade a partir de 1851, e foi analisada por Schwarcz (1987). Os outros dois foram o *Correio Paulistano* e *A Província de São Paulo*, que viria a se transformar, um mês depois de proclamada a República, em *O Estado de São Paulo*.

Para Schwarcz, o interesse do pesquisador por a *Redenção* está relacionado principalmente pelo aspecto político desse jornal: ele estava ligado ao grupo dos *caifazes*, acusado pelos adversários de praticar um abolicionismo “ilegal”, promovendo fugas de escravos que culminavam, quase sempre, com a dispersão do grupo no Quilombo Jabaquara, em Santos, litoral de São Paulo (p. 86).

Os caifazes também faziam uso de formas legais de contestação da escravidão. Seu líder era Antônio Bento que, junto a figuras extraordinárias do abolicionismo como o negro Luiz Gama e os irmãos brancos Bernardo e Américo de Campos, formavam a ala dos “republicanos radicais”. Com a adesão de fazendeiros e conservadores em geral ao Partido Republicano, insatisfeitos com a Lei Rio Branco (Lei do Ventre Livre), de 1871, os republicanos radicais se dispersam: Bernardo vai para Amparo; Américo ainda continua com suas atividades no partido; Gama mergulha na causa da libertação negra como tribuno e polemista inflamado, além de constituir-se advogado de muitos negros que procuravam a liberdade pela via jurídica. Bento ficaria longe do partido e das polêmicas por um tempo, mas, em 1883, exatamente um ano depois da morte de Luiz Gama, volta à luta como o principal nome do ativismo abolicionista (p. 87).

⁷ Para mais informações sobre a via jurídica de resistência, cf., entre outros, MENDONÇA, Joseli Nunes. *Cenas da abolição*. Escravos e senhores no Parlamento e na Justiça. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001; MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982 (ver principalmente a Parte III – *Deixar de ser escravo*)

Para Schwarcz (Ibid., p. 93), a causa, de cunho popular, e a linguagem do jornal caifaz, mais acessível e, para a época, certamente vulgar à sensibilidade “padrão” da época, também são fontes de interesse para o pesquisador. Exemplos de engajamento e de linguagem ousada e desabusada não faltam a essa folha que, apesar de não ser um jornal negro, representava os negros e defendia sua causa. Na edição de junho de 1887, a *Redempção* vociferava: “Diabos carreguem a todas as autoridades!”. Fustigava também sem tréguas os jornais que representavam as elites. Do *Correio Paulistano* afirmava que se tratava de “uma pobre égua velha de beijo cahido” (18 de julho de 1897) ou de uma “espécie de mulher grávida que se assusta com tudo”.

Independente e contrário aos interesses dos escravocratas e conservadores de diversos matizes, a valente e sarcástica folha bissemanal de Antônio Bento expunha as entranhas da hipocrisia e dos interesses dos “fazendeiros abolicionistas”:

Promessas de liberdade

Continuam os fazendeiros a lançar mal rosado ao beijo dos abolicionistas como se nós sofressemos de sapinho. Prometem a liberdade a seus escravos, outros libertam condicionalmente mas não constam que tenham dado baixa nas collectorias (...). Todos os dias, com o título de Movimento Abolicionista [alusão à secção do *Correio*] noticiam esses jornais que o *barão* de tal, o *visconde* não sabemos de que, o *coronel* fulano, o *comendador* sicrano prometteram libertar seus escravos. *Sabemos que todas essas pessoas são muito honradas, basta ser fazendeiro e ter dinheiro para se qualificar deste modo.* No entanto, deviam dar baixa na collectoria (...) porque de outro modo não podemos saber si a Província de São Paulo está se libertando de verdade ou é FAÇA DE CONTA. (REDEMPÇÃO, 7 de agosto de 1887)

A *Redempção* não fustigava apenas os fazendeiros escravagistas. Os policiais eram constantemente atacados por causa de sua incompetência e pela violência de boa parte de suas ações contra os negros. Os capitães-do-mato, “profissionais” que caçavam escravos fugidos não eram poupados pela folha caifaz, que os qualificava de “brutos”, “infames” e “incivilizados” (p. 95):

Também seria de grande valor perante o progresso universal a exibição de um capitão – do – matto que seria classificado na seção de cães, como espécie nova de cão vagabundo alimentado pelos fazendeiros e destinado à perseguição da espécie humana. É uma descoberta que nos honra e que será por certo premiada pelo jury da exposição. (REDEMPÇÃO, 11 de março de 1888)

E, provando sua liberdade de espírito e compromisso com as camadas populares, o trecho abaixo traz um delicioso exemplo de metalinguagem libertária (p. 90):

Não fazemos questão da grammatica e tão pouco da pontuação de nossos artigos (...) não se incomodem porque nós não nos incomodamos e damo-nos desde já por desculpados porque pretendemos affirmar quando formos censurados por taes erros que são esses tynographeicos mesmo porque os nossos leitores são quasi todos pertencentes ao Zê Povinho e pouco se importam com a grammatica. Si nosso jornal for lido por gramáticos pedimos a esses que ponham a pontuação onde lhes convier e que leiam gramaticalmente. Estabelecendo a questão nesse pé, não pretendemos para o futuro discutir qualquer questão grammatical que se apresente. (REDEMPÇÃO, 13 de janeiro de 1887)

Afirmei, algumas linhas atrás, que as contradições e limites também faziam parte dos grupos legalistas mais extremados, e os caifazes não são exceção a essa regra. Schwarcz (Ibid.) vai nos apontar um pouco dessas contradições e limites no discurso e na prática dos caifazes.

Ela explica que a folha dos caifazes “‘esbarrava’ nos limites que o próprio momento lhe impunha”. Estes limites, é certo, foram determinados largamente pelo racismo científico da época que, adaptando grosseiramente a Teoria da Evolução de Darwin, propugnava um *darwinismo social* em que, em uma de suas teses, colocava o negro como um homem inferior ao branco.

Muitos dos mais conhecidos e influentes intelectuais da época beberam destas águas turvas. Não é objetivo desta pesquisa abrir uma discussão mais aprofundada sobre as teorias

e teses racialistas (o racismo científico) que dominaram o cenário intelectual brasileiro a partir de 1870⁸.

Os “sociólogos a serviço do cativo”, como dizia deles o contemporâneo Manoel Bomfim (apud Aguiar, 2000, p. 257) foram muitos. Sobre a *mestiçagem* e a ideologia do *branqueamento*, Aguiar (2000) faz um resumo de algumas posições famosas na época: Sílvio Romero (no início) e Joaquim Nabuco – que acatavam as teorias racistas – acreditavam que a mestiçagem, em dois ou três séculos, resultaria no branqueamento do povo brasileiro, servindo de “filtro purificador das raças inferiores”. Euclides da Cunha e Raimundo Nina Rodrigues, além da aceitação dos preceitos racistas, acreditavam que a miscigenação era um “mecanismo de degeneração” (p. 322 – 323). Romero, na virada para o século XX, radicaliza sua posição, postando-se ao lado de Euclides e Nina Rodrigues.

Manoel Bomfim foi um dos raros pensadores da época que se colocaram em posição diametralmente oposta às teorias racistas e de branqueamento do povo brasileiro. Seu discurso era radicalmente contra-hegemônico e em sua obra maior, *América Latina: males de origem*, de 1905, encontramos esta passagem que desnuda a ideologia imanente à teoria da “inferioridade racial”, que propugnava a superioridade dos brancos sobre os negros ou dos “povos superiores” sobre os “povos inferiores”:

Levada à prática, a teoria deu o seguinte resultado: vão os superiores aos países onde existem esses povos inferiores, organizam-lhes a vida conforme suas tradições – deles, superiores; instituem-se em classes dirigentes e obrigam os inferiores a trabalhar para sustentá-las; e se estes o não quiserem, então que os matem e eliminem de qualquer forma, a fim de ficar a terra para os superiores: os ingleses governem o Cabo, e os cafres cavem as minas; sejam os anglo-saxões senhores e gozadores exclusivos da Austrália, e destruam-se os australianos como se fossem uma espécie daninha... Tal é, em síntese, a teoria das raças inferiores. (BOMFIM, 1993 (1905), p. 245)

⁸ Cf. principalmente SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças*. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2004; GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, raça e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002 (principalmente a parte 5, *Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito*); LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1992.

Valeria a pena trazer aqui alguns outros enunciados indignados do pensador socialista sergipano contra a teoria da “inferioridade racial”, recolhidos por Aguiar (Ibid., p. 323): “sofisma abjeto do egoísmo humano”, “ciência barata, covardemente aplicada à exploração dos fracos pelos fortes”, “etnologia privativa das grandes nações salteadoras” e “teoristas do egoísmo e da rapinagem”, referindo-se, nesta última, aos defensores do *arianismo*.

Encerrando este breve parêntese, ficam aqui as palavras de impressionante síntese que Dante Moreira Leite (1992) faz do racismo científico do último quartel do século XIX, gravadas no clássico *O caráter nacional brasileiro: História de uma ideologia*:

Em primeiro lugar, era a fórmula preciosa para justificar o domínio branco sobre o resto do mundo: se as outras raças eram biologicamente inferiores, se eram incapazes de atingir os valores mais elevados da civilização, só poderiam sobreviver como as massas trabalhadoras submetidas aos brancos. Essa justificativa era a mais sutil do que parece à primeira vista: através dela, o europeu não chegava a sentir conflito ideológico com seus ideais democráticos e liberais. Não fora ele, europeu, que intencionalmente estabelecera as diferenças entre as raças; ao contrário, essas eram determinadas pela natureza. Em segundo lugar, o racismo parecia justificado pela teoria evolucionista de Darwin e também sob este aspecto se harmonizava com a vida intelectual européia: se o homem resultara de uma longa evolução na qual sobreviveram os mais capazes, as várias raças estariam em estágios diferentes de evolução, e as menos capazes deveriam ser destruídas pelas mais aptas. (p. 31)

As idéias dominantes de uma época são as idéias das classes dominantes dessa época é uma das máximas marxistas mais conhecidas e universais. A *Redenção* a atualiza para a época estudada, mesclando, em um discurso descontínuo, posições progressistas e francamente conservadoras.

Fomos buscar as posições progressistas (algumas até francamente desabusadas) em Schwarcz. Alguns capítulos depois, a autora nos oferece uma série de exemplos comentados em que ficam patentes as hesitações ideológicas da folha caifaz, em larga medida, influenciadas pelo racismo científico da época (Ibid., p. 186 à 188). Eis algumas delas:

a) Defendendo a libertação dos escravos mediante prestação de serviços por parte dos “libertos” e indenização do governo aos escravocratas (exatamente como os deputados escravagistas e latifundiários queriam):

(...) a abolição dever ser imediata, para que não ocorra um cataclysm (...) É melhor e mais consentâneo que se declarem já livres todos os escravizados porém todos sujeitos a prestação de serviços por um certo número de annos e faça o governo indemnização equitativa que a questão estará resolvida. (REDEMPÇÃO, 9 de janeiro de 1887)

b) Fazendo eco às teorias da desigualdade entre as raças e da superioridade da civilização branca em relação à “barbárie” negra:

A escravidão do negro proveio do atraso dos povos dessa raça habitantes da África e da ganância dos brancos. Os africanos são povos ignorantes e avesados a barbaridades e às injustiças, mas não se segue por isso que devemos escravizá-los. A raça da civilização branca poderia estender os benefícios da civilização até as costas da África, poderia ser povoado o Brasil com negros estabelecidos sob o regime de trabalho livre... (REDEMPÇÃO, 14 de julho de 1887)

c) Duvidando da adaptação do elemento negro à condição de homem livre, pois, à “barbárie africana” acrescentava-se a “ignomínia do cativo”:

A ignomínia da escravidão infiltrava-se de tal forma nessa pobre gente que muitas gerações são precisas para purificar-lhes e dar sentimentos próprios daqueles que nunca tiveram sangue escravo (REDEMPÇÃO, 25 de setembro de 1887)

d) Denegrindo não apenas os negros, mas também os mestiços, corroborando uma vertente intelectual da época que via a miscigenação como degeneração:

A maior parte dessa honrada gente pertence a raça cruzada dos brancos e dos pretos. Bebados, jogadores e frequentadores de bordéis gastam nesse passadio o fruto do torpe ganho... (REDEMPCÃO, 9 de abril de 1887)

Reiteramos que não se trata de uma postura “em cima do muro” da folha caifaz à medida que a hora do *vamos-ver* da libertação do escravo negro se aproximava. Não se trata de tibiez diante do poder dos latifundiários, muito menos. Enunciados indignados e conformistas se alternaram na *Redempção*, desde a sua fundação, em uma descontinuidade discursiva que impressiona, fruto da contradição que se configurava na aceitação simultânea da necessidade premente de libertar o povo negro do horror da escravidão e da aceitação do racismo científico em voga na sua época.

Comparando os exemplos progressistas aos conservadores escolhidos por Schwarcz (Ibid.), percebemos que apenas quatro dias separam o texto em que a *Redempção* defendia a abolição com indenização para os senhores de escravos, além de fazer cativos os recém-libertos (?) por mais alguns anos (09/01/1887), do texto em que jocosamente manda às favas os bacharéis e gramáticos de plantão, confirmando seu compromisso com as classes populares da época (13/01/1887).

Três semanas separam a notícia que corrobora a teoria da desigualdade das raças e a superioridade da civilização branca em relação à negra (14/07/1887) da denúncia corajosa e irônica contra a hipocrisia dos “fazendeiros abolicionistas” (07/08/1887). Cinco meses e meio é a “distância” entre o texto que afirma que os escravizados negros só se adaptariam à liberdade depois de algumas gerações, quando poderiam contar com a “depuração” e “sentimentos próprios daqueles que nunca tiveram sangue escravo” (25/09/1887) do texto que, sarcasticamente, apresenta o capitão-do-mato como uma nova raça de cão a serviço dos fazendeiros (11/03/1888). Embora as datas “caminhem” para posturas mais progressistas, o pequeno intervalo de tempo que separa os textos sugere mais a simultaneidade entre as posições antagônicas.

Nem de longe quero justificar a contradição básica da *Redempção* (que estará presente, como um cadáver insepulto, nos discursos que deram forma à Imprensa Negra, principalmente no período que vai de 1915 a 1930), pois sabemos muito bem que as ideologias têm uma contrapartida política, ou seja, elas servem sempre a uma causa, seja reacionária ou libertadora. É importante compreendermos, pois, que ao lado da coragem da

prática ilegal e revolucionária dos caifazes, de incentivo às fugas dos negros e dos textos mais corajosos dos seus jornalistas, práticas de libertação, sem dúvida, as hesitações ideológicas dessa folha serviram àqueles a quem a continuidade do cativeiro interessava.

1.2. A resistência pela palavra

Resistir é fazer frente à opressão, é afrontá-la de todos os flancos e de todas as formas possíveis. Não só as formas radicais e ilegais são formas de resistir, mas também aquelas que se dão dentro das franjas de uma legalidade “restrita”, de uma legalidade que se descortina, aos poucos, através das brechas do sistema, que vai, como no ditado popular, furando, aos poucos, a pedra dura do poder.

Como vimos anteriormente, não é sem contradições que a opressão é enfrentada. Mesmo nas formas mais radicais de resistência, houve traições, dissensões, e rivalidades que comprometeram muitos empreendimentos libertadores. Mattoso (Ibid., p. 165), explicando a extraordinária revolta dos *malês* Nagôs na Bahia em 1835, conclui, de maneira desalentadora:

Temos aí uma das chaves do insucesso de todos esses movimentos de revolta: ao grupo de escravos falta coesão e a unidade em sua luta contra o poder. Não consegue esquecer suas disputas internas, nem as oposições multifacéticas entre crioulos e africanos, mestiços e negros, forros, negros e mulatos livres.

E não é sem contradições que outra forma de resistência – a Imprensa Negra – se configura. A diferença para as outras formas de resistência é a palavra escrita. Não que a palavra escrita não tivesse sido utilizada em outras formas de resistência negra. Aqui caberiam algumas distinções que apenas metodologicamente podem ser entendidas como legítimas: tivemos muitos abolicionistas e simpatizantes brancos da causa da libertação dos negros. Já falamos do líder caifaz Antônio Bento, dos irmãos Bernardo e Américo de Campos, do próprio Nabuco, isso sem contar um número impressionante de figuras menos conhecidas, nem por isso, menos importantes, de “companheiros de viagem” brancos.

O nosso enfoque, porém, diz respeito ao negro; há uma diferença notável entre os militantes brancos e os negros na questão da liberdade negra: os primeiros foram educados em boas escolas, tiveram sempre algum tipo de dignidade material, não foram alvo do estigma da cor da pele. As vidas dos segundos foram marcadas pela dramaticidade desde o seu início.

Mesmo assim, fica difícil e artificial fazer distinções entre brancos e negros, evidenciando exclusivismo para o elemento negro, a não ser que entendamos “negro” de maneira mais larga. O mulato Luiz Pinto Gama é um exemplo extraordinário dessa impossibilidade: nascido na Bahia em 21 de junho de 1830, era filho de fidalgo português e de uma negra liberta, Luísa Mahin, que ficou famosa por ser uma das líderes da insurreição dos malês na Bahia, em 1835. Vendido ilegalmente pelo próprio pai para um negociante paulista, morou com um estudante hóspede de seu senhor, aprendendo rapidamente as primeiras letras. Aos dezoito anos, fugiu para ser militar raso no exército. Dando baixa, empregou-se como copista em um cartório e, em meio à vida forense, pode provar a ilegalidade de sua condição, conseguindo sua libertação. Foi revisor do jornal *Ipiranga* e formou-se advogado. Lutou até o fim da vida pela liberdade de seus irmãos negros. Ramos (1972) chega a afirmar que ele libertou mais de 500 escravos e que seu escritório, em São Paulo, era um verdadeiro asilo de escravos! (p. 95 e 96). Escreveu um longo livro de poemas, *Primeiras Trovas Burlescas* em que fala da infância, da mãe, que conheceu até aos 8 anos de idade, da discriminação, do ódio entre brancos e negros como consequência da escravidão. Azevedo (2005), comentando a obra, afirma que

O tom dado por Luiz Gama a seus poemas, longe de trazer uma imagem lamentativa do negro, ligada ao trabalho forçado e à vitimização do escravo, conduzia o leitor a um mundo negro dissociado do trabalho compulsório e valorizado em seus aspectos culturais. Por isso mesmo, seus versos deviam ser um meio bastante eficaz não só de denúncia como também de uma inovadora proposta social. Pode-se dizer que a construção de uma identidade africana fundamentada na positivização do negro, e o argumento de que todos neste país de certa forma possuíam ascendência africana, são dois lados de uma mesma moeda. (p. 66)

Nem precisamos comentar o viés revolucionário de uma obra que joga no lixo a vitimização do negro e a lamúria por sua condição escrava e coloca, na ordem do dia, a cultura negra, fundamentando uma nova identidade africana pela positividade.

No entanto, há, em uma observação de Azevedo (Ibid.) sobre a obra de Gama que serve como um bom argumento contra a exclusivização do negro baseada na pigmentação da pele: “todos neste país de certa forma possuíam [e possuem] ascendência africana”. O enfoque desta parte do meu trabalho acadêmico é a *resistência negra*, ou seja, na resistência daqueles que viveram a barbárie da escravidão e a dura realidade do preconceito racial: os africanos escravizados e os afro-brasileiros (ou afro-descendentes). Categorias como “mulato claro ou (mais) escuro”, “mestiços”, “negros e negras retintos” etc são herança das teorias da ciência racista dos últimos 30 anos do século XIX e naturalmente não serão consideradas aqui, a não ser quando referidas de algum modo.

Um exemplo mais radical de tomada de posição em relação aos conceitos de raça e cor da pele nos oferece Joel Rufino dos Santos, no ensaio “O negro como lugar” presente na obra “Introdução Crítica à Sociologia Brasileira”, de Guerreiro Ramos, quando afirma que, na década de 1950, este grande sociólogo negro funda uma nova ontologia política para o negro no Brasil, ao dizer que o povo brasileiro não é apenas mestiço, mas negro, não nos sentido de uma raça, mas de um *lugar*.

Para Guerreiro Ramos (...) negro não é uma raça, nem exatamente uma condição fenotípica, mas um topo lógico, instituído simultaneamente pela cor, pela cultura popular nacional, pela consciência da negritude como valor e pela estética social negra. Um indivíduo preto de qualquer classe, como também um mulato intelectual ou um branco nacionalista (por exemplo) podem ocupar esse lugar e dele, finalmente, visualizar o verdadeiro Brasil. (Ramos, 1995, p. 28)

Guimarães (2004) explica que essa nova ontologia política do negro brasileiro só foi possível porque é consubstanciação “de uma longa tradição do pensamento social brasileiro negro”, que tem sua base em alguns postulados importantes: a) denunciar o isolamento moral e social dos negros induzido pela estética e pela ciência européias; b) tratar os africanos como colonizadores do Brasil [idéia cara ao baiano Manoel Querino]; c) entender

o país como produto do trabalho negro [idéia defendida também pela IN]; d) ver a classe trabalhadora brasileira como originária dos escravos africanos, dos artesãos e artistas negros e mestiços; e) entender a cultura e os costumes dos africanos como base de nossa cultura popular (p. 281).

Entendo essa revolução ontológica como a valorização de um lugar, não como espaço, mas como um *locus* de resistência e luta ideológica: somos todos negros se estivermos nessa arena que tem, como objetivo último, “visualizar o verdadeiro Brasil”, um país de alma negra, que tem como *principal* matriz cultural e étnica a mãe África.

Como vimos, há muitas maneiras de resistir. Resistir é responder à opressão. E às formas de opressão correspondem formas de resistir, maneiras de responder. Os africanos escravizados no Brasil responderam ora através das brechas do sistema legal escravista, ora através de atitudes mais extremadas. Dentre as últimas, o assassinato dos senhores, a fuga individual, o suicídio, o aborto, as sabotagens e o banzo conformam saídas extremas, mas de amplitude política menos reduzida. O quilombismo, as revoltas coletivas e as insurreições são formas de resistência que, a despeito das dissensões e contradições diversas, têm amplitude política mais consistente e concreta, pois pressupõem formas de solidariedade e de organização coletivas.

Pode-se resistir pela palavra escrita, embora tenhamos aqui, ao contrário do que se poderia acreditar, talvez a forma mais complexa de resistência. Explico-me: não estou colocando a escrita e, por extensão, a *dimensão intelectual*, a *teoria*, a *palavra* e, enfim, a *abstração*, à frente da *luta política concreta*, da *ação*, do *fazer*, da *interação oral*, da *experiência* e da *memória*. Não se trata disso, insisto.

A complexidade diz respeito ao próprio objeto *escrita*. Sabemos historicamente que a escrita sempre serviu aos poderes constituídos⁹, à opressão das elites brancas, ao colonialismo. Em um país periférico como o Brasil, ainda hoje o problema da *escrita* pode ser considerado dramático e muito longe de uma mínima democratização.

Moysés (1992), associando dominação à escrita, assim considera:

⁹ Para aprofundamento da questão do conluio *norma/escrita/opressão*, cf., neste trabalho, o Capítulo 4.

(...) a escrita tem servido mais à dominação, à escravidão e à servidão humanas do que qualquer outro conhecimento humano. Um paradoxo construído durante três séculos porque aprender a escrever tem definido a iniciação à sociedade capitalista e conquistadora, conseqüentemente, o conceito de fazer, produzir linguagens ou, de acordo com o poder da burguesia, de uns fazerem história, fabricando linguagens. (p. 123)

Gnerre (1985) lê, na pena do opressor, a justificativa para a dominação e a opressão dos povos conquistados. Para o primeiro gramático espanhol, língua e dominação eram inseparáveis e simultâneas; cinquenta anos depois, para um dos primeiros gramáticos portugueses, a arma mais fecunda e duradoura era a língua, inculcadora de costumes e doutrinas eurocêntricos e cristãos:

A língua sempre acompanhou a dominação e a seguiu, de tal modo que, juntas começaram, juntas cresceram, juntas floresceram e, afinal, sua queda foi comum. (Nebrija, apud GNERRE, p. 10)

As armas e padrões portugueses (...) materiais são e pode o tempo gastar, pero não gastará a doutrina, costumes e linguagem que os portugueses, nestas terras deixaram. (João de Barros, apud GNERRE, p. 10)

Relacionando escrita, elites, educação e aprendizagem, Osakabe (1985), em artigo muito conhecido e lido, “Considerações em torno do acesso ao mundo da escrita”, assim considera:

Mediatizada por estratégias mais tensas e sistemáticas de aprendizagem, a escrita achou-se e acha-se profundamente marcada pela sua assimilação por parte das camadas sociais que, por condições de privilégio, mais a manipulam. Direito apenas de camadas favorecidas por processos particulares de educação, a escrita guarda, não por essência, mas por razão estratégica, marcas dessas mesmas camadas. Além disso, convém salientar que essa apropriação da escrita por segmentos sociais favorecidos, instituiu ao longo do tempo o próprio sistema de referência para sua aprendizagem. É desse modo que se explica a afinidade entre o código dito da escrita e um padrão lingüístico socialmente dominante, e é desse modo ainda que um conjunto coeso de discursos escritos se oferece ao

aprendiz como modelos implícitos dos discursos a serem proferidos (p. 148-152 [149])

Em primeiro lugar, a questão das *marcas* me parece central na reflexão de Osakabe: há, na escrita, marcas indeléveis (até quando?) dos valores, da visão de mundo, da ideologia, do estilo (escolhas lingüísticas) e das concepções sobre linguagem e cultura das elites. Estas marcas não estão nela *naturalmente*, mas obedecem, *por razão estratégica*, a dois imperativos: a manutenção dos privilégios e do poder e a exclusão da maioria.

Em segundo lugar, a questão da educação: a apropriação (indébita) da escrita pelas elites instituiu, com o passar do tempo, “o próprio sistema de referência para sua aprendizagem”, marginalizando aqueles que compartilham outras referências culturais e lingüísticas. Essa construção histórica, inclusive, explica melhor a coincidência entre escrita e padrão lingüístico socialmente dominante. Os discursos oferecidos ao aprendiz, organizados de forma coesa, se apresentam implicitamente como aqueles a serem proferidos, como possibilidade *única*.

Perini (1997) defende a tese de que, no Brasil, há um abismo entre o *vernáculo* e a língua escrita. Para ele, há, na realidade, duas línguas em uso no Brasil: o *vernáculo brasileiro* e o português. A primeira é a língua falada; a segunda, a escrita. A primeira é utilizada, em suas variedades, pela maioria do povo brasileiro, a segunda, por ser ensinada na escola, não é dominada pela maioria das pessoas deste país (p. 36).

O lingüista mineiro chega, a partir dessas e de outras observações sobre o *vernáculo* e o *português*, a uma conclusão paradoxal:

O português e o vernáculo são, é claro, línguas muito parecidas. Mas não são em absoluto idênticas (...) eu suspeito que são tão diferentes quanto o português e o espanhol ou quanto o dinamarquês e o norueguês. Isto é, poderiam ser consideradas línguas distintas, se ambas fossem línguas de civilização e oficialmente conhecidas. (p. 36)

Faltou, no trabalho de Perini, uma conclusão de ordem política da existência de duas línguas semelhantes, mas não idênticas, no Brasil. Parece-nos evidente que essa esquizofrenia lingüística é uma construção histórica que tem, na base, o abismo entre as

elites e as classes populares. O fato de a modalidade escrita ter resistido, ao longo do tempo, às formas vernaculares, é a prova cabal da separação entre “as duas línguas do Brasil” e do abismo sempre existente entre *integrados* e *excluídos*.

Um dos mais belos estudos sobre a *palavra cativa*, a palavra do escravo, é a Tese de Livre – Docência de Sarita Maria Affonso Moysés, intitulada “Entre – tempos: alfabetização e escravidão”, defendida em 1992 na Unicamp.

Através de uma metodologia *livre*, que vai aos poucos se constituindo, e que nega qualquer rigidez acadêmica, Moysés reconta a história lingüística da diáspora africana no Brasil, enlaçando língua e cultura, oralidade e escrita, memória e violência, opressão e resistência. A originalidade desconcertante desse trabalho está na centralidade radical da pesquisa na matéria lingüística: a autora parte sempre de dentro da linguagem, sem jamais deixar de lado a historicidade de cada acontecimento relatado, de cada relação estabelecida, de cada análise feita.

As reflexões de Moysés nunca se esgotam em mônadas estanques. Não há uma seqüência lógica mais ou menos óbvia que esgotaria, por exemplo, em primeiro lugar, a oralidade, para depois trabalhar a escrita, e depois, a memória e assim por diante. No seu trabalho, todas estas variáveis – oralidade, escrita, dominação, resistência, memória, cultura e história - se mostram simultaneamente presentes em cada parte, estabelecendo relações que nunca se esgotam, iluminando, a cada vez, um aspecto novo, uma consideração surpreendente, uma palavra poética. Caminhos dos africanos neste país. Caminhos de reinvenção sofrida de culturas, de línguas, de costumes, de religiosidades.

Os africanos escravizados falavam por aqui as muitas línguas da África: o *uolof*, o *bambara*, o *lingala*, o *mandinga*, o *morê*, o *canuri*, o *auçá*, o *fon* daomeano, o *duala*, o *peul* o *ewê*, mas “o que as une é o silêncio de sua palavra” (p.60). A oralidade marca a relação com a palavra. São povos ágrafos, mas com tradição cultural marcada pela oralidade e pela memória.

Não tinham a escrita, mas sinais gráficos nas suas figuras, nas suas máscaras, nos seus tecidos, nas suas escarificações, pois havia uma fixação material, visual, relacionada a essa oralidade (...) Essa palavra africana, com voz indizível

na língua, carregava a energia e a força para a vida e a morte. Era essa sua palavra, a que os unia entre si e a seus ancestrais, à natureza e ao cosmo. (p. 61)

Esta palavra que “determinava, pela força coletiva de sua oralidade, os limites do mundo negro” é cortada, interrompida pela escravidão. Os conhecimentos trazidos pelos diversos grupos étnicos negros ao Brasil – siderúrgicos, agrícolas, ligados à mineração, entre outros, são apropriados pelo branco, mas é no eixo mesmo do trabalho que, segundo a autora, “mais tarde, essa palavra e todo um processo de rememoração vão se reelaborar, se recriar e dimensionar” (p. 62).

A passagem de uma memória narrativa negra para uma “memória palavra por palavra” do branco é feita sem a possibilidade de se construir uma identidade histórica negra no Brasil. Os processos cognitivos, rompidos por essa impossibilidade, serão reconstruídos em um processo de *descontinuidades* e de *resistência* (p. 147).

No entanto, os primeiros afrodescendentes, *crioulos* e *ladinos*, estarão divididos entre a palavra da senzala e as palavras dos brancos. O exemplo, dado pela autora, da criança que, durante o dia, deve obediência à palavra do senhor e à noite, compartilhando com os seus, percebe, bem cedo, “as brechas dessa obediência”, é significativo. Através dessas brechas, essa criança, aos poucos, procura “os significados da solidariedade com aqueles que partilham da mesma experiência, o mesmo espaço”. Conclui Moysés que,

(...) esse escravo (...) nascido na senzala, trazendo antes de nascer, todos os estigmas de ser negro, emerge desse lugar, apropriando-se da cultura do branco, através de práticas lingüísticas que não se configuram como uma redução dessa cultura. (p. 107)

A República é proclamada em 1989, um ano depois da abolição da escravatura. Como a nascente República, com seus valores liberais, poderia deixar de lado a cidadania de negros e índios que somavam mais da metade do total da população brasileira? No plano político, a coincidência parecia “proposital”: melhor seria, para a elite branca, discutir indefinidamente por seus representantes no Parlamento, o devir daquela massa negra; ou seja, pensar formas de controle do *elemento cativo recém-libertado*, do que buscar formas de integração de negros e índios na sociedade branca através de políticas públicas.

Livre do cativeiro, “tem que aprender a reelaborar e recriar formas de luta, agora fora da senzala” (p. 109). Qual seria, então, agora no plano cultural e existencial, o novo *locus* da luta para tentar recuperar sua palavra e recriar sua identidade?

Transformado o lugar de produção da palavra do branco e de onde tinha saído sua palavra, necessita procurar esse outro lugar. Encontra-se com outros limites, que não os da submissão e da obediência, mas semelhantes pela ordenação, no lugar da produção social e lingüística da palavra do branco: a escola. (p. 109)

Reencontramo-nos com a palavra escrita. A escola é, naturalmente, seu lugar. As páginas em que Moysés nos explica o divórcio do negro da palavra escrita são dramáticas e comoventes. Tentarei recuperar algumas delas.

Lembrando-nos que a palavra do negro, para o branco, “gera mais lucro quando fora da escola, transformada em força de trabalho” (p. 110), a autora passa por algumas das razões desse divórcio calado: a) o negro teme conhecê-la e escrever nela, pois acredita que, se o fizer, estará aceitando sua antiga condição de escravo; b) ele intui que a escrita pressupõe nova obediência e novo conformismo à supremacia branca; c) ele sabe que não será através dela que irá perder sua condição de ser negro. “Afinal, tem sido na língua, como dominação, que sua história, como escravo, tem sido contada. Uma história que não lhe pertence assim como nunca lhe pertenceu essa língua” (p. 110).

Moysés associa a escrita, *língua de instrução*, à dominação e ao poder branco, mostrando como ela bloqueia, marginaliza e impede, explicitamente, a *emergência* da diversidade cultural e lingüística dos negros até nossos dias:

(...) a essa diversidade, tem se oposto a língua escrita, a da instrução, quando, de forma explícita, tem sido relacionada ao poder e à dominação. Essa língua escrita, entendida hegemonicamente, tem, como instrumento, eficazmente bloqueado a emergência da diversidade, na qual se constituíram o crioulo e o de cor, o pardo e o mulato [os afrodescendentes]. Não lhes dando voz: ao mesmo tempo não se rendendo à sua diversidade, não tem permitido a emergência de escritas que se reconheçam e se constituam os que têm sido historicamente marginalizados. (p. 111)

Descontinuidade e resistência são, mais que palavras, os processos que construíram e constroem, até nossos dias, os encontros e desencontros dos negros com sua memória e a iminência, sempre presente, de sua destruição; com a construção de uma identidade comum, com a procura de uma expressão verbal, inclusive escrita, que não traia a diversidade cultural e lingüística extraordinária, que assumiu outras formas no Brasil, sem negar aquelas que foram trazidas da África.

Os *griots*, em algumas regiões da África, eram os “professores da arte de falar”, “a memória dos homens”. “Sacos de palavras (...) que guardam segredos muitas vezes seculares” (p. 214), sua função social era a de salvaguardar as tradições, poemas, sagas e histórias exemplares e de heroísmo e os gestos e palavras dos reis, que eram atualizados para que fosse mantida a identidade cultural do povo.

Lembrando que as relações de um falante com a língua não se estabelecem apenas enquanto *transmissão*, mas também na constituição de interlocutores, a autora, evocando Bakhtin¹⁰, afirma que a palavra não serve apenas de expressão de um a outro, como também funciona como *uma definição em relação ao outro, isto é, em relação à coletividade* (p. 216). Esse interlocutor-professor era aquele que, em uma cultura oral, orientava para a atualização do texto oral, integrando, pela palavra, o indivíduo a uma sociedade (p. 216)

A perda dessas relações de transmissão, para os grupos negros, escravos, no Brasil, significou a falta desses interlocutores ou desses professores da palavra. De professores que lançassem a ponte entre a história do grupo e a do indivíduo; de professores que mediassem a relação entre o conhecimento constituído e o conhecimento a constituir-se ou entre uma memória oral e uma memória escrita. De professores que considerassem o aprendiz como indivíduo capaz de constituir-se pela participação em outras configurações e nas transformações da sociedade – e de trazer, para as novas representações, elementos cognitivos e históricos do que lhe tinha sido transmitido antes. (p. 216)

A ausência de relações de transmissão entre os escravos determinou, portanto, a falta deste interlocutor-professor (a palavra *professor* em posição adjetiva é essencial aqui).

¹⁰ BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 113.

Professor que, garantindo a *individualidade* – e não o insulamento do indivíduo – e as mediações entre a memória e o devir e a oralidade e a escrita, considerasse o aprendiz capaz de constituir-se nas transformações sociais e capaz de assimilar novas representações, sem abdicar da cultura transmitida por seus pais e ancestrais.

Para Moysés, “se os interlocutores ou os grupos negros, ágrafos, tivessem se constituído na palavra desse professor”, teríamos uma outra História e uma outra história dos negros neste país:

(...) o contexto social em que se orientavam não teria se revelado como uma polarização entre negros e brancos, velhos e novos, entre aqueles que transmitiam e recebiam, que sabiam e não sabiam – a palavra. Os antagonismos estariam concretizados na língua, porém, social e historicamente, em imagens mais concretas, mais ligadas a seus discursos, tornando mais nítida a sua orientação para a escrita e a leitura.

No desencontro com a escola branca, o desencontro com a palavra escrita do branco. Escola e modalidade escrita da língua: leitura e escrita como redução da cultura e desprezo pela memória dos negros em nome da inserção do negro *liberto* na moral católica e nos costumes dos brancos:

Sem professores, chegaram à cultura letrada, à leitura e à escrita. Uma leitura e uma escrita estruturadas na moral e na educação como boa conduta, por isso, circunscritas em seu léxico e em sua sintaxe a esse universo. Nele, a semelhança de estruturas dos textos didáticos ensejava a repetição, da mesma forma que os religiosos. (p. 225)

Descontinuidades e resistência. Como construir para si mesmos uma imagem de leitor se “como ouvintes representados, portadores de escrita representados, preservaram o vínculo de uma utilização de leitura e da escrita com o trabalho, que os identificava como escravo ou ex-escravo”? Ouvinte de algo que não se dirigia a ele, ao negro foram injustamente associadas a passividade e a falta de capacidade intelectual para a leitura e a escrita (p. 226).

Sem professores de leitura e escrita, o encontro do negro com o conhecimento se deu através de representações feitas no discurso da escrita branca “sobre ele, sua cor, sua condição social e sua capacidade de adquirir e aprender leitura e escrita” (p. 227)

Entre processos de descontinuidades e resistência, Moysés observa que, embora a palavra, enquanto transmissão, tenha se rompido, o fluxo lingüístico não desapareceu; e, sendo a língua inseparável desse fluxo, avançando juntamente com ele, nela ficaram registradas as resistências negras (p. 217).

Resistência como recriação e transformação, mas com orientação social e histórica para a descontinuidade, a contraditoriedade, a mutação, a variância e até de desgaste da palavra. Resistência que construiu para si vários caminhos e várias representações, não individualizados, mas não homogêneos (p. 220). Resistência que se voltou para um outro espaço de produção lingüística e social: o cotidiano (p. 219).

Mas como trazer a palavra religiosa, mágica e ritualística dessa cultura oral riquíssima para a escrita? Pensemos na nascente República. Era admissível para a sociedade liberal, republicana e letrada, a inserção dessa palavra *bárbara e selvagem* na escrita? “O sentido de transmissão da palavra mágica exigiria (...) uma transformação das formas de transmissão da palavra escrita, que, didaticamente, se desenvolvia pela imposição, pela persuasão”.

Ora, essa transformação das formas de transmissão da palavra mágica para um outro que não pode ser qualquer um, pressupunha um contrato entre interlocutores que exigiria “uma religiosidade historicamente partilhada através do dever e não do poder da palavra”.

Esse contrato, ao contrário da palavra do branco republicano e liberal, que tornava opaco o lugar da enunciação por meio de simulacros de positivities abstratas, transmissoras de valores pretensamente universais, enunciava os participantes e vinha de uma relação inquebrantável entre enunciação e enunciado, garantindo a eles um lugar na língua (p. 230).

Moysés mostra como, mais tarde, já no alvorecer do século XX, quando o texto deu suporte a esse conhecimento mágico, a sociedade branca teve suas “provas necessárias da barbárie, da inferioridade intelectual do negro que, *possuído pelas palavras*, só poderia ser falado pelo outro, o branco, o superior” (p. 230; *italico adicionado*).

A palavra do branco, transmitida como *lucro, linguagem e expropriação do trabalho*, determinou as construções do sentido da leitura e da escrita para os grupos negros no Brasil e a apropriação, pelos sujeitos negros, das representações do que é ser um leitor e um escritor nessa sociedade. Moysés conclui que esse processo resultou em uma *perda* fundamental:

A redução da palavra a uma mercadoria, da palavra mágica ao lucro, historicamente pode ser analisada como uma perda. A perda de uma palavra oral que orientasse pela identificação ou pelo reconhecimento, *um modo de ser na palavra escrita. Um modo de ser negro.* (p. 231; itálico adicionado)

Como se poderia ser possuído pela palavra, se a palavra oral foi perdida (ou negada, ou proibida), impossibilitando o identificar-se ou o reconhecer-se negro na palavra escrita e a conseqüente construção de uma identidade negra, de um modo de ser negro? Como ser possuído pela palavra quando se advoga a primazia da razão e da ciência em detrimento da palavra mágica, na relação com o *invisível*? Ora, para o branco educado, a palavra é apenas lugar de *violência simbólica*. Uma palavra que deve se impor pela imposição e persuasão. O *poder*, e não o *dever* solidário pela palavra. Quem possui a palavra? O branco. Quem é possuído por ela? O negro. Conclusão “lógica”: o branco fala e pensa pelo negro. O branco o exclui.

Pois este falar e pensar pelo negro é o grande fantasma que acompanhará, pelo menos a partir da virada para o XX, uma das tantas formas de resistência do negro: a Imprensa Negra. Não se trata da idéia de que o negro falou com a boca do branco e pensou com sua cabeça. Mais correto seria entender como a alma branca tenta possuir o corpo negro (com a anuência da alma negra), e como este corpo negro tenta se desvencilhar daquela. É evidente que este processo é muito complexo, eivado de contradições e descontinuidades discursivas. Como veremos, no capítulo 3, essas descontinuidades configuram o embate entre gêneros que se conformam a uma homogeneidade discursiva e gêneros contra-hegemônicos que pontuam as margens e periferias dos jornais negros.

1.3. A imprensa cidadã anti-racista: 1831 - 1840

Antes de entrarmos no capítulo 2 – *O Getulino e seu projeto educativo de integração e ascensão do negro na sociedade branca* – gostaria de oferecer alguma notícia sobre a Imprensa Negra no século XIX e sobre as representações dos negros forjadas pelos jornais brancos desde meados do século XIX, passando pela discussão da definição constitucional de brasileiro na primeira constituição outorgada.

Localizaremos a Imprensa Negra do século XIX em dois momentos bastante distintos: o primeiro vai, segundo Santos (28 out. 2007), de 1833 a 1867. Nele, daremos alguma notícia dessa imprensa no período regencial (1831 – 1840), momento de efervescência política e de construção de identidades raciais, inclusive através dessa imprensa que designaremos imprecisamente, a título de começo de conversa, de “alternativa”. O segundo compreende os anos pós – abolição e vai até o fim da década de 1920.

Didaticamente é possível concordar com Santos (Ibid.) no seu questionamento se a imprensa “alternativa” da regência poderia ser entendida como os primórdios da Imprensa Negra. Para ele, a resposta comporta dupla face: é possível negar este lugar a ela, pois, se a compararmos à Imprensa Negra norte-americana, verificaremos que esta se mostrava preocupada com a liberdade de seus irmãos de cor, enquanto que “no nosso caso, os jornais tangenciavam a questão dos escravos e investiam no problema da falta de acesso de alguns privilegiados aos postos mais elevados no serviço públicos da capital” (p. 4).

No entanto, se aceitarmos que a construção de laços identitários passa também pela possibilidade de mobilidade social de negros e mulatos, compreenderemos que, ao vê-la bloqueada pela sociedade racista, “alguns despertaram para a ascendência africana e às dificuldades comuns aos *homens de cor*, passando a defender seus interesses” (p. 4). E chegaremos à conclusão que *O Homem de Côr*, *O Mulato*, *O Cabrito*, *O Meia Cara*, *O Crioulinho*, *O Crioulo*, *O Brasileiro Pardo*, entre outros, são os primeiros jornais da Imprensa Negra brasileira.

Voltemos um pouco até o argumento de Santos que negaria a essa imprensa a rubrica de Imprensa Negra: estes jornais representavam os negros libertos, que formavam uma elite que aspirava a postos no serviço público e silenciava sobre a escravidão. Ora, isso

é uma construção histórica e, da maneira como Santos a coloca, podemos concluir simploriamente pela culpabilização destes negros *egoístas* do tempo da regência que, para salvarem a própria pele, abandonaram seus irmãos no eito, nas cozinhas da casa grande e nas ruas das cidades.

E como se construiu historicamente esta situação? D. Pedro I, temendo os rumos liberais dos debates constituintes, dissolveu a Constituinte de 1823, prendeu opositores e deportou diversos deputados (dentre eles, a figura ímpar de Francisco de Montezuma¹¹). Em 1824 outorgou nova Constituição, que manteve, contraditoriamente, itens básicos liberais debatidos e votados pelos Constituintes .

Dentre os itens mantidos estava a definição de quem era cidadão brasileiro. Os libertos nascidos no Brasil, ou seja, aqueles que saíram da condição de escravos, eram reconhecidos como cidadãos brasileiros, embora tivessem seus direitos políticos reduzidos. Esse reconhecimento deixava implícita a possibilidade de práticas de libertação individual.

Contrapondo-se a uma tendência historiográfica que nomeia a imprensa da década de 1830 de *imprensa mulata* ou *mestiça*, Azevedo (2005) prefere chamá-la, adequadamente do nosso ponto de vista, *imprensa cidadã anti-racista*, pois além da conotação preconceituosa do termo *mulato*¹², “a auto – afirmação da ‘cor’ ou da ‘raça’ parecia ser um recurso político momentâneo para se alcançar uma *cidadania desracializada* (p. 303).

Essa cidadania desracializada, ou, se preferirmos, a luta contra uma *hierarquia racial pública* associada à colonização portuguesa, contra o preconceito racial e pela “defesa da cidadania universal dos homens livres”, negros e mulatos (p. 303), era o grande objetivo dessa imprensa. E as armas para essa luta eram os direitos civis e políticos contemplados em parte pela Constituição autoritária de 1824!

¹¹ Francisco Gê Acayaba de Montezuma (1794 – 1870), herói mulato de Independência, foi deputado constituinte baiano e um dos deportados por D. Pedro I na ocasião da dissolução da Assembléia Constituinte de 1823. Fugindo do navio em que era prisioneiro, viveu na Europa (França, Inglaterra, Bélgica e Holanda) e voltou ao Brasil em 1831, exatamente no momento da abdicação de D. Pedro. Menos de dois meses após regressar, elegeu-se deputado e, na vida parlamentar, junto com outro mestiço extraordinário, Antonio Rebouças, fazia oposição à Regência exatamente nos termos e com os argumentos da imprensa cidadã anti – racista, ou seja, defendendo os preceitos liberais da Constituição de 1824, outorgada contraditoriamente por seu desafeto (Azevedo, op.cit.). Reparar que, na composição do seu nome, entra um elemento indígena, *Ge*, um africano, *Acayaba* e, lembrando o imperador azteca que resistiu aos espanhóis na época da colonização, *Montezuma*, como referência latino - americana.

¹² Segundo Azevedo (op.cit), Poliakov, em sua obra *O mito ariano* (Perspectiva/Edusp, 1974), o termo *mulato* começou a ser usado em meados do século XVII. Mulato vem de *mulo* ou *burro*, filhote de égua com jumento ou de cavalo com jumenta (isto é, *asno*, *jegue*), conotando um ser híbrido e estéril (itálicos adicionados).

Para entendermos um pouco mais as lutas políticas da época, citemos *O Homem de Côr* e *O Crioulinho*, os mais velhos jornais dessa imprensa cidadã anti-racista, fundados, respectivamente, em setembro e novembro de 1833. *O Homem de Côr* propunha aos “exaltados” e também aos brancos não-moderados unir-se em defesa da Constituição, “pois agora a ‘balança pendia a favor das raças desprezadas bem que não desprezíveis’”. *O Crioulinho*, por sua vez, denuncia os “moderados – jacobinos” que, desprezando os brancos, pretos e pardos, aliados no movimento favorável à abdicação de D. Pedro I, uma vez conseguido seu intento, passou a exercer o poder em favor exclusivamente de seus interesses (p. 304).

Mas, quem eram os “exaltados”? E os brancos?

O termo *exaltado* designa aqueles que não são brancos, sem dúvida, “os mulatos e pretos” associados como membros da “raça desprezada”. Já os brancos, reconhecemos neles dois tipos políticos: os *moderados*, ou seja, *os inimigos dos pretos e mulatos (...)*; e os *não – moderados*, aqueles que se aliam aos “homens de cor” em defesa da Constituição e, portanto, da cidadania universal para os homens livres. (p. 305; itálicos adicionados)

Em um trabalho muito interessante, Lima (1999), discorrendo sobre algumas cascas de banana que podem levar perigo ao pesquisador nos seus caminhos, adverte para a utilização apriorística do critério de origem étnica (ou de nascimento). Para ela, “a identidade étnica só existe quando construída, como ação política” e os significados dos vocábulos raciais variam, *deslizam*, conforme o contexto histórico em que são usados (p.6).

O item lexical *escravidão* é oferecido como exemplo: na época, ele não se referia, de modo algum, ao sistema escravista que não seria interrompido com a abdicação de D. Pedro I; o termo é utilizado pela imprensa cidadã anti – racista enquanto metáfora – o termo conotava *escravidão política*, como a que era representada pela ameaça do Brasil voltar à esfera do poder da metrópole (p. 8). Outro exemplo engloba expressões que, pela historiografia, caracterizaram grupos organizados politicamente na época: *moderados*, *exaltados* e *caramurus* [estes, favoráveis à restauração do Coroa Portuguesa no Brasil].

Seria necessário, segundo ela, respeitar a percepção política da época dos grupos em questão. O exemplo dos significados consagrados para o item lexical *pardo* nos é oferecido.

Normalmente, segundo Lima (Ibid.), *pardo* é associado à idéia utópica de amálgama das três raças formadoras do Brasil, a negra/escravo, a branca/europeu e a vermelha/elemento autóctone, o índio.

Em relação ao jornal *O Cabrito*, um pesquisador que, *a priori*, entendesse *pardo* no seu significado usual, cometeria um grave erro. Quando o valente jornal se refere a *pardo*, não está propondo a união das três raças contra as orientações políticas moderadas, “mas sim uma união explicitamente política entre vários brasileiros que permanecem com seus atributos de especificidade (brasileiros *adotivos* [portugueses que aderiram à causa nativa da abdicação de D. Pedro], *natos*, *brancos*, *pardos*)” (p. 16)

Pardo poderia significar também *liberto*. Quem conseguisse a alforria, passaria, por exemplo, de *preto* a *pardo*. *Pardo* só poderia ser alguém nascido aqui; os nascidos na África que conseguiram a alforria, só poderiam ser chamados de *africanos libertos* ou *africanos livres*. “O que se percebe é que, independentemente do que a organização político-administrativa formal definia como *brasileiro*, era possível que surgissem sensibilidades diferentes para cada noção” (LIMA, op. cit., p. 16)

Voltemos ao essencial dessa parte da nossa reflexão: a Constituição outorgada de 1824, justamente por considerar cidadãos os libertos nascidos aqui, deixando margem, inclusive, para projetos de abolição gradual, foi defendida pelos “exaltados”. No entanto, ao barganharem privilégios assegurados pela Constituição aos libertos, aceitaram a proposta gradualista conservadora de libertação, deixando de lado a defesa imediata e sem mediações da abolição de seus irmãos de cor.

Defender a Constituição de 1824 significava defender a monarquia e, defender a monarquia significava defender os seus dois grandes esteios: o latifúndio e a escravidão. E, defender o latifúndio e a escravidão, em última análise, significava defender o direito à propriedade. Temos aí um paradoxo: de um lado, a contraposição à hierarquia racial pública e, do outro, “manter na escala mais ínfima dessa hierarquia aqueles que nem eram mencionados na Constituição” (AZEVEDO, 2005., p. 312).

Esse paradoxo esconde algo mais triste e mais grave. Segundo Azevedo, na mesma obra,

A estrutura social construída historicamente até aquele momento, por três séculos de dominação portuguesa, foi a da racialização, explícita na forma de

regimentos militares de pretos, pardos e brancos, de irmandades religiosas segregadas, de cemitérios separados, de estatutos clericais de pureza de sangue e também das restrições ao acesso de cargos públicos impostos àqueles com “defeitos de cor”¹³ (p. 301)

A tese de Azevedo (Ibid., p. 313) propõe que a luta contra o *reconhecimento público das raças*, deixando de lado a escravidão, “contribuiu para consolidar a antiga prática cotidiana já observada na colônia – a de não mais se referir à cor daquele que conseguiu ‘passar’ socialmente para o mundo dos de cima”.

Na luta entre a *defesa da cidadania universal dos homens livres* pela imprensa cidadã anti-racista e o *reconhecimento público das raças*, construção histórica de trezentos anos da dominação portuguesa, ganhou a segunda. E essa vitória, ainda no século XIX, teria o reforço das teorias raciais que chegariam com muita força, principalmente a partir da década de 1870.

Essa vitória também pavimentaria, no século XX e, persistindo com força no início do XXI, o caminho conhecido do racismo brasileiro em suas duas vertentes: a *velada*, “que raramente se explicita nas relações diretas entre pessoas”, e a *institucional*, “que impregna as instituições sem apoiar-se explicitamente na categoria de raça” (Azevedo, op. cit., p. 314).

1.4 Representações do negro no século XIX: a cidadania limitada

Vimos que chamar a imprensa “alternativa” de antes da abolição (mais especificamente no período regencial) de imprensa negra seria, para alguns, uma incorreção. É lógico que, no plano das representações, o uso do termo Imprensa Negra para este momento histórico, como faz Santos (28 out. 2007), seria atitude politicamente legítima.

¹³ Azevedo esclarece, em nota de rodapé, que “Dispensa do defeito de cor” era um dispositivo legal utilizado por não – brancos para exercerem cargos militares, civis e eclesiásticos que, por lei deveriam ser desempenhados por brancos (p. 301).

No entanto, neste trabalho, ao invés de assumirmos uma dada representação do negro ou da imprensa negra, estamos mais preocupados com a fluidez, a amplitude e as contradições dessas representações. Por isso, com Azevedo (Ibid, p. 303), preferimos chamá-la de *imprensa cidadã anti-racista*, inclusive rechaçando, com ela, a idéia de uma *imprensa mulata* ou *mestiça* por razões discutidas na seção anterior.

De qualquer maneira, a preocupação essencial deste primeiro capítulo é o itinerário da palavra negra, com toda sua carga sofrida, contraditória (porque sempre mediada pela palavra do branco) e descontínua, culminando no uso da palavra escrita como resistência na imprensa “alternativa” de meados do século XIX e na Imprensa Negra (doravante IN) do pós – abolição, chegando ao final dos anos 1920, com o fim da chamada República Velha.

Como localizaremos em nosso trabalho, a partir de agora, a chamada IN, é mister esclarecer que, diferentemente da imprensa cidadã anti-racista, que lutava pela “defesa da cidadania universal dos homens livres”, a IN focava seu interesse exclusivamente no homem negro, embora defendesse, muitas vezes, e não sem contradições, os interesses da comunidade *mestiça*.

Sabemos que aquilo que chamamos de IN começou a ter forma no pós – abolição, ou seja, a partir de 1888. Achamos interessante, portanto, nesta seção, verificarmos que representações do negro são feitas pela imprensa liberal branca no último quartel do século XIX. A idéia é confrontarmos, posteriormente, essas representações (sempre negativas, como veremos) com as representações dos negros construídas pelos próprios negros (ou por seus simpatizantes e agentes) na IN.

Tomamos como fonte o estudo de Schwarcz (1987) sobre as relações entre jornais, escravos e cidadãos no final do século XIX, abrangendo três períodos, com representações predominantes diversas: a) de 1875 a 1885; b) de 1885 a 1888; c) de 1888 a 1900. As fontes da autora foram os jornais paulistanos *Província de São Paulo*, o *Correio Paulistano* e o jornal caifaz *A Redempção* (de que já demos notícia neste trabalho).

O primeiro situa-se em um momento em que os debates sobre o *elemento servil* no Parlamento estão acirrados, opondo, de maneira mais nítida, abolicionistas a escravagistas. O segundo momento é caracterizado por um sentimento geral, porém ainda difuso, da irreversibilidade da libertação dos negros. No terceiro, no pós – abolição, os medos das classes desse novo agente social, o negro liberto, é patente.

No primeiro intervalo – 1875 a 1885 – o negro será caracterizado, de maneira geral, pelo duplo matiz contrastante da fidelidade e da violência. É a imagem do negro dependente do branco e, ao mesmo tempo, do negro bárbaro, capaz de assassinar seus senhores sem prévio aviso.

São bastante diversificados os *traços* que movimentam as imagens desse negro terno que, pela força do *instinto*, pode se transformar, de repente, em uma fera: a) ausência de características específicas deste *animal* que, inadvertidamente, pode quebrar a harmonia do dia do senhor; b) caracterização do negro como algoz e o branco como vítima absoluta; c) as exceções deste sistema “binário” rígido, que opõe o negro violento ao branco indefeso, são tratadas com ironia, o que aumenta o descrédito em relação ao elemento negro; d) as exceções não tinham rosto e nome, por isso não eram tratadas na notícia como algo alvissareiro, esperançoso para o negro, apenas confirmavam a triste regra geral do bárbaro dependente; e) as exceções tinham nome quando o negro agia conforme as regras morais e sociais do branco; f) o negro era sempre o *suspeito acima de qualquer outro indivíduo* (p. 164 a 175).

A título de exemplificação, reproduzirei duas notícias que ilustram os traços a) e e). Vamos à ausência de características específicas do negro:

Rapto extraordinário

O Correio de Campinas de hontem completa a notícia que há tempos demos do rapto de uma moça de *boa família* por um escravo preso em um matto próximo de Botucatu. A moça era filha de um abastado fazendeiro de Minas. Costumava ir todos os dias lavar o rosto em uma bica próxima da casa da fazenda. O negro, que já formara seu plano, servindo-se de uma toalha amordaçou-a e carregou-a para uma matta próxima. Da triste vida da pobre moça sabe-se apenas que seu vil raptor a deixara amarrada a um tronco...Finalmente encontraram a moça, sendo que o preto saltou armado como uma verdadeira fera. Foi acertado, cahiu mas arremeteu-se para matar a moça. Os outros conseguiram agarrar e subjugar aquella *fera com face humana*. (CORREIO PAULISTANO, 8 de julho de 1875)

A moça é a protagonista e o cenário – a fazenda, a bica, o *matto* - está montado. Como em filmes B, temos uma narrativa mínima e a mocinha não precavida. De repente,

um monstro surge, disposto a fazer o mal e eventualmente, a matar. Não se sabe quem é esse monstro, de sua conduta e história pessoal até o incidente, do motivo de sua atitude. Exatamente como um animal que trucidado apenas pelo instinto, ele ataca. Como não se soube seu nome, sua história e a motivação para sua atitude, não soubemos também o destino dessa *fera com face humana* que foi dominada antes de fatídico ato.

Agora, a exceção que segue os preceitos morais e sociais dos senhores e que, por isso mesmo, tem um nome :

Um casamento democrático

O cidadão Jorge, *aquelle bom pardo* que já foi pródigo do Sr. Desembargador Galvão, mas que *não obstante* isto, gozou sempre de bons *créditos*, que ficou sendo conhecido pelo apelido de *rei dos pardos*, é *hoje nada menos que chefe de família*. Casou-se tendo por testemunhas *2 cavalheiros distintos de nossa sociedade* e *pode-se dizer sem medo de errar que recebeu com a maior amabilidade* os parabéns das pessoas que a seu convite foram a sua casa tomar uma chávena de chá. Há quasi um anno que está liberto e para tal resultado houve até intervenção do S. M. Imperial do Brasil e por fim libertou por 1 ou 2 contos de réis (*dizem*) a sua dona. *Hoje Jorge é geralmente estimado e goza dos foros de homem muito sério, muito honesto e muito trabalhador.* (CORREIO PAULISTANO, 27 de junho de 1876)

Schwarcz colocou as partes nevrálgicas deste discurso em itálico. Não passaram, portanto, despercebidas à autora, as implicações ideológicas sugeridas pela notícia do *Correio Paulistano*. Vamos por partes. O negro esponsalício tem nome: Jorge. E tem também um epíteto – *aquelle bom pardo*. Bom, provavelmente porque soube ficar no seu lugar de subserviente e manso.

Jorge é caracterizado também como *cidadão*, ou seja, ele atravessou o portal da sociedade dos brancos. Seus convidados são *cavalheiros distintos* dessa sociedade que, ao parabenizá-lo, foram correspondidos, *pode-se dizer sem medo*, com amabilidade pelo negro. Fica não-dita a possibilidade de o ex-escravo responder grosseiramente à gente que ele mesmo convidou (?), recaída *atávica*, talvez, apesar de, *agora*, ser um cidadão.

O operador argumentativo *não obstante* (ter sido escravo) e o advérbio de tempo *hoje* (estimado como honesto trabalhador) sugerem que a representação habitual é o inverso do que se afirma, ou seja, antes Jorge não passava de um escravo com boas possibilidades de ter sido desonesto. Há aí também uma atualização para a maioria. Se Jorge não é mais escravo e desonesto, não podemos afirmar o mesmo para seus irmãos de cor.

Sobre a representação do negro de dupla face que só tem nome quando reproduz os modos e atitudes do branco, Schwarcz (op.cit.) conclui que

Esse jogo de “ditos e não ditos” acaba por transformar a exceção em “exótico” ou em “teatro de marionetes sem vida e autonomia, que só se define em função de oposições alusivamente presentes e de todo um pano de fundo que o contrasta, delimita e identifica”. (p. 171)

De 1885 a 1888, quando se caminhava irreversivelmente para a libertação dos escravos, a abolição foi o tema dominante. A questão do negro parecia ter invadido as redações dos jornais brancos e liberais da época, chegando até os editoriais (antes no máximo era tema de notícias do cotidiano) e provocando polêmicas tremendas travadas entre abolicionistas e escravagistas.

Com a aceleração da libertação e as conseqüentes fugas de escravos (algo que se tornou comum nos anos anteriores à abolição), os jornais assumiam uma postura de repreensão dos fazendeiros, que deveriam se acostumar com os novos tempos, embora os artigos publicados oscilassem entre o temor e a contemporização com a tensa situação de pré-abolição.

De qualquer maneira, os jornais tratavam da questão como um “problema de brancos”. Segundo eles, a libertação deveria ser “pacífica” e “harmoniosa”, porém “lenta, gradual e adaptada às necessidades econômicas” (p. 179). Schwarcz lembra que o argumento para tal tese não poderia ser material (a necessidade da manutenção da mão – de obra negra nas fazendas), mas de cunho moral: como oferecer um presente de tal quilate (a libertação) para homens não preparados para a liberdade? (p. 180):

Não há no paiz quem não queira a emancipação da escravatura. A escravidão é um grande mal que somos victimas por herança, mas não se pode acabar com o

mal produzindo outro ainda maior, porque além de atender grandes questões econômicas e sociais há um outro princípio ainda maior: o moral. Não é possível libertar repentinamente 1 400 000 homens *não preparados para a liberdade*, é necessário um PRAZO RAZOÁVEL. O Brasil não pode arrastar á ruína pelo arrebatamento de *corações generosos*. (PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, 17 de maio de 1884)

As notícias de “generosos” fazendeiros que criavam escolas para seus escravos pululavam nos jornais da época. Ora, os escravos eram seres inferiores que só através do estudo poderiam deixar na beira da estrada a herança maldita da ignorância e do atavismo. A *Província de São Paulo*, na edição de 18 de maio de 1889 (um ano e cinco dias após a abolição) propugna por “uma escola de civilização” para os negros (p. 181). Oito anos antes, o mesmo jornal publicava um texto em que se lia:

(...) o senhor brasileiro nunca considerou seu escravo como animal nem methamorphosendo-se em caçador. *Os brasileiros não distinguem raças*. O escravo de hoje será *por seus talentos e por estudo igual ao senhor de hontem* e confundido ambos na qualidade de *cidadãos* colaborarão na grande obra da prosperidade da pátria. (A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, 19 de janeiro de 1881)

Do ponto de vista das representações do negro veiculadas por essa imprensa, liberal e branca, há, novamente, a dupla face: se antes ele era o escravo fiel que, num repente de loucura, via tomar conta do seu ser um novo ator, a fera; agora, ele será substancialmente a *vítima*, mas não perderá a condição de violento, pois, revoltado com sua condição, pode vestir os figurinos do *quilombola*, do *fujão* que espreita nas moitas e matas, do *insurrecto* que pode emergir do nada, levando perigo para os senhores e seus familiares (p. 183).

Schwarcz nos chama a atenção para o mais substancial dessa reconfiguração do negro: violento e imoral ou vítima, nas notícias, as ações dos negros pouco importavam, já que eram as denúncias contra os abusos da escravidão que contavam. O negro continuava sendo tratado como *objeto* das situações, mero pano de fundo.

Não nomeado, era instrumento, um exemplo para uma situação analisada pelos editoriais. Nem pensar em considerá-lo, ao menos, futuro cidadão; ele era só a fera acuada que reagia à violência do senhor: a uma só vez, portanto, *vítima e rebelde* (p. 183).

Tudo se resumia no grande culpado: a escravidão. A grande culpada, mãe de todos os males. Descartada, estaríamos no melhor dos mundos. A questão racial simplesmente inexistia para esses periódicos.

Como sabemos, estes anos que antecederam à abolição foram pródigos em fugas de escravos, algumas feitas em massa. Por isso, esse foi o período propício para a construção da imagem do escravo *fujão* e *insurrecto*, enfim, do *quilombola*. Em uma palavra – fugitivo.

Como reagiam os jornais da época a esta nova personagem? Fácil: além de *violento* e *bárbaro*, ao negro, agora fugitivo, acrescentariam os qualificadores *vingativo*, *traíçoeiro* e *incontrolável*. O *quilombola* (palavra usada indistintamente pela imprensa branca para caracterizar todo e qualquer ajuntamento de fugitivos) foi associado muitas vezes à feitiçaria. Schwarcz reproduz um trecho de artigo que dá conta desta nova espécie: o *quilombola feiticheiro*:

À requisição do fazendeiro Elias Antonio Penna, sahiu uma força de destacamento de Itu afim de effectuar a captura de quilombolas alli estabelecidos. O quilombo achava-se abandonado e nas imediações foi encontrado o cadáver do liberto Elias, tendo os pés amarrados com cipó e apresentando diversas contusões que levam a suppor a existência do crime. Encontrava-se próximo ao cadáver um sacco contendo sementes, raízes, cabeças de cobra e objetos de feitiçaria. (CORREIO PAULISTANO, 14 de julho de 1886)

A pesquisadora observa que o medo entre as elites brancas era tanto que a palavra *quilombola* foi, aos poucos, ampliando seu campo semântico, sendo usada como sinônimo de “negro insubmisso”:

No sábado a 2 leguas de Campinas um mulato alto e dous negros reforçados completamente armados assaltaram o Adão Gonçalves tentando tomar-lhe a mulher de 25 annos de idade. Não obstante Adão só se viu a cavallo. Os

quilombolas fugiram... (Correio Paulistano, 25 de agosto de 1886 – Campinas; itálico adicionado)

Na grande maioria dos textos, usa-se, para o *homem de cor*, o termo *preto*. Mas, aos poucos, nas suas páginas, percebe-se que ao *quilombola* ou *fujão*, começa a ser usado, com mais insistência, o termo *negro*, principalmente quando há notícias sobre insurreições ou quilombos. O *preto* tinha como uma de suas características ser violento, mas era também dependente. O *negro* é, antes de tudo, um *fugitivo*, perigoso e não confiável, além de alguém que “perdeu a humildade” (p. 195). Schwarcz mostra essa diferenciação em um único artigo:

Assalto

Ante-hontem as 10 horas da manhã na antiga estrada de Itatiba foi assaltado por dous *negros fugidos* um camarada de nome Antonio de Godoy (...) foi quando apareceu outro e os *dous negros* evadiram-se. Há dias deu-se na estrada o seguinte facto: tendo ido catar cipó a mando de seu senhor um *preto* de uma fazenda foi apanhado por diversos *negros fugitivos* que despiram-no e deram-lhe uma valente sova. O *preto* teve que esperar a noite para voltar para a fazenda. (CORREIO PAULISTANO, 12 de outubro de 1887)

Onze anos – 1888 a 1900 - é o intervalo que nos leva da abolição e a proclamação da República (com a conseqüente queda do Império e de sua máquina administrativa) ao último decênio do século XIX. Não cabia mais pensar em projetos políticos para o Brasil; era necessário *constituir* o Brasil. A questão da libertação dos escravos estava superada; agora as elites brasileiras se perguntavam sobre quem fazia parte dessa nova nação e sobre os limites que os negros, agora libertos, trariam para a jovem República, “tão sedenta em se igualar aos demais países considerados civilizados” (p. 221).

Os negros libertos eram vistos com desconfiança. Os jornais noticiavam fatos que causavam apreensão como o crescimento da raça negra nos EUA. A violência, sempre identificada ao negro e à sua condição, continuava a ter espaço nos periódicos.

As teorias racialistas que fundamentavam uma ciência racista tinham chegado ao Brasil na década de 1870 e feito, entre nossos intelectuais, muitos adeptos. Schwarcz oferece um exemplo radical de intelectual que esposava as teses racialistas, Nina

Rodrigues, que considerava a raça negra inferior, incapaz de se adaptar à civilização. Para ele, a raça negra era uma influência negativa na formação da civilização brasileira e, mais do isso, era o freio, a trava para ela (p. 222).

Se, para ele, o negro era inferior e incapaz de contribuir para a construção de uma civilização, a *mestiçagem* da população era vista como o caminho da degenerescência. Mas não estava só na desconsideração aos mestiços. Euclides da Cunha, em comentário preconceituoso, em “Os Sertões”, contra Antonio Conselheiro (*selvagem, hipócrita, fanático e criminoso* são os adjetivos com que trata o líder de Canudos), afirma que “A mistura de raças mui diversas é na maioria dos casos prejudicial (...). A mestiçagem extremada é um retrocesso, de sorte que o mestiço é quase sempre um desequilibrado”¹⁴

Enquanto escravo, o negro poderia ser tolerado pelas elites brancas deste país. Mas, como aceitá-los libertos, andando pelas ruas e podendo participar, como homens livres, dos destinos de uma nação que se (re)inventava?

A ciência da época os colocava como incapazes e inferiores, era uma forma de colocá-los *no seu devido lugar*, sem dúvida, mas era necessário divulgar estas considerações “científicas”, ampliá-las, formar uma opinião pública hostil ao negro aspirante à cidadania.

Assoma, portanto, nos jornais, a figura do *negro degenerado* e essa será a representação, por excelência do negro neste momento marcado pela República e por sua pessoa que, com a libertação, ganha direito à cidadania.

O negro, até então, *violento, imoral e desleal*, vai adicionar ao seu currículo preparado pelas elites brancas os epítetos de *alienado* (louco), *bêbado* e executante de *práticas bárbaras* (sambas, capoeiras e bruxaria). A diferença é que, agora, com o beneplácito da ciência. A *loucura* e a *degeneração* eram explicadas pelas teorias positivistas e deterministas ou pela antropologia criminal (principalmente a italiana). Taras e degenerações eram *determinadas* pelo caráter hereditário da raça negra, que não conseguia se desvencilhar de seu passado “africano” (p. 224).

Para Schwarcz (Ibid., p. 245) “Enquanto a *sciência* tudo explicava, a imprensa veiculava e normalizava representações, transformando-as cada vez mais rapidamente em consensos coletivamente aceitos e assumidos”.

¹⁴ Euclides da Cunha, *Os Sertões*, p. 132.

Criar consenso é, antes de mais nada, criar *verdades* operando com dados, num primeiro momento, explícitos. Pela repetições e reiteraões diárias, estes dados “tornam-se cada vez mais implícitos, reforçando-se enquanto *verdades* ou pressupostos intocáveis” (p. 248).

A autora, através de uma analogia, a uma só vez, irônica no contexto e esclarecedora, mostra a força dessas verdades *construídas*. Da mesma maneira que o leitor branco não duvidará dessas verdades, assim se dá também com o xamã: não se busca explicar suas curas. Estamos diante do inquestionável: para as elites brancas, representadas por seus jornais, a verdade reiterada nas linhas do jornal; para os negros, a cura realizada pelo xamã.

Veremos então um desfile de representações extremamente negativas, construídas em notícias e artigos reproduzidos pela autora: a) o carrasco immoral “com seus lúbricos desejos” (p. 224 – 226); b) o preto ébrio (p. 226 e 227); c) o preto alienado (p. 227 e 228); d) o negro desleal (p. 228 e 229); e) os negros e suas práticas bárbaras: sambas, capoeiras e bruxarias (p. 229 – 232) e, finalmente, f) o negro e sua família degenerada (p. 232 – 240).

Destaco aqui, três dessas representações e algumas notícias que as ilustram:

a) o carrasco immoral “com seus lúbricos desejos”

Um carrasco

Lê-se no monitor sul mineiro: “há nessa província uma criatura encarcerada desde 1843 (44 anos) pelo assassinato perpetrado na pessoa de sua senhora e que só deixa as trevas do cárcere para mostrar-se na sombra do patíbulo. Chama-se Fortunato o *algoz* cuja vida resume tudo o que de mais torvo e miserável se pode imaginar na sociedade. *Nascido escravo, hauriu nessa triste condição, os vícios, os infortúnios que a acompanham: embriaguez, ingratidão, ignorância, corrupção precoce. Tão danosa semente não podia deixar de produzir os frutos da maldição.* Assim aconteceu: Fortunato assassinou sua senhora e condenado a morte, e salva sua cabeça da forca, submetendo-se ao ofício de algoz que tem exercido. Do cativo passou para a tarefa de carrasco. Sempre a escravidão com seus horrores cuja *natureza embrutecida nada que assemelhe ao*

homem, nem a inteligência, nem a sensibilidade... Fortunato como algoz público realizou 8 execuções...” (PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, 15 de agosto de 1887)

Valeria a pena um pequeno comentário sobre a notícia que narra a desventurada vida de Fortunato. Apenas em particular, na dimensão privada, os negros poderiam ser enxovalhados e alvo de chacotas. Uma vez libertos, em público, isso não era mais possível.

Como então, desmerecer os negros, mostrá-los incapazes e inadequados, inferiores para colocá-los no seu devido lugar, ou seja, como mantê-los, embora libertos, ainda dependentes, ainda habitando, imaginariamente, a senzala e trabalhando no eito e na casa grande? Como caracterizá-los como não merecedores de cidadania, como ignorantes? Resposta: atribuindo-se todas as suas impossibilidades à escravidão.

Como escreve o jornalista de *A Província*, a escravidão é a árvore seca com suas *damnosas sementes*, com seus frutos malditos: *embriaguez, ignorância, ingratidão e corrupção*. Frutos que alimentam a alma do assassino virado carrasco (ainda assassino, agora *público*, a serviço do Estado): bruto, sem nada que o assemelhe a um homem (selvagem, animal), desprovido de inteligência e de sensibilidade. Uma abominação, *fera com face humana*. Ao *homem de letras*, as impossibilidades oriundas da escravidão; ao *homem de ciência*, a inferioridade inscrita nos genes da raça negra.

e) os negros e suas práticas bárbaras: sambas, capoeiras e bruxarias

Espancamento

Foi ante-hontem barbaramente espancado um moço que assistia a um *samba de pretos* no largo da Liberdade. Tendo o moço apitado para que o acudissem, um grupo de negros cahiu sobre elle a cacetadas deixando-o prostado e todo ensanguentado. Dois urbanos accudiram mas não conseguiram effectuar a prisão, porque dois pretos se oppuzeram. (Província de São Paulo, 4 de junho de 1889)

Os capoeiras

Fizeram mais uma vítima na corte os terríveis capoeiras (...) é necessário extirpar essa cafila de vagabundos e assassinos denominados capoeiras. (Província de São Paulo, 23 de maio de 1888)

Schwarcz (Ibid., p. 231) nos informa que estas “práticas pouco civilizadas” eram caracterizadas de outras formas: negros *amantes de cateretes, de dansa e pagodeira; amantes de pandegas, folias e sambas*. Na realidade, embora o samba, por exemplo, começava a ser assimilado como atividade pitoresca ou possível, toda e qualquer prática cultural que revelasse alegria, autonomia ou especificidade das comunidades negras não eram toleradas (p. 231).

Quanto aos feiticéiros e *bruxeiros*, as reações vão desde o temor por práticas desconhecidas das elites brancas, à ironia pura e simples, ao sarcasmo. Não havia lugar para se exercerem formas de religiosidade que divergiam das consagradas pelo cristianismo católico e que se distanciavam dos padrões, técnicas e aparatos medicinais que a ciência oferecia (p. 231). *Doutor de lesma e caramujo aclamado por idiotas que quase ensinou os presos da cadeia local (não fosse a polícia ignorar sua presença) a fazer mandinga*. É assim que o jornalista de *A Província* se refere a um negro moço chamado Luiz:

(Bragança) Feiticéiro

Andou por aqui um sujeito preto ainda moço (...) *Será doutor?* A esta pergunta diziam uns que sim e outros que não. É doutor effectivamente mas formado por aclamação dos *similunios parcacios*. *Doutor de lesma e caramujo dos parvos*. Chama-se Luiz *de tal* e tem famma de excellente feiticéiro. Foi pena que as autoridades não tivessem conhecimento da presença da personalidade entre nós para o mandarem ensinar fazer *mandinga aos presos da cadeia*. (PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, 16 de setembro de 1889)

f) o negro e sua família degenerada

De todas as representações negativas do negro, esta é provavelmente a mais deletéria porque toca no centro da formação e da afetividade de qualquer núcleo humano minimamente organizado: a família.

Schwarcz nos lembra que “a família negra aparecia (...) nos jornais como um ‘palco’ propício para assassinatos e cenas de violência em geral, sendo que as mais diferentes personagens pareciam participar dessas ações” (p. 232). A mãe negra mereceu atenção especial, ora pintada como lúbrica, imoral, ora como péssima mãe, muitas vezes irresponsável e, em algumas, assassina monstruosa dos próprios filhos.

As subrepresentações para a representação negativa e genérica da família negra são diversas: a *mãe assassina* ou a mãe *lúbrica e imoral*; os *irmãos fraticidas*; o *pai violento*; *núpcias contraídas à força* (gravidez indesejada); *uniões instáveis* pela presença de amásias e amantes (homens) e de *barganhas entre homens* que trocavam entre si suas mulheres por algum tempo etc (p. 232-240).

A autora afirma que as representações encontradas remetem à idéia, bastante estudada, da identidade como construção contrastiva: nas notícias e artigos analisados, temos sempre “ ‘nós’ e ‘eles’, ‘o branco e o negro’, ‘o nomeado e o desconhecido’, ‘a vítima e o vilão’, ‘a bela e a fera’, ‘o são e o degenerado’”, em que o “nós” remete a um grupo limitado de brancos e de grandes proprietários que se opõe a um “outro”, ao negro, que se constitui em objeto do discurso branco (p. 249).

No entanto, nos adverte de que, se essa identidade se estrutura a partir de diferenciações contrastivas, diferentemente dos estudos antropológicos clássicos, o contraste não advém

da diferenciação entre dois grupos étnicos estáveis e que se auto-reconhecem como tais, mas antes a partir dos olhos de um segmento de brancos que parece refletir sobre o negro, ou sobre aquele que, segundo seu ideário, parece constituir um “corpo sem persona”. (p. 249)

Caminha-se, neste momento, célere para o século XX. Nos seus primeiros anos de vida, vemos a questão racial ser transformada e diluída nas páginas dos jornais da grande

imprensa. A questão racial não é mais importante. Não é mais tema a ser discutido. Assim, “as diferentes representações sobre os negros são assumidas” e

o problema racial deixa de constituir uma questão pública e veiculada explicitamente, transformando-se, ao invés disso, numa *série de imagens dispersas, interiores* e por isso mesmo ainda, e até hoje, muitas vezes *consensualmente* aceitas. (p. 255; itálicos adicionados)

Os preconceitos, agora implícitos, permanecem, não como questões, mas como pressupostos inquestionáveis. A partir de agora, no alvorecer de um novo século, a imagem da degeneração vai mostrar sua eficácia não na sua explicitação, “mas sim no local do implícito, do consenso, do silêncio” (p. 256).

A imprensa negra, que estudaremos a seguir, que o diga.

2. O *GETULINO* E SEU PROJETO EDUCATIVO DE INTEGRAÇÃO E ASCENSÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE BRANCA

2.1 Campinas às portas da Modernidade

Sevcenko (1998) explica a *modernidade* como “o fluxo intenso de mudanças, atingindo todos os níveis de experiência social, que se concentrou de fins do século XIX até cerca de meados do século XX” (p. 7). De maneira enfática, ele nos explica que:

(...) nunca em nenhum período anterior, tantas pessoas foram envolvidas de modo tão completo e tão rápido num processo dramático de transformação de seus hábitos cotidianos, suas convicções, seus modos de percepção e até seus reflexos instintivos. Isso não apenas no Brasil, mas no mundo tomado agora como um todo integrado. (p. 7 e 8)

Embora, citando o historiador egípcio nascido em Alexandria e radicado na Inglaterra, Eric Hobsbawm, ele concorde que as raízes da *modernidade* estejam na primeira revolução industrial (1780) ocorrida na Inglaterra, Sevcenko a localiza principalmente na segunda revolução industrial (1870), a Revolução Científico –

Tecnológica, que engendrou o desenvolvimento de novos potenciais energéticos como a eletricidade e os derivados de petróleo.

Sevcenko (Ibid., p. 9) faz uma enumeração impressionante dos novos campos de exploração industrial possibilitados pelas descobertas científicas da segunda revolução industrial: dos altos-fornos, passando pela indústria química e novos ramos metalúrgicos (com a utilização do alumínio, do níquel, do cobre e dos aços especiais) e chegando até ao desenvolvimento das áreas da bioquímica, microbiologia e bacteriologia, da farmacologia, da medicina etc. A televisão, a pasteurização, os arranha-céus, a anestesia e a seringa hipodérmica, a descarga automática e o papel-higiênico, o refrigerador, o sorvete, as comidas enlatadas, a Coca-Cola, a aspirina e o Sonrisal, a caixa-registradora são alguns entre uma massa de outras aplicações daquelas descobertas enumeradas pelo autor.

Pondera Sevcenko que, mais que a variedade de novos equipamentos, produtos e processos que entravam para o cotidiano, o mais perturbador era o ritmo com que essas inovações invadiam o cotidiano, principalmente das grandes metrópoles modernas (p. 10) e “o impulso extraordinário que ela deu para a consolidação da unidade global do mercado capitalista” (p. 11) que, com uma escalada de produção gigantesca promovida por complexos industriais que utilizavam equipamentos cada vez mais complexos e sofisticados e que contavam até com dezenas de milhares de trabalhadores, foi à procura de matérias – primas em todas as partes, competindo ferozmente com outros complexos industriais de outras nações desenvolvidas.

Concomitante a isso, esses complexos industriais exigiam a abertura de novos mercados no mundo para o consumo de seus gigantescos excedentes. Para Sevcenko (op.cit.),

Foi essa ampliação na escala das demandas e das exportações que gerou o fenômeno conhecido como neocolonialismo ou imperialismo, que levou as potências industriais, na metade do século XIX, a disputar e dividir entre si as áreas ainda não colonizadas do globo ou a restabelecer vínculos de dependência estreitos com áreas de passado colonial. (p. 12)

É evidente que áreas de economias e culturas tradicionais se viram tragadas por este torvelinho infernal. Mas a incorporação de novas possessões territoriais não bastava às

grandes potências ocidentais: era necessário transformar os modos de vida daquelas sociedades “de modo a instilar-lhes os hábitos e práticas de produção e consumo conformes ao novo padrão da economia de base científico – tecnológica” Estas tentativas de desestabilização de estruturas arcaicas levaram a um sem número de revoltas, levantes e guerras contra os invasores e aliados locais de meados do século XIX e o início do século XX (p. 12 e 13).

No que se refere à América Latina, digno de nota foi o acordo do Brasil com a Inglaterra que, com a ajuda dos segmentos liberais dos países platinos e almejando o controle do eixo econômico e territorial estratégico da região do Rio da Prata, atacou militarmente o Uruguai (1851, 1864-1865), a Argentina (1852) e o Paraguai (1865-1870), desarticulando seus focos de resistência tradicionalistas (p. 13).

As campanhas militares brasileiras no Prata e, particularmente, o imenso desastre que foi a Guerra do Paraguai fez o Brasil entrar em uma espiral de endividamento nunca antes visto, desestabilizando as bases do Império.

É nesse processo de desestabilização do Império que o Partido Republicano foi fundado e, no bojo dele, emergiria uma nova plêiade de intelectuais, artistas, políticos e militares, a chamada “geração de [18]70” que, influenciada pelas correntes científicas, pelo darwinismo social de Spencer, o monismo alemão e o positivismo francês de Comte, estabeleceria uma plataforma de modernização que seria edificada por sobre os escombros do Império (p. 14).

Imediatamente após a proclamação da República (1889), houve uma completa abertura da economia aos capitais estrangeiros. A idéia das novas elites era promover uma industrialização imediata e uma *modernização a qualquer custo* (p. 15). A consequência dessa abertura sem freios foi uma imensa fraude especulativa, arruinando a antiga elite econômica monarquista que vê, impotente, “a ascensão de uma nova camada de arrivistas, enriquecidos no jogo especulativo e nas negociatas dos primeiros anos do novo regime” (p. 15).

A nova ordem dominante agora era formada pelos “homens novos”, como eram chamados os grupos arrivistas, e pelos cafeicultores do sudeste. Eles seriam responsáveis por uma anarquia econômica extraordinária que foi da especulação mercado imobiliário e dos aluguéis chegando aos quadros do funcionalismo público, que assistiu estarecido a

uma série interminável de deposições arbitrárias, “degolas”, “despejos”, exílios e outras baixezas de igual jaez.

Sevcenko (Ibid., p.16) traz, a respeito, a palavra angustiada e indignada de Euclides da Cunha:

[são] sistemas mórbidos de uma política agitada, expressa no triunfo das mediocridades e na preferência dos atributos inferiores (...) é uma seleção natural invertida: a sobrevivência dos menos aptos, a evolução retrógrada dos aleijões, a extinção em toda linha das belas qualidades do caráter, transmutadas numa incompatibilidade à vida, e a vitória estrepitosa dos fracos sobre os fortes incompreendidos...Imaginaí o darwinismo pelo avesso aplicado à história...

A *modernização a todo custo*, desejo maior desta elite estrepitosa, teve um custo amargo para as camadas populares. Sevcenko (op. cit.) nos dá dois exemplos trágicos. O primeiro seria o massacre de Canudos perpetrado pela jovem República. Depois de quatro investidas militares que foram completamente desbaratadas pela altiva cidade (a última, comandada pelo general Moreira César, com artilharia pesada e equipamentos modernos), o poder central, para justificar o fracasso, atribuiu aos habitantes de Canudos a pecha de monarquistas decididos a derrubar o novo regime.

O epílogo brutal e trágico nós conhecemos bem: as duas divisões completas do exército (seria o maior poder militar concentrado depois da guerra do Paraguai), depois de uma série de lutas encarniçadas em que quase foram derrotadas pelos rebeldes, cercaram Canudos e a bombardearam com todo poder de fogo disponível. A ordem foi de não fazerem prisioneiros: quem caísse vivo nas mãos dos soldados era degolado imediatamente.

Na impossibilidade de ganharem militarmente, verteram barris de querosene sobre os casebres e queimaram os últimos remanescentes vivos. Não satisfeitos, destruíram a única igreja local repleta de mulheres, crianças e velhos, matando a todos. Na última trincheira, dois homens e uma criança lutaram até a morte. Canudos seria reduzida a cinzas (p.17 e 18).

Euclides da Cunha, então jovem jornalista, cobriu a campanha contra Canudos para o *Estado de São Paulo*. No início, também acreditava que Canudos era um bastião anti-

republicano. Quando chegou lá, percebeu melhor a situação. Sevcenko (Ibid., p. 19) imagina o espanto de Euclides da seguinte maneira:

(...) [os habitantes de Canudos] eram apenas trabalhadores rurais pobres, sem nenhuma educação formal, com um profundo sentimento religioso, e que estavam atordoados por mudanças de grande impacto simbólico ocorridas num repente, sem que eles fossem minimamente esclarecidos sobre seu significado, seu surgimento ou sua razão de ser. Para eles, como para o grosso da população alheia dos processos decisórios, o imperador era uma figura sagrada, assim como o eram o sacramento do matrimônio o campo santo dos cemitérios. A deposição do monarca, assim como a separação da Igreja do Estado, decretada pelos republicanos, só poderia lhes soar como atos, além de incompreensíveis, de desprezo e profanação de suas crenças mais íntimas e sublimes. De resto, além de manter o seu meio isolado e em seus lares o zelo e o respeito por esses princípios sagrados, eles só estavam tentando se defender dos desmandos das autoridades e dos potentados locais, usando para isso as armas que haviam tomado de seus próprios perseguidores.

O segundo episódio trágico está ligado à modernização da cidade do Rio de Janeiro. No início do século XX, o Rio de Janeiro tinha uma população um pouco inferior a um milhão de habitantes, a maioria composta de afro-descendentes (filhos de ex-escravos), ex-escravos, libertos e seus filhos, além de ex-escravos que migraram para o Rio, vindos das fazendas de café do Vale do Paraíba em busca de melhores oportunidades de trabalho.

Essa gente toda se concentrava em antigos casarões do centro da cidade, agora degradados pelo número muito grande de desvalidos que moravam ali e subdivididos em centenas de minúsculos cubículos alugados a pessoas que viviam ali precariamente e na mais completa promiscuidade (Sevcenko, op.cit, p.21).

Para as autoridades do Rio de Janeiro, esta população constituía-se em ameaça à ordem, à segurança e à moralidade pública. E o porto, que era considerado o principal em exportação e importação do Brasil, ficava nas imediações onde morava esta maioria pobre formada principalmente de negros.

A cidade, que deveria ser uma vitrine para os “ilustres” convidados estrangeiros, oferecia a eles focos permanentes de difteria, malária, tuberculose, lepra, tifo e as duas

campeãs absolutas da insalubridade, a varíola e a febre amarela. O Rio era chamado na época, de “túmulos do estrangeiro” (p. 22).

O que fizeram as autoridades para minorar este problema – acrescido, aliás, pela necessidade premente de modernizar o porto? Simples: idealizaram uma reforma geral tripartite: simultaneamente modernizariam o porto, estabeleceram o saneamento da cidade e fizeram a reforma urbana. Três homens receberiam a incumbência de realizar cada uma das três tarefas *a qualquer custo* e tiveram do presidente Rodrigues Alves carta branca para fazê-lo. Eram eles o engenheiro Lauro Müller (reforma do porto), o médico sanitário Oswaldo Cruz (saneamento) e o engenheiro urbanista Pereira Passos (reforma urbana).

A primeira medida foi a derrubada do casario do centro em que morava o grosso da população pobre, a maioria dela formada de negros. A operação foi saudada pela grande imprensa de “Regeneração”. Para as vítimas, a designação era simplesmente “política do bota-abixo”.

Suas famílias foram desalojadas sem nenhuma indenização, nem havia nenhuma política para realojá-los. Sem alternativas, essa população juntou restos de madeira de caixotes de mercadoria descartados no porto e fizeram com eles pequenos barracos nas encostas íngremes dos morros cariocas que cobriram com folhas-de-flandres de latões de querosene desdobrados. Estava inventada a favela.

Um contingente significativo não subiria os morros: ficaria em cortiços e hotéis baratos, os “zungas”, em que famílias inteiras alugavam esteiras no chão, alinhadas umas ao lado das outras em condições subumanas. A segunda medida foi a mobilização de “batalhões de visitantes sanitários” que, no intuito erradicar a varíola, tinham ordem de entrar em qualquer cortiço, “zunga” ou barraco e vacinar os residentes; mas, uma vez constatado perigo iminente contra a saúde pública, as habitações eram postas no chão e seus habitantes não tinham direito à indenização ou realocação (Ibid., p.23). Diante de tanta humilhação e arbítrio,

num surto espontâneo, massas de cidadãos se voltaram contra os batalhões de visitantes e a força policial, dirigindo-se para o centro da cidade, onde as obras de reforma urbana prosseguiam. Lá chegando, entricheiraram-se entre as valas abertas, tomando ferramentas e materiais de construção como armas, com as

quais puderam enfrentar os reforços pela polícia. O motim ficou conhecido como a Revolta da Vacina, de 1904 (...) (p. 24)

Para as autoridades, as pessoas se revoltaram por pura ignorância e medo de tomar as vacinas. Não entendiam que os desvalidos estavam reagindo contra uma violência e humilhação institucionalizadas. Eis Canudos rediviva na capital da República!

A Guarda Nacional foi convocada para reprimi-los. Como a resistência só se fazia aumentar, os bombeiros foram também acionados, mas a situação continuava incontrolável. Foi que entrou na história o presidente Rodrigues Alves, que acionou o exército, mas a insurreição não cedia. A marinha foi, então, acionada. Nada debelava, porém, os revoltosos. Finalmente chamaram tropas de Minas Gerais e de São Paulo que se juntaram às outras que lá estavam e, após dez dias de intensos combates na rua, o movimento foi debelado.

A repressão contra os pobres foi brutal. Segundo decreto presidencial, qualquer homem e mulher que fosse abordado na rua por policiais e não conseguisse comprovar residência fixa e emprego, era detido na hora. Como se vivia numa época de déficit habitacional e a grande maioria dos pobres e a maioria entre eles, os negros, viviam de “bicos”, o decreto praticamente incidiu sobre toda a população pobre.

Segundo Sevcenko (Ibid., p. 26), os detidos eram levados para a ilha das Cobras, eram despídos e violentamente espancados. Em seguida, eram postos à força em porões de vapores que partiam para a Amazônia. Lá eram abandonados no meio da selva para morrer à míngua.

Quando a *Regeneração* se completou nesse mesmo ano de 1904, seu grande marco foi a inauguração da Avenida Central, hoje Rio Branco. As fachadas das casas e lojas do comércio seguiam um *décor* arquitetônico *art nouveau*, em mármore e cristal, “combinando com os elegantes lampiões da moderna iluminação elétrica” (p. 26). As revistas mundanas e as colunas sociais da grande imprensa incitavam a burguesia para o desfile de modas da grande e elegante avenida: os homens, vestidos à inglesa e as mulheres exibindo as últimas extravagâncias da moda parisiense. Quando se cruzavam na avenida se cumprimentavam com um *Vive la France!* Quem não se trajasse dessa maneira era impedido de andar na avenida dos ricos. O carnaval popular foi proibido, mas o carnaval dos ricos, não, pois imitava o carnaval de Veneza...

Não há como não voltarmos à expressão, cara às elites republicanas, de uma *modernização a qualquer custo*. Se, para a República, Canudos era o passado, a monarquia, o atavismo, o primitivo, o atraso, a população desvalida que morava nos cortiços do centro do Rio de Janeiro era a responsável pela insalubridade, a feiúra e a promiscuidade, afinal eram, em sua imensa maioria, negros saídos da senzala havia pouco tempo...

Por isso, Canudos foi apagada do mapa e os pobres da região do porto do Rio de Janeiro expulsos para os morros íngremes ou espancados e abandonados para morrer na Amazônia. Os locais da mais extrema opressão são simbólicos: representam a supremacia da vontade das elites brancas na nascente República tanto nos sertões longínquos como no coração da capital. A modernização teria de vir a toque de caixa nem que viesse à força da violência e do autoritarismo.

Na sua loucura de modernizar *a qualquer custo*, as elites republicanas atropelaram a história. Como “reduzir a complexa realidade social brasileira, singularizada pelas mazelas herdadas do colonialismo e à escravidão” a padrões “de gestão social hauridos de modelos europeus e norte – americanos”? Elas – as elites - acreditavam “que a instauração do novo regime implicasse pelo mesmo ato o cancelamento de toda herança do passado histórico do país e pela mera reforma institucional ele tivesse fixado um nexos co-extensivo com a cultura e a civilização industrializadas”! (Ibid., p. 27).

Seria, a despeito do simplismo da imagem, querer hoje acabar com a corrupção no nosso país com a elaboração de um decreto anticorrupção... Para Sevcenko, estes discursos, quando colocados na prática, desencadearam “formas extremas de opressão quando voltadas para as populações destituídas de qualquer educação formal e alheadas dos processos decisórios”. E nos oferece exemplos assemelhados aos que descrevemos como a *Guerra do Contestado* (1912 – 1916) ocorrida nos limites dos estados do Paraná e de Santa Catarina e o bombardeio desumano da população paulista no episódio da Revolta de 1924, seguido de execuções sumárias de imigrantes (p. 27).

Localizando a modernidade em Campinas, Maciel (1987) cita Gebara¹⁵ que, baseado em alguns *Almanaques de Campinas*, publicados por José Maria Lisboa entre 1870 e 1873, afirma que, já naquela época, a cidade passava por um

processo de urbanização no qual acomodavam-se as estruturas agrícolas da família patriarcal, com os componentes de uma comunidade atendida por inúmeros serviços urbanos como ferrovia, correio, telégrafo, teatro, clubes, escolas, iluminação a gás, jornal, serviços que, entre outros, oferecem a viabilidade de aflorarem atitudes menos integradas àquelas pré-existentes, à medida que alguns desses serviços tendem a modificar mecanismos de controle social quer pela participação dos elementos urbanos e das categorias não comprometidas com o sistema. (p. 41)

Sobre um desses ícones da modernidade nascente em Campinas, Lapa (1995) lembra uma notícia saída na *Gazeta de Campinas* de 12 de agosto de 1872. Francisco Quirino dos Santos assim se refere à chegada do primeiro trem na estação ferroviária de Campinas:

Contavam-se três horas e meia quando um estremecimento estranho veio electrizar em todos os sentidos aquella reunião enorme: ouvia-se longinquo um rugido estridente e os echos repercutiam pelas nossas belas campinas o férreo galopar do mysterioso hypogripho¹⁶. (p. 29)

Maciel (op.cit.) vai nos chamar a atenção justamente sobre a mecanização dos transportes, que evidenciava a urbanização de Campinas. A cidade, grande centro ferroviário a partir de 1912, começou a sentir a presença dos automóveis que rapidamente aumentavam em número. Em 1913, segundo ele, Campinas contava com 71 automóveis e em 1925 seu número chegava a 4411. A primeira estrada ligando Campinas a São Paulo seria inaugurada em 1921 e foi um grande feito para a época.

¹⁵ GEBARA, Ademir. *Campinas (1869 – 1875)*. Republicanismo, imprensa e sociedade, mimeo. Dissertação de mestrado, USP, 1975, p. 18.

¹⁶ *Hypogripho* ou, na ortografia atual, *hipogrifo* é, segundo o Grande Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa, um animal mitológico metade cavalo, metade ave de rapina (talvez águia).

“Mas o trem se manteve na vida de cada vez mais pessoas. A maioria da população o utilizava, e era nas estradas de ferro que o negro encontrava os melhores empregos”. Um outro índice interessante mostrado por Maciel, que confirma Campinas como cidade urbanizada na época, é o fato de que em 1920 quase 50% dos homens e mulheres com ocupação definida se ocupava com atividades urbanas (p. 42).

Lapa (Ibid.) faz em seu trabalho um inventário impressionante das inovações que chegam a Campinas ano após ano: a 23 de agosto de 1878, no *Rink Campineiro* houve a demonstração de como funcionava um bizarro aparelho chamado *telephone*. Campinas foi a segunda cidade no mundo a introduzir o uso do telefone, isso em 1878. A primeira seria a terra do seu inventor (Graham Bell), Londres, que o instalou em 1876! O cinematógrafo, inventado pelos irmãos Lumière, exibido na Europa em 1895, seria exibido por aqui em 1897 (p. 29). O trem de ferro e a iluminação a gás chegariam no mesmo ano, 1872; a luz elétrica e a água encanada seriam instaladas em 1887 e o bonde elétrico, em 1878. Isso mostra indubitavelmente o poderio econômico da aristocracia cafeeira que residia na cidade.

Lapa (op.cit.) identifica alguns dos traços econômicos que atestam a modernização campineira a partir de meados do século XIX: a) o crescimento de sua população livre e escrava, “exigindo maior complexidade nos serviços que a cidade produz”; b) a diversificação do quadro profissional, com a formação do mercado de trabalho livre; c) o advento das estradas de ferro; d) o surgimento das indústrias; e) a multiplicação das instituições, que sintonizadas com o poder público municipal, permitem que aqueles serviços atinjam certo grau de qualidade. Para ele,

A introdução da indústria em Campinas, com manufaturas e fábricas ligadas à agricultura (máquina e implementos agrícolas), ao vestuário (chapéus), à iluminação doméstica (velas de cera) e à construção civil (olaria), quebra ainda mais a auto-suficiência rural dos engenhos e fazendas de café e contribui para a difusão de usos que só a produção em escala permitia (p. 23)

Para ele, o processo de industrialização de Campinas é viabilizado pelo excedente do capital cafeeiro que também se dirige para as ferrovias, bancos e serviços públicos (p. 24). Nesse sentido, o pesquisador afirma que o poder público de Campinas lutou com sérias

limitações para implementar os serviços que lhe competia, “sendo complementado substantivamente, quando não até liderado pelo capital privado”.

O capital privado, beneficiado pelo alto excedente do capital (lucro) criado pelo comércio do café, “assumiu o financiamento da urbanização de Campinas, no que se incluiu a diversificação dos investimentos dos fazendeiros, num mecanismo que não deixou de subordinar o poder político ao poder econômico” (p. 37).

Lapa (Ibid., p. 20) ainda destaca que a emergência da modernidade em Campinas começa, simbolicamente, em meados do século XIX com a construção do Teatro São Carlos, em 1850. A partir daí, a corrida *moderna* vai se intensificando, só havendo um hiato na dupla ocorrência da febre amarela em 1889 e 1897. O preço pago pela cidade, com a ocorrência dos dois surtos, seria econômica, política, social e culturalmente muito alto e foi estabelecido “pelas contradições e limitações que a própria cidade e os seus moradores ofereciam”.

Maciel (Ibid., p. 42 e 43) vai pintar com cores trágicas a abstração das contradições afirmadas por Lapa. Jolumá Brito¹⁷, um velho e conhecido historiador campineiro, citado por Maciel, vai dizer que “tanto quanto acontecera no ano anterior, também em 1890 morriam-se pelas ruas da cidade, cadáveres eram encontrados em vias públicas, morriam-se sem assistência alguma, e famílias inteiras pereciam faltas de quaisquer socorros”.

O processo de modernização, segundo Lapa (op.cit., p. 20), apesar de atingir a todos, beneficiará apenas uma camada da população: “aquela que detém os meios de produção e, em consequência, o poder econômico e político”. É essa camada formada pela aristocracia cafeeira que se atualizará com esse progresso, oferecendo em troca “a estrutura subdesenvolvida de amplos contingentes da população, incapazes ou impedidos de usufruir das conquistas que os eleitos pelo capital reservaram para si”.

Sem dúvida, os não escolhidos pelo capital neste processo irreversível e exclusivista de *modernidade da minoria*, têm uma vida muito difícil. E uma morte também bastante indigna. Maciel (Ibid., p. 43) nos conta, após minuciosa pesquisa no *Diário de Campinas* que cobriu os anos de 1890 a 1912, que a *causa mortis* dos negros campineiros era a mais diversa possível: morriam, em sua maioria, sem indicação de causa, quando achados já mortos nas via públicas, de “marasmo senil”, ou seja, de velhice, de síncope cardíaca, de

¹⁷ BRITO, Jolumá. *História da cidade de Campinas*. 1967, volume 23, p. 63.

inanição, assassinados com facadas, tiros, espancamentos, envenenamento e enforcados, afogados nas enxurradas de chuvas e nos rios; morriam de frio e atropelados pelo trem, quando não trabalhavam e de acidentes de trabalho quando estavam empregados.

Muitos doentes de todas as idades e um número grande de corpos de crianças eram abandonados nas portas dos cemitérios ou nas estradas com indicações dramáticas àqueles que os encontravam no sentido de enterrá-los, se assim pudessem... “A falta de recursos para enterrar seus mortos foi motivo para o surgimento de entidades assistenciais objetivando, entre outras coisas, dar o “auxílio-funeral”.

À violência institucionalizada, os setores populares não responderão apenas pontualmente, como nos caso de Canudos nas imensidões do Brasil ou da insurreição do povo pobre nas ruas do Rio de Janeiro republicano. Há resistência silenciosa também; resistência de cunho cultural e espiritual.

Sevcenko (Ibid., p. 32), por exemplo, nos lembra “o extraordinário apego de populações imigrantes às formas, objetos e espaços de algum modo ajustáveis às suas reminiscências de origem”. Há também, segundo ele,

a manutenção de todo um circuito de contatos sociais, trocas culturais e práticas ritualizadas em redes clandestinas, cercadas por códigos de silêncio e jargões indecifráveis, acessíveis apenas aos iniciados, como meio peculiar de garantir-se contra as invasões da autoridade arbitrária e intolerante.

Uma forma de resistência, segundo o historiador, “eram as tatuagens, difundidas em profusão nos meios populares do Rio de Janeiro, um dos seus usos sendo o de marcar em toda a extensão das costas com imagens do Cristo crucificado, com o calculado intuito de intimidar os agentes policiais nas eventuais sessões de espancamento” (p. 32).

2.2 A imprensa negra no Brasil do início do século XX ao final da década de 1930

Bastide (1973) afirma que a IN nasceu sob o signo da consciência da desigualdade: “o negro não é tratado em pé de igualdade com o branco” (p. 134). Sua função essencial

será, portanto, a de ser um órgão de protesto. Para provar sua tese, enumera alguns trechos de jornais negros dos quais selecionamos um, muito significativo (p. 140):

Qual é o preferível? O sentimentalismo brasileiro ou a brutalidade americana? O nosso sentimentalismo não é homicida? Daqui a trinta ou cinquenta anos a raça negra será extinta no Brasil graças ao nosso sentimentalismo. Os americanos lincham cinquenta negros por ano. Nós matamos a raça inteira no Brasil (Horácio da Cunha, *Clarim da Alvorada*, 2ª fase, VI, 2)

Impressiona a clareza ideológica do articulista em uma época confusa, em que grande parte dos jornalistas das folhas negras ainda se sensibilizava com o discurso científico racista. Horácio da Cunha tem plena consciência do caráter dissimulado, implícito e sutil do racismo à brasileira. A teoria do *branqueamento*, largamente disseminada à época faz com que não possamos censurá-lo pelo exagero da “profecia” do fim da raça negra, projetada para dali a cinquenta anos. O “fim da raça negra” já era especulado pelo menos já no último quartel do século XIX por intelectuais do porte de Sílvio Romero, Raimundo Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, todos entusiastas das teses racistas da ciência, que ganharam força entre nós a partir da década de 1870.

Se, para Bastide (op.cit., p. 130), a vocação essencial da imprensa negra é o *protesto*, ele não nega que a *educação* tem função fundamental nela. Educar é ato político coletivo e a preocupação primeira dos órgãos de imprensa negros no tocante à educação é chamar os sujeitos negros para um projeto coletivo, dar a eles o senso de solidariedade para lutarem contra o racismo e contra o sentimento de inferioridade. Daí a superestimação dos valores negros e a apologia dos grandes vultos negros da história que povoam as páginas dos jornais negros.

Para Gomes (2005), os jornais da imprensa negra desde o final do século XIX, mas principalmente nas primeiras décadas do XX estavam imbuídos de um mesmo propósito: “denunciar as condições de vida, a segregação, a falta de oportunidades, o cotidiano do racismo e a violência experimentada pelas populações negras, sobretudo nas cidades” (p. 32).

Poderíamos dizer, portanto, que, para cada função, temos pelo menos um desafio: à *denúncia*, o duplo desafio de conscientizar a população negra para a dura realidade do

preconceito de cor e, ao mesmo tempo, conclamá-la para o *protesto* (desafio e função), de lutar por sua cidadania. À função *educativa*, o desafio de *juntar*, de *congregar*, de se *criar consenso* em torno de questões cruciais, de *mobilizar*; o desafio maior da *solidariedade*.

Uma solidariedade que, para Gomes (Ibid., p. 35), foi “forjada à pena e refletida nas matrizes e no tipógrafo”, expressão extremamente sutil que relativiza uma solidariedade que está mais para os ideais dos editores dos jornais negros do que para a realidade dos laços entre os membros da população negra (*solidariedade forjada*). Solidariedade que não leva à reflexão, pois ato mais idealista que real, mas que apenas *reflete* esse idealismo da elite negra (*solidariedade reflexa e não reflexiva*).

O mesmo autor afirma que os periódicos da imprensa negra se transformaram em espaços onde as idéias dos negros letrados eram expostas. “Seus editores propuseram-se a divulgar uma literatura que *imaginavam* interessar e principalmente ‘educar’ seus irmãos”, missão ao mesmo tempo “didática” e “redentora” que “determinou um certo distanciamento entre produtores e leitores (p. 37; *itálico adicionado*)”.

Gomes (op.cit.) confirma (ver seção subsequente) a presença indubitável de uma *elite negra* formada por editores, jornalistas e colaboradores dos jornais negros, elite alfabetizada e, mais do isso, letrada (p. 37). No entanto, nos mostra que pensar em capitulação negra à sociedade branca é um erro; há a elite, mas há um *projeto negro*.

Devemos entender, segundo ele – e achamos que sua proposta é justa – *que há uma elite com um projeto negro*. E que a elite idealiza e, idealizando, se afasta de sua base. Essa elite *imagina* que os textos que produz são capazes de aglutinar e provocar uma solidariedade, até certo ponto, idealizada também, mas incapaz de impedir o projeto negro.

O afastamento da elite da base, acreditamos, não está no fato de imaginarem que o negro das ruas terá alguma expectativa sobre seus textos, mas na missão de educar a “raça”, ao mesmo tempo, didática e redentora. O negro alfabetizado (quicá letrado) lerá seus textos, mas não estará permeável a eles, pois suas linhas estão eivadas de *moralismo*, elemento presente em qualquer projeto que queira se impor a partir de regras pressupostas como boas e generalizáveis (o didatismo) e que pretenda *libertar, resgatar, compensar* (a redenção).

A esse *moralismo*, Bastide (1973) chamará de *puritanismo negro*, afirmando que o *moralismo* é essencialmente subjetivo, “ao passo que o *puritanismo* dá atenção antes de mais nada ao que se vê, às manifestações exteriores e que podem classificar um ser no

interior de um grupo (...) o que vale é o comportamento mais que a atitude exterior” (p. 150 e 151).

Ora, não bastam os exemplos modelares dos grandes vultos negros da história; é necessário que o negro se mostre íntegro no cotidiano, que a integridade se dê na ação, no fazer. O ensaísta faz uma lista bastante longa das advertências, conselhos e “pitos” endereçados aos jovens negros pelos jornais que representam a “classe”: a) a condenação do alcoolismo, distintivo de classe baixa; b) o apelo freqüente de maior dignidade para as relações entre homem e mulher; c) apelo aos pais para que vigiem mais os filhos; d) a condenação da preguiça, da vagabundagem e da mendicidade que coloca o negro à mercê da caridade do branco; e) a regulamentação do modo de se vestir: não se admitem vestidos muito curtos para as moças negras; f) a regulamentação de pequenas regras socialmente valorizadas; g) apelo às antigas virtudes dos lares que foram abandonadas; os filhos têm excessiva liberdade, não são modestos e não obedecem (p. 151):

É preciso acabar com os ajuntamentos de don-juans sem escrúpulos, de rodinhas de incomportados. É necessário extinguir esses focos de obscenidades que provocam as cenas mais escandalosas; esse misturar de homens e mulheres sem a mínima sombra de pudor, sem nenhuma compostura. É urgente acabar com esse relaxamento que depõe contra os nossos foros de raça progressista. É imprescindível uma reforma nos costumes, nos gestos (A VOZ DA RAÇA, III, 63 e 64).

Como podemos perceber, com exceção da exortação “d” (*mendicidade, preguiça e vagabundagem*), todas as outras se referem ao negro fora das ruas. Gomes (Ibid.) se apercebe disso quando afirma que os salões alugados para os bailes são “o espaço privilegiado e valorizados pela “classe de cor”. As virtudes de “civilidade” e “elegância”, garantidoras do “decoro” e do bom comportamento seriam avaliados pelos empresários responsáveis pelos “clubes dançantes”, pelos mais velhos e pelas famílias tradicionais dos bairros e avalizadas pela imprensa negra, constituindo-se em matéria-prima para suas reportagens e críticas (algumas acerbas).

Temos aí também uma função educativa, “na medida em que os jornais são porta-vozes dos seus valores culturais e morais” (p. 40). Os passeios (*footings*) por determinadas

áreas da cidade e a prática do *foot-ball* (lembramos que o futebol, no início do século era um esporte de elite) são os outros espaços de lazer onde

a solidariedade da ‘classe de cor’ é construída por referenciais comportamentais que a distinguem do ‘preto comum’, cujo principal estereótipo inclui a brutalidade, o analfabetismo e a miséria relacionados com a escravidão (p. 41)

Uma última palavra em relação aos espaços de lazer dos negros se faz necessária. Gomes (Ibid., p.29) informa que os jornais negros do início do século XX estavam, quase todos, vinculados a sociedades dançantes, clubes recreativos e associações beneficentes. Alguns jornais funcionavam como espaços de divulgação das atividades (palestras, reuniões, bailes e festas) dessas associações. Havia também várias associações negras que publicavam seus jornais. Bastide (1973), comentando a relação umbilical entre associações e jornais negros assim se pronuncia:

Em certa medida, pode-se mesmo dizer que a imprensa preta saiu desse movimento associativo; muitos jornais são primitivamente órgãos de um clube que procura estender-se. E não obstante, os jornalistas [negros] se queixam do individualismo do negro, da falta de espírito de solidariedade. De fato, não se trata de individualismo, mas de conflito de associações umas com as outras. (p. 155 e 156)

Citando Ferrara¹⁸, Moura (2002) explica que há três períodos bastante distintos na história da imprensa negra paulista no século XX: o primeiro, que vai de 1915 a 1923, é marcado pela tentativa de integração do negro na sociedade brasileira e a formação de uma consciência que ganhará, mais tarde, foro político. O segundo começa com a fundação do jornal *Clarim da Alvorada*, em 1924, atingindo seu ápice com a organização da Frente Negra Brasileira (FNB) e em 1933 com a fundação de *A Voz da Raça*, terminando com a instauração do Estado Novo. Este seria, segundo Ferrara, o período do início das

¹⁸ FERRARA, Miriam. *Imprensa Negra Paulista (1915-1960)*. Dissertação de Mestrado, IFLCH/USP, 1981.

reivindicações políticas na imprensa negra. O momento das grandes reivindicações políticas marca o terceiro período, que vai da redemocratização de 1945 e chega até 1963. Nesse período, militantes da causa negra se filiam a partidos políticos e se candidatam a cargos eletivos.

O primeiro período da imprensa negra compreenderia o surgimento do *Menelick*, em 1915, seguido por *A Rua* e *O Xauter*, em 1916. Depois viriam *O Alfinete* e *O Bandeirante*, em 1918; em 1919, *A Liberdade*; em 20, *A Sentinela*; em 22, *O Kosmos*; em 23, o *Getulino*; em 24, *O Clarim da Alvorada*; em 24, *O Clarim da Alvorada* e o *Elite*; em 28, o *Auriverde*, *O Patrocínio* e *Progresso*; em 1932, *Chibata*; em 33, *A Evolução* e *A Voz da Raça*; em 35, *O Clarim*, *A Raça e Tribuna Negra*; em 36, *A Alvorada*; em 46, *Senzala*; em 1950, *Novo Mundo*; em 54, *O Novo Horizonte*; em 57, *Notícias de Ébano*; em 58, *O Mutirão*; em 1960, *Hífen* e *Níger*; em 61, *Nosso Jornal*; em 63, *Correio D'Ébano*. Ferrara ainda citaria *União*, de Curitiba; *Quilombo* e *Redenção*, do Rio de Janeiro; *A Alvorada*, de Pelotas e *A Voz da Negritude*, de Niterói (p. 8).

Há também jornais como *O Treze de Maio* (1888), *A Pátria* (1889), *O Exemplo* (1892), *A Redenção* (1899), *O Baluarte* (1903), *O Propugnador* (1907), *O Combate* (1912), *O Patrocínio* (1913) (Gomes, 2005, p. 28), sem falarmos de *O Bandeirante* (1910) e *A União* (1917), citados por Maciel (1987, p. 92 e 93).

Entre os últimos, *O Baluarte* (1903), *O Combate* (1912), *O Bandeirante* (1910) e *A União* (1917) eram jornais negros campineiros. Ignoramos por que nenhum deles aparece na enumeração de Ferrara citada por Moura (2002) e por que eles não poderiam entrar no período caracterizado por ela pela tentativa de integração do negro na sociedade brasileira e a formação de uma consciência política incipiente, alargando esse período em, pelo menos 12 anos (1903-1923). Ele começaria com *O Baluarte* (1903) e não com o *Menelick* (1915)¹⁹.

Contextualizando historicamente os períodos descritos por Ferrara, Moura (Ibid., p. 9) localiza o final do primeiro período, “quando a ebulição da pequena burguesia radical e militar desemboca na Coluna Prestes”. A segunda passa pela Revolução de 1930 e vai até a

¹⁹ Isso se no restante da enumeração de Gomes não houver outro jornal negro nascido no Estado de São Paulo, informação de que não pudemos dispor, infelizmente, até o final de nossa pesquisa.

implantação do Estado Novo, em 1937 e a última vai da redemocratização em 1945 e avança até o golpe militar de 1964.

Moura (Ibid., p. 10) chama a atenção para algo singular que está acontecendo, na época, na imprensa negra: ela não está preocupada com os acontecimentos macro-políticos do país. Ela é uma imprensa essencialmente “setorizada” e preocupada com seu “pequeno universo”. Sua missão central é a de integrar o negro, através da educação, à sociedade brasileira, transformá-lo em cidadão. Bastide (1972) dirá que a imprensa negra quase nunca é uma imprensa de informação e que o negro letrado interessado nos problemas políticos do Brasil vai procurar a “grande imprensa” da época. Ele dá o nome de *imprensa adicional* a essa imprensa que Moura chama de *setorizada* (p. 130).

Não se sabe bem ao certo, ainda, como muitos destes jornais surgiram, quem eram seus redatores e quais suas filiações ideológicas. O que sabemos, sem dúvida, é que a maioria deles só ganhava existência por causa do sacrifício e da abnegação de muitos de seus jornalistas e gráficos, que investiam parte de seus poucos salários para terem a satisfação de ver os jornais passando pelas mãos de seus irmãos negros. As edições eram modestas, algumas mensais e a maioria delas teve vida efêmera (Gomes, Ibid., p. 28). *A Protectora*, jornal negro de Campinas, rival do *Getulino*, tinha, ao que parece, edição anual!

Moura (op.cit.) nos dá uma idéia das grandes dificuldades financeiras pelas quais passava a imprensa negra. Era quase impossível manter jornais que pretendiam representar uma população composta, na sua maioria, de marginais, subempregados, favelados, biscateiros e desocupados. Eram veículos que, em sua grande maioria, não faziam publicidade de nada em suas páginas. O *Getulino* será uma das raras exceções a essa cruel regra.

Valeria a pena transcrever, finalizando esta seção, o depoimento dramático sobre a sobrevivência heróica dos jornais negros de um velho militante da imprensa negra de São Paulo, Raul Joviano do Amaral, prestado a Moura e gravado por este em 15 de junho de 1975 (op.cit.; p. 14):

Os jornais surgiram com a finalidade de integrar associativamente o negro. Os iniciadores da imprensa negra, por pertencerem à base da sociedade, colocados no seu grau mais baixo, não tinham condições econômicas para manter a imprensa. É de se adivinhar as dificuldades que se tinha para editar esses jornais.

Como mantê-los, se a coletividade, o grupo, não tinham nenhum poderio econômico? Apenas o sacrifício, a boa vontade de abnegados permitiam a existência desses jornais. Muitos deles despendiam o que ganhavam modestamente para manter e publicar esses jornais. Não havia, por isso, uma periodicidade regular de publicação: quando havia dinheiro, o jornal saía com regularidade; quando não havia, o jornal saía com atraso. Uma das maneiras de sustentar esses jornais era freqüentar as sociedades negras existentes na época, distribuí-los e pedir uma contribuição para o próximo número. Os próprios diretores, os próprios redatores iam levá-los às sedes dessas associações. Com o tempo, foram criadas cooperativas. Mas, mesmo assim, foi muito difícil mantê-los à base da cooperação porque o negro não tinha condições econômicas.

Moura (Ibid., p. 14) observa, baseado não só no depoimento colocado acima, mas também em outros depoimentos de militantes da causa negra no século XX, que a tese de Bastide (1973) e de outros autores de que havia uma classe média ou uma *elite negra* que via refletidas nos jornais negros suas idéias e valores, deve ser relativizada, pois, como deixa claro Joviano do Amaral, era através de mutirões e dos “centavos e tostões” de homens de baixa renda que os jornais negros eram sustentados.

Como a questão da *elite negra* é, ainda hoje, um ponto nevrálgico (há muitos outros...) e um nó cego para os pesquisadores da história e da cultura negra, seria interessante esclarecermos algumas nuances que nos parecem mais evidentes. Tudo indica que houve, de fato, na chamada imprensa negra, uma *elite*. O *projeto educacional* de integração e resistência ao preconceito dos jornais que a compõem conforma um poderoso argumento nesse sentido.

No entanto, essa *elite* não é, de forma alguma, uma *elite econômica*, que detém poder e recursos financeiros, no molde das classes dominantes brancas. Eles são uma *elite* quando comparados aos seus irmãos desvalidos da maioria negra porque alfabetizados e, mais do que isso, letrados. Além disso, a ida da militância (diretores e redatores) às associações para fazer “mutirões” e angariar algum dinheiro para as próximas edições deixa, teoricamente, as *elites* mais próximas das bases do que supõem muitos estudiosos da causa negra.

Em suma: mais uma vez, não temos, felizmente, um *ou* outro, mas um *e* outro: há, sim, uma *elite negra pobre ou remediada* e há também uma maioria negra desvalida que ajuda, quando e como pode, aqueles que supõem ser a vanguarda do movimento.

Lembremos que nos diálogos transnacionais promovidos pela imprensa negra há um episódio extremamente interessante: José Correia Leite, velho militante da causa negra, e outros ativistas foram procurados na redação de *O Clarim da Alvorada* por Alcino dos Santos e João Sótero da Silva, que sugeriram aos dois a *tradução* de matérias sobre o movimento pan-africanista, notadamente dos textos de Marcus Garvey, importante liderança negra do final dos anos 1920. O projeto foi levado a cabo e coube a um outro ativista negro, Mário de Vasconcellos que, como os outros dois citados, era baiano (Gomes, *Ibid.*, p. 41 e 42), fazer as traduções.

Não se trata apenas de um negro heróico (de *elite*?) dessa época heróica que traduziu um texto do inglês²⁰. Trata-se de um *projeto* e, mais do que isso, de um projeto de cultura ambicioso que *quis* dialogar com algo absolutamente contemporâneo, “moderno” e crucial para a cultura e a sobrevivência negra neste país: as idéias do pan-africanismo a partir de um dos seus mais brilhantes defensores!

Segundo Correia Leite, os textos traduzidos (não apenas os de Garvey) não eram idolatrados acriticamente pelos negros. Havia muita controvérsia e posições divergentes em relação às idéias dos americanos. Os que rechaçavam essas idéias tinham dois argumentos centrais: a) achavam ilegítimo os militantes negros simpáticos àquelas idéias trazer para o Brasil um “movimento importado”; b) acreditavam que Correia Leite e demais simpatizantes estavam defendendo um “modelo racista” para o Brasil. As palavras de Correia Leite que transcrevo de Gomes (*op.cit.*) não deixam dúvidas quanto à importância das idéias contemporâneas de líderes de outros movimentos negros pelo mundo para colocar em movimento os destas plagas:

O movimento garveyista entre nós [negros brasileiros] ficou restrito, mas serviu para tirar certa dubiedade do que nós estávamos fazendo. Procurávamos fazer doutrinação, uma espécie de evangelização. As idéias de Marcus Garvey vieram reforçar as nossas. Com elas nós criamos mais convicção de que estávamos

²⁰ Supremo mistério: onde este negro admirável teria aprendido inglês? Que escola pública da época (anos 1920) teria ensinado inglês a um negro?

certos. Fomos descobrindo a maneira de como a gente era discriminada. (p. 42 e 43)

Não obstante a pouca penetração das idéias gaveyristas entre os militantes da causa negra à época de Correia Leite, a “dubiedade” a que se refere o velho militante negro pressupõe a tese de que eles estavam certos em suas convicções políticas (uma das faces do duplo valor), mas a militância era “evangelizadora” e doutrinária (a face negativa da moeda). As idéias de Garvey corroboraram uma ação política intuída como correta. Faltavam os textos, a *palavra*, digamos assim, do militante americano do pan-africanismo, para que tivessem a *certeza* de que estavam certos no caminho que trilhavam.

Não se trata de serem *tocados* pela palavra de um *iluminado*. Entendamos bem as palavras de Correia Leite: “[nós] fomos *descobrimos* a maneira como a gente era discriminada”. O verbo no gerúndio (*descobrimos*) mostra que as idéias de Garvey não foram mal digeridas, evidencia um *processo* que se deu em meio a debates e discussões junto ao movimento negro da época, uma contenda ideológica que, à medida que se dava no campo teórico, confirmava a justeza de seus julgamentos sobre o racismo brasileiro e ajudava, simultaneamente, na exclusão do discurso pronto, vazio, não dialógico, de sua prática política cotidiana.

O modernista Oswald de Andrade dizia que tinha descoberto o Brasil olhando-o do alto da torre Eiffel. A estes militantes negros da velha guarda, bastou confrontar sua *práxis* à dos militantes americanos negros radicais para descobrirem um caminho – em parte já trilhado por eles – de militância contra o racismo.

2.3 A imprensa negra em Campinas

Vimos, na seção anterior (p. 59) que os jornais negros estavam, quase todos, vinculados a sociedades dançantes, clubes recreativos e associações beneficentes. Alguns jornais funcionavam como espaços de divulgação das atividades dessas associações. Havia também várias associações negras que publicavam seus jornais. Para Bastide (1973), a gênese da imprensa negra está nos movimentos associativos e, originalmente, boa parte dos jornais negros são apêndices de um dado clube que procura crescer.

Seria lamentável escrever sobre a IN, em geral, e sobre a IN de Campinas, sem nos referirmos às associações negras.

Maciel (Ibid., p. 74) nos dá notícia de algumas associações negras de Campinas, sem antes nos advertir que muitas delas não deixaram registro de suas atividades, muito menos data de surgimento, composição, finalidade e data de desaparecimento. A *Flor da Mocidade*, que já existia antes da abolição, resiste até 1920; as *Filhas de Averno* tem sua existência comprovada entre 1888 e 1895; a *Sociedade Beneficente Luiz Gama*, fundada cinco dias após a abolição, que fundou um colégio que funcionou até meados da década de 1890; a *Sociedade 13 de Maio*, fundada provavelmente logo após a abolição, que atravessou toda a década de 1890 com sede na rua Francisco Glicério (não há referências à data de seu desaparecimento).

A *Sociedade Beneficente Isabel a Redentora* foi fundada em 3 de setembro de 1899 com a finalidade de “auxílio mútuo, auxílio pecuniário por moléstia, desastre ou velhice, auxílio funeral, luto de família e doações a órfãos associados”. Possuía quatro prédios e 121 associados. De 1920 a 1924 passa por sérias dificuldades financeiras até que reforma os seus estatutos e dá posse a uma nova diretoria em 1926.²¹

Valeria a pena citar aqui a associação negra que seria a origem do grande rival do *Getulino*, *A Protectora*. Trata-se da *Associação Protetora dos Brasileiros Pretos*, que surgiu em janeiro de 1918 com o nome de *Liga dos Brasileiros Pretos*. Segundo Maciel (op.cit.) ela tinha como objetivo “promover a reunião dos cidadãos descendentes da raça negra; facilitar-lhes diversões de utilidade prática; educação e instrução, dar-lhes assistência moral, judiciária, e pecuniária quando possível”. Ela era também conhecida como *Sociedade Protectora dos Brasileiros Pretos* ou simplesmente como *a Protectora* ou ainda como *Federação Proctetora*. Ela era responsável pela publicação do jornal *A Protectora*, arqui-inimigo do *Getulino* por razões que apresentaremos em alguns parágrafos subsequentes e era mantenedora do tradicional Colégio São Benedito, de Campinas.

O autor também nos dá ciência de que, aparentemente, o *Getulino* não tinha o apoio de nenhuma entidade negra. Algo absolutamente inusitado e raro para um jornal da IN,

²¹ Há muitas outras associações negras com funções e atividades diversas. Cf. MACIEL, Cléber. *Discriminações raciais. Negros em Campinas (1888-1921)*, Campinas: Unicamp, 1987, p. 75 – 81.

“esse jornal constituiu-se em um empreendimento empresarial particular, por iniciativa de jornalistas profissionais e não como porta-voz de uma determinada entidade como o foram a maioria dos jornais negros do período” (Ibid., p. 81). Ou como escreveu um dos articulistas do *Getulino* da edição de 24 de agosto de 1924, citado por Maciel (op.cit.): *surgiu esta folha sob o amparo de um grupo de rapazes portadores do mais sublime ideal – a defesa dos interesses dos homens pretos.*

O *Getulino* teve alguns colegas que vieram antes dele: *O Baluarte* (1903), primeiro jornal da imprensa negra de Campinas, “organizado por Benedito Florêncio e Francisco José de Oliveira (...) parece não ter passado de 1904”, *O Bandeirante* (1910), do qual “parece que não restou nenhum exemplar”, *O Combate* (1912) e *A União* (1917), “(...) editado pela União Cívica dos Homens de Cor e representava 5 entidades negras”²².

Maciel (op.cit.) nos dá conta de muitos outros jornais da imprensa negra de Campinas que “surgiram e desapareceram” até 1926, como *A Juventude*, *O Discípulo*, *A Renascença*, *O Raio*, entre outros (p. 94).

Sem dúvida, em Campinas, o grande rival do *Getulino* foi *A Protectora*, “órgão da Associação Protetora dos Brasileiros Pretos” (APBP), que ajudava a manter o Colégio São Benedito, do qual, segundo Maciel (op.cit., p.95), não restou nenhum número. Como aponta Miranda (2005, p. 238), provavelmente o surgimento do *Getulino* tenha sido fruto da insatisfação de seus redatores com a direção da APBP. As querelas entre os dois foram muitas e intensas e começou com o ataque de *A Protectora* ao surgimento do *Getulino* com o argumento de que um outro jornal negro dividiria e desmobilizaria a militância negra em Campinas. Sabemos das patranhas entre os dois jornais através de algumas matérias cáusticas saídas das páginas do *Getulino*.

Miranda, resumindo a atuação e as preocupações do *Getulino*, afirma que

Mais que uma simples expressão de protesto, este periódico atuava como instrumento educativo e político, filtrando informações da grande imprensa, dos teóricos das “raças”, do pan-africanismo e dos manuais de comportamento social para sintetizar uma proposta visando à ascensão social do negro. Para compreender os militantes negros e suas motivações é necessário partir do

²² Cf., para mais informações, MACIEL, Cléber. *Discriminações Raciais. Negros em Campinas – 1888-1921*, p.93-94.

princípio de que eles não combatem as representações sociais com as quais convivem, mas negociam com elas, seja as incorporando, negando ou reelaborando (Ibid., p. 15)

Na realidade, a dimensão *educativo-integracionista* é dominante na imprensa negra paulista até o fim dos anos 20, e não só, portanto, uma particularidade do *Getulino*, segundo os estudiosos consultados. A questão da educação do negro era para a imprensa negra condição necessária para sua integração e ascensão social em uma sociedade branca que o via com preconceito e o repelia. Moura (Ibid., p. 205) coloca essa questão nos seguintes termos:

A preocupação com a educação é uma constante. O negro deve educar-se para “subir na vida”, conseguir demonstrar que ele também pode chegar aos mesmos níveis do branco através do aprimoramento educacional. Para isso, deve deixar os vícios como o alcoolismo, a boemia, deve abster-se de praticar arruaças em bailes, deve ser um modelo de cidadão. Em quase todas as publicações é visível uma preocupação com uma ética puritana capaz de retirar o negro de sua situação de marginalização. Daí haver, em muitos deles, a condenação dos excessos em festas de negros que eram tidas pelos brancos como centros de corrupção e de desordens. Os jornais servem, portanto, para indicar, através de regras morais, o comportamento que deveriam seguir os membros da comunidade negra.

No entanto, Moura, em uma outra passagem na mesma página, relativiza esta carga moral dos jornais negros, afirmando que:

Evidentemente que há variações de ideologia ou de posição em face da sociedade global. Levando-se em conta que o primeiro jornal, *O Menelick*, é de 1915²³ e o último, *Correio d'Ébano*, é de 1963, não é para ficarmos surpreendidos com as diferenças do enfoque de detalhes ou mesmo discordâncias de posições ideológicas. Mas o núcleo básico do pensamento é o mesmo: a posição do negro diante do mundo dos brancos.

²³ Moura se refere provavelmente ao primeiro jornal da cidade de São Paulo. No Estado de São Paulo, como vimos anteriormente, houve outros jornais da IN mais antigos que *O Menelick*.

Portanto, a dimensão educativa e o conseqüente esforço de integração do negro na sociedade dos brancos, sem se abdicar de um *projeto negro*, como vimos anteriormente, não podem ser apartados da dimensão política da luta dos negros por sua cidadania, que vem de desde antes da abolição da escravatura. Fonseca (2002), comentando a respeito das posições de alguns estudiosos sobre a participação política do negro desde o Brasil-colônia, deixa claro que a luta dos negros por sua emancipação vem de muito antes do alvorecer do século XX.

(...) de um lado, historiadores como Sidney Chalhoub, Kátia de Queirós Mattoso, Silvia H. Lara e outros entendem que os escravos não eram coisificados pela escravidão e que mesmo em situações adversas, eles foram capazes de construir uma série de estratégias de reação à escravidão, mas não necessariamente agiram através de uma ruptura. Nesse sentido, reivindicações e lutas por melhores condições de trabalho, processos judiciais encaminhados por escravos, a assimilação e redefinição de elementos culturais da civilização ocidental significam que os escravos lutavam contra a escravidão e em prol da liberdade, mas o faziam dentro dos limites estabelecidos pela própria sociedade escravocrata. Do outro lado, está a visão construída por autores como Jacob Gorender, onde [sic] a única demonstração de luta e resistência contra o escravismo encontrava-se nos quilombos, onde o escravo não construiu nenhuma forma de negociação com a sociedade escravista, ou antes, rompia com o escravismo, retirando-se para os quilombos e negociando de fora dessa sociedade. (p. 27)

Vimos, no primeiro capítulo, que a luta por cidadania circunscrita às regras do sistema escravista, saída “reformista”, conviveu com a postura radical, extrema, da fuga dos escravos das fazendas e de sua organização para a luta contra o sistema escravista de dentro dos quilombos ou através de insurreições. Negociação e atitude radical foram posturas legítimas dos cativos para se lutar contra a barbárie da escravidão.

Se o objetivo maior da imprensa negra da década de 20 era a *inserção do negro na sociedade dos brancos, em um projeto negro de denúncia, protesto e resistência tenaz ao preconceito*, por outro lado, continuar a lutar por cidadania de forma organizada, 35 anos depois de uma abolição que abandonou os ex-escravos a sua própria sorte, sem respaldo de políticas públicas de inclusão, convenhamos, não é pouco.

Não podemos nos esquecer, de maneira nenhuma, de que as propostas centrais da imprensa em geral e a do *Getulino* em particular, apesar de bastante *homogêneas* em relação aos jornais negros contemporâneos dele estão longe de ser *hegemônicas* nas comunidades negras da época. Maciel (1987, p. 72), citando Ferreira Barbosa²⁴, confirma a existência de uma elite negra no Brasil, atuante na imprensa negra pelo menos desde os inícios do século XX²⁵.

Os redatores do *Getulino* (e provavelmente dos outros jornais da imprensa negra da época), pertenciam a esta elite. Para Maciel:

A “elite” surge como categoria para identificar a fração do grupo negro que não compõe o quadro dos desclassificados e que, por este motivo, possui um certo poder de resistência ao racismo. A elite preocupa-se em “purificar” o homem, incorporando valores conservadores, lutando por ascensão social com base no individualismo familiar e no elitismo isolacionista em relação aos negros não elites. Tal processo é incentivado pelos quadros das classes médias e pequeno-burguesas mestiças e brancas de tradição patriarcal.

Maciel (op.cit.) fazendo um comentário sobre textos de três edições do *Diário do Povo* – as de 13 e 14 de maio de 1924 e a de 13 de maio de 1925 – e de duas edições da *Gazeta de Campinas* – as de 27 de abril de 1924 e 13 de maio de 1925 – jornais da grande imprensa da época pesquisados por ele, nos oferece um excelente argumento para a existência das *elites negras*.

Segundo o autor, esses jornais explicitam, de forma clara, “seu entendimento da diferença entre os negros, ao falar em *homens de cor* como tendo beneficiados com a abolição, diferentemente dos demais brasileiros pretos” (p. 90; *itálico adicionado*). Em poucas palavras, *homens de cor*: “negros reconhecidos pela sociedade branca como cidadãos por terem alguma instrução, moradia ou outra característica social ou outras características aceitas como de idoneidade moral e cívica” (p. 90). Os outros negros, *sem*

²⁴ FERREIRA BARBOSA, Irene Maria. *Socialização e Relações Raciais*: um estudo das famílias negras de Campinas.

²⁵ Cf. a discussão a respeito da *elite negra* nas páginas 69, 80 e 81, 83 e 84 do nosso trabalho.

eira nem beira nem ramo de figueira, em uma expressão antiga e interessante, os outros – os *pretos* -, não teriam sido beneficiados pela abolição.

Aliás, valeria a pena fazermos um breve parêntese para darmos notícia de um pequeno inventário feito por Maciel (Ibid., p. 70) das formas como o homem negro era chamado pela imprensa “branca” e pela imprensa negra. Segundo ele, para a grande imprensa, *homens de cor* eram os negros que, como mostramos no parágrafo anterior, que desfrutavam de boa situação cultural e sócio-econômica; tratava-se da *elite negra*. *Brasileiros pretos* eram os negros da sociedade campineira que, embora pobres, tinham emprego e moradia fixa. *Mulatos, pardos* e mestiços eram descendentes de negros que, dada sua situação miserável, passavam anônimos. Os negros desprovidos totalmente de meios de vida, sem emprego e residência fixa, eram chamados por essa imprensa de *pretos* e *pretas* (p. 70).

O autor faz uma impressionante enumeração das formas como a imprensa negra nomeia o homem e a mulher negra: *raça pigmentada, raça negra, raça em evolução, raça produtora de riqueza e criadora indireta de nossa cultura mental, raça infeliz, heróica raça, raça africana. Brasileiro negro, homem de cor, homem de cor preta ou escura, gente negra brasileira. Nossa classe, classe dos patricios, classe explorada, classe preta, classe dos pretos* (p. 71).

Os termos para a nomeação dos sujeitos negros na imprensa negra, exatamente como a “branca”, traem representações sociais mais ou menos estáveis, mas Maciel não nos informa delas. Recorremos, então, a Miranda (2005). Citando Oracy Nogueira²⁶, a questão da cor no Brasil delineou-se historicamente não como questão de ancestralidade africana, mas de tonalidade de cor de pele. A cada tonalidade, em uma “linha de cor bastante flexível”, vislumbrar-se-ia uma dada posição social.

Miranda (op.cit.) observa que, nos primeiros números do *Getulino*, há uma preferência por termos que sejam mais genéricos como *homens de cor* e *raça pigmentada*, descartando o uso de *negro* ou *preto*, embora essa última palavra esteja no dístico do jornal negro. *Homens de cor*, para ele, é utilizado para abarcar toda a população negra da cidade, inclusive os *mulatos* (p. 181). *Patrício* seria sinônimo de afro-descendente e Miranda

²⁶ NOGUEIRA, Oracy. *Tanto preto quanto branco: estudo de relações raciais*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

acredita que os jornalistas do *Getulino* a utilizavam inspirados na ancestralidade africana em uma tentativa de diálogo com a África (p. 182).

Preto e preta foram as palavras preferidas pelos redatores desse jornal negro para nomear os irmãos negros, segundo Miranda. Ele observa que praticamente em quase todos os artigos que tinham com a raça como tema, esses termos estão presentes (*o preto brasileiro, o homem preto, os pretos de São Paulo* e, com ocorrência menor, se referindo à coletividade como *a raça preta* ou *a gente preta*).

Em relação às mulheres, afirma não ter encontrado nenhum registro como *mulher negra*, com o uso mais freqüente de *preta* e *de cor*. Inclusive quando havia referência à beleza da mulher negra, invariavelmente lançavam mão de *moça de cor*. Em artigos críticos imperavam as expressões *mulher preta* e *mulheres pretas* (p. 183).

Quanto ao designativo *negro*, as considerações são mais complexas. Para Miranda (op.cit.), os jornalistas e colaboradores do *Getulino* se sentiam mais “confortáveis” trabalhando com a palavra *preto*. Um dos seus argumentos diz respeito à forma como os jornalistas homenageavam personagens negros do passado (*esse preto ilustre, o preto, o literato preto*, entre outros). Havia uma contenção no uso de *negro*, “ainda que não assumisse um sentido negativo no interior do jornal” (p. 184). Uma possibilidade de entendimento desse comedimento no uso da palavra *negro* seria a diferenciação que assumiram essas palavras no período escravista.

Alguns historiadores, segundo Miranda (Ibid., p. 185), nos informam que os homens livres no Brasil eram designados de algumas formas: *branco* era “naturalmente”, um homem livre. Os africanos libertos e seus descendentes eram chamados de *pretos*, enquanto os de “pele mais clara” (mulatos) costumavam ser chamados de “pardos livres”²⁷. Por outro lado, *negro* era palavra destinada aos africanos e descendentes que continuavam escravos. Por toda essa imensa carga negativa que *negro* carregou ao longo do século XIX, “não por definir a tez de uma pessoa, mas pela condição social que revelava”, a palavra *negro* ficou estigmatizada e se constituiu em verdadeira ofensa a quem havia se libertado da escravidão.

Com a consolidação da ciência racista, a partir de 1870 e a popularização, entre nossos intelectuais, da idéia de *branqueamento*, houve uma ressignificação dessas

²⁷ Naturalmente há *deslizamento semântico* de época para época. Vimos, no primeiro capítulo, p. 41 e 42, que Lima (1999) nos adverte que, à época da Regência, “pardo” significava simplesmente “liberto”, ou seja, o *negro* liberto era, para a sociedade da época, *pardo*.

categorias. Diferentemente dos EUA onde a política racial seguia o *one drop rule*, ideologia que propugnava “uma única gota de sangue” para se caracterizar um indivíduo negro, por estas plagas, a tonalidade mais clara de pele servia de entrada para o universo branco. Daí os *mulatos* negarem sua origem africana (p. 186).

O *Getulino* adotou, desde o seu primeiro número, com mais regularidade, os designadores *homem/mulher/gente de cor*. A hipótese de Miranda (op.cit.) é que essa postura do jornal negro, apesar de suas diatribes com os *mulatos*, procurava integrá-los à sua política racial (p. 186).

Ele corrobora as palavras de Maciel (1987) que explicam o termo *homens de cor* para aqueles que integravam as hostes das *elites negras* da época (p. 187) e mostra que o termo *negro* continuaria, no pós-abolição, associado a atributos negativos²⁸.

Aqui caberia a relativização da questão das *elites negras* feita por Gomes (2005). Para este autor, fincar pé na existência das *elites negras*, estigmatizando-as e ficando nisso, “pouco avança no sentido de entender seus significados e os diálogos que eles projetavam, tanto no interior da população negra como junto a outros setores sociais” Ressalta que os jornais da imprensa negra constituíram-se em instrumentos de comunicação entre grupos de intelectuais, associações e entidades negras, tanto no chamado meio negro como com outros setores sociais

e procuravam estimular, através dos editoriais e da publicação de determinados artigos, temas que abordassem a autovalorização da população negra, sua visão de mundo e suas formas políticas, culturais e religiosas de organização e participação. (p. 30).

Para ele, alguns dos valores e visões de mundo veiculados pela imprensa negra batem, sem dúvida, com os da classe dominante, mas isso não determinou a ausência de um projeto específico negro por parte dessa imprensa, com o que concordamos integralmente. Para provar sua tese, nos oferece o exemplo significativo do editorial do primeiro número do jornal da imprensa negra paulista, o campineiro *O Baluarte*, de 1903 (p. 37 e 38):

²⁸ Cf. no final do primeiro capítulo deste trabalho, p. 44-55, as minuciosas colocações de Schwarcz sobre as representações do negro feitas pelos jornais brancos de São Paulo no último quartel do século XIX.

(...) pretende ele [ser um] legítimo órgão da classe dos homens de cor, levantar essa classe [há muito] tempo aviltada em nosso país! E, por isso, e só por isso este jornal é digno da mais elevada simpatia por parte da população campineira, e todo homem amante da liberdade e do engrandecimento do nosso país não pode [deixar] de ver com bons olhos, como prestar toda coadjuvação a esse jornal que, representante de uma classe há pouco oprimida (...) É mais que louvável, honra intensamente a classe dos homens de cor a sustentação de um órgão que, pugnando pelos interesses da classe, ao mesmo tempo os prepara para as lutas da vida, ensinando-os a ser cidadãos no mais restrito sentido da palavra. (*O Baluarte*, Campinas, I (3): 1, 15/1/1904)

Ainda em relação à heterogeneidade das posições assumidas pela imprensa, associações e entidades negras (sindicatos, clubes literários etc), em que talvez as posições mais consistentes de luta e consciência estejam com as duas últimas, Gomes (Ibid., p. 44) estende as discussões e a diversidade de posicionamentos em relação aos problemas negros mais cruciais do pós-abolição, embora naturalmente com outros enfoques, em cultos religiosos, espaços de lazer, música e até futebol de várzea!

Negros notáveis e, infelizmente, ainda desconhecidos de nós, segundo o velho militante Correia Leite, foram muitos ativos nos anos 1920: o advogado Monteiro Lopes, que morreu louco e o “negro velho” Salvador de Paula, que criou a entidade Amigos da Pátria, os dois grandes oradores e porta-vozes da questão do preconceito em debates e pela grande imprensa da época.

Segundo Gomes (op.cit., p. 45), há ainda negros notáveis mais desconhecidos ainda: o Dr. Jacarandá, cujas peripécias, à falta de pesquisa séria, são narradas em tom folclórico. Ele é mencionado como um dos candidatos à presidência da República quando da eleição de Nilo Peçanha e Artur Bernardes. Seu discurso era radical e explícito na sua condição social de negro.

Vicente Ferreira, orador consagrado, primeiramente radicado no Rio de Janeiro e depois em São Paulo, atuou na Frente Negra e na lendária e pouco estudada Legião Negra, sendo muito respeitado por jornalistas e lideranças negras. Segundo Gomes (op.cit., p. 45), “é tido como um dos responsáveis pela generalização do uso da denominação *negros* – em

substituição à *classe de cor* – no vocabulário político das lideranças e associações da época”. Eis aí outro grande personagem negro pouquíssimo estudado.

Exemplos de personagens negros impressionantes, estratégias de luta extraordinárias e consciência política desenvolvida, corajosa e responsável, bem como de fracassos e desilusões negras na década de 30 e subseqüentes, povoam o texto de Gomes (op.cit.), mas escapam do âmbito deste trabalho, que pretende fazer um retrospecto geral da IN paulista nas duas primeiras décadas do século XX e, especificamente, estudar alguns dos discursos do jornal negro *Getulino* à luz do momento histórico que compreende o pós-abolição, chegando ao final da chamada República Velha em 1930.

Há muitos outros exemplos interessantes de diversidade de visões de mundo e de propostas de atuação política no que podemos chamar de *movimento negro* da época. Um deles encontramos no já citado trabalho de Maciel (p.76), exemplo em completo desacordo com as propostas “liberais” da imprensa negra em geral: em 7 de maio de 1919, a Sociedade Dançante União da Juventude (fundada em 1901) propõe um adiamento das atividades de comemoração dos 31 anos da Abolição *em face da greve em que estamos envolvidos*.

Tratava-se do primeiro envolvimento dessa associação com a luta dos trabalhadores. Isso sem falarmos na atuação extremamente crítica de escritores e jornalistas negros ou mulatos como José do Patrocínio, Lima Barreto e Luiz Gama, para ficarmos apenas nos mais conhecidos e estudados (demos notícia, em parágrafos anteriores, de alguns militantes ainda desconhecidos de nós).

Essa diversidade, não poderia deixar de ser, a encontramos no campo da linguagem em um trabalho recente de Zenaide de Oliveira Novais Carneiro²⁹, pesquisadora da Universidade Estadual de Feira de Santana, em que ela analisa trechos de três colunas sobre língua publicadas em jornais da Bahia na década de 20. O foco é a coluna de Galdino Moreira (Galmor) que se insurge contra o *purismo* da época e acolhe as expressões populares, os estrangeirismos, inclusive se colocando no lugar de leigo, como alguém que tem uma “opinião”, ou seja, falando mais como um homem do povo.

²⁹ CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. *A língua vernácula na visão de redatores baianos: 1920-1921*.

Ora, quando lemos e estudamos estas malfadadas *colunas lingüísticas* desde o Romantismo em meados do século XIX até o alvorecer do século XXI³⁰, o que percebemos, de maneira geral, é a defesa intransigente e autoritária de purismos de diversos matizes e da chamada norma-padrão da língua.

Isso sem falarmos do discernimento intelectual extraordinário do baiano Manuel Querino (1851-1923) que, no seu artigo *O colono preto como fator de civilização brasileira*, que faz parte de seu livro *Costumes africanos no Brasil* (1988 [1938]), faz oposições lingüísticas com nítidos sinais ideológicos trocados como *colono preto* x *colono branco*, mostrando o escravo como produtor competente, produzindo para o agente *parasitário* lusitano ou de ascendência lusitana, ou ainda utilizar o termo *africano* para o escravo, evitando a palavra *negro*, marcada ideologicamente e socialmente desvalorizada em relação à cor *branca*. Costumava afirmar em seus trabalhos que antes de os europeus chegarem à África, não havia *negros* ou *pretos*, mas *africanos* (Carboni & Maestri, 2003, p. 83 e 84).

Seria um equívoco, portanto, entender a participação político-social dos negros da época como uma evolução uniforme, livre de contradições e fixada exclusivamente nos parâmetros de inserção do negro na sociedade branca promovidos pela IN.

Gomes (Ibid., p. 27) deixa bastante claro no seu estudo consagrado ao envolvimento da etnia negra com a política no Brasil que as organizações negras não ficaram reduzidas ao papel desempenhado pela imprensa negra, apesar de sua importância (p. 27). Inclusive, para ele, “(...) mesmo as associações que muitos deles representavam eram mais amplas, com debates diversos que nem sempre apareciam em suas folhas” (p. 29)

2.4 O *Getulino*: fundação, estrutura e temática

O primeiro número do *Getulino* circulou em 29 de julho de 1923. Foi fundado pelo já então velho militante da causa negra em Campinas, Benedito Florencio (um dos fundadores, em 1903 do *Baluarte* e jornalista do *União*), um jovem poeta, Lino Guedes que já, em 1917, atuava no *União*. Miranda (op.cit., p. 45) o vê como um dos principais

³⁰ Cf. principalmente MENDONÇA, Marina Célia. *A luta pelo direito de dizer a língua: a lingüística e o purismo lingüístico na passagem do século XX para o século XXI*. Tese de doutorado inédita. Cf. também LEITE, Marli Quadros. *Metalinguagem e discurso*. A configuração do purismo brasileiro.

responsáveis pela linha editorial do jornal e, talvez, sua alma. O terceiro jornalista fundador do *Getulino*, Lino Guedes conheceu também no *União*. Trata-se Gervásio de Moraes. Eles se juntaram aos empreendedores Alcino Moraes e os irmãos Martinho e Christino José de Andrade. Detalhe fundamental: os jornalistas e os empreendedores eram todos negros.

O nome é uma homenagem a um dos personagens maiores da saga negra neste país: Luiz Pinto Gama. *Getulino* é referência à obra poética *Trovas Burlescas de Getulino*, de Gama³¹.

Miranda (Ibid., p. 47) assim faz a descrição física do *Getulino*:

A estrutura física do jornal seguia um padrão tradicional, comumente adotado por todos os órgãos jornalísticos, independentemente de serem voltados para o público em geral ou à população negra em particular. Feito de papel jornal (...) o *Getulino* trazia medidas-padrão com 47 cm de altura por 32 de largura, comportando assim pelo menos cinco colunas de página impressa. No cabeçalho do jornal, encontra-se seu título em letras maiores – apresentando um efeito visual imediato, semelhante aos jornais de melhor apresentação estética da época – acompanhado de um dístico, de uma ilustração com os nomes dos seus redatores. Compondo o plano de fundo do título, a ilustração – pouco comum nos demais jornais – mostra, à direita, um sobrado e um automóvel em frente a este último. No canto oposto, três transeuntes em uma praça: dois homens de postura elegante trajando terno, chapéu e bengala, além de uma moça acariciando o próprio cabelo liso. É interessante observar que nenhuma das personagens aparece representada como negro. Abaixo do título encontra-se o dístico: “Orgam para a defesa dos interesses dos homens pretos”.

Se a descrição puramente física nos indica pouca novidade (ver **FIG. 01**), Miranda perdeu uma excelente oportunidade de analisar a descrição *simbólica*, que traz pistas interessantes para o entendimento da *psicologia* do jornal, o que faremos brevemente. O automóvel e o sobrado, sem dúvida, representam a *modernidade*. Não é nossa intenção discutir a modernidade neste estudo. Mas, se acreditarmos no entusiasmo ingênuo com que os nossos primeiros modernistas, em literatura abundante, se referiram a ela, não teremos

³¹ Sobre Gama, cf. AZEVEDO, Alciene. *Orfeu de carapinha*. Campinas: Unicamp, 1999 e p. 26 e 27 deste trabalho.

dúvida de que era grande para a época, o poder de sedução de todo e qualquer traço cultural que apontasse para ela.

Impossível dissociar, no imaginário da época, *modernidade* e condição material; daí o automóvel estar em frente ao sobrado. Aliás, o que temos aqui são referências ao mundo burguês branco: o automóvel, o sobrado, roupas finas. Localizar a modernidade no *layout* do jornal negro não foi difícil, mas onde estão os negros? Os três homens elegantes estão lá com o *kit* básico da elegância masculina da época: terno (não seria mais uma casaca?), chapéu e bengala, mas nenhum é caracterizado como negro. A moça, num trejeito que continua ainda hoje entre nossas garotas, passa a mão e ajeita os cabelos...lisos. Onde está a negra com seus cabelos crespos?

A conclusão é que o negro não está, ou está apenas em uma *promessa* verbal, escrita em um dístico: ele está na *promessa* que o *Getulino* faz de proteger os “homens pretos”. Promessa porque duração: número após número do semanário, lá está o dístico e lá estão os textos que, imaginam seus redatores, dizem respeito aos interesses dos homens e das mulheres negras; textos que, de maneira mais (ou menos) feliz, acertada ou contraditoriamente, em sua elaboração ou na recepção mais (ou menos) distanciada de seus leitores, constituem-se historicamente enquanto resistência.

Se o negro está presente enquanto promessa verbal e luta cotidiana com a palavra e as expectativas da comunidade negra, ele está ausente da representação da modernidade que o jornal, que se diz seu representante, perpetuou enquanto durou (no verso perene de Vinícius de Moraes) no seu desenho de capa.

Este *lapso* ou *ato falho* é, na verdade, uma *representação pela ausência* da situação do negro, dramática e verdadeira, trinta e cinco anos após a abolição: ela revela simplesmente que o negro não pertence à sociedade em que, não como coadjuvante, mas como protagonista, edificou com suas mãos e suor e que muito menos ele está inserido na modernidade que chega de maneira torta para legitimar o poder branco.

Não podemos esquecer também que esta representação às avessas é também, como o dístico, uma promessa *getulina*: a integração e a ascensão do negro na sociedade branca através da educação, confirmando um *projeto* de honorabilidade negra e de conquista da cidadania, malgrado equívocos, dissensões, contradições de toda ordem e descontinuidades discursivas.



FIG. 01 – O CABEÇALHO DO JORNAL NEGRO CAMPINEIRO, DESTACANDO-SE SEU NOME, OS DESENHOS E O DÍSTICO, ALÉM DOS NOMES DOS REDATORES, PROPRIETÁRIOS, DATA E NÚMERO DA EDIÇÃO (02 DE SETEMBRO DE 1923, NÚMERO 06)

O *Getulino* era composto de quatro páginas divididas em cinco colunas bastante estreitas. Não havia ilustrações, com a exceção de alguns *cromos* (retratos) de pessoas brancas (supostamente *companheiros de viagem*) e de grandes homens negros homenageados que eram colocados na primeira página.

A primeira página trazia textos que debatiam o que seus redatores acreditavam ser temas gerais de interesse da comunidade negra, embora muitas matérias tivessem conteúdo moralista e juízos de valor. Muitos dos debates enfocavam o papel das “raças” na sociedade, havendo intenso e contraditório diálogo com as teorias científicas da época, em sua grande parte racistas. Ainda na primeira página, apareciam cartas *panegíricas* (elogiosas e acríicas), pequenos artigos irônicos, muitas vezes contra os próprios negros, chamadas para o concurso de beleza negra que estava sendo promovido pelo jornal e um ou outro poema de jovens autores negros que viam seus nomes serem alavancados pelo jornal.

Na segunda página, temos notícias que divulgavam a vida social e esportiva da comunidade negra, além do folhetim *A Boa Severina*, escrito por José de Nazareth, pseudônimo de José Ignácio de Lacerda Werneck³². Aí encontramos também matérias que, por sua temática, deveriam estar na primeira página, mas, em virtude da falta ocasional de espaço, iam para a segunda.

Miranda (Ibid., p. 50) observa que apenas o folhetim teve lugar fixo na segunda página do *Getulino*. Desde o segundo número, há uma flutuação das colunas sociais e

³² No capítulo 4 - *Gêneros, estilos e análise de alguns dos discursos do Getulino* – estudaremos com mais propriedade o gênero poético e o narrativo.

esportivas do jornal negro ocasionada pela inserção de uma ou outra matéria de maior atratividade para o leitor. Quando isso ocorria, essas notícias iam para a terceira página do jornal, ficando ao lado das três colunas exclusivas de anunciantes. As duas últimas colunas eram praticamente oferecidas para os anunciantes do jornal.

Para Miranda (op.cit.), o *Getulino* teve boa abrangência entre a população negra campineira. Ele teve representantes em algumas cidades e era distribuído em Limeira, Itapira, Mogi-Guaçu, Socorro e até na capital, São Paulo.

Sabemos, através de sua edição nº 50 de 24 de agosto de 1924, que sua tiragem atingia a marca de 1500 exemplares impressos por mês. Comparando o número dessa tiragem com o censo realizado em Campinas em 1926, Miranda (Ibid., p.51) chega à conclusão que o impacto do jornal sobre a população total da cidade é bastante baixo, pois apenas 1,22% de uma população de 122.257 pessoas lia o *Getulino*.

No entanto, ele observa que, se o objetivo do jornal negro era atingir a população negra, teríamos uma *performance* muito melhor do jornal, pois a população negra era, segundo o censo, de 17.898 habitantes (14,64% da população). Contas feitas, teríamos que o *Getulino* atingiria 8,34% do seu público alvo (p. 51 e 52). Esse número cresceria se pensarmos na *opinião pública* multiplicada pela leitura do jornal (um jornal poderia ser lido por familiares e amigos etc).

Já comentamos as imensas dificuldades que a imprensa negra enfrentava para ficar de pé. Abnegação, entrega total à causa e heroísmo foram as qualidades essenciais dos militantes negros que empreenderam o caminho difícil de não deixar morrer um sonho sempre acalentado, não importando as dificuldades encontradas nele.

Para termos uma idéia desse heroísmo, bastaria informarmos que um dos mais regulares jornais da imprensa negra dos anos 1920, o *Clarim da Alvorada*, tinha sua oficina gráfica instalada em um dos cômodos da casa de um dos seus fundadores, José Correia Leite (Ibid., p. 55) e o *Getulino*, apesar de sua condição financeira mais estável, tinha sua redação montada na residência de um dos seus proprietários, Martinho Andrade (op.cit., p. 57). No entanto, a incrível regularidade do *Getulino* é um diferencial importante desse jornal negro em relação aos seus irmãos da imprensa negra. As edições desse semanário

negro vieram à luz sem problemas durante um ano e meio ou 64 números, entre julho de 1923 e dezembro de 1924!

Através dos anúncios do *Getulino*, é possível saber a profissão dos irmãos Andrade, dois dos proprietários do jornal negro. Eles eram condutores de veículos de passageiros e tinham ponto no largo da estação de trem da Companhia Paulista. Miranda (op.cit.) acredita que os irmãos Andrade mais Alcino de Moraes tenham aplicado, cada um, 500\$000 réis, totalizando 1500\$000 réis de investimento inicial. Segundo suas pesquisas, um motorista da Cervejaria Brahma da cidade do Rio de Janeiro poderia receber um salário de até 470\$000 réis por mês, o que indicaria que o investimento feito pelos três colegas no *Getulino* não teria sido nada extraordinário (p. 56 e 57).

O autor nos traz também uma informação fundamental para entendermos o caráter militante (e não comercial) da imprensa negra: enquanto os jornais da “grande imprensa” da época ofereciam descontos em assinaturas que chegavam a 28%, como no caso de *O Estado de São Paulo*, o *Kosmos*, jornal negro da cidade de São Paulo que editava um número por mês, cobrava 60% de acréscimo ao seu preço de capa nas assinaturas semestrais! Mesmo o *Getulino* (e os outros jornais da imprensa negra) fazia o mesmo: o jornal negro campineiro majorava o seu preço de capa em 23% para as assinaturas semestrais e em 10% para as assinaturas anuais (p.60).

Enquanto os jornais “brancos” ampliavam seu público para obterem mais recursos com mais anunciantes e para isso, uma das estratégias era o estabelecimento de preços menores para a fidelidade do leitor a prazos maiores, a imprensa negra, devido à sua abrangência menor de público (e, conseqüentemente com maior restrição temática e lingüística que os jornais da “grande imprensa”), não tinha um número significativo de anunciantes e se via na contingência de majorar seu preço e transformar sua assinatura em compromisso ideológico.

(...) o leitor da imprensa negra não tinha por objetivo angariar alguma vantagem financeira nem mesmo se prevenir da falta de um exemplar esgotado (...) tal ação [fazer uma assinatura, mesmo com o preço de capa majorado] buscava contribuir com um projeto maior, de cunho ideológico, através do qual enxergava a valorização da “Raça Negra”, fosse acreditando em um processo de

conscientização ou, simplesmente, por vê-la como personagem principal de um órgão de imprensa” (Ibid., p. 61)

Quanto à publicidade presente, algumas informações se fazem necessárias para entendermos a função delas no semanário negro campineiro. A primeira é que havia uma diversidade extraordinária delas no *Getulino*. Além de pequenos anúncios de advogados e outros profissionais liberais, carregadores, lojas de armarinhos e comércio em geral, médicos, motoristas etc, encontramos anúncios de empresas tradicionais da cidade como a *Loja Di Lascio* que, a partir do segundo número, publicaria até o último um reclame que ocupava uma página inteira do jornal (ver **FIG. 02**).

A edição de número 12 do *Getulino*, de 13 de outubro de 1923, que marca o fim do concurso de beleza feminina negra teve, às suas quatro páginas, adicionadas mais cinco com publicidade. Entre os novos anunciantes, “pesos pesados” da época como a *Cia. Lidgerwood do Brasil* e os *Armazéns Gerais A. Santos e Cia*, entre outros que apareciam apenas nos grandes jornais, principalmente os de São Paulo.

Concordamos integralmente com a afirmação de Miranda (op.cit.) que credita tanta confiança de empresas grandes e tradicionais à hipótese, bastante provável, de que o *Getulino* devia contar com um público leitor considerável (inclusive alfabetizados e com situação econômica mais ou menos estável) e com jornalistas de relativa importância (p. 64).

Miranda observa também, com muita justeza, que grandes e tradicionais empresas não investem em um órgão de comunicação, se não houver alguma identificação dela com a linha editorial e ideológica desse órgão. Há uma *mensagem*, digamos assim, oferecida pelo jornal e identificada pelo anunciante como condizente, pelo menos parcialmente, com suas idéias. Se elas não “fechavam” completamente com a proposta ideológica do jornal – a defesa dos interesses dos homens pretos – “ao menos não se sentiam seriamente ameaçadas pela repercussão da mesma na sociedade” (p. 65).

GETULIO

Fumem sempre cigarros

CUBA



OLGA e GINE

Delicia em misturas

Cia. Castellões - S. Paulo

Anderson, Vieira & Co.

Importadores

Seccos e Molhados

Ferragens, Louças
e Vidros — Kerozene
"B. indilla," — Gazolina
"Motano," — **POR ATACADO**

Automoveis "OVERLAND 4"

Rua Ferreira Penteado, 246 e 248
e Rua Saldanha Marinho, 199 (Esquina)

Telephone, 9-3-8 — **Campanas**
Caixa Postal, 150

A Fabrica

DE

Tintas de escrever

E

Gomma arabica

"LIBERDADE"

premiada pela Exposição Internacional do Rio de Janeiro, com
MEDALHA DE OURO, avisa ao publico que tem annexa uma
fabricação de vidros, podendo fornecer aos srs., folheiros vidros
para lamparinas pelos mesmos preços de S. Paulo.

Peçam tabellas de preços á

Rua Visconde do Rio Branco n. 41

Teleph. 9-7-0

FIG. 02 - PÁGINA DE PUBLICIDADE DE MÉDIOS ANUNCIANTES. EDIÇÃO Nº 12, DE 13 DE OUTUBRO DE 1923

Quem são os homens do *Getulino*? Nomeamos, neste trabalho, seus editores e jornalistas fundadores. Agora traremos alguma notícia biográfica de seus jornalistas fundadores. A primeira diz respeito ao jornalista e poeta Lino Guedes (ver **FIG. 03**). Na verdade, há muito pouco disponível, ainda hoje, sobre sua vida.

Guedes nasceu em Socorro, interior paulista, a 24 de junho de 1897. Seus pais eram ex-escravos. Dois meses após seu nascimento, seu pai falecia e deixava aos cuidados da mãe, ele e a irmã, Gracinda Guedes. É bem possível que o período posterior à morte do pai tenha sido extremamente difícil para a família, pois, em diversas vezes ele admite ter contado com a solidariedade e o apoio material de um político de Socorro de nome Olympio Gonçalves dos Reis, a quem Guedes carinhosamente chamava de “Coronel Olympio”.

Apesar de serem raros os relatos de negros que foram tratados com dignidade na escola, Lino Guedes freqüentou, com o beneplácito do protetor, uma escola primária em Socorro onde fundaria, ainda criança, o jornal estudantil *O Espião*. Logo após concluir seus estudos iniciais, mudou-se para Campinas em 1912 onde se matricularia na Escola Normal pois acreditava que tinha vocação para professor.

Ainda em 1912, aos quinze anos, foi contratado por um novo jornal da cidade, o *Diário do Povo* como revisor auxiliar. Seis anos mais tarde, em 1918, aos 21 anos, o *Correio de Campinas* o convida para ser seu revisor – chefe e, em 1919, com a falência do *Correio*, volta ao *Diário* por algumas semanas até ser contratado para a redação do *Correio Popular*, também de Campinas.

Em 1926, aos 29 anos, transfere-se para São Paulo. Primeiramente trabalha no *Jornal do Comércio*, tendo atuado depois nos jornais *O Combate*, *A Razão*, *Correio Paulistano* e, finalmente, no *Diário de São Paulo* de onde não arredaria pé até seu falecimento, aos 54 anos, em 1951.

A trajetória ideológica de Lino Guedes, apesar das informações bibliográficas muito escassas, suscita controvérsia. O fato de ter transitado com muita desenvoltura entre os jornais “brancos” da “grande imprensa”, escrevendo sobre temas diversos e, entre eles, alguns delicados como o da ideologia do *branqueamento* e se transformado, aos poucos, em arauto da moralidade negra (inclusive sua primeira poesia trai um negro altivo que fustiga a plebe negra que não “se põe a prumo”), isso tudo sem nunca incomodar seus superiores

brancos, fez com que muitos militantes da causa negra (dentre eles até antigos camaradas) lhe imputassem o estigma de *negro de alma branca*.

Acreditamos que ainda é cedo para julgá-lo e muita pesquisa terá de ser feita antes de se pronunciar uma sentença tão dura contra ele. Basta lembrarmos que a imprensa negra era uma de suas paixões e “parece ter-lhe absorvido muito de suas energias” (MIRANDA, *Ibid.*, p. 72). Guedes fundou três jornais negros e colaborou com muitos outros. Fundou o periódico *União*, em 1917 (1915?)³³; em 1923, o *Getulino*, com o também poeta negro Gervásio de Moraes e com Benedito Florêncio e, finalmente, em 23 de junho de 1928 (um dia antes de completar 31 anos de idade), *O Progresso*.



**FIG. 03 - LINO GUEDES, POETA
E REDATOR-CHEFE DO
GETULINO**

A partir de 1930, em plena maturidade de seus 33 anos, seus artigos e posições ideológicas começam a se chocar com os da militância negra de então. Os tempos são outros, os militantes mais novos necessitam de outros ares, o fim da República Velha, com a revolução de 30, está a alguns passos e alguns dos militantes mais velhos radicalizam suas posições, embora Guedes continue firme com o seu “modelo de integração” (op.cit., p. 73) do negro na sociedade branca e ao *projeto negro de honorabilidade e resistência ao preconceito*. Ele chegaria ao fim da carreira consagrado pelos brancos como grande expoente da poesia negra da época e menosprezado pelos antigos parceiros de militância.

Acreditamos sinceramente que, para que se possa julgar Lino Guedes com justiça e equanimidade, será necessário muito discernimento ao pesquisador. Ele deverá se ater, primeiramente e sem preconceitos, à idéia de *honorabilidade negra*, não como uma capitulação a padrões sociais e valores brancos, mas como um dos caminhos possíveis para a plena cidadania do negro.

Em segundo lugar, esse pesquisador não poderá, com o risco de cometer um grave erro, cindir a vida de Lino Guedes de sua poética. Parece-me que, pelo menos em conformidade à sua poesia primeira, há uma relação interessante, embora complexa, entre

³³ Para Miranda (2005), *A União* teria sido fundado em 1915. Maciel (1987) acredita que tenha sido em 1917.

sua poética (temática, soluções formais, imagética) e suas mais caras idéias políticas e educacionais.

Esse pesquisador terá que perscrutar sensível e atentamente as fissuras, contradições, sutilezas, iluminações e descontinuidades reveladas pela beleza das formas poéticas elaboradas pelo poeta e conectá-las aos passos dados pelo homem de convicções que foi Lino Guedes, não obstante os prováveis tropeços sofridos e os equívocos cometidos (quem não os *sofre* e não os *comete*?) por ele na sua trajetória de jornalista negro em uma época decisiva para a afirmação do negro e de sua cultura na sociedade brasileira.

Gervásio de Moraes, outro poeta negro, era o redator-assistente do *Getulino* e colaborou com o jornal negro, publicando artigos e poemas de sua autoria. Não há, até o momento, quase nenhuma informação sobre ele. O que traremos aqui é fruto da pesquisa que Miranda (Ibid.) fez junto ao jornal negro *Clarim da Alvorada*, fundado por José Correia Leite.

Oswaldo de Camargo, intelectual negro, poeta e militante histórico da causa negra, citado por Miranda, afirma que Moraes era *contador de malungo*³⁴, “indivíduo que contava histórias sobre amigos, companheiros que compartilhavam uma convivência marcada pelo sofrimento, possivelmente ligada à experiência da escravidão” (p.74). Miranda (op.cit.) acredita que muitos dos artigos que tinham como tema a escravidão, publicados pelo *Getulino*, foram baseados em uma representação marcada pela dor e pelo sofrimento, ou seja, por influência de Moraes.

Moraes mudou-se para São Paulo na mesma época em que Guedes se mudou para lá em 1926. Lá trabalhou, como Guedes e Benedito Florencio, em diversos jornais e foi um dos fundadores do Centro Cívico Palmares, entidade que queria ampliar a militância negra e conscientizá-la de suas tarefas mais prementes em prol dos irmãos negros. Faleceu a 13 de janeiro de 1945.

³⁴ Segundo Miranda (op.cit., p. 74), *malungo* é “de origem *bantu* [e vem] mais precisamente da fusão entre as palavras dos dialetos *kimbundu*, *kikongo* e *umbundu*, falados na região de Angola. [Essa] palavra passou a se usada pelos africanos capturados como escravos pelos europeus para designar companheiros que se conheciam nos navios negreiros e criavam um laço de amizade durante a travessia do Oceano Atlântico”.

Benedito Florencio³⁵ é o terceiro jornalista-editor do *Getulino*. Foi ele quem escreveu o editorial do lançamento do jornal, trazendo à opinião pública os elementos centrais que norteariam a linha editorial do jornal negro.

Florencio, ao que tudo indica, era o mais velho entre os três. Militante da causa negra, tinha uma vasta experiência jornalística atestada em diversos jornais campineiros em que trabalharia desde o início do século XX (não nos esqueçamos de que ele foi o fundador de *O Baluarte*, em 1903, o primeiro jornal negro não só de Campinas, mas de todo estado de São Paulo).

Foi titular de uma coluna do *Diário do Povo*, de Campinas, intitulada *Tome Nota*, que comentava, com julgamentos de caráter moral, aspectos e costumes da sociedade campineira. A receptividade dos leitores era tanta que *Machadinho* (seu pseudônimo no jornal) escreveu sua coluna praticamente até sua morte.

Militante da causa negra destacado, Florencio ocupou a função de tesoureiro na Federação Paulista dos Homens de Cor. Ao lado de Guedes, foi membro do Clube Literário Culto à Ciência, que tinha em seus quadros o bispo D. João Nery, Coelho Neto e Benedito Otávio. Ambos tinham acesso, portanto, à aristocracia local. Em 1926, junto a Lino Guedes e Gervásio de Moraes, muda-se para São Paulo e, como o exemplo dos amigos, milita pela causa negra e trabalha em diversos jornais.

3. NORMAS, NORMA-PADRÃO E MATIZES PURISTAS NO *GETULINO*.

3.1 Normas e norma-padrão: um histórico

Este estudo pretende analisar discursivamente alguns textos de alguns gêneros discursivos presentes no jornal negro campineiro *Getulino*. Verificaremos como eles respondem à pressão do *purismo lingüístico*, quando da elaboração de textos comprometidos com a *educação* dos negros, ou seja, na elaboração de textos que chamaremos de *perenes*, estando atentos a maior ou menor permeabilidade desses discursos às exigências exteriores de conformidade a uma única norma lingüística.

³⁵ MIRANDA (2005, p. 74 e 75) é aqui minha fonte única das informações dadas sobre Benedito Florencio.

Analisaremos também os discursos que, deixando de lado a questão primeira da *educação* dos negros, respondem aos desafios com uma postura lingüística mais distensa, mais comunicativa e coloquial, colocando-se, esses discursos, como *contrapontos complementares* à hegemonia discursiva dos textos perenes do *Getulino*.

Como a proposta hegemônica responde à pressão do *purismo* (e o pressupõe), este capítulo constituir-se-á em uma pequena investigação sociolingüística desse conceito. Faremos um breve histórico dele, apresentando e discutindo os conceitos de *norma*, *norma-padrão* e *variedades cultas da língua*.

Depois, relacionaremos norma-padrão e purismo, para chegarmos aos dois tipos de discursos puristas: o estrito e o metalingüístico. Como se trata de uma análise discursiva, evocaremos alguns conceitos-chave do pensador e lingüista russo Mikhail Bakhtin como *gêneros discursivos*, *dialogia* e *polifonia*, além do conceito de *estilo* (indissociável do conceito de *gênero discursivo*), visto aqui da perspectiva de Granger, ou seja, o estilo como escolha e trabalho lingüísticos.

Pela natureza do nosso trabalho e entendendo o *purismo* como defesa extrema e exclusivista dessa norma calcada em uma certa tradição literária e gramatical, é teoricamente relevante trazermos à discussão, uma concepção de norma lingüística que esteja mais de acordo com uma *concepção sócio-interacionista* de linguagem.

É sempre interessante conhecermos a origem dos conceitos com os quais trabalhamos. Segundo Paquette (2001, p. 243), o campo semântico de *norma* compreende palavras que designam instrumentos de medição: *norma*, do latim *norma*, significando “esquadro”, nível, do latim *libella*, “pequena balança” e regra, do latim *regula*, “régua”.

É Paquette também, na mesma obra, que nos remete a mais longínqua evidência da norma lingüística, à pré-história da normatização das línguas ocidentais. Citando Tessier³⁶, nos informa que na corte de Clóvis III, a partir de 693, havia os *referendários*, agentes que formariam um grupo de altos funcionários que mais tarde comporia o que chamamos de *chancelarias*. O estabelecimento das línguas vernáculas na Europa se deu, segundo ele, através de documentos jurídicos. Sobre o surgimento das gramáticas, ele é taxativo:

³⁶ *Diplomatique Royal Française*. A & J. Picard et Cie, 1962.

E se as gramáticas se apresentam até os nossos dias sob a forma de um verdadeiro código de direito, com a regra, os parágrafos, os artigos, as exceções quanto aos exemplos tirados dos autores, é porque elas têm mais ou menos uma função análoga à da jurisprudência. (op.cit., p. 246)

Mas antes das gramáticas, segundo ele, há o primeiro sinal de atividade metalingüística na Europa. Ele se dá sob Carlos VII, cujo notário da chancelaria, Odart Morchesne, cria um formulário que será

o esboço daquilo que será a obra de normatização lingüística mais sistemática dos gramáticos do século clássico – obra que ultrapassa, a partir dessa época, o círculo propriamente dito da chancelaria para se expandir no dos “parlamentares”, onde se recrutarão em sua maioria aqueles que em breve farão da língua um tema de discussão. É aí mesmo que nascem os primeiros discursos metalingüísticos. (p. 246-247)

A febre normativa tem origem, portanto, na esfera jurídica, que depois se estendendo à legislativa, chegou à gramática, que se constituiu politicamente em uma arma dos impérios, em um instrumento tão belicoso quanto a espada ou a arma de fogo. Nenhuma dúvida nos fica disso, quando recordamos Nebrija, talvez o autor da primeira gramática de uma língua nacional, citado por Gnerre (1985):

A língua sempre acompanhou a dominação e a seguiu, de tal modo que, juntas começaram, juntas cresceram, juntas floresceram e, afinal, sua queda foi comum. (NEBRIJA, apud GNERRE, p. 10)

Citando Rey³⁷ (1972, p. 4), que propugna que “toda lingüística indiferente às relações entre os sistemas de signos e as funções antropológicas que os põem em marcha está condenada ao isolamento e às ilusões”, Paquette propõe

(...) identificar mais profundamente ainda as “funções antropológicas” que fazem do trabalho da chancelaria, em seu campo mais ampliado, o lugar de eleição onde se constituem as fundações de todo processo de normatização na língua. E

³⁷ *Usages, jugements et prescriptions linguistiques*, Langue française, Paris, Larousse, 1972, 16, p. 4-28.

a resposta se dá por si mesma, já que ela reside na atividade mesma da instituição da chancelaria: a escrita. (op.cit, p. 247)

Ainda sobre as relações entre norma e escrita, Paquette nos informa que:

(...) é a partir do momento em que o escrito de uma língua intervém como um lugar onde se pratica um certo trabalho sobre a língua que o processo de normatização pode historicamente se pôr em marcha. (...) a escrita, como “fragmento” de trabalho, está sempre ligada a um certo poder e que, além do “prestígio” técnico de que ela goza, uma grande parte do seu alcance e de sua aptidão para influir sobre o “resto” da língua lhe advém precisamente de sua proximidade do poder (op.cit, p. 248 e 251)

Portanto, as *fundações da normatização da língua* encontram-se na escrita. Ela – a escrita - se constitui, assim, em um *lugar* de onde se concretiza um trabalho sobre a língua, colocando em movimento, historicamente, a normatização dela. Ligada ao poder, ela pode influir, inclusive, sobre outros aspectos da língua e legitimar a dominação.

3.2 Normas, norma – padrão e variedades cultas

Concordo com Aléong (2001), para quem não há uma única norma lingüística, mas várias normas “em função de todas as coerções possíveis” (p.152). Este autor, no entanto, não deixa de reconhecer que, apesar da existência de muitas normas lingüísticas, há uma *norma*, uma *variedade da língua* “que, num dado momento, se impõe e é imposta por um aparelho prescritivo como a língua de referência pela qual se deve medir todos os comportamentos”. Esta variedade que se impõe, num dado momento “é um código normalizado de regras imperativas que definem o certo e o errado em matéria de pronúncia, de gramática, de ortografia e de estilo” (p. 153).

Faraco (2002, p. 38) explica a existência de muitas normas, considerando que os grupos sociais se distinguem pelas formas lingüísticas que são de uso comum. Assim, em uma sociedade como a brasileira, diversificada e estratificada, teremos inúmeras normas lingüísticas. Como Aléong, entretanto, ele também dá conta da existência de uma norma

que se impõe de fora, artificialmente. Ele identificará esta *variedade impositiva*, que se superpõe a todas as outras, como sendo a *norma – padrão* e explica o seu surgimento na sociedade brasileira da seguinte maneira:

A cultura escrita, associada ao poder social, desencadeou também, ao longo da história, um processo fortemente unificador (que vai alcançar basicamente as atividades verbais escritas), que visou e visa uma relativa estabilização lingüística, buscando neutralizar a variação e controlar a mudança. Ao resultado desse processo, a esta norma estabilizada, costumamos dar o nome de “norma – padrão” ou “língua – padrão”. (p. 40)

Explicando a gênese do *padrão brasileiro* e o afastamento dele da *norma culta*, Faraco deixa claro que isso se deu porque a codificação do primeiro foi feita de maneira excessivamente artificial: as elites conservadoras simplesmente desprezaram as formas da norma culta brasileira da época, apelando para “um certo modelo lusitano de escrita praticado por alguns escritores portugueses do Romantismo” e não para o português falado em Portugal na época (op.cit, p. 41- 42) como muitos acreditam.

Se, por um lado, a colocação de Faraco sobre o surgimento da norma-padrão brasileira parece muito justa, por outro, sua justificativa para a permanência do conceito de *norma culta* me parece equivocada. Ele diz que devemos entendê-la como a norma praticada em alguns contextos de interação formal pelos grupos sociais mais ligados ao poder e à escrita (op.cit., p. 39 e 40), utilizando o argumento frágil de que “para a antropologia não há grupo humano sem cultura”. Mas justamente o equívoco se encontra nessa identificação feita por ele entre o substantivo *cultura* e o adjetivo *culta*. Equívoco porque para a antropologia, de maneira geral, *cultura* significa todo e qualquer fazer humano simbólico, e *culto*, como ele mesmo nos diz, refere-se exclusivamente à norma dominante da elite!

Parece-me muito mais justo e interessante o julgamento que Paquette faz do uso do conceito de *norma culta*:

(...) não podemos conservar os termos “culto” (“cultivé”) e “não-culto” (“non cultivé”) tais como são entendidos habitualmente (...) para designar

determinadas realizações do discurso, já que a fragmentação do trabalho torna as culturas tão diversas quanto o trabalho mesmo. Um falante culto pode tornar-se não-culto se for colocado repentinamente em situação de dominar a variação discursiva do encanador, da informática ou da medicina. (Ibid., p. 252)

Depois de definir, de maneira precisa e concisa, a *norma – padrão* como “o ideal abstrato de língua ‘certa’ da tradição normativo-prescritiva”, Bagno (2002) nega a existência de uma única norma culta no espectro das variedades do português brasileiro. Para ele, há *variedades cultas*, pois “já se sabe que não existe um comportamento lingüístico homogêneo por parte dos ‘falantes cultos’” (p. 179). Bagno certamente se ampara no amplo acervo de língua falada do Projeto NURC, surgido em 1969 que teve como proposta central investigar, através de milhares de protocolos lingüísticos, colhidos em cinco grandes regiões metropolitanas – Recife, Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, como falam as classes privilegiadas do nosso país. Ele serviu para escancarar a distância descomunal que existe entre a idealização da norma-padrão e a língua efetivamente praticada pelos falantes cultos. Do Projeto NURC se originaria, dentre tantos outros empreendimentos lingüísticos, o Projeto da Gramática do Português Falado no Brasil, liderado, entre outros lingüistas, pelo Prof. Ataliba de Castilho³⁸.

3.3 Norma – padrão e purismo

Leite (1999, p. 16) define o *purismo* como “um fenômeno de preservação da *norma*”. O *Grande Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa* o define como “atitude segundo a qual a utilização da língua deve se conformar a uma norma ideal que visa a privilegiar um uso dito ‘puro’ que impede toda a evolução e principalmente o empréstimo”. Para Camara Jr, o *purismo* é

uma atitude de extremado respeito às formas lingüísticas consagradas pela tradição do idioma, que muitas vezes se assume na língua literária; a língua é considerada à maneira de uma água cristalina e pura, que não deve ser

³⁸ Cf. *A gramática do português falado*. Volume 1, Unicamp.

contaminada, daí a hostilidade aos estrangeirismos, aos neologismos e a todas as formas lingüísticas não autorizadas pelo uso literário tradicional. Essa atitude, adotada rigidamente, cerceia a capacidade expressiva. (CAMARA JR., 1968, p. 323)

Preservação e conformidade a uma norma “ideal”, privilégio do uso “dito” puro, atitude de respeito “extremado” às formas lingüísticas consagradas pela tradição consubstanciada na literatura, impedimento da evolução da língua (sic), dos empréstimos (estrangeirismos), dos neologismos (com conseqüente cerceamento da capacidade expressiva), são algumas das características arroladas nos fragmentos acima, da atitude purista em si, desconectada da história, dos falantes e da sociedade. Ora, o purismo é muito mais que uma *atitude*, o purismo é uma ideologia.

O francês Alain Rey, um dos autores que melhor entrelaçam norma e atitudes puristas à história e à sociedade, em *Usos, julgamentos e prescrições lingüísticas* (2001), dissecou e desmascara com muita clareza, algo que poderíamos chamar de *intenção oculta* de todo purista e de todo *purismo*:

(...) a atitude normativa ativa, e em particular o purismo, apaga as condições e implicações sociais de seus julgamentos, para remeter sua causa a um conceito abstrato da “língua” e da “palavra”. Finge-se acreditar que todo mundo pode escolher entre todos os usos, para que ninguém tenha razão de não escolher o “melhor”, e para poder condenar quem deixe de fazê-lo; apenas se é mais severo para com os burgueses cultos do que com os falantes menos privilegiados, enquanto se trata de impor a estes o uso daqueles, filtrado e corrigido. (p. 136)

O purista apaga as conseqüências de seus julgamentos, fazendo abstração da palavra e da língua. Ele finge uma atitude liberal, oferecendo ao leitor um leque de usos, dentre os quais aquele que emerge como “o melhor”. A não-recuperação, por parte do leitor, daquele apagamento estratégico, substituído por um conceito abstrato de língua, é o efeito ideológico do discurso autoritário e monológico do purista.

Rey (op.cit.) também nos chama a atenção para o fato de que, hoje, as classes dominantes não têm mais como impor o uso que fazem da língua à sociedade. Quem dita o uso são, na realidade, aqueles que mantêm o monopólio do discurso da cultura; no caso

brasileiro, em larga medida, os gramáticos midiáticos e os da indústria do livro didático (em sua maioria *copistas de copistas*)³⁹, além dos responsáveis pela (tentativa de) homogeneização do discurso jornalístico através dos manuais de redação.⁴⁰ Uso principalmente escrito e literário, com hierarquização não explicitada de autores que, naturalmente, servem aos propósitos normativos de quem os escolhe, elege, divulga e publica. Ficam de fora, é lógico, os prosadores e poetas criadores e inventores de novas linguagens.

Finalmente, atendendo à necessidade de uma definição mais orgânica do purismo, poderíamos dizer, como Rey (Ibid., p. 137) que ele é

uma atitude normativa permanente que repousa num modelo unitário e fortemente seletivo de língua e não tolera nenhum desvio a esse modelo predefinido, quaisquer que sejam as condições objetivas da vida lingüística da comunidade.

Acredito que não seria equivocado afirmar que o purismo *seria a norma levada ao paroxismo*. Explico-me: se há, entre muitas normas e variedades, *a norma*, ou seja, este “código normalizado de regras imperativas que definem o certo e o errado em matéria de pronúncia, de gramática, de ortografia e de estilo” (Aléong, 2001, p. 153), a atitude purista não leva em consideração apenas a tendência (necessária?) à estandardização enquanto forma compartilhada de expressão para permitir a comunicação, mas lhe acrescenta dois predicados: a) É estandard o que é passado de alguns (aqueles que ficaram, como escritores etc); b) Esse estandard é *certo*. O predicado *é certo* não tem nada a ver com estandardização, mas com a manutenção de um culto estandard de *certos* falantes. Daí o

³⁹ Do meu ponto de vista, desde o início do *boom* do livro didático, nos anos 1970, nossos gramáticos pedagógicos são uma espécie nova de *copistas* da Igreja Medieval; profissionais que mediante exemplificação nova de conceitos avoengos, vão se repetindo *ad nauseum*, embora façam uso, no âmbito de suas conveniências, de alguns conceitos da lingüística moderna.

⁴⁰ Para um aprofundamento da questão do normativismo na mídia, cf. *Pelo direito de dizer a língua: a lingüística e o purismo lingüístico na passagem do século XX para o século XXI*, cap. 2 e seções 3.3.3 e 3.3.4, de Marina Mendonça (tese de doutorado, IEL, Unicamp), *Metalinguagem e discurso. A configuração do purismo brasileiro*, seção 5 do cap. V, de Marli Quadros Leite (Humanitas – FFLCH) e *A sombra do caos. Ensino de língua X Tradição gramatical*, cap. 9, parte II, de Percival Leme Britto (ALB/Mercado de Letras).

paradoxo purista: na defesa de uma *certa* standardização, o purismo gera, necessariamente, preconceito⁴¹.

O purismo é uma recusa permanente da mobilidade. O purista é inflexível como as regras que defende. É o guardião da língua, seu herói, o *último dos moicanos*, seu homem. O purista está sempre armado, numa atitude belicosa, de lança em riste e escudo. O gramático empedernido se veste com a túnica branca da língua e não admite respingos de sujeira e de corrupção lingüística da maioria, dessa “contribuição milionária de todos os erros” (Oswald de Andrade) à construção da língua. É necessário manter a língua *virgem, impoluta, salutar, imaculada, ilibada, virtuosa*.

As relações entre línguas são concebidas como um combate, com atacantes e atacados, vencedores e vencidos. Os protagonistas desta luta evidentemente nada têm a ver com os sistemas lingüísticos descritos pela ciência; *língua*, aqui, só pode significar um conjunto de usos e de manifestações concretas, um comportamento humano cuidadosamente avaliado. (REY, Ibid., p. 138)

Ainda, segundo Rey (op.cit., p. 140), o purista, por trás de um discurso mais ou menos hábil, do ponto de vista formal, evidencia elementos odiosos dos inimigos da língua, portanto, de seus adversários, elementos descontextualizados e trabalhados ao sabor das (in)conveniências do momento. Para o lingüista francês, *o purista acumula listas de infâmia e um museu de horrores*.

Yaguello (2001) faz um julgamento bastante lúcido dos eternos *juízes* da língua, os puristas. Para ela, aquele que se coloca como *guardião* da língua exerce uma forma de abuso do poder (p. 281) “que vai contra a natureza e a realidade da linguagem”. Segundo ela, a atitude purista – “a vontade de conservar a língua numa forma imutável, de acordo com uma elite de letrados” -, é irracional e irrealista. Irracional porque o purista nega o que está *inscrito* em qualquer língua natural: sua evolução e sua variação. Irrealista porque, apesar das instâncias lingüísticas coercitivas (escola, a academia, os gramáticos, as instituições), nunca ninguém deteve a evolução de uma língua, salvo se se deixou de falá-la.

⁴¹ Comunicação pessoal do Prof. Dr. João Wanderley Geraldi.

Corroborando a idéia de evolução e variação lingüística, Yaguello afirma que a mudança permanente das formas de comunicação “é uma particularidade da espécie humana que contribui para colocá-la acima das demais espécies vivas” (op.cit., p. 281). Identificando, de maneira inteligente, velharia (velhacaria?) lingüística a atitudes e mentalidades conservadoras e preconceituosas, a autora põe uma pá de cal no túmulo purista, afirmando que:

Mas, de um modo insuportável para o purista, são as gerações jovens que, apropriando-se da língua, a mudam. A língua se encontra, assim, perpetuamente rejuvenescida e não envelhecida, ao passo que seus falantes, inexoravelmente, envelhecem. (op.cit., p. 280)

A aceitação do óbvio – a evolução e a variação da/na língua – quebra um encanto. Não obstante ter se “atualizado”, como nos mostra Mendonça (2006), com o uso do humor e da ironia, além de uma certa condescendência paternal, fatores de identificação com o público leitor, mas não suficientes para a aceitação do óbvio, o gramático/purista pós-moderno (ou *neoliberal*, como quer Mendonça no mesmo trabalho), ainda está com as tábuas da lei nas mãos (que profeta em qual montanha as incrustaria em qual púlpito de pedra?). Ele parece estar sempre sob hipnose, daí seus julgamentos parecerem vir de um outro mundo lingüístico que não o nosso. Yaguello, na passagem abaixo, faz, simultaneamente, um elogio à atitude de desprendimento lingüístico com um quê de apelo aos puristas:

Aceitar a mudança é se sentir de certo modo despossuído, é perder um poder *sobre e pela* língua, ainda que a condenação seja formulada no mais das vezes sob forma de juízos estéticos: a língua tão bela e tão pura de outrora se tornou vulgar, feia, trivial, pobre e sem matizes. E é por isso que a língua é um desafio tamanho no conflito de gerações tanto quanto no das classes sociais. Pois o juízo sobre a língua se estende aos falantes que a falam. Um homem distinto fala um francês admirável, um marginal só poderia falar um francês deplorável. (op.cit., p. 280)

Os gramáticos e puristas, em geral, têm interesse em fingir que ignoram o que está inscrito nas línguas naturais, o que nelas é intrínseco: a sua *evolução*, sem que isso implique uma teleologia, momento em que a língua encontraria sua perfeição, mas ao contrário disso, simplesmente expressando sua mudança no tempo e a *variação* de suas formas. Digo que eles têm interesse nisso, porque vivem disso, recebem seus honorários exatamente para isso: jogar anátemas naqueles que põem em movimento a língua paralisada que lhes interessa. Se assim não fosse, por que, como mostra Mendonça (op.cit., p. 131), incorporariam aos conteúdos tradicionais de suas gramáticas, itens como *Variação Lingüística e Funções da Linguagem*? E, pior, fazer conviver *variação* com *vícios de linguagem*?

Ao contrário do que se poderia pensar, não há incoerência nenhuma nessa convivência: há, isto sim, coerência programática nisso, pois, a convivência entre o *tradicional* e o *científico* responde ao imperativo da modernização exigida pelo mercado do livro didático (*variação lingüística*) e à necessidade autoritária de elidir *a palavra do Outro*, de estigmatizar os *empréstimos lingüísticos*, convenientemente chamados de *estrangeirismos* (*vícios de linguagem*).

Há aqui um paradoxo extremamente interessante: o purista, para existir, depende crucialmente do que ele chama de *erro*! Se todos falassem e escrevessem o que ele tem como *certo*, estaria perdido... Quer dizer que, sendo a variação algo próprio, intrínseco à língua, parece que nunca nos veremos livres dos puristas e jamais sairemos do enalço dos gramáticos!

Chamo para este concerto de vozes, o grande cineasta alemão Werner Herzog. Penso em uma de suas obras-primas, *Nosferatu*, filme de 1979, refilmagem do filme de outro cineasta alemão, Murnau, realizado na década de 1930. Penso na personagem-título, o vampiro Nosferatu.

Comparo Nosferatu ao gramáticos obtusos e aos demais puristas. É evidente que o Nosferatu de Herzog é muito mais interessante que eles: apesar do horror que inspira e causa, consegue refletir sobre a maldição de se viver repetindo as mesmas banalidades de todo dia.

Quando houver um entendimento, uma consciência lingüística geral, via escolarização formal e formadores de opinião, de que o passado não pode ser modelo,

cânone, mas sim uma indicação, uma possibilidade de ampliação de estilos e vozes, os mais diversos possíveis, propiciada pela leitura dos poetas e prosadores que fizeram alargar as fronteiras sintático-estilísticas da nossa língua, nos livraremos deles, sem apelar para estacas, crucifixos ou água benta... E juntos ao escritor moçambicano Mia Couto e ao educador e lingüista João Wanderley Geraldi⁴², que cita o primeiro, assim expressaremos esta utopia:

Da minha língua materna eu aspiro esse momento em que ela se desidioma, convertendo-se num corpo sem mando de estrutura ou de regra. O que quero é esse desmaio gramatical, em que o português perde todos os sentidos.

Dois estudos mais recentes e consistentes sobre a constituição do purismo brasileiro são *A luta pelo direito de dizer a língua: a lingüística e o purismo lingüístico na passagem do século XX para o século XXI* de Marina Célia Mendonça, tese de doutorado defendida em 2006 no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp. O outro, *Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro*, de Marli Quadros Leite, resultou de uma tese de doutorado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP em 1999 e foi publicado em forma de livro pela “Humanitas”.

No trabalho de Mendonça há três categorias para o purismo praticado nestas plagas: *o purismo neoliberal*, estudado por ela a partir de capas de revistas de informação e representado pelos manuais de redação, “versão atualizada das gramáticas normativas” e por o que ela define, ironicamente de “professor de português moderno, mas nem tanto”, o gramático midiático moderninho que, por meio do humor negro (em ralação aos textos dos outros), e de uma certa condescendência paternal, provoca risadas de hiena e a identificação do público ouvinte ou leitor.

Uma outra categoria é a do *purismo nacionalista* romântico, que teve na figura de José de Alencar seu grande artífice e que, em linhas gerais, defendia o *idioma brasileiro* da tradição lingüística lusitana. O *purismo nacionalista ressignificado* é atualização do

⁴² *Tranças do poder, danças dos letrados. A infatigável tarefa de frear a língua*. Palestra proferida em 18/11/2005 pelo Prof. Dr. João Wanderley Geraldi no VIII Fórum de Estudos Lingüísticos, Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

purismo nacionalista romântico do século XIX. Um *revival* em pleno alvorecer do século XXI: a defesa da pureza da língua dos empréstimos (estrangeirismos), principalmente do inglês norte-americano (e de sua cultura alienadora e instigadora do consumismo). Este teve seu grande momento no monumental equívoco da elaboração do projeto de lei nº1676/99, de autoria do deputado Aldo Rebelo⁴³. Todos os três estudados de uma perspectiva metalingüística.

Leite (1999), em seu estudo sobre a *configuração do purismo brasileiro*, descarta a tipologia proposta por J.V. Neustupný⁴⁴, segundo a qual haveria “processos de correção discursiva, lingüística e ideológica, que dão origem a três diferentes e inter-relacionados tipos de purismo: *a.* purismo do discurso; *b.* purismo do idioma; *c.* purismo ideológico” (p. 46).

Ela contra-argumenta afirmando que, em primeiro lugar, “(...) o purismo é uma atitude de preservação da norma e não apenas de correção”; em segundo, “(...) a língua é por natureza ideológica”; em terceiro, “(...) o purismo é um fato decorrente do uso da língua e, por último, “(...) a metalinguagem é sempre ideológica e discursiva” (p. 49).

Descartada a tipologia de Neustupný, propõe uma classificação bipartida de *purismo*. Para Leite, “sob o ponto de vista da realização” (p. 49), o melhor seria entender a existência de um *purismo discursivo metalingüístico* e de um *purismo discursivo stricto sensu*.

O *purismo discursivo stricto sensu* será para ela um complemento de sua análise, pois “o purismo que não desencadeia metalinguagem e se realiza por meio de escolhas lexicais e sintáticas do falante (...) gera uma análise subjetiva (...)” e o *purismo discursivo metalingüístico*, adotado pela autora, “revela sempre a posição ideológica do falante/escritor no contexto de uma língua histórica” (p. 49).

⁴³ O Anexo 2 da tese de Marina Mendonça traz o projeto de lei do deputado Rabelo e os textos da polêmica travada entre o deputado e o lingüista Carlos Alberto Faraco publicados pela mídia da época.

⁴⁴ *Language Purism as a Type of Language Correction*. In: Jernud B.H. & Shapiro, M.J. (ed) *The Politics of Language Purism*. New York: Mouton de Gruyter, 1989.

3.4 Purismo discursivo *strito sensu* e purismo discursivo *metalingüístico*

No *Getulino*, não há uma preocupação central de se discutir a língua, suas normas ou seu uso; a metalinguagem não ocupa, portanto, um lugar proeminente no seu discurso. É a *educação* que ocupa este lugar privilegiado, é a educação do negro a *medida* da qual emana a maioria dos textos que anima o jornal.

Atualizando uma discussão que já aconteceu em algumas seções e muitas páginas deste trabalho, é importante deixar claro que há, entre os autores estudados, duas posições básicas em relação à famigerada *elite negra*. Maciel (1987), de uma perspectiva marxista, separa drasticamente a *elite negra* das bases negras. Para ele, se o homem negro quisesse ascender socialmente (“subir na vida”), teria de parar de dar motivos aos brancos de o acusarem de “ignorante”, “selvagem”, “incivilizado”, “sujo”, “preguiçoso”, “imoral”, “lascivo” etc. Resumindo: para se *integrar* e se *inserir* na sociedade branca, no mundo dos brancos, o negro – ser humano vilipendiado, esmagado, usado como combustível vivo na produção da riqueza deste país, por quase quatro séculos – o negro teria que pensar, se comportar, se vestir e agir socialmente como os seus algozes brancos. Por outro lado, Maciel (op.cit) não esquece que, apesar da luta por ascensão ao mundo branco, a década de 1920 está marcada para o negro como a das reivindicações de *participação* e de *cidadania* na sociedade branca.

Uma outra posição (Gomes, 2005), sem negar o projeto negro educacional de inserção do negro na sociedade branca, relativiza essa integração apontando para um projeto negro de denúncia, protesto, resistência tenaz ao preconceito e de luta por cidadania, de forma organizada, 35 anos depois de uma abolição que abandonou os escravos a sua própria sorte, sem respaldo de políticas públicas de inclusão.

Reitero também minha posição de que havia, sem dúvida, uma *elite negra*, porém formada por militantes remediados que, abnegadamente, tirando do que não tinham, mantinham heroicamente de pé a imprensa negra. Elite aqui não tem nada a atribuição do termo *elite* para a o poder econômico e político da burguesia branca brasileira: a *elite negra* não detém uma fração sequer desse poder econômico e político.

No *Getulino*, convivem o *purismo discursivo metalingüístico*, minoritário, e o *purismo discursivo* strito sensu⁴⁵, quantitativamente e qualitativamente mais expressivo. Leite define o segundo com um purismo que “se realiza por meio de escolhas lexicais e sintáticas” e que “gera uma análise subjetiva”, daí a autora ter apelado para ele “apenas de modo complementar” (p. 49).

Neste trabalho, vamos analisar o discurso purista estrito, dominante nos textos educativos de cunho perene, histórico. Analisaremos também o discurso purista metalingüístico através do único texto que encontramos no jornal negro que pode ser enquadrado nesta tipologia. E não deixaremos para trás alguns discursos mais distensos que conformam textos não-perenes, ligados mais ao presente da etnia negra, além de alguns exemplares do gênero poético.

Há duas razões para a predominância de discursos purismo de tipo estrito: a primeira está relacionada ao fato de que o purismo metalingüístico no *Getulino* é quantitativamente minoritário. A segunda é que alguns dos discursos puristas estritos do jornal negro de Campinas parecem obedecer a um imperativo conservador do nacionalismo elitista que,

passada sua fase romântica (...) acabou vencido pelo projeto europeizador maior da oligarquia, sobretudo com a *ascensão intelectual do parnasianismo*, marcado pelo *preciosismo sintático e lexical fortemente classicizante*, uma vez que nessa escola literária, mais que nunca, qualquer elemento “popular” deveria ser evitado ao máximo. (BAGNO, 2002, p. 186, *itálicos adicionados*)

Bagno (2002), acertando no atacado da ascensão do parnasianismo, erra no varejo da amplitude discursiva dessa mesma ascensão: o parnasianismo com o murchar do ímpeto lingüístico romântico (Alencar e as polêmicas sobre a “língua brasileira”), é bem mais que uma escola literária; ele se incrusta em certo viés discursivo político, pedagógico e moral das oligarquias e elites culturais da época. Preciosismo sintático e lexical são marcas lingüísticas de um *estilo*: o parnasiano.

⁴⁵ Doravante chamarei o *discurso purista metalingüístico* de *purismo metalingüístico* e o *discurso purista* strito sensu de *purismo estrito*.

O parnasianismo é, portanto, um *estilo* – não no sentido de uma estilística tradicional, “que tenta compreender e definir o estilo baseando-se unicamente no conteúdo do discurso (no nível do objeto do sentido) e na relação expressiva do locutor com esse conteúdo” (Bakhtin, 1992, p. 324), mas, como quer Possenti (1988), baseado em Granger⁴⁶, um conceito lingüístico que tem como pilares a *escolha* e o *trabalho* com a linguagem por “um sujeito constituidor, construtor da linguagem, *e não na linguagem mesma*, embora os traços do construtor devam estar marcados na linguagem” (p. 158, *itálico adicionado*).

Ou, numa síntese feliz do autor, “a **escolha** como fruto do trabalho [lingüístico]” (p. 157). Explicitando mais a dialética *escolha/trabalho*, Possenti afirma que:

Se o locutor busca, dentre os possíveis, um dos efeitos que quer produzir em detrimento dos outros, terá de escolher entre os recursos disponíveis, terá que “trabalhar” a língua para obter o efeito que intenta. No **como** o leitor constitui seu enunciado para obter o efeito que quer obter. (POSSENTI, 1993, p. 158)

Nosso trabalho consiste em uma análise discursiva de alguns dos discursos do *Getulino*. Se, por um lado, segundo Bakhtin (Ibid., p. 279), qualquer enunciado considerado em si é individual, por outro, “cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos de *gêneros do discurso*. Ou seja: *gêneros do discurso são formas típicas de enunciados*.”

Essa *tipicidade* do gênero discursivo tem mão dupla: se, por um lado, o gênero do discurso não é uma forma da língua, mas do enunciado, por outro, a expressividade do enunciado vem do gênero em que se conforma:

O gênero do discurso não é uma forma da língua, mas uma forma do enunciado que, como tal, recebe do gênero uma expressividade determinada, típica, própria do gênero dado. No gênero, a palavra comporta certa expressão típica. Os gêneros correspondem a circunstâncias e temas típicos da comunicação verbal e, por conseguinte, a certos pontos de contato típicos entre as *significações* da palavra e a realidade concreta. (op.cit., p. 312)

⁴⁶ *Filosofia do estilo*. São Paulo, Perspectiva – EDUSP, 1968.

Por isso, se vamos estudar alguns dos discursos presentes no *Getulino*, teremos como matéria – prima enunciados organizados em tipos estáveis, ou seja, *estudaremos, em última análise, os gêneros do discurso do jornal negro que veiculam textos de orientação purista e textos contra-hegemônicos afastados de qualquer nuance purista*. Como estaremos também atentos ao estilo parnasiano que, porventura, se apresenta em um ou outro discurso purista, é importante conectarmos o conceito de estilo ao de gênero do discurso. Para Bakhtin, “o estilo entra como elemento na unidade de gênero de um enunciado”, pois ele

é indissociavelmente vinculado a unidades temáticas determinadas e, o que é particularmente importante, a unidades composicionais: tipo de estruturação e de conclusão de um todo, tipo de relação entre o locutor e os outros parceiros da comunicação verbal (relação com o ouvinte, ou com o leitor, com o interlocutor, com o discurso do outro, etc) (op.cit, p. 284)

Enfim, o argumento bakhtiniano mais forte para que, na minha análise, eu leve em consideração a relação inextricável entre o enunciado e os gêneros (e, por conseguinte, do estilo) dá ciência de que:

Ignorar a natureza do enunciado e as particularidades do gênero que assinalam a variedade do discurso em qualquer área do estudo linguístico leva ao formalismo e à abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida. (Ibid., p. 282)

CAPÍTULO 4: GÊNEROS, ESTILOS E ANÁLISE DE ALGUNS DOS DISCURSOS DO *GETULINO*

4.1 Purismo, gêneros e estilos mais distensos nos discursos do *Getulino*

Há uma heterogeneidade discursiva desconcertante no *Getulino*. Isso quer dizer que não há apenas discursos puristas nesse jornal, que há discursos mais distensos, mais diretos

e escritos em uma linguagem muito próxima da linguagem coloquial e da oralidade. Como afirmamos anteriormente, traremos também alguma notícia sobre eles.

Dentre os discursos puristas, como já dissemos anteriormente, encontramos no *Getulino* o estrito (maioria) e o metalingüístico. Quanto aos gêneros do discurso do jornal negro campineiro, o purismo estrito abarcava principalmente os editoriais (na realidade, artigos de capa sem assinatura) e os artigos encomendados com temáticas formais ligadas à vida e à história do sujeito negro. O *Getulino* reservava os textos mais soltos, com linguagem mais distensa, para suas polêmicas e diatribes com rivais e desafetos, para as crônicas e pequenas notas humorísticas e sarcásticas, às vezes endereçadas aos próprios negros.

Voltando aos discursos puristas, para os redatores do *Getulino* (ver **FIG. 04**), o imperativo da educação do homem negro e de sua inserção no mundo do branco encontram sua melhor expressão em uma linguagem formal e de acordo, algumas vezes, com os cânones parnasianos da época. Uma linguagem que lembrasse o leitor negro de que a *instrução* não poderia, em hipótese alguma, ser negligenciada. No lugar de um texto dialógico, de identificação com a comunidade, como nos outros gêneros praticados pelo jornal, o leitor encontrava ali uma lição de história, de edificação moral e de gramática.

Há, em grande parte das edições do jornal negro campineiro, considerações desairosas e envergonhadas sobre o analfabetismo que, de acordo com o jornal, comprometia a ascensão do negro. Em uma delas⁴⁷, em nota sem assinatura, o jornal denuncia o analfabetismo de negros “que se vestem de fraque” e negras “que se vestem ricamente à francesa” nos salões de dança da cidade, mas que na hora de fazerem alguma anotação como número do telefone ou nome da rua daqueles com quem dançaram, dizem que esqueceram os óculos ou que não têm caneta...

Mas esses homens de fraque e essas mulheres vestidas à francesa que se embaraçam na hora de escrever o endereço, não porque não tenham uma caneta à disposição, provavelmente não pertenciam à elite negra. O analfabetismo é, pois, um argumento a mais que contrapõe uma elite negra, possuidora de bens espirituais (e não materiais) à massa negra, distante da instrução e da escola. Fraques e os belos vestidos são, até hoje, comprados a prestações ou alugados e não inferem necessariamente em posse material.

⁴⁷ *Getulino* nº 23, p. 01, 30/12/1923.

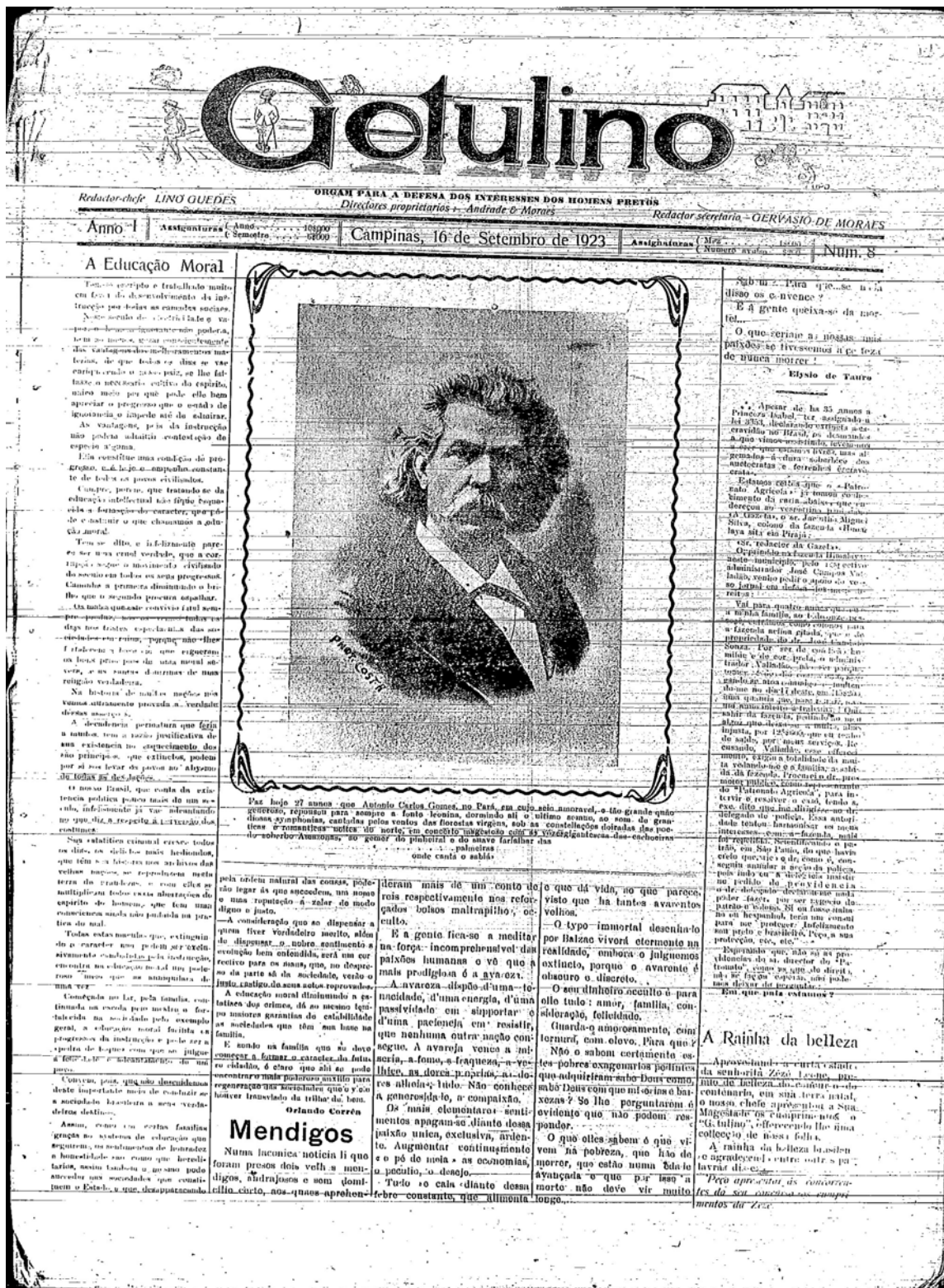


FIG. 04 – CAPA DA EDIÇÃO Nº 08 DO GETULINO, DE 16 DE SETEMBRO DE 1923. O CROMO E A LEGENDA DESTACAM O MÚSICO E MAESTRO CAMPINEIRO CARLOS GOMES

O purismo metalingüístico é mais raro no *Getulino*. Em nossa pesquisa, identificamos apenas um nos jornais em que pudemos pesquisar (ver “Discurso nº 09”) . Observamos que ele fustigou impiedosamente principalmente *desvios* dos negros dos caminhos dos brancos (conduta, moral, linguagem, atitudes), ou melhor, desvios da possibilidade de inserção desses negros na sociedade branca. São considerações que jogam anátema nas variedades de português faladas por negros aparentemente excluídos desta elite negra.

Observamos que, de maneira mais contundente que nos periódicos em geral, quando se trata de um artigo de conteúdo histórico, constituinte de uma memória negra em construção, ou seja, de um texto que não vai desaparecer no outro dia, mas algo que vai marcar um tempo na História, que se refere a um tempo na História da humanidade, ou seja, quando se trata de um *tema perene*, os estilos variam de mais formais (como no caso do estilo *parnasiano*) a menos formais, um pouco mais distantes de exigências puristas estritas, embora mantenham a sobriedade e a seriedade das afirmações e opiniões.

No caso dos textos não-perenes – os que dão notícia de acontecimentos mezinhos ou das brigas do jornal com outros jornais negros e outros adversários ou ainda os que brincam com os *patrícios*, a linguagem é mais leve, mais solta, distensa, informal.

Convivem, portanto, no *Getulino*, dois estilos: o formal e o informal. O estilo formal prevalece, o que deixa claro um ***projeto purista*** de linguagem de matizes diversificados, baseado em uma norma-padrão. Tanto é assim que, por indícios, este projeto aparece cristalinamente no único discurso purista metalingüístico do *Getulino*.

Este ***projeto purista*** se casa perfeitamente com o ***projeto de educação*** dos redatores e animadores deste jornal negro. Agir (de certa maneira) mas, principalmente, falar e pensar como o branco, seria a senha para a entrada na sociedade branca e, conseqüentemente, um passo na conquista da cidadania plena do negro.

4.2 Análise de alguns discursos do *Getulino* segundo seus gêneros

“(...) não se podem contemplar, analisar e definir as consciências alheias como objetos, como coisas: comunicar-se com elas só é possível dialogicamente. Pensar nelas implica em conversar com elas, pois do contrário elas voltariam imediatamente para nós o seu aspecto objetificado: elas calam, fecham-se e imobilizam-se nas imagens objetificadas acabadas”

Mikhail Bakhtin

Nossa análise está dividida em três blocos. O primeiro é formado por quatro textos retirados da edição número 04, de 19 de agosto de 1923, do jornal negro campineiro e estão numerados de 01 a 04. Eles estão todos reunidos sob a rubrica do *purismo estrito*, embora caibam em um espectro que vai de discursos que respondem a exigências mais estritas do purismo a discursos um pouco mais afastados dessa exigência, embora mantenham estilo formal.

A idéia central que animou essa reunião de textos do primeiro bloco foi a possibilidade de apresentarmos de maneira mais completa e orgânica ao leitor, alguns textos de um dos números do *Getulino*, deixando evidentes, além de seus gêneros e estilos mais formais, os temas que animavam o *Getulino* no segundo mês da sua história, além de englobar o primeiro discurso do segundo bloco (o número 05), também publicado no número 04 do *Getulino*.

O segundo bloco contém os discursos mais distensos do *Getulino*, aqueles que podemos dizer, acontecem à revelia e à margem dos textos doutrinários e educativos do jornal negro. Textos que conformam uma *contra-hegemonia* discursiva que responde a desafios pragmáticos e à necessidade de entretenimento da comunidade negra leitora. Eles estão numerados de 05 a 07. Esses dois primeiros blocos formados pelos sete primeiros discursos analisados têm como núcleo os conceitos de *gêneros* e *estilos* (ver final do capítulo anterior).

O terceiro bloco, que compreende a análise dos discursos de número 08 a 10, tem como preocupação central o que Bakhtin (1992, p. 284) chama de “unidades temáticas determinadas”, às quais o estilo está “indissociavelmente vinculado”. Reunimos três discursos que discutem um tema premente e fundante da resistência negra: o *branqueamento*.

Voltando à edição privilegiada de nossa análise, a do número 04 do jornal negro de Campinas, vamos descrevê-lo ao leitor. Na primeira página, há o artigo de fundo, que tem como tema, a construção, na cidade do Rio de Janeiro, de um panteão aos heróis da Independência. Ele será o primeiro discurso analisado do primeiro bloco. Uma citação extraída dele será objeto de nossa segunda análise.

Ao seu lado, aparecem algumas cartas *panegíricas*, ou seja, de louvação e elogio de alguns leitores ao *Getulino*. Uma delas, encomendada a (talvez) um militante mais experiente será alvo de nossa terceira análise. Há, ainda nessa primeira página, uma pequena nota que discute as posições do jornalista e líder negro norte-americano Abbot a respeito da possibilidade da imigração em massa dos negros daquele país para o Brasil.

Na segunda página, há um artigo intitulado *Respondendo III*, que replica uma “provocação” de outro jornal da comunidade negra, chamado *A Proctetora*. A diatribe da vez diz respeito à tese do artigo do jornal rival que critica a raça negra pela “vergonha” de até o presente momento, não formar profissionais liberais. Ele será objeto de nossa quarta e última análise do primeiro bloco.

Ainda na página dois, há uma nota comentando o concurso de beleza negra promovido pelo jornal, que pretendia escolher a mais bela negra da cidade, o *Folhetim do Getulino 3 – Scenas do Captiveiro - A boa Severina*, algumas notas sociais que se referem à comunidade negra, uma coluna intitulada *Vida Esportiva* e alguns pequenos anúncios publicitários.

Sobre o folhetim *A boa Severina* (ver **FIG. 05**), trata-se de uma narrativa seriada (lembramos o sucesso que tiveram os folhetins saídos nos jornais do último quartel do século XIX, inclusive formando gerações de leitores para o incipiente mercado livreiro no Brasil) que tem como heroína a escrava Severina, negra de boa índole que apoiava secretamente os negros do quilombo *da alta serra do Bugio, ramificação da cordilheira da Mantiqueira*, liderados por *Pae Pedro*. Ele acompanhou o *Getulino* até o número 54, com

48 edições e deixou de ser editado entre os números 48 e 51, aparentemente porque, nestas edições, deu-se preferência a textos considerados mais importantes pelos editores do jornal, que não tinham mais espaço disponível.

A Boa Severina evidencia uma visão romântica e passiva do negro (embora um dos seus elementos seja um quilombo, lugar de negros inconformados e rebeldes) e apresenta descrições ingênuas da paisagem. Ao mesmo tempo em que mostra a dureza da vida dos escravizados e os castigos cruéis impingidos a eles, não poupa o leitor de elogios aos patrões e ao refinamento de sua vida social, mostrando como vilões os capatazes da fazenda, obrigados a fazer seu serviço sujo justamente por sua condição social de agregados.

Sua intenção pedagógica e didática é clara: os fazendeiros não são os culpados pela condição do negro, mas o infame sistema escravista. O folhetim *A Boa Severina* é, portanto, mais um argumento para a tese central do periódico negro que é a proposta de inserção e integração do negro na sociedade dos brancos.

Folhetim do "Getulino" 3 JOSE DE NAZARETH Scenas do cativeiro A BOA SEVERINA		— Quo levaria aqual... "malungu"? Penho fomo. — Isto, vá depressa! oxolama Severina, entregando-lho um frango assado, retirando do forno. Angelo partiu. O "quilombo", do Pae Pedro, era desolado até quando, havia pouco tempo, fora quasi descoberto, devido ás pegadas deixadas nos cantos da horta da fazenda, por "quilombolas", que lá haviam ido buscar alguma verdura, as quaes foram perseguidas por capangas até perto do cume da serra, bem proximo do escondorijo. Já haviam decorrido trez dias que o coronel Solano destacára para o serviço da "caça" uns "agregados", como se tratavam os individuos que moravam em terras dos fazendeiros, explorando-as a titulo gratuito, mas obrigados a desempenharem o "officio" aviltado de "capangas." Eram elles trez perigosos valentes, muito adoxtrados em tal mysterio e po-
A uns trez kilometros da fazenda B. Solano, no espigão da alta serra do Bugio, ramificação da cordilheira da Mantiqueira, existia um "quilombo", cujo chefe "Pae Pedro", congo de criação, fazia incursões pelas matas virgens e catibolocera commercio com os seus infelizes companheiros do cativeiro. Atrahido pela lullha existente em B. Solano, expodira "Pae Pedro", á noite, o quilombola Angelo com destino á fazenda, afim de vér si lles poderia caber algo da festa.	A esse tempo, conquanto houvesse barulho na casa e no jardim, no resto da herdade um silencio sepulchral, tudo dominava. Severina, sózinha, á beira do fogo, que, entre trez pedras crepitava no chão da cozinha, despretendida das cousas do mundo, pensava somente na sua immensa desdita de ter nascido escrava. Subitamente surto á porta da cozinha Angelo, com ares mais de supplica do que de exigencia:	

FIG. 05 – TRECHO DO FOLHETIM "A BOA SEVERINA". *GETULINO* Nº 04, DE 19 DE AGOSTO DE 1923, p. 03

As notas sociais são todas marcadas por pequenos títulos – *Anniversarios*, *Enthronisação*, *Na cidade*, *Enfermo* e *Operação*. Há também o “correio-elegante” (me inspiro nas festas juninas do meu tempo de adolescente em que mandávamos bilhetinhos para as garotas que queríamos namorar e os chamávamos de *correios elegantes*) *Amo-te*, assinado por Laly (pseudônimo do redator-chefe do Getulino, o poeta Lino Guedes), a coluna *Vida Esportiva*, que dá notícia da festa do 23º aniversário da Associação Atlética Ponte Preta e *Sonho*, este último, na realidade, um soneto rimado e metrificado que mistura religiosidade e desejo, em conformidade com o cânone romântico.

Na terceira página (ver **FIG. 06**), aparece uma coluna que, com o surgir das edições posteriores, vai mudando de nome, mas cuja temática é sempre a mesma: mexericos bem-humorados, alguns sarcásticos e até maliciosos e ambíguos intitulado *Como sabes?* Ao lado, os curiosos *Menus de Cupido*, que não apareceriam mais em nenhuma outra edição do *Getulino*, trazendo um *Bolo de amor* (*um quilo de sorrisos da Othila de Paula; uma chicara de olhares da Mercedes Oliveira* etc), que faz referência à comunidade negra feminina e jovem, com todas as outras quatro colunas verticais ocupadas por pequenos anúncios (lavanderias, táxis, *agências de reclames*, alfaiatarias, ourives, funerárias, lojas de calçados, livrarias, lenhadoras, construtores, carregadores de malas, imobiliárias, *Rodolpho Pannoni, fabricante, joalheiro e ourives*, *Dr. Alcides Garcia, médico e parteiro, operador da Maternidade de Campinas*, lustradores de móveis, *Omar Simões Magro, advogado, Rua do Sacramento, 87* etc). A quarta e última página estava reservada à Casa Di Lascio, o único reclame publicitário com cromo (fotografia) e texto e que tomava uma página inteira do jornal.

Casa Piccolotto A ÚNICA NO GÊNERO em calçados e chapéus Sempre tem novidade A mais preferida Preços sem competência RUA 13 DE MAIO N. 34 Telephone, 1172	ANTONIO CEZAR Construtor Res. Rua Francisco Glycerio, 202 CAMPINAS Deposito de todos os materiaes para construcções e reconstruc- ções, cal, cimento, Tubos, etc. Officina de carpintaria e depozito de madeiras. Encarrega-se de qualquer serviço de construcção e reconstrucção. Aceita serviços por admi- nistração e a prestações. Officina e deposito Rua Regente Feijó Ns. 213, 215 e 217 CAMPINAS	Casa Ribeiro Armazem de Seccos e Molhados Especialidade em Vinhos, Conservas e Generos de primeira qualidade Preços ao alcance de todos Seriedade e promptidão em entregas Rua Barão de Jaguara, 166 Telephone, 301 - Campinas
ESTUDANTES. Quando precisardes de bons livros sobre sciencia, litteratura, etc., deveis procurar a	A FINANCEIRA CASA DE CALÇADOS Completo sortimento de Calçados de reputadas marcas para homens, senhoras e crianças. EOYDIO ARANHA & COMP. Rua Barão de Jaguara N. 84 Telephone, 932 - Campinas	LENHADORA S. FRANCISCO A mais barata desta cidade Tem sempre em deposito lenha rachada, em toros, em toletes e carvão. PEDRO GARCIA Rua Alvarés Machado, 7 - Tel. 1093 N. B. Esta lenhadora aceita offertas para a compra de qualquer quantidade de lenha em bruto, bem como carvão. Forneco lenha para hotéis e hospitais CAMPINAS
Casa Mousinho que se vende a preços vantajosos, assim como artigos de paparia, ob- jectos escolares, figurinos, riscas de bordados, crochê, etc. Incumbê-se também de serviços typographicos e de encadernação, que executa com rapidez e presteza. Vendem-se e compram-se livros usados RUA DR. QUIRINO, 103 J. RODRIGUES PINHEIRO Campinas	Pharmacia Central RUA 13 DE MAIO N. 18 CAMPINAS Consulta do Dr. Altino de Almeida As pessoas pobres consultam gratis	Empresa David Telephone, 254 J. A. VICENTE Serviços funebres carrua- gens, etc. Rua General Osorio, 101 CAMPINAS
Agencia de Reclames Única concessionaria para reclames nos cinemas, bares, Cafés, com privilegio para reclames em abrigos de arvores, das praças publicas. Officina de pinturas finas e allego- rias em geral. Os mais reputados artistas com- põem e executam nestas agencias. O que se garante a realização de qualquer exigencia. Premiada com medallha de Pra- ta na Exposição Municipal Preparatoria da Internacional J. GALGANO & ERNESTO Rua José Paulino, 235 Telephone, 872 - Campinas	PHARMACIA MODERNA A mais proxima da Estação da Paulista Telephone, 950 TALENTO & CARCHEDI Atende-se a qualquer hora da noite Rua 13 de Maio N. 103 Campinas - Est. de S. Paulo	LENHADORA IDEAL Tem sempre lenha escolhida da me- lhor qualidade Deposito de carvão superior Atende com presteza aos pedidos dos pães, freguezes MIGUEL OLMO RUA ALVARES MACHADO, 20 Telephone, 593 - CAMPINAS
Dr. João Marcilio Advogado Rua do Rio de Janeiro, 100	PROCUREM A ALFAIATARIA O. MISORELLI Trabalhos garantidos PREÇOS MODICOS Rua Cesar Bierrenbach N. 47 CAMPINAS	Mutua Ideal Faz-se transferencia das cadornetas já completas e mesmo as que decalharão por lotes de terras em São Paulo Procuram o nosso agente bancario e Antônio Augusto Pálharg, rua Dr. Costa Aguiar n. 7-A, para mais in- formações - Campinas Auto n. 82

FIG. 06 - PÁGINA COM PUBLICIDADE DE PEQUENOS ANUNCIANTES. GETULINO Nº 03, 12 DE AGOSTO DE 1923, p. 03

DISCURSO Nº 01

AUTOR: AFFONSO CELSO

GÊNERO DISCURSIVO: ARTIGO HISTÓRICO (TEXTO NA ÍNTEGRA)

GETULINO Nº 04, 19 DE AGOSTO DE 1923, p. 01 (TRÊS COLUNAS COMPLETAS À ESQUERDA)

JOANNA ANGELICA E NICOLAU. FIGURAS ÉPICAS. MERECIDA GLORIFICAÇÃO.

“Em sessão do Instituto Historico, de 20 de abril ultimo, foi proposto e unanimemente aceito que a veneranda instituição tomasse a iniciativa de promover, o levantamento de um arco triumphal em honra dos martyres, heróes e demais precusores da Independencia. / Esse arco com baixos

relevos e inscrições, à semelhança que os antigos ergueram para consagrar a lembrança dos feitos particularmente memoráveis ou a glória do excepcional vencedor, deverá ter como figura dominante a de Tiradentes, e também exaltar os nomes de todos os participantes da Inconfidência, o de Felipe dos Santos, os dos revolucionários pernambucanos de 1817, e de quantos pagaram com a vida o protesto ou a revolta contra as iniquidades do regime colonial. / Levantar-se-á no terreno tomado ao oceano pela engenharia brasileira, onde, comemorando o Sete de Setembro, pompeia a Avenida das Nações. / Avultará nelle o pleito a dois vultos symbolicos: - o de um preto captivo e o de uma mulher freira franciscana. / São o primeiro: - Nicolau, o fidelíssimo escravo do Inconfidente Domingos Vieira, significando as virtudes e o concurso da raça africana, no progresso material e espiritual do Brasil; o segundo: Joanna Angelica, a religiosa assassinada pela tropa lusitana na Bahia, a 20 de Fevereiro de 1822, representando as mesmas virtudes e o mesmo concurso da mulher e da religião. / Em artigo estampado pelo **Jornal do Brasil**, a 28 ainda de Abril, reproduziu-se a ideia de **Arco Triumphal**, pedindo-se para sua realização o auxilio de autoridades federaes, estaduais e municipaes, da imprensa e do povo. / O projeto mereceu vivos applausos e adhesões. / Tem sido honrado o seu autor, com cartas, telegrammas e manifestações verbaes que lhe incutem a segurança da effectuação do plano patriótico, digno remate das solenidades de centenario e permanente padrão de civismo da geração actual, inspiradoras das futuras. / Entre as missivas recebidas, encerra uma essa sensata advertencia: / “Convem esclarecer o publico sobre as personalidades de Joanna Angelica e de Nicolau. / Muita gente, mesmo nos nucleos mais cultos do paiz completamente as desconhece, pois grande e geral é no Brazil a ignorancia da historia patria”. / Seguindo o judicioso conselho, vamos recordar alguns dados biographicos relativos às duas personagens indicadas para occupar lugar de relevo no **Arco Triumphal** de Tiradentes. / Sobre Joanna Angelica muito sem tem escripto. / No anno passado a proposito do centenario de sua morte, publicou, o professor Dr. Bernardino de Souza, secretario perpetuo do **Instituto Historico da Bahia**, completa monographia, ornada de estampa, com o título – **Joanna Angelica, a primeira heroína da Independencia do Brasil**, monographia, na qual se encontra tudo o que diz respeito à heroína e pode interessar o historiador. / Nascida na capital baiana, de honrada familia, professou no convento da Lapa, com vinte e um annos de idade. / Viveu alí no retrahimento e na pratica do autero estatuto da Ordem até aos sessenta annos de idade. / Por suas virtudes e merito, foi eleita duas vezes madre abbadessa da Congregação. / Deram-se os trágicos acontecimentos de Fevereiro de 1822. / O sentimento nacional brasileiro entrou em conflito com o elemento portuguez. / Dispunha este de tropas fortes e aguerridas, nas campanhas napolionicas comandadas pelo brigadeiro Ignacio Luiz Bandeira de Mello. / Bateram facilmente essas tropas as brasileiras, às quaes eram superiores em numero e em armas. / Conforme o insuspeito testemunho do historiador portuguez Luiz Soriano, mataram, nos combates de 19 a 20 do mencionado Fevereiro de 1822, 400 brasileiros, perdendo apenas 30 homens. / Donos da cidade, entregaram-se os soldados do general Madeira à toda sorte de excessos, desrespeitando familias, assaltando, roubando casas

particulares. / Investiram contra o indefezado venerando convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, fundado em Dezembro de 1774. / Ahí, depois de horivelmente insultarem as religiosas assassinaram com um golpe de bayonetta a madre abbadessa, no momento em que esta lhes abria a porta que pretendiam arrombar. / Deixaram também ali por morto, a couces de espingarda o idoso capellão David Nunes da Silva, que conseguiu salvar-se. / O attentado contra a abadessa ocorreu entre às onze e doze horas do dia. / Reza a tradição que, enfrentando a soldadesca furiosa, a abadessa bradou: **“Para traz, bandidos! Respeitai a casa de Deus! Antes de conseguirdes vossos infames designios, passareis por sobre o meu cadaver!”** / Caiu então varada pela bayonetta e tamanha quantidade de sangue se espalhou no sitio do crime que, por mais que lavassem o sólo, jamais desapareceu a mancha rubra, até revestirem o lugar com cimento. / Terminando o seu bello trabalho sobre Joanna Angelica, escreveu o Dr. Bernardino Souza: / “Que se não apague na retentiva dos posterios a grandeza d’alma da madre veneranda que, sendo o symbolo da virtude recatada, se alçou aos paramos da gloria que não morre. / Que não se olvidem as palavras, soberbas de coragem, que a Religiosa transfigurada na imagem de sua patria opprimida, pronunciou em frente das bayonettas assassinas o que de ouvido em ouvido, vieram até nós, como exemplo sem par, do quanto póde, nos instantes supremos, o grito do dever... / A Bahia orgulha-se da sua filha martyr: tributar-lhe-ha sempre, no altar dos cultos patrioticos, preitos de eterna gratidão e a sua imagem inconfundivel ha de crescer mais e mais no oceano das idades”. / Não somente a Bahia, mas o Brasil inteiro ufana-se de Joanna Angelica, cuja breve historia, toda de abnegação, coroada de sublime sacrificio, acabamos de resumir. / Petence ella ao grupo das grandes mulheres que nobilitam e iluminam os annaes brasileiros, como Clara Camarão, Barbara Heliodora, a imperatriz Leopoldina, Isabel a Redemptora. / Mais do que todas essas, aureolou-a a coroa do Martyrio. / Cabe-lhe, portanto, menção de primazia no **Arco Triumphal**, como expoente da gloriosa contribuição feminina no resgate e civilização do Brasil. / Quanto ao preto Nicolau, é quasi como soldado desconhecido, a que entretanto, tamanhas e tão justas homenagens se tem ultimamente rendido. / Era escravo do tenente coronel de cavallaria auxiliar de Minas Novas, Domingos de Abreu Vieira, de quem diz a sentença condemnatoria da Inconfidencia que, não podendo ajudar a sublevação com as forças de sua pessoa por ser velho, prometteu concorrer com alguns barris de polvora, e até se obrigou a conduzir o general (Visconde de Barbacena) preso pelo sertão, para que pela Bahia fosse para Portugal; pretende evitar por este modo que ao mesmo general se lhe cortasse a cabeça, acção que se propunha executar o **Tiradentes**. / Por isso foi Domingos de Abreu Vieira condemnado, com outros a que **“com baraço e pregão fosse conduzido pelas ruas publicas ao lugar da forca e nella morresse morte natural para sempre e depois de morto lhe será cortada a sua cabeça e pregada em poste alto até que o tempo a consuma”**. / Esta pena foi commutada para degredo por toda vida em Machembá, obscura região da Africa. / Do preto Nicolau eis o que affirmou um dos conjurados, J. de Rezende Costa Filho, mais tarde, deputado à Constituinte do Imperio e do Conselho do Imperador: / “Na prisão de Domingos de Abreu Vieira é memoravel a rara fidelidade de um seu

escravo de nome Nicolau: sendo aquelle assas adiantado em annos e valetudinario, offereceu-se este e se lhe concedeu acompanhá-lo na sua prisão; o que cumpriu em todo o tempo, soffrendo o rigoroso degredo de annos e acompanhando-o depois ao lugar destinado ao degredo”. / Assim, pois, o preto Nicolau, voluntariamente, esteve preso por mais de dois annos, no horroroso carcere colonial, e seguiu depois para miseravel logarejo da Africa para servir seu senhor velho e enfermo, e lá como elle falleceu. / Extraordinario exemplo de abnegação, sublime sacrificio obscuro, digno porem da raça que tamanhas próvas de nobres sentimentos affectivos deu no Brasil, a raça de Henrique Dias, a raça que primeiro fundou um estado independente e livre na America de Colombo: a republica de Palmares que, depois de resistir cerca de 60 annos a repetidas investidas, epicamente succumbiu. / Representando essa raça, o preto Nicolau, com Joanna Angelica, deve ser glorificado no **Arco Triumphal**”. (ver original - FIG. 07)

O primeiro texto que analisarei encontra-se na primeira página do quarto número do *Getulino*⁴⁸. Trata-se de um artigo intitulado *Joanna Angelica e Nicolau. Figuras épicas. Merecida Glorificação*, escrito por Affonso Celso, que dá notícia do projeto do Instituto Histórico do Rio de Janeiro de fazer um *Arco Triumphal em honra dos martyres, heróes e precursores da Independência*.

O texto informa que Tiradentes deverá ser a *figura dominante* do Arco, que *exalçará* Felipe dos Santos, os demais inconfidentes, os revolucionários pernambucanos de 1817 e *de quantos pagaram com a vida o protesto ou a revolta contra as iniquidades do regime colonial*.

Affonso Celso dá notícia de uma série de *missivas* recebidas pelo “Jornal do Brasil”, louvando a iniciativa do Instituto e, dentre elas, uma pedindo lugar especial em meio aos *heróes* para *um preto captivo* e para *uma mulher freira franciscana*, Nicolau e Joanna Angelica.

Joanna Angelica foi assassinada por membros das tropas lusitanas que lutavam na Bahia contra os brasileiros adeptos da Independência em 20 de fevereiro de 1822, aproximadamente sete meses antes da Independência. Segundo o jornal, teriam morrido quatrocentos brasileiros contra apenas trinta baixas dos portugueses no conflito. Nicolau era escravo do inconfidente Domingos de Abreu Vieira.

O *Getulino* agrupava seus artigos em forma de colunas; em geral, havia 5 colunas para cada página, excetuado-se as publicitárias. O texto de Affonso tomou 3 colunas

⁴⁸ *Getulino* nº 04, p. 01, 18/08/1923.

verticais dentre as 5 da primeira página. Há no seu artigo narrativas sobre Angelica e Nicolau. A da freira conta com 25 parágrafos – os dois últimos da primeira coluna, toda a segunda coluna e os três primeiros parágrafos da terceira coluna -, contando-se dois parágrafos que abarcam a citação que traz de Bernardino Souza, totalizando 115 linhas.

A narrativa de Nicolau é bem mais modesta: seis parágrafos, contando-se o parágrafo do discurso relatado de J. de Rezende Costa Filho, e quarenta linhas. Quantitativamente teríamos já aí um desequilíbrio muito grande: a freira conta com aproximadamente quatro vezes mais parágrafos e três vezes mais linhas que Nicolau.

Além disso, a conta fica bem mais desfavorável para Nicolau, se considerarmos que se infiltram na narrativa sobre ele, três parágrafos, dois mais longos e um curto com duas citações dos autos da devassa da Inconfidência sobre seu proprietário, Domingos de Abreu Vieira. Portanto, das quarenta linhas dedicadas ao escravo, vinte e duas têm o foco sobre o velho inconfidente; em Nicolau, apenas 18!

É evidente que as duas personagens estão nos extremos da escala social: de um lado, uma freira branca, heroína da (pré) independência, do outro, um humilde escravo de um candidato a herói da (pré) independência. Levando-se em conta o fosso social que os separa e a reivindicação de se colocar um negro no panteão dos heróis da Independência, nosso *fidelissimo captiveiro* já estaria em um lugar “honroso”...

Mas essa narrativa segue seu curso. Joanna Angelica é “heroína”, enfrentou os portugueses de maneira altiva, foi atravessada por uma baioneta. E Abreu Vieira porque não seria, no imaginário das classes dominantes da época, um outro “herói” da Independência?

Affonso Celso, em lapso interessante, cita a parte dos autos da devassa da Inconfidência que diz respeito ao velho inconfidente, em que ficam patentes a ajuda de Abreu para a fuga do Visconde de Barbacena, além da disponibilização de *alguns barris de pólvora* para a causa inconfidente. Abreu, segundo a citação, foi condenado a *com pregão e baração*, ser levado à forca *onde teria morte natural para sempre*. Depois de morto, sua cabeça seria cortada e *pregada em poste alto até que o tempo a consuma*. Depois sua pena seria comutada em degredo a *uma obscura região da África*.

Por que o articulista não pleiteou também a Abreu um lugar ao sol do panteão já que este teria colaborado com uma conjuração contrária aos interesses da Coroa e colocado a

sua vida em risco? O que o fiel escudeiro-escravo tem a ver com a Independência ou com o futuro Arco Triunfal? Ou melhor: porque Affonso Celso e o *Getulino* o querem neste panteão onde brilharão aqueles que lutaram contra *as iniquidades do regime colonial*? Nicolau não era um herói da Independência: ele apenas acompanhava um velho inconfidente. Como colocar um acompanhante de um suposto herói em um panteão? Com que roupas deveria ser representado nesta ocasião de gala da memória oficial? Qual seria seu lugar nele?

Observemos como o *Getulino* qualifica um e outro. Joanna Angelica é descrita como *heroína, gloriosa, martyr, abnegada, veneranda, symbolo (de virtude) recatada, (nascida de) honrada (família), (civicamente) responsável* etc. Nicolau aparece como *voluntário, servil, digno (da raça negra), abnegado, nobre (de sentimentos), (quasi como um) soldado desconhecido, fiel, fidelíssimo, sofredor* etc. Portanto Nicolau não é, nessa representação, herói nascido em família de bem (mas na senzala), não é símbolo de nada, embora seja digno da raça negra; como escravo, estava longe de ser civicamente responsável. Soldado desconhecido, fidelíssimo escravo, compartilhava com a veneranda freira apenas a abnegação, ou seja, as qualidades da renúncia e do sacrifício.

Interessante nesse discurso é que o *heroísmo* seria a qualidade das qualidades para garantir o ingresso e ser destaque nesse panteão. Para Nicolau, bastaria a *renúncia* e o *sacrifício*. Entendamos bem essa renúncia e esse sacrifício, mas com sinais ideológicos trocados: renúncia ao sofrimento dos seus iguais, renúncia à sua raça e sacrifício feito em nome do branco, do opressor, e não em nome dos negros, dos oprimidos. Qualidades que traduzem uma escolha política calcada na passividade, na tibiez, na falta de coragem, escolhas opostas aos negros que escolheram a luta e a resistência e que prefeririam a morte à vida desgraçada do cativo.

Não, Zumbi e Ganga - Zumba não caberiam, segundo os negros do *Getulino*, nesse panteão. E também nenhum outro quilombola, ainda que acreditemos, nas palavras de Affonso Celso, que a etnia negra foi *a raça que primeiro fundou um estado independente e livre na America de Colombo: a republica de Palmares (...)*.

Se, neste discurso, a abnegação não subtraiu o heroísmo da freira, pois ela subiria ao pódio como “heroína abnegada”, Nicolau não subiria no pódio senão como uma sombra abnegada e pacífica do velho inconfidente, um mero coadjuvante, como coadjuvantes e

pacíficos deveriam ser os negros, se quisessem, segundo o *Getulino*, se integrar e ascender na sociedade dos brancos.

Esse negro fidelíssimo a quem o escraviza, pacífico, bom homem, este *Pai João* é muito freqüente no *Getulino* como estereótipo e *representação* do negro que necessita ascender e ocupar um lugar na sociedade dos brancos. Como nos mostra muito bem Miranda, não há, no *Getulino*, espaço para o negro resistente:

Em lugar do escravo rebelde, aquele que batalha em busca de sua liberdade, ganhará terreno o cativo resoluto, cuja aceitação de sua condição lhe permite batalhar não contra o seu senhor, mas ao lado dele, em uma união que somente traria benefícios para a comunhão nacional. (MIRANDA, 2005, p. 136)

Como entender este negro pacífico, que coopera com o branco, completamente esquecido da resistência dos seus iguais? Para entendermos esse *apagamento* no discurso de parte fundamental da memória da resistência negra, temos que voltar para o projeto central dos jornais da imprensa negra de maneira geral e, em particular, do *Getulino*. A idéia central é a inserção do negro no mundo do branco, de sua ascensão social nos moldes da cultura branca e da civilização ocidental, embora estes jornais tenham, como já escrevemos, um *projeto negro de resistência*, denúncia e luta pela cidadania negra.

O apagamento da memória da resistência do negro foi a estratégia encontrada para garantir a aceitação do negro por parte do branco, através de uma *harmonização* entre as raças. A idéia da resistência do negro à barbárie da escravidão e de sua valorização posterior nas páginas da imprensa negra, 35 anos depois da abolição, não agradava às elites brancas da época. Assim “o conflito étnico era evitado e substituído pelo exemplo maior da união entre brancos e negros, aproximados pela sua nacionalidade” (Miranda, op.cit., p. 140).

Junto com Joanna Angelica e o negro Nicolau, Affonso Celso gostaria também de levar Henrique Dias para o *Panteão dos Heróis Negros*. Nenhuma palavra sobre Zumbi dos Palmares ou Ganga-Zumba, insistimos. Poderíamos até pensar que não havia, na época, referências ao herói negro, mas o *Getulino* trouxe em um dos seus números⁴⁹ um artigo que teve como tema o Quilombo dos Palmares. Seria o único que citaria o nome de Zumbi e o

⁴⁹ *Getulino* n° 58, p. 01, 26/10/1924.

único que traria matéria sobre a resistência dos quilombos, como também atesta Miranda (op.cit., p. 138).

O problema não é o maior ou menor conhecimento da figura histórica de Zumbi, mas o *programático* silenciamento sobre a resistência quilombola. A resistência sempre foi associada pela sociedade branca à violência, à rebeldia (no sentido de quebra de uma situação de opressão naturalizada) e à marginalidade. A figura de Henrique Dias era mais palatável à sociedade branca, afinal Dias ajudou o poder local (o governador da Bahia) a expulsar os holandeses no que ficou conhecido como a Insurreição Pernambucana (1645 - 1654). Miranda (op.cit) afirma que *apesar de não ter lutado contra a escravidão*, o jornal o exaltou e o glorificou (p. 140).

A princesa Isabel, a *Redemptora*, José do Patriocínio e Luiz Gama, protagonistas das campanhas abolicionistas e da abolição, foram as figuras que mais apareceram nos artigos de primeira página do *Getulino*. Isso corrobora a intenção explícita de valorização de uma resistência *pacífica e liberal*, nos moldes ideológicos das classes dominantes da época em detrimento de uma ruptura radical com o *status quo* promovida por quilombolas, revoltados e demais insurgentes. Para o *Getulino*, condizia mais com seus propósitos de integração econômica e inserção social o estímulo a um imaginário negro que colocava lado a lado, de mãos dadas, o *colaboracionismo* (Dias) e o *conformismo* (Nicolau).

Seria ridículo e impertinente julgar os redatores do *Getulino* como traidores da causa negra. Como vimos anteriormente, o projeto de inserção e ascensão à sociedade branca, mais ou menos comum à imprensa negra da época, é historicamente legítimo, pois marca o desenvolver da busca de cidadania do negro, começada desde antes da abolição. Lembro também que, se esta posição é bastante *homogênea* entre os jornais da IN até o fim dos anos 20, ela está longe de ser *hegemônica*. Sempre, desde o início do cativeiro dos povos africanos que para aqui foram sumariamente enviados, houve resistência radical e inconformada dos negros.

Por trazer uma temática mais perene, que remete à História do negro, este texto tem estilo mais formal, mais próximo de um *projeto purista* de linguagem que, como vimos, se casa perfeitamente com um *projeto de educação* que defende a inclusão e a assimilação do elemento negro na sociedade branca. Mas, atenção: não se trata de um estilo purista

radical, embora traga remessas em que percebemos uma escolha lexical e sintática que nos permite identificar um estilo *parnasiano*.



FIG. 07 - IMAGEM DA CAPA DO GETULINO Nº 04, DE 19 DE AGOSTO DE 1923, COM TRECHO DO ARTIGO DE FUNDO “JOANNA ANGELICA E NICOLAU”

DISCURSO Nº 02

AUTOR: BERNARDINO SOUZA

GÊNERO DISCURSIVO: CITAÇÃO (TEXTO NA ÍNTEGRA)

GETULINO Nº 04, p. 01 (TRÊS ÚLTIMOS PARÁGRAFOS DA SEGUNDA COLUNA À ESQUERDA)

“Que não se apague na retentiva dos posterios a grandeza d'alma da Madre veneranda que, sendo o symbolo da virtude recatada, se alçou aos paramos da gloria que não morre. / Que não se olvidem as palavras, soberbas de coragem, que a religiosa transfigurada na imagem de sua pátria opprimida, pronunciou em frente das bayonetas assassinas que de ouvido em ouvido, vieram até nós, como exemplo sem par, do quanto póde, nos instantes supremos, o grito do dever.../ A Bahia orgulha-se de sua filha martyr: tributar-lhe-ha sempre, no altar dos cultos patrioticos, preitos de eterna gratidão e a sua imagem inconfundivel ha de crescer mais e mais no oceano das idades”.

Terminando o meu bello trabalho so-
lito Joanna Angellen, escreveu o Dr.
Bernardino Souza:
“Que ao não apague, na retentiva
dos posterios a grandeza d'alma da
Madre veneranda que, sendo o sym-
bolo da virtude recatada, se alçou nos
paramos da gloria que não morre.
Que não se olvidem as palavras, so-
berbas de coragem, que a Religiosa
transfigurada na imagem da sua patria
opprimida, pronunciou em frente das
bayonetas assassinas o que de ouvido
em ouvido, vieram até nós, como
exemplo sem par, do quanto póde, nos
instantes supremos, o grito do dever.”
A Bahia orgulha-se de sua filha
martyr: tributar-lhe-ha sempre, no
altar dos cultos patrioticos, preitos de
eterna gratidão e a sua imagem inconfundivel
ha de crescer mais e mais no
oceano das idades.”

FIG. 08 – REMESSA DE TEXTO DE BERNARDINO SOUZA. *GETULINO* N° 04, DE 19 DE AGOSTO DE 1923, p. 01

O estilo parnasiano que identificamos aqui como o mais próximo da idealização do purismo, é construído mediante escolhas lingüísticas bem marcadas como inversões sintáticas (de graus diversos) e léxico exótico e preciosista. Essas escolhas têm a ver com uma concepção antes *classicizante* do que clássica da linguagem. Digo *classicizante* porque qualquer aspiração ao clássico deveria, de acordo com uma certa *tradição*, pressupor uma linguagem direta e – para não usar o termo *simples*, ambíguo – comunicativa, não

abdicando naturalmente da dimensão estética da composição, seja ela verbal, voco-visual, plástica etc. *Classicizante* porque imagem equivocada e ideológica do *clássico* adaptada para o uso das elites brasileiras da época, mais preocupadas com uma certa maneira de dizer as coisas, gritando um virtuosismo artificial que pode ser traduzido assim: “o vulgo não faz parte; por não fazer parte, não entende e, por não fazer parte e, conseqüentemente, não entender, deve ser mantido à margem”.

Bagno (2002), nos remetendo para o ocaso do nacionalismo elitista do romantismo brasileiro e para a ascensão do “projeto europeizador da oligarquia” e “sobretudo da ascensão intelectual do parnasianismo” (p. 186), mostra o impasse do projeto elitista do parnasianismo através de uma contradição, observada por ele com indignação, no célebre soneto de Olavo Bilac, *À língua portuguesa*

(...) em que, ao lado de expressões como “tuba de alto clangor” e “trom e silvo de procela”, se lê que foi nessa língua que “da voz materna ouvi: ‘meu filho!’” Nenhuma mãe brasileira, de nenhuma classe social, jamais falaria ao filho naquela língua contorcida e cinzelada a golpes de latinismos. (p. 187)

Como vimos anteriormente, Bakhtin (Ibid., p. 282) nos ensina que não podemos, em uma análise, “ignorar a natureza do enunciado e as particulares do gênero que assinalam a variedade do discurso”, com pena de cairmos no formalismo e a na abstração, desvirtuando a historicidade do estudo e “enfraquecendo os laços existentes entre a língua e a vida”.

O mestre russo também nos diz que “o estilo entra como elemento na unidade de gênero de um enunciado” (op.cit., p. 284). Sendo assim, devemos observar de que gêneros dos discursos do *Getulino* o estilo parnasiano faz parte.

Sem dúvida, o estilo parnasiano faz parte, no *Getulino*, dos gêneros *panegíricos*, ou seja, daqueles textos que louvam, que glorificam e que fazem o elogio dos “grandes” homens e das “boas” instituições, segundo julgamento do enunciador.

Este é o caso, em quase sua totalidade, das cartas dos leitores que, principalmente, nos primeiros números, inundam a primeira e, às vezes, até parte da segunda página do jornal negro. Como é o caso de um número significativo de citações, de remessas, trazidas

pelos articulistas do *Getulino* nos textos de temas *perenes*, que referem a um tempo na História da humanidade e, conseqüentemente, na História dos negros.

O estilo parnasiano é falsamente épico, falsamente grandioso; ele é grandiloqüente. O estilo parnasiano trai, no fundo, levantados os véus da ideologia que professa, um falso apaziguamento e uma glorificação que mascaram as contradições, as falhas, os equívocos, as diferenças e, conseqüentemente, os conflitos.

Traduzamos para o “vulgo” o que o *professor Dr. Bernardino Souza, secretario perpetuo do Instituto Historico da Bahia*, disse na remessa trazida por Affonso Celso, de sua monografia *Joanna Angelica, a primeira heroína da Independencia do Brasil*:

1. *“Que não se apague na retentiva dos posteros a grandeza d’alma da Madre veneranda que, sendo o symbolo da virtude recatada, se alçou aos paramos da gloria que não morre.*

Paráfrase 1:

Que as gerações futuras não se esqueçam do feito da freira Joanna Angelica [grande de alma, digna de veneração, recatada].

2. *Que não se olvidem as palavras, soberbas de coragem, que a religiosa transfigurada na imagem de sua patria oprimida, pronunciou em frente das bayonetas assassinas que de ouvido em ouvido, vieram até nós, como exemplo sem par, do quanto póde, nos instantes supremos, o grito do dever...*

Paráfrase 2:

Que as gerações futuras não se esqueçam de suas palavras corajosas quando diante das armas dos portugueses [ela era, naquele momento, a pátria[oprimida]].

3. *A Bahia orgulha-se de sua filha martyr: tributar-lhe-ha sempre, no altar dos cultos patrióticos, preitos de eterna gratidão e a sua imagem inconfundível ha de crescer mais e mais no oceano das idades*".

Paráfrase 3:

O povo baiano orgulha-se da freira da terra que se fez mártir e sempre lhe renderá homenagens e [portanto] sua memória será sempre lembrada pela geração presente e pelas gerações futuras [a metáfora *o oceano das idades*].

Podemos dizer, segundo a primeira paráfrase, que, se ela, por seu feito, já chegou ao céu ("Páramos", no Caldas Aulete, p. 2.681, além de "cume", "ponto mais alto" e "nome dado à porção alpina dos Andes" (?), tem também a acepção de "firmamento", "abóbada celeste"), por estar, agora, portanto, em uma posição superior à do homem, não há necessidade de ser lembrada pela memória humana, mas seria respeitoso fazê-lo, pois ela deu a vida por uma causa nobre.

De acordo com a segunda paráfrase, as suas palavras diante da morte, que não podem ser esquecidas pelas gerações vindouras, chegaram até nós *de ouvido a ouvido*, mas, pela primeira vez, a ciência as trouxe através da monografia do professor Bernardino Souza, provavelmente patrocinada pelo *Instituto Historico da Bahia*. Antes, a *tradição* as havia trazido, *a voz do povo*, reverberada por vozes individualizadas (quais teriam sido as primeiras?) até nós.

Bem antes, porém, de as palavras reverberarem pelo espaço, trazidas pelo vento até nossos ouvidos e bem antes de elas se materializarem na monografia do professor, a freira já havia sido, segundo o autor da monografia, *canonizada*, provavelmente pelos arautos da Independência, pelo *povo brasileiro*, pelo professor Souza, pelos redatores e colaboradores do *Getulino*, por *aqueles que sonham com a liberdade* etc.

A conclusão (terceira paráfrase) é um pouco mais complexa. Nela, a freira, filha da Bahia, é referida, pela primeira vez, como *mártir*. Ora, bastaria à *madre veneranda* ser grande *d'alma* e *symbolo da virtude recatada* para chegar *aos paramos da glória que não morre*? Não para Souza. Naquele momento, a freira branca tinha mais do que as virtudes

que lhe eram naturais: ela era a própria pátria! Ali Joanna Angelica não tinha como identidade apenas ser uma freira franciscana branca que defendia o Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, na capital baiana, de uma invasão sem sentido; ali, diante do drama e do tormento de sua morte iminente, Joanna era o Brasil, a *patria opprimida*.

A freira foi assassinada sem saber de seu novo *status*. O artigo de Affonso Celso e a citação de Souza não nos oferecem nenhuma informação sobre qualquer engajamento político por parte da freira, muito menos em relação à Independência.

Na verdade, a idéia de *canonização* não é um chiste, uma brincadeira. Se não, vejamos: a Bahia, depois dos feitos da irmã católica, irá tributar-lhe homenagens *de eterna gratidão no altar dos cultos patrióticos*. Joanna Angelica não poderia ser santa apenas no céu; ela o seria, se tivesse alçado esta condição simplesmente defendendo o convento do desatino de um grupo de soldados. Mas sua nova condição de santa da Independência vem de sua condição de mártir e é este o cerne do problema: a freira teria sido canonizada por Deus e beatificada pelos defensores da Independência! Além do altar no céu, ela teria um altar na Terra localizado exatamente no panteão dos heróis da Independência de onde receberia homenagens de gratidão eterna.

Ora, a canonização e beatificação de Joanna Angelica foram uma construção ideológica em prol do imaginário da Independência como, por exemplo, foi a de Tiradentes para o imaginário da República nascente. É fato conhecido que os próceres da República precisavam de um herói; Tiradentes foi visto como uma excelente possibilidade para preencher a vaga: herói popular da Inconfidência Mineira, por isso mesmo, o único a ser executado e de forma violenta etc.

O único problema é que não havia na época nenhuma representação do herói mineiro candidato a herói da Pátria: nenhum desenho de sua figura ou pintura (quem faria um quadro de um homem do povo no século XVIII?), nada. A saída: construir uma figura forte de homem, com olhar destemido e longos cabelos que o identificassem com a figura de Jesus Cristo. Pronto: eis Tiradentes *reconstruído* de herói regional a herói nacional e arquétipo da jovem República.

A construção de Joanna Angelica se deu da seguinte maneira: de mártir a mártir *pela* Independência e, por lhe ser acrescentado, à revelia, um atributo político, heroína *da* Independência. Por ser freira, piedosa, *de honrada família* e chegada ao convento apenas

com vinte e um anos de idade, foi santificada (*subiu aos páramos da glória que nunca morre, a grandeza d'alma da Madre veneranda, no altar dos cultos patrióticos*), atributo que não poderia ser oferecido, por razões óbvias, ao reconstruído Tiradentes republicano.

Nesta construção ideológica de Joanna Angelica, Souza nos diz que a freira proferiu suas palavras corajosas diante das *bayonetas assassinas*, quando sua identidade não era mais individual, mas *transfigurada na imagem da pátria oprimida*, ou seja, foi a pátria quem gritou pela Independência, sete meses antes do que ficou conhecido como o *o grito do Ipiranga*, contra os desmandos dos portugueses. Como dissemos anteriormente, a tradição (as vozes do povo reverberadas) e a ciência da época (nas páginas da monografia de Souza) trouxeram este *grito do dever* até nós. Curioso é que, quando deixamos de lado a citação de Bernardino Souza e voltamos ao texto de Affonso Celso, não nos deparamos com tanta certeza assim. Embora ele nos traga uma referência parafrástica do que teria sido o discurso da freira diante de seus algozes, ele nos diz que

Reza a tradição que, enfrentando a soldadesca furiosa, a abadessa bradou: “Para traz, bandidos! Respeitai a casa de Deus! Antes de conseguirdes os vossos infames desígnios, passareis por sobre o meu cadaver!” (itálicos adicionados)

Reza a tradição, nos diz Affonso Celso. Tanto o colaborador do *Getulino* quanto o biógrafo baiano são, indubitavelmente, homens de ciência do seu tempo e, com certeza, gostariam de que se fizesse uma imagem deles neste parâmetro. Para Affonso Celso, apenas a tradição nos diz alguma coisa, apesar de um companheiro de viagem trazido como referência ao seu discurso, dizer, metalingüisticamente, que a ciência apóia a glorificação que faz da freira baiana. Temos aí, por conseguinte, mais um argumento para nossa tese da construção ideológica de uma *heroína santa*.

O estilo parnasiano trazido pelo fragmento citado de Souza por Affonso Celso, marca um discurso bastante autoritário: os verbos colocados no início dos dois primeiros enunciados estão no imperativo. A nós, simples mortais adoradores de santos e heróis, de preferência mártires, não é dado duvidar das palavras da tradição (do povo) muito menos das palavras da ciência. Não podemos, de forma alguma, apagar da memória a altivez da atitude da freira e de seu martírio como nos esquecer de suas palavras corajosas, do seu *grito do dever* diante das baionetas inimigas da liberdade.

Se o modo de enunciar impede ou propicia o diálogo, sem dúvida, no caso, há um impedimento. Não se trata apenas, portanto, de não se apagar da memória atitudes heróicas ou não nos esquecermos de algumas palavras corajosas, mas justamente de não se poder sequer relativizar as palavras da tradição ou da ciência ou, talvez de questioná-las, colocando em foco a construção de um mito e o porquê de sua construção.

É importante, por outro lado, entendermos que, se as formas imperativas impedem qualquer possibilidade de diálogo, pois deixam claro o nosso lugar subalterno diante da voz do povo e da ciência, lugar a partir do qual só é legítima a glorificação acrítica e não a contra-palavra, a dialogia sempre estará presente, pois como afirma Voese (2005)

uma vez publicado, o produto do anunciante, por mais dogmática que seja a orientação, foge ao seu controle, perde-se na imprevisibilidade dos efeitos e pode provocar a discordância responsiva. (p. 124)

O estilo parnasiano no gênero discursivo panegírico se alimenta de uma dieta bastante rica em adjetivações edificantes. No caso, temos: *retentiva dos posteriors, grandeza d'alma (da), Madre veneranda* (grandeza d'alma, grandeza da madre veneranda, grandeza veneranda, alma da madre veneranda, madre veneranda), *symbolo da virtude recatada* (símbolo de virtude, virtude recatada), *paramos da gloria que não morre* (páramos da glória, glória que não morre); *palavras soberbas de coragem, a religiosa transfigurada, patria oprimida, bayonetas assassinas, exemplo sem par, instantes supremos, o grito do dever; filha martyr, altar dos cultos patrióticos, preitos de eterna gratidão, imagem inconfundível, o oceano das idades*. No total, temos 16 expressões adjetivas; se contarmos as formas derivadas, ficamos com 25 expressões adjetivas em apenas três enunciados, dando a média de quase 8,5 expressões para cada enunciado!

Estas expressões adjetivas edificantes não aparecem à toa no discurso de Souza, não se constituem em um discurso vazio, ornamental, como nos quer fazer acreditar uma certa concepção de linguagem de tradição estruturalista. Sua função discursiva é flagrantemente argumentativa: como não se calar diante de tanta virtude, bondade, abnegação, coragem, responsabilidade civil, grandeza de caráter e alteridade? Como *replicar, questionar, relativizar* ou sequer *duvidar* de tal monumento moral, da mulher que se fez freira, que se

fez mártir em nome da liberdade da pátria e que, conseqüentemente, se fez heroína da Independência do país?

Sem dúvida, o *encanto* (em sua duplicidade semântica) se quebra a partir do momento em que criticamente chegarmos, através do *cotejo de outros textos à discordância responsiva e compreendermos* - “compreender é cotejar com outros textos e pensar num contexto novo”, afirmou Bakhtin (Ibid., p. 404) -, o fato de que ela se *construiu* apenas freira e que a *construíram* mártir e heroína em nome de uma ideologia.

Voese (2005), sobre a dimensão polifônica do discurso, afirma que “as apropriações e enunciações dos indivíduos são atividades mediadoras da reprodução e da transformação da genericidade humana”. O que entendemos, portanto, por reprodução, corresponde, segundo ele, “à apropriação das vozes e dos enunciados dos outros” e a transformação pode ser localizada na enunciação, “pois ela revela como os ditos dos outros foram incorporados pelos sujeitos” (p. 107). Ainda sobre as enunciações e apropriação, temos que:

[as enunciações] deverão ser observadas como resultado do modo como (...) [a] apropriação foi feita, o que significa buscar localizar nelas [nas enunciações] marcas ou pistas tanto da manutenção como da superação do instituído, ou seja, pistas da relação entre o instituído social e as atividades dos indivíduos em interação. (Ibid., p. 107)

Fizemos a análise do discurso de Affonso Celso e da remessa trazida por ele, de Bernardino Souza. Verificamos, nessas enunciações, inequívocas marcas de manutenção do instituído, do *status quo*.

No texto de Affonso Celso, um artigo histórico de tema perene, acusamos uma estratégia discursiva de falsa harmonização entre negros e brancos, através da proposta de se elevar ao panteão dos heróis da Independência um negro humilde, conformado e sem personalidade, o negro Nicolau e Henrique Dias, negro valente, porém, colaboracionista, em detrimento de figuras de negros rebeldes e inconformados que enfrentaram o regime escravista, como foi o caso de Zumbi, Ganga – Zumba e outros.

Em relação ao discurso de Souza, *trecho panegírico de biografia*, observamos a construção ideológica, bastante sinuosa e autoritária (no sentido discursivo), de uma freira em heroína da Independência.

Estes dois discursos não só evocam parte do *projeto educativo* do *Getulino* pelo que dizem mas, subrepticamente pela forma, pelo estilo como dizem: a língua usada (e a ser usada) é aquela tida como culta, nobre, capaz de dizer as grandes coisas. É neste modo de ser e neste modo de dizer que os leitores – os homens de cor – devem se inspirar para se integrarem e ascenderem na escala social dos brancos.

DISCURSO 03

AUTOR: PEDRO A. F. CRUZ

GÊNERO DISCURSIVO: CARTA PANEGÍRICA (TEXTO NA ÍNTEGRA)

GETULINO Nº 04, 19 DE AGOSTO DE 1923, p. 01 (ÚLTIMA COLUNA À DIREITA)

PARA O “GETULINO”

Por varias modalidades é dado se conhecer e estudar o gráu de cultura e adeantamento de um povo. / Pelo desenvolvimento de seu commercio, pela industria, pelas suas vias de communicações, e, por tanta outras formas. / Porém, com acerto se pode dizer da grandeza de um povo, pelo numero de periodicos que possui uma nação, estado ou cidade. / É pois, motivo de jubilo o apparecimento da scena da publicidade do “Getulino” que vem expor com um programma nobre, que, na classe dos homens de côr de Campinas existe pennas adamantinas, caracteres illibados e um sem numero de cidadãos illustres que já traquejados na bella arte de escrever, vem demonstrar o muito que fazem, e o que podem ainda fazer com mais esta Victoria. / Entretando, “Getulino” que vem de figura par na imprensa campineira deve orgulhar-se de vir a fazer numero ao lado da bôa imprensa, porque é da bôa imprensa que nascem os ensinamentos sãos e as idéias uteis. / O jornal para maior desenvolvimento e probabilidade da causa que defende, necessita sobretudo da mais ampla vulgarisação. / De uma folha de grande circulação é inconcussa e inconfundivel a verdade de que, da sua propagação resultam effeitos logicos para a conquista da sua estabilidade. / A imprensa hodierna é uma bussola que apontando o norte, necessariamente estabelece o gráu de cultura de um povo [ilegível]: que ponto se encontram os proselytos que n’ella labutam. / Propaguem o “Getulino”, pois elle que vem trazendo no cimo de suas paginas o pseudonymo do emerito jornalista, tribuno notavel, bem merece uma propagação

apreciável. / Os seus redactores que são jovens já conhecedores das lides da imprensa, por certo, trarão das luzes de suas vastas culturas para as columnas do “Getulino” os mais alevantados ideaes da Liberdade, Igualdade e Fraternidade. / Penso eu, todavia que, para brilhantismo da causa que defendem, é mistér, não avançar em demasia para o caminho ingreme e incapellado das discussões e das polemicas, muitas vezes necessárias, mas, que quasi sempre rodopiam nos recifes e nos abrolhos juncados de sinuosidades, e por conseguinte, vem acutillar os seus nobres fins. / Trazendo minha gotta d’agua para o oceano das vossas culturas, senhores, redactores, o faço para agradecer a esta illustre redacção, o honroso convite que me outorgaram para que escrevesse algo para o brilhante jornal. / Assim é que trouxe estas toscas palavras ao apreciado orgam, juntando os meus effusivos augurios de vida longa e prospera. / Campinas, Agosto de 1923. (ver original - FIG. 09)

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002) retomam, com uma abordagem contemporânea, a tradicional divisão tripartite aristotélica da oratória, a saber, os gêneros deliberativo (ou *político*), judicial (ou *forense*) e o epidítico (ou *demonstrativo*).

Originalmente, na Grécia Clássica, o discurso epidítico era o discurso do elogio, o discurso fúnebre ou o que se referia a uma cidade, a um vulto importante, a uma divindade ou ainda um discurso de exaltação a uma virtude (p. 53).

Ainda hoje vemos toda a força dos discursos epidíticos em discursos feitos em funerais, de duração variável, de elogio ao morto. Discursos de exaltação da abnegação, da coragem ou de uma virtude outra qualquer, produzidos por autoridade religiosa ou política são exemplos cristalinos do discurso epidítico.

A ausência de polêmica em discursos que exaltam ou elogiam, advém do seu objetivo explícito de *aumentar a intensidade de adesão a certos valores, sobre os quais não pairam dúvidas* (p. 56), ou seja, valores que não são exclusivamente do orador, mas do auditório ou, no caso da carta de Cruz, daqueles que idealizaram o *Getulino*, mas também atribuídos aos seus leitores.

Nos discursos epidíticos, como exemplifica este caso, os valores não são necessariamente valores de *senso comum*, mas valores compartilhados e indubitáveis. Valores que são objeto da educação, de consenso e nunca valores novos ou revolucionários, *que suscitam polêmicas e controvérsias* (op.cit; p. 57).

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (op.cit.), muitos estudiosos têm uma atitude de prevenção contra o discurso epidítico: o consideram algo reacionário e vazio, uma *forma*

degenerada de eloquência (p. 54), um discurso reacionário que visaria unicamente a agradar para obter vantagens.

Os autores julgam essas considerações preconceituosas. Primeiramente porque, ao contrário dos discursos polêmicos, o autor de discurso epidítico não chama a atenção para si e sim para outro. Ele cria uma *certa disposição entre os ouvintes* e não a valorização do orador (p. 60). E, em segundo lugar, se não fosse um discurso que compartilhasse valores sólidos vividos em comum, em que poderiam apoiar-se os discursos deliberativos ou judiciários (p. 58)? Em terceiro, ele não defende tese própria, mas a do auditório (ver próxima citação).

Contemporaneamente, o discurso epidítico não se limita a manifestações da oralidade, como apontaram Perelman e Olbrechts-Tyteca, mas também aparecem na modalidade escrita, como discursos destinados à leitura de um público leitor não – presente (virtual) e não necessariamente à leitura exclusiva do autor do texto (escrito e não improvisado), dirigindo-se a um determinado público que o escuta. Este é o caso da carta panegírica destinada à imprensa escrita.

A carta panegírica do leitor do *Getulino*, Pedro Cruz é, de acordo com o que expusemos acima, um exemplo do discurso epidítico escrito. Nela encontramos a grande maioria das características que Perelman-Olbrechts-Tyteca atribuem ao discurso epidítico oral.

A carta de Cruz apela para uma série de valores compartilhados e de consenso: a) *O grau de cultura e adiantamento de um povo pode ser conhecido pelo desenvolvimento de seu comércio, indústria e pelo número de periódicos que possui a nação, o estado ou a cidade*; b) *É da boa imprensa que nascem os ensinamentos sãos e as idéias úteis*; c) *Maior a estabilidade do jornal quanto maior for a sua circulação e a propagação de suas idéias*; d) *A imprensa é uma bússola que necessariamente aponta para o grau de cultura de um povo*; e) *para não subverter as causas defendidas, é imperativo afastar-se das polêmicas e discussões* (neutralidade).

Trata-se de idéias cristalizadas, consensuais. Idéias que não resistiriam a um enfoque crítico, mas que, compartilhadas por um determinado público, podem ser reafirmadas, corroboradas pelo orador ou missivista. Por exemplo, em relação ao valor *a*, não se pergunta sobre o grau de inclusão desse povo e se essa imprensa é monopolista ou se

há condições econômicas e garantias de liberdade política para o surgimento de uma imprensa alternativa e/ou de oposição.

Em relação ao valor *b*, poder-se-ia objetar através de algumas perguntas: o que é uma *boa imprensa*? Ela defende que tipos de valores? E para quem? O que Cruz chama de *ensinamentos sãos e idéias úteis*? Ensinamentos sãos e úteis para qual grupo social? Sãos e úteis igualmente para as elites e para as classes desfavorecidas? Igualmente para opressores e oprimidos?

Além do compartilhamento de valores de consenso, característica fundamental do discurso de gênero epidítico, Cruz também não joga os holofotes sobre si mesmo. A carta é um elogio ao jornal negro e, mais que um conselho, é, para Cruz, um atestado do brilhantismo do *Getulino* na elaboração dos textos que têm como finalidade a defesa dos interesses dos homens e mulheres negros.

A autoridade pessoal do orador é, para os autores, fundamental na dinâmica do discurso epidítico. Não temos informações sobre Pedro Cruz, mas sabemos, da leitura de sua carta, que ela lhe foi encomendada pelos redatores do *Getulino*. Isso significa que o missivista dispunha de algum tipo de notoriedade (moral, intelectual) para fazê-lo. E, ao fazê-lo, constituir-se-ia em educador deste público:

(...) Com efeito, já não é sua causa nem seu ponto de vista que o orador defende, mas o de todo o auditório; ele é, por assim dizer, o educador deste, e se necessita usufruir um prestígio prévio é para poder servir, amparado na **autoridade pessoal**, aos valores defendidos. (op.cit.; p. 58, negritos adicionados)

Perelman e Olbrechts-Tyteca não se propõem a analisar o discurso do gênero epidítico, mas mostrar suas características e estrutura. A nossa proposta é de analisar discursivamente este exemplo, aqui uma carta panegírica.

A carta de Cruz trai um estilo que, à falta de uma palavra mais exata, poderíamos chamar de *parnasiano* ou ainda *bacharelesco*. Diante da inexatidão, tentaremos justificar nossa escolha pelo compósito estilo *bacharelesco - parnasiano*.

O parnasianismo, *grosso modo*, começou a definir-se entre nós, a partir de 1880, “apoiado em modelos franceses e revelado na poesia de Alberto de Oliveira, Raimundo Correia e Teófilo Dias” (Proença Filho, 1969, p. 225).

Influenciados pelas idéias positivistas e cientificistas típicas do último quartel do século XIX e pela objetividade dos escritores realistas, os poetas parnasianos criaram uma poética marcada por um descritivismo impassível e por um radicalismo formal que compreendia uma seleção vocabular preciosista, incomum e um cuidado extremo com o ritmo (p. 219), consubstanciado pelo emprego de metrificacão rigorosa (preferência dada para os versos decassílabos e alexandrinos) e de rimas ricas. O parnasianismo enquanto cultura poética foi essencialmente a poesia pela poesia, a forma pela forma, a arte pela arte.

Mas o parnasianismo não foi só uma escola literária. Ele foi uma cultura, tanto é que os primeiros modernistas o fustigaram sem trégua. Bandeira, em *Os sapos* fala do *sapotanoeiro/ Parnasiano aguado,/ (que) Diz: - “Meu cancionero/ É bem martelado”* (op.cit., p. 312). Oswald de Andrade propõe uma *descoelhinitização* (referência ao escritor Coelho Neto) da cultura brasileira e abre guerra contra a velha cultura parnasiana “que freqüentava os salões finos de Paris, mas não sabia o que era o mandacaru”⁵⁰.

Especificando melhor: o parnasianismo foi a cultura dominante, a cultura das classes dominantes da época. E o estilo parnasiano ultrapassou os limites do discurso poético, suas formas inundaram as páginas de prosadores como Coelho Neto e epígonos, *atualizando* e legitimando uma de nossas mais entranhadas tradições: o discurso *bacharelesco*, que animava principalmente as formas políticas e jurídicas da modalidade oral da língua.

O discurso *bacharelesco* também era (e ainda hoje, em certos rincões do nosso país, ainda o é) uma cultura. Silva (26 jan. 2008) o localiza historicamente, enquanto categoria intelectual e profissional. Seus membros, imbuídos de uma formação abstrata e literária através do aprendizado das leis e jurisprudências portuguesas regadas a pitadas de filosofia, latim e teologia, galgaram os degraus da alta burocracia, além de profissões liberais na sociedade patriarcal e escravocrata (p. 02).

Uma definição sintética, curiosa por suas imagens inusitadas e significativa do discurso *bacharelesco*, encontramos em Simonsen (1932) em uma citação do modernista Menotti Del Picchia que comenta sobre o discurso de colação de grau:

⁵⁰ Frase atribuída a Oswald de Andrade, depois de ser ostensivamente vaiado depois de declamar o poema *Mandacaru* (um tipo grande de cacto, comum no agreste nordestino) - *O mandaru/espiou/a mijada da moça* - em uma de suas inúmeras conferências e declamações pós semana de arte moderna.

O leitor sabe o que é um discurso de colação de grau? (...) O leitor (...) é bacharel (...) já ouviu uma arenga acadêmica, arrebizada de pedantices, serrilhada de citações, crenada de lugares comuns (...) a lengalenga se espicha como uma sucuri à soalheira, vazia de sentido e aparatosa na exterioridade (...) se prensasse aquela massagada de termos, veria que o suco final era apenas uma chilra água rala de sensaboria (...) Um horror. (DEL PICCHIA apud SIMONSEN, 1932, p. 113)

Silva (op.cit.) também caracteriza o discurso bacharelesco, porém de um modo menos distenso e jocoso:

Essas novas elites desenvolveram uma forma específica de discurso, em que sob a influência do latim (lendo Quintiliano, recitando Horácio e decorando frases de Cícero) e da submissão da filosofia e da lógica à retórica, as palavras valiam mais pela sua sonoridade e imponência do que pela sobriedade, precisão e objetividade, o que caracterizou o verbalismo ornamental de sua cultura e influência, distinguindo-a de uma sociedade “heterogênea, dispersa e inculta”. (p. 03)

Observemos que as caracterizações são praticamente as mesmas, o que muda é o *modo* de operá-las, *imagético* na caracterização de Del Picchia e *descritivo* na de Silva. Colocamos em itálico as caracterizações de Del Picchia e em letra normal, as de Silva: *Lengalenga* (ausência de precisão e de objetividade); *pedantices* e *lugares comuns* (submissão do pensamento à retórica), além da engraçada imagem da sucuri *vazia*, *aparatosa* e *exterior* (verbalismo ornamental, imponência exterior e vazia). Del Picchia inclusive elabora um discurso metalingüístico ao se aproveitar de uma característica típica do tipo de discurso que critica, o vocabulário exótico, construindo, assim, uma paródia que satiriza o discurso bacharelesco.

Tirando a influência do latim, todas as outras características elencadas nesses resumos também pertencem ao discurso panegírico de estilo parnasiano. É por isso que defendo a tese de que a cultura e o discurso *de estilo* parnasiano, a cultura dominante da época, é a atualização da cultura e do discurso *de estilo* bacharelesco.

Traduzindo lingüisticamente a citação de Silva, temos, no discurso de estilo *bacharelesco-parnasiano*, um estilo conformado por certas escolhas lingüísticas (palavras

difíceis, uso de jargão e de certos arranjos sintáticos e imagens que prejudicam a clareza e a objetividade das proposições etc) que mascaram uma insuficiência semântica (circularidade e vacuidade de idéias, ausência de precisão vocabular etc).

Em relação às primeiras características, na carta panegírica de Cruz, a escolha vocabular é preciosista⁵¹: a) *abrolhos*, rocha submarina que fica quase na linha do mar, podendo causar acidentes com as embarcações, (p. 5 e 6); b) *(penas) adamantinas*, inquebrantável (como o diamante), (p. 17); c) *acutilar*, ferir com faca (p. 17); d) *cimo*, grau mais elevado (metáfora de “cume de uma montanha”), (p. 229); e) *hodierna*, dia de hoje, dia-a-dia, atual, (p. 497); f) *ilibado*, puro, intocado, imaculado, (p. 507); g) *inconcussa*, firme, inabalável, sólida, (p. 517); h) *juncados*, cobertos de um tipo de planta aquática, (p. 550); i) *mister* (necessário, imperioso), (p. 626); j) *prosélitos*, adepto, partidário (metáforas de convertido a uma nova religião ou seita), (p. 746).

A vacuidade de idéias é observável no conjunto de enunciados já mostrados, que identificam valores compartilhados e de consenso do discurso epidítico. Quando à ausência de precisão vocabular, o uso de palavras raras é uma prova lingüística da valorização dos efeitos sonoros e de sua imponência, deixando para segundo plano a percepção, por parte do leitor ou do ouvinte, da qualidade das idéias expostas e posições defendidas.

Caberia uma última observação sobre a carta panegírica de Pedro A. F. Cruz. Ela se refere ao seu penúltimo parágrafo que, talvez por ser conclusivo, faz uma sugestão aos jovens redatores do *Getulino*, embora não destoe da função primeira do discurso epidítico que é desfiar um certo número de idéias consensuais, evitando, assim, a discordância e a polêmica:

Penso eu, todavia que, para brilhantismo da causa que defendem, é mistér, não avançar em demasia para o caminho ingreme e incapellado das discussões e das polemicas, muitas vezes necessárias, mas, que quasi sempre rodopiam nos recifes e nos abrolhos juncados de sinuosidades, e por conseguinte, vem acutilar os seus nobres fins.

⁵¹ Utilizamos o *Grande Dicionário Larousse da Língua Portuguesa*. As acepções escolhidas são as que melhor se encaixam no contexto. As páginas dos verbetes aparecem entre parênteses.

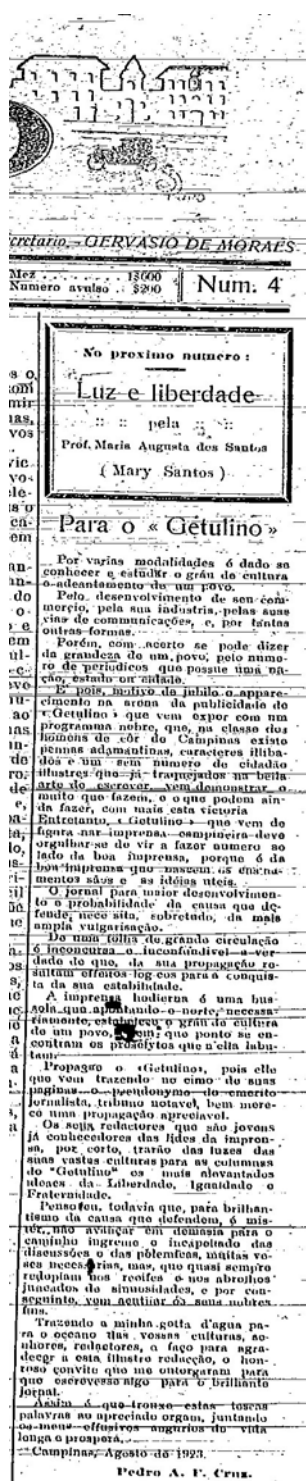


FIG. 09 – CARTA PANEGÍRICA
GETULINO Nº 04, p. 01

Discursivamente, portanto, a função primeira deste parágrafo não será epidítica, embora tenhamos aqui a idéia consensual da necessidade da *neutralidade política* para o bom desempenho de uma causa *pura de intenções* (lutar pela dignidade do negro), mas a do *aconselhamento* através de uma sugestão. *Os (...) redactores [do Getulino] que são jovens já conhecedores das lides da imprensa [e que], por certo, trarão das luzes de suas vastas culturas para as columnas do “Getulino” os mais alevantados ideaes da Liberdade, Igualdade e Fraternidade* são advertidos pelo irmão mais velho e, por certo, mais experiente.

O conselho se conforma a uma imagem marítima: o *caminho íngreme* (metáfora que cabe no contexto) e *incapellado* (as ondas *encrespadas* do mar agitado) das polêmicas que *rodopiam nos recifes e nos abrolhos* são obstáculos que podem destruir a *embarcação* (o jornal, suas propostas).

Discutir, mostrar seus pontos de vista e derrubar os argumentos e teses dos adversários é algo que pode golpear (*acutillar*, ferir com *cutelo*, faca) os *nobres fins* a que se propõem os redatores do *Getulino*.

Aparentemente trata-se de aconselhar aos redatores do *Getulino* a, com humildade, usar seus conhecimentos em prol da defesa dos homens e mulheres negros. Porém, a advertência pela neutralidade, na realidade trai a boa consciência burguesa e a tibiez de uma proposição que abraça o isolamento e a falta de diálogo com outros órgãos da imprensa e com a sociedade.

DISCURSO Nº 04

AUTOR: OS EDITORES

GÊNERO DISCURSIVO: RÉPLICA A ARTIGO POLÊMICO (TEXTO NA ÍNTEGRA)

GETULINO Nº 04, 19 DE AGOSTO DE 1923, p. 02 (DUAS COLUNAS À ESQUERDA)

RESPONDENDO... III

Lendo ainda o “aranhal” artigo que está merecendo as honras da nossa apreciação, não resistimos à tentativa de analysar esta pergunta divertida./ “...na nossa mocidade onde está um empreiteiro de obras, um medico, um advogado, um padre carregando em suas veias o puro sangue do negro, e que sejam de Campinas?”/ É, este um dos maiores absurdos que temos lido em letras redondas, no muito que por ahí se tem escripto, acerca do problema negro./ Antes, porém, de rasgar e tirar o pús desta impuresa, devemos innocentar o pae adoptivo do artigo em autopsia, isto é, quem commeteu a imprudência de mandar escrevel-o para nelle apenas lançar a sua assignatura./ Censuramos, no entanto, quem mandar escrever para assinar; assim como criticamos, quem escreve asneiras e foge à responsabilidade das mesmas, permittindo que a ignorancia de muitos sirva de alvo para troças e galhofas./ Dito isso, vamos logicamente, com a mathematica dos algarismos, destruir o enfatuado argumento da famosa folha./ Escute lá: / A libertação do elemento servil effectivou-se em 1888, isto é, exactamente ha 35 annos./ Nesta epoca os libertos foram entregues à comunhão nacional no em completo estado de atraso./ Analphabetos, embrutecidos, alcoolicos, inconscientes carregando no organismo uma pesadissima contribuição de males hereditários e heranças atávicas, os pretos constituiram no momento um perigoso invasor da harmonia da nação./ Inferiores em tudo ao seu competidor branco, os pretos tiveram de lutar homericamente, para não ser a sua raça exterminada do convívio brasileiro./ Sem educação, sem dinheiro, sem officio, sem o direito da igualdade, o negro não poude desde logo competir com seus ex-escravizadores, e, teve por isso de se manter em deploravel estado de condição social./ Ora até que o negro pudesse comprehender a diretriz a tomar e se livrar do lôdo da escravidão, para haurir certos principios e ter certas noções, foram precisos nada menos de 20 annos, e isso mesmo com os poderosos auxilios da democracia republicana que ampliou e franqueou sabiamente o ensino publico./ Durante esses 20 annos o negro livre cuidou de apreender, de comprehender, e de exercer a sua actividade, para constituir família, lar, e peculio soffrivel afim de accudir à educação dos filhos./ Foi esse o lapso de tempo preciso para identica evolução, aos negros livres de outras nações, exceptuando-se os nossos irmãos norte-americanos, que tinham sido alphabetizados e educados em cursos especiaes, antes de receber a carta de liberdade./ Portanto, tirando-se esses 20 annos dos 35, temos um restante de 15 annos, que vamos dividir desde de 1908./ Um alumno que nessa época tivesse 5 annos, entraria aqui em Campinas para o Grupo Escolar e cursaria o 4º anno, sahindo diplomado aos 9 annos. Com 6 mezes de preparatorios, entraria para o Gimnasio do

Estado com 10 annos, e, incluindo as “bombas”, alcançaria o 6ª anno quando tivesse 20 annos./ Bacharel em Sciencias e letras aos 20 annos, para ser medico, advogado, etc. precisaria estudar no minimo, obrigatoriamente, mais 6 annos, o que quer dizer que logicamente, de acordo com o bom senso e com os argumentos dos numeros, só de 1924 em diante, é que o negro campineiro poderia formar-se advogado ou medico./ Ora, “A Protectora”, o seu chefe mentor, bem como seus inspiradores, não ignoram que ainda estamos em 1923!/ Como querem pois que em 1923 apresentemos coisas de 1924?!...Porque a nossa collega annual, não incluiu na interrogação os professores?/ Simplesmente porque Campinas tem dado uma dezena de homens de cõr professores, visto que o curso para esta profissão, tem 6 annos menos que o curso para medico ou advogado./ Não fôra assim, e só poderíamos tel-os de 1923 em diante, pouco menos. / Eis ahí como fica em pedaços a lógica “protectora” dos nossos agressores, que deviam antes “metter a viola no sacco”, para evitar de serem injustos./ Mas, o famoso periodico dos doze mezes ainda tem outras chagas que vamos lancetar para tirar a maldade./ A vibora ficará sem veneno!... (ver original - FIG. 10)

O primeiro discurso analisado aqui, o texto de Affonso Celso, que tem como protagonistas a freira Joanna Angelica e o negro Nicolau, por trazer tema perene, histórico, configura um discurso com certo grau de purismo e obedece, portanto, a um *projeto purista* de linguagem que se coaduna com o *projeto educativo* de inserção e ascensão do negro na sociedade branca.

O segundo, remessa trazida no mesmo artigo, de autoria do biógrafo da freira, Bernardino Souza (justificando o tema histórico coadunado a um projeto educativo), radicaliza o grau de formalidade da linguagem e conforma um purismo estrito de estilo parnasiano.

O discurso de Cruz, leitor do *Getulino*, faz panegírico do jornal, utilizando-se de uma linguagem formal, de estilo *bacharelesco-parnasiano*, que se diferencia do discurso de Souza apenas porque não apresenta *modo declamatório de exaltação*, mas sim uma maneira de enunciar falsamente equilibrada e comedida.

Neste artigo não assinado, na realidade uma réplica escrita provavelmente por um dos seus editores, o que salta à vista é um certo descomprometimento com o *projeto purista* do jornal, apresentando uma linguagem mais informal, muito provavelmente porque o tema nele não é perene e histórico (no sentido de referir e marcar um tempo na História), mas

sim não-perene, cotidiano e que diz respeito a mais uma das brigas envolvendo o *Getulino* e seu rival, *A Protectora*.

Trata-se de um discurso polêmico em que, levando em conta a tese adversária de que a comunidade negra, passados 35 anos da abolição da escravidão, não havia formado advogados, médicos e outros profissionais liberais, tenta derrubá-la através de alguns argumentos que apontam não exatamente para tese contrária (de que haveria um número satisfatório de profissionais liberais negros), mas que relativizam aquilo que *A Protectora* entendeu de forma categórica como um fracasso dos negros depois da libertação do cativo. Certamente o pressuposto de tal tese seria a idéia terrível de que os negros não saberiam se autogerir após a abolição, sugerindo uma incapacidade de viver em liberdade. Daí, naturalmente, a prontidão e a firmeza da resposta do *Getulino*.

É evidente, e não é preciso muita sutileza para perceber, que, se a base da argumentação é legítima (as agruras e sofrimentos pelos quais tiveram que passar os negros no pós-abolição), os argumentos de ordem cronológica, expressos em números, constituem-se em uma forma de deslocar o problema para a falta de tempo, assumindo a possibilidade de que um estudante negro teria as mesmas condições de outros concorrentes para realizar seus estudos. Seria como afirmar que hoje não temos formados para apresentar, mas se tivesse já havido tempo transcorrido, teríamos o que apresentar. Ora, o histórico escolar de um estudante negro não se faz simplesmente pelo decurso de tempo: as outras condições sociais de formação são essenciais. Obviamente que para o argumento se tornar mais forte, de modo a transferir a possibilidade lógica de término de curso para o próximo ano, o tempo foi acrescido das “bombas” (em número de quatro, em média).

Não interessa aqui aferir a pertinência dos argumentos do texto do *Getulino*, mas sim, em primeiro lugar, perceber que, com esse discurso, o jornal negro se mostra em diálogo polêmico, um diálogo agora sim expresso de forma lingüística que seus leitores podem acompanhar: trata-se de um texto em estilo muito mais informal, com o uso de expressões populares, que aparecem aspeadas (“bombas”, “metter a viola no sacco”), frases em ordem direta, utilização de formas orais, como, após a introdução, a chamada *Escute lá*, seguida de dois pontos, representando um locutor que chama a atenção do ouvinte para o início de sua argumentação, uma certa objetividade na exposição e um vocabulário que não trai nenhum preciosismo ou exotismo.

Não podemos nos furtar aqui a observar, neste discurso menos tenso, uma certa obediência ao imperativo purista de aspear termos gírios e neologismos. Esse é o caso de “aranhal”, neologismo adjetivo criado para satirizar o concorrente e adversário, “bombas”, gíria usada até hoje para a reprovação na escola e “metter a viola no sacco”, outro termo gírio, empregado no sentido de se admitir que foi derrotado em alguma contenda.

A verve irônica, quando se refere diretamente ao rival, deixa claro que, apesar de alguma tensão nas colocações, pois se trata de tomar posição em peça polêmica, temos aqui um discurso mais distenso, mais à vontade, *em mangas de camisa*, como disse Drummond certa vez referindo-se à poesia modernista.

Essa ironia é facilmente perceptível em passagens como: a) *Lendo ainda o “aranhal” artigo que está merecendo as honras da nossa apreciação*, em que o item lexical gírio *aranhal* denota conversa para “enrolar” (nas teias), conversa pegajosa. É o famoso *papo-aranha* do discurso jovem de hoje, conversa de galanteador barato, que diz uma coisa sem graça para significar outra de seu interesse etc; b) *não resistimos à tentação de analysar esta pergunta divertida*, em que o item lexical *divertida* nega ao discurso do outro qualquer possibilidade de seriedade; c) *Antes, porém, de rasgar e tirar o pús desta impuresa, devemos innocentar o pae adoptivo do artigo em autopsia*, em que *pús* e *impuresa* estão no mesmo campo semântico de *autopsia*, ou seja, um texto doente que foi autopsiado, ou seja, que morreu; o *pae adoptivo* do artigo, filho de quem não quis assumir a *paternidade*, a responsabilidade; d) *Ora, “A Protectora”, o seu chefe mentor, bem como seus inspiradores, não ignoram que ainda estamos em 1923!/ Como querem pois que em 1923 apresentemos coisas de 1924?!...*, sugerindo que o rival não tem noção de conta e de tempo e que está ausente nele qualquer liame minimamente lógico e que é ignorante; e) *Porque a nossa collega annual* ou ainda *Mas, o famoso periodico dos doze mezes*, ridicularizando o fato de que o jornal rival só consegue editar um único número por ano, enquanto, pelo menos até aquele momento, o *Getulino* garantia a sua periodicidade semanal. Junte-se às tiradas irônicas a expressão gíria bastante popular *metter a viola no sacco*, ou seja, calar-se diante da falta de argumentos e/ou diante dos argumentos mais significativos do opositor.

Trata-se, portanto, de um texto que se abre para o diálogo, para a interação com os leitores, pela primeira vez em nossa análise feita até agora de discursos completamente

Respondendo ...	Durante esses 20 annos, o negro livre cuidou de aprender, de comprehender, e de exercer a sua actividade, para constituir familia, lar, e pequeno soffivel afim de accudir á educacão dos filhos.	Surgiu, ha dias, em nossa cidade, um pequeno jornal, que se denomina "A Renascença".	Amo-te!
III.		Começou mal esse novo periodico, pois, já vem fazendo allusões pouco cortezas á seus collegas, que como o "Gefulino", organizaram concursos e permitto inserção em suas columnas de perfis.	Se o amar é pensar constantemente em ti, desde manhã até á noite, e não arredar a tua imagem de tudo quanto faço, de tudo quanto me accode e mente, de tudo quanto leio, cogito e sonho, si amar é ligar o teu nome as minhas orações, combiná-lo com as meus projectos, ajuntá-lo aos anhelos, associá-lo aos meus sentimentos, alterá-lo com as mais insignificantes occorrencias, cruzá-lo nas minhas reflexões, confundil-o com o meu, sabes melhor que eu, amo-te louca e apaixonadamente.
Lendo ainda o "arenhal" artigo que está merecendo as hênras da nossa apreciação, não resistimos á tentação de analysar esta pergunta divor-tida.	Foi esse o lapso de tempo preciso para identica evolução, aos negros livres de outras nações, exceptuando-se os nossos irmãos nort-americanos, que tinham sido alphas ligados e educados em cursos especiais, antes de receberem a carta de liberdade.	Assim é que se encontra "A Renascença" em seu artigo de fundo, o seguinte periodo: "O nosso modestissimo jornal não tem concursos de belleza, perfis de espe-cio alguma, visto que isso, sendo um meio muito facil de angariar pickles, repugna á nossa con-ciência."	Laly
E, este um d's maiores absurdos que temos lido em létras redondas, no muito que porahi se tem escript, acerca do problema negro.	Portanto, tirando-se esses 20 annos dos 35, temos um restante de 15 anns, que vamos dividir desde 1905.	E' isso, pois uma offensa a diversos periodicos locais que com orientação correcta, impõem-se mais que "A Renascença", que desde o berço vem dando patadas.	Anniversarios
Antes, porém, de rasgar e tirar o pús desta impureza, devemos innocentar o pae adoptivo do artigo em autopsia, isto é, quem commettera a imprudencia de maudar o crevel-o para nelle apenas lançar a sua assignatura.	Um alumno que nessa época tivesse 5 annos, entraria aqui em Campinas, para o Grupo Es-E-colar e cursaria o 4.º anno, achando diplomado aos 9 annos. Com 6 mezes de preparatorio, entraria para o Gymnasio do Estado com 10 annos, e, incluindo as "bambas", alcançaria o 6.º anno quando tivesse 20 annos.	Ao terminar, não podemos deixar de exclamar bom o vulgo; referindo-nos aos taes da Renascença. Saia aza ri!	Transcorre hoje o anniversario natalicio do jovem José Gomes Moreira, conhecido player da A. A. Ponte Preta.
Censuramos, no entanto, quem manda escrever para es-ignar; assim como criticamos, quem escreve asneiras e foge á responsabilidade das mesinas, permitindo que a ignorancia de muitos sirva de alvo para troças e galhofas.	Bacharel em reicências e le-tras aos 20 annos, para ser me-dico, advogado, etc. precisaria estudar no minimo, obrigatoriamente, mais 6 annos, o que quer dizer que logicamente, de acco do com o bom senso e com os argumentos dos numericos, so de 1924 em diante, é que o ne-gro campeiro poderia formar-se advogado ou medico.	Concurso de Belleza	— O sr. Christino Andrade e sua esposa d. Sydyna G. Andrade, festejam no dia 22 do corrente a data genethliaca de sua filha Nina Maria Christin.
Dito isto, vamos logicamente, com a mathematica dos algarismos, do-truir o infatuado argumento da fama a folha.	Ora, «A Protecção» e o seu chefe-mentor, bem como os seus inspiradores, não ignoram que ainda estamos em 1923!	Ainda como promettemos, não damos hoje a lista completa dos premios a serem conferidos as dententoras do 1.º, 2.º, e 3.º legares do concurso que abrimos. Offereceram-nos, já, ricos e valiosos: mimos; a Casa Bucci, Feminin, Joalheria Pepuni e Casa Allegra.	Passou no dia 16 do andante o anniversario da exma. srta. d. Anna Carolina de Souza, A. anniversariante que gosa de geral estima recebeu p. certo muitas felicitações entre as quaes: ajuntamos as nossas, si bem que tardias, mas sinceras.
Escute lá:	Como querem pois que em 1923 apresentemos coisas de 1924?!	Por estarmos lutando com absoluta falta de espaço deixamos de publicar de hoje em diante os nomes das senhorinhas que obtiverem menos de 25 votos; o que prazeirosamente fazemos na aparição final.	Eathronisção
A emancipação do elemento servil effectivou-se em 1888, isto é, exactamente ha 35 annos.	Porque a nossa collega an-	Recebemos ainda votos para as senhorinhas:	Commerçorand, o seu natalicio transcorrido a 15 deste, a exma sr. d. Maria Barbosa, festejthronisnar a sua residência, e S. Coração de Jesus. A cer-mônia teve a presença de inconfaveis convidados.
Nessa época os libertos fo-ram entregues á communhão nacional em completo estado de atra-			
Bo.			
Anaphah, tos — embustect, los			

152

DISCURSO Nº 05

AUTOR: XXTO (PSEUDÔNIMO)

GÊNERO DISCURSIVO: COLUNA SOCIAL (TEXTO NA ÍNTEGRA)

GETULINO Nº 04, 19 DE AGOSTO DE 1923, p. 03 (PRIMEIRA COLUNA À ESQUERDA)

COMO SABES?

Que mlle. Senador Saraiva, por causa de... anda ameaçando céus e terras?! O Zé Pedro atropellado pelo pae da sua adorada, lá das bandas da cadêa, mudou seu campo de acção para... Como sabes?.../ O Gervasio da agonisante [ilegível] ainda chora amargamente quando se recorda de Itapira, principalmente da despedida. Oh chão parado, que despedida!/ O Baptistinha, por enquanto não é noivo, isto é não está no seu estado normal... Como sabes?! O Paulo, para ficar mais garantido, vive como sombra do Marcilio, que é limpão lá.../ O Abelardo vae deixar de bancar o Haroldo, porque os oculos mais achatam o “cheiradô”.../ O Marcilio Ferreira já acendeu sete velas deste tamanho em regosijo della ter regressado da terra de Braz Cubas. Oh língua, como sabes?! O Casimiro, enquanto não for proprietário duns sete autos, e não ter a certeza que ella toca piano, creio que não se mudará de estado... Oh senhor, como sabes?! O Laly quando vae a capital morre, e segundo aversões fidedignas, enterra-se na Sé ou na Liberdade, carneiras 76, 65 ou outra coisa que o valha... (ver original **FIG. 11**)

Quanto menos perene e mais cotidiano, quanto menos ligado aos temas prementes da negritude da época e mais na comunidade e, especificamente, naqueles sujeitos que compõem a comunidade negra com e para a qual o *Getulino* traça suas sofridas linhas, mais o discurso do semanário negro se afasta do *projeto purista* do jornal e, estilisticamente, se torna mais fluido, mais informal, mais familiar.

Este é o caso da coluna de mexericos que pingou aqui e ali, em algumas poucas edições do *Getulino*. Ela apareceu na edição nº 04 (19/08/1923, p. 03) sob a assinatura misteriosa de *Xxto*, voltou no nº 05 (26/08/1923) com a assinatura do *Nego Véio*. Há um hiato de oito edições para reaparecer apenas no nº 14 (28/10/1923, p. 03), pulou um número e se fez presente no nº 16 (11/11/1923, p. 02 e 03), confirmou-se no nº 17 (18/11/1923, p. 02 e 03) e no número 19 (02/12/1923) para, 11 números depois (edição nº 29, 10/02/1924, p. 03), ressurgir. Reapareceu no nº 34 (16/03/1924, p. 03), esteve presente no nº 35 (23/03/1924, p. 03) e no nº 36 (30/03/1924, p. 02), fazendo sua penúltima apresentação no

nº 37 (06/04/1924, p. 03) e a última, no nº 38 (13/04/1924, p. 03), sempre sob a batuta de *Nego Véio*, que só não assinou a primeira edição da coluna, no nº 04 e a última, a do nº 38, assinada por *Morse*.

A coluna manterá, sob o primeiro maestro ou sob *Nego Véio*, a mesma preocupação, o mesmo tema: brevíssimas considerações indiscretas, brincalhonas e levemente maliciosas (não acusamos nenhum desrespeito ou colocações insultuosas na coluna) sobre os conhecidos do autor, provavelmente jornalistas da casa e colaboradores com vínculos de amizade com todos que faziam o *Getulino*, inclusive os redatores, e namoradas ou namorados, amigos e amigas de todos os visados pela verve de *Xxto* (hoje seria o codinome de um DJ ou de um líder de banda de *rap*) ou pelo *Nego Véio* ou ainda por *Morse* (talvez a mesma pessoa, com pseudônimos diferentes).

Cada enunciado se refere, geralmente (há enunciados que escapam de contextos amorosos), a um conhecido e a um fato determinado da sua intimidade amorosa que sutilmente se contrapõe ao compromisso que mantém com alguém do sexo oposto e que o *nomeado*, aquele sobre o qual *Xxto* e/ou *Nego Véio* joga seus holofotes, gostaria de manter em sigilo.

Curioso é que, se o tema e a informalidade do estilo se mantêm nas doze edições em que apareceu, o nome da coluna muda de nome. Se não, vejamos: a que escolhemos intitula-se *Como sabes?* e esta pergunta, em relação aos textos, retórica, que obriga o leitor a acreditar na *onisciência* do perscrutador da intimidade alheia, estará presente em todos os enunciados e considerações de maneira direta, com a repetição da fórmula no final ou indiretamente, remetendo ao título, fustigando aqueles que foram *pilhados* (ou quase...) com as mãos na massa...

Cadê o peixe? é o nome da coluna na edição do nº 17. A partir daí, *Nego Véio* é quem comanda a “insensata” e jocosa nau. Embora, aparentemente, a pergunta do título se refira apenas ao primeiro mexerico, acreditamos – justamente porque se trata de um título e, geralmente, os títulos se referem ao texto como um todo - que seja bem possível que o enunciado que nomeia a coluna possa ser uma expressão gíria da época que *coloque em maus lençóis* alguém que se atrasou a um compromisso, gerando desconfiança em quem enuncia ou algo semelhante, mas seria muito difícil confirmar esta hipótese.

A edição do nº 05 aparece com o sugestivo título de *Ah, não!*; a do nº 14, *Como é que você sabe de tudo isso então?*; o do nº 16, *Oh meus canários...* (que acredito ser a segunda parte de uma expressão que ouvi diversas vezes meu avô dizer - “oh, meu canudos de pito e meus canários amarelos”, quando a proferia, sem nenhuma paciência, contra alguém que não o tinha interpretado como ele queria...). O título da edição nº 17 é *Cadê o peixe?*, lembrada um pouco acima; o do nº 19, *Cumo é seu nóminho?!...* Para as demais, temos: *Propalam-se que...* (29), *Olha “os meninos de ouro”!...* (34), *Eta vida apertada!...* (35), o do nº 36 não apresenta título, *Nossa Senhora!...* (37) e o da última, *Telegrammas Paulistanos*, assinada por *Morse* (telegrama; código Morse...)

A coluna escrita por *Xto* (uma edição) e *Nego Veio* (dez edições) e *Morse* (uma edição), apresenta – e podemos percebê-lo nos títulos das colunas - discursos de estilo informal, longe de qualquer nuance purista, com frases em ordem direta, expressões e itens lexicais hodiernos eivados de termos gírios e populares. Alguns exemplos, só para ficarmos no discurso analisado: *O Zé Pedro*, que foi **atropellado** pelo pae da sua adorada. *O Paulo*, para ficar **mais garantido**, vivendo como **sombra** do Marcilio, que é **limpão** lá. *O Abelardo* que **vae deixar de bancar** o Haroldo, porque os oculos mais achatam o “**cheiradô**”... *O Casimiro*, enquanto (...) não ter a certeza que ella **toca piano**, creio que não se mudará de estado... *O Laly* quando vae a capital morre, e segundo versões fidedignas, **enterra-se** na Sé ou na Liberdade, carneiras 76, 65 ou outra coisa que o valha...

DISCURSO Nº 06

AUTOR: (SEM ASSINATURA; A TÍTULO DE EDITORIAL)

GÊNERO DISCURSIVO: CRÔNICA DE OPINIÃO (TEXTO NA ÍNTEGRA)

GETULINO Nº 05, 26 DE AGOSTO DE 1923, p. 01 (SEGUNDA METADE DA TERCEIRA COLUNA, ABAIXO DE UM ANÚNCIO DO PRÓPRIO JORNAL, COLOCADO EM UM RETÂNGULO COM A MENSAGEM: “NO PRÓXIMO NÚMERO: A INFLUÊNCIA SOCIAL DA MULHER, POR LALY GUEDES”)

GETULINO Como Sabes? Que mil. <i>Senador Saraiva</i> p. r. causa do... anda ameaçando céus e terras. O <i>Xé Pedro</i> atropelado pelo pue da sua adorada, lá das <i>bandas da cadeia</i>, mudou seu campo de acção para... Como sabes? O <i>Gervasio</i> da agonisante <i>Coatua</i> ainda chora amargamente quando se recorda de <i>Itapira</i>, principalmente da despedida. Oh chão parado, que despedida! O <i>Baptistinha</i> p. r. enquanto não é n. vivo, isto é não está no seu estado normal... Como sabes? O <i>Paulo</i> para ficar mais garantido, vive como sombra do <i>Marcilio</i> que é <i>limpão</i> lá... O <i>Abelardo</i> vai deixar de bancar o <i>Haroldo</i>, porque os olhos mais achata o e ch. i. rado... O <i>Marcilio</i> <i>Ferreira</i> já acendeu sete velas deste tamanho em regosijo della ter regressado da terra de <i>Braz Cubas</i>. O'h légua, como sabes? O <i>Cas-miro</i>, enquanto não for pr. prieta lo duns sete autos, e não ter a certeza que ella <i>loca piano</i>, creio que não se mudará de estado... O'h seintior, como sabes? O <i>Luly</i> quando vai a <i>Capitão morre</i>, e segundo aversões fidedignas, enterra-se na <i>Séou n. l. b. b. dade</i>, carneiras 7.6.6.5 ou outra coi a que o valha... Xsto	EXPEDIENTE O <i>Getulino</i> que se publica todos os domingos, tem os seus escriptorios e officinas á rua <i>Regente Feijó</i>, 208, telephone n. 115, para onde devem ser enviadas todas e quaisquer collaborações ficando ao critério da redacção publicá-las. A Redacção não se responsabilisa pelas idéas e opiniões emitidas pelos srs. colaboradores. Os originaes não serão devolvidos. Chamado para carregadores Telephone 119 Atende-se das 7 horas ás 18 horas. Tem carrocinhas para transporte de bagagens - Pessoal habilitado. Preços convecionaes - Serviço rápido AUTO N. 7 - Ponto: Largo da Estação - Atende chamados pelo Telephone n. 119 - Chauffeur <i>Christino Andrade</i> Lavanderia COLOMBO Atende a direcção do Sul. Antenor dos Santos Lava-se, passa-se, engomina-se com a maxima perfeição e brevidade. Acoitam-se roupas tanto de homens, como de senhores e crianças. Trabalhos Garantidos Rua Dr. Cosme Aguiar, 23 Telephone, 86 - Campinas AOS SRS. VERANISTAS Aconselho-vos que indo a Santos procurem o Auto n. 333. Com	Casa Piccolotto A UNICA NO GENERO em calçados e chapéus. Sempre tem novidade Ai mais preferida Preços sem competencia RUA 13 DE MAIO N. 34 Telephone, 1172 ESTUDANTES Quando precisardes de bons livros sobre sciencia, litteratura, etc, deveis procurar a Casa Mousinho que se vende a preços vantajosos, assim como artigos de papelaria, objectos escolares, figurinos, riscas de bordados, crochê, etc - Incumbem-se tambem de serviços typographicos e de encadernação, que executa com rapidez e presteza. Vendem-se e compram-se livros usados RUA DR. QUIRINO, 103 J. RODRIGUES PINHEIRO Campinas Agencia de Reclames Unica concessionaria para reclames nos cinemas locais, bars, Cafés, com privilegio para reclames em tribunas de arvores, das praças publicas. Officina de plátaras finas e allegorias em geral. Os mais reputados artistas campineiros cooperam nesta Agência, pelo que se garante a realização de qualquer exigencia. Premiada com medalha de Prata na Exposição Municipal Preparatória da Internacional J. GALGANO & ERNESTO Rua José Paulino, 235	ANTONIO CEZAR Consultor Res. Rua Francisco Glycerie, 302 CAMPINAS Deposito de todos os materiais para construções e reconstruções, cal. timento, Tubos, etc. Officina de carpintaria e depósito de madeiras. Encomenda-se de todo o qualquer serviço de construção e reconstrução. Aceita serviços por administração e a prestações. Officina e depósito: Rua Regente Feijó Ns. 213, 215 e 217 CAMPINAS A FINANCEIRA CASA DE CALÇADOS Completo sortimento de Calçados de reputadas marcas para homens, senhores e crianças. EGYDIO ARANHA E COMP. Rua Barão de Jaguará N. 83 Telephone, 932 - Campinas Pharmacia Central RUA 13 DE MAIO N. 18 CAMPINAS Consulta do Dr. Almino de Almeida As pessoas pobres consulta gratis. PHARMACIA MODERNA A mais proxima da Estação da Paulista Telephone, 950 TALENTO E CARCHEDI Atende-se a qualquer hora da noite Rua 13 de Maio N. 103 Campinas - Est. de S. Paulo PROCEMI-A
---	--	---	---

FIG. 11 - COLUNA DE "MEXERICOS" "COMO SABES?" (EM DESTAQUE), GETULINO. Nº 04, 19 DE AGOSTO DE 1923, p. 03. AO LADO, PUBLICIDADE DE PEQUENOS ANUNCIANTES E UMA CHAMADA (NO ALTO) PARA O ENDEREÇO DO EXPEDIENTE DO JORNAL NEGRO CAMPINEIRO

DISCURSO Nº 06

AUTOR: (SEM ASSINATURA; A TÍTULO DE EDITORIAL)

GÊNERO DISCURSIVO: CRÔNICA DE OPINIÃO (TEXTO NA ÍNTEGRA)

GETULINO Nº 05, 26 DE AGOSTO DE 1923, p. 01 (SEGUNDA METADE DA TERCEIRA COLUNA, ABAIXO DE UM ANÚNCIO DO PRÓPRIO JORNAL, COLOCADO EM UM RETÂNGULO COM A MENSAGEM: “NO PRÓXIMO NÚMERO: A INFLUÊNCIA SOCIAL DA MULHER, POR LALY GUEDES”)

De um grupo que vemos quasi sempre atravessar a cidade, num grande alarido, cheio de bamboleio, formado de rapazes que seriam fortes esperanças da Patria, si o alcool e outros vicios não os dominassem, destacam-se alguns que sobraçam violão, pandeiro, flauta (geralmente de taquara); chocalhos, e em ultimo logar esta o **foia** que é figura obrigada do choro... e vão para o **chora mané**. / Até ali nada de extraordinário. / Lamentamos o ridículo a que esses **compadres e primos** (todos elles se entendem assim), expõem os seus iguaes de côr, com o amontoado de palavras desconexas que fazem **questã** de proferir da qual em vóz mais alta: / - **Fae-se de biesta tiu, compre um bóde e summa**. / – **Que “uma” esse, vê lá si no ceu tem festa e si no inferno tem kremesse**. / – **Sae azul!...** / – **O x, chame nos pé que lá vem vindo dois nhô Bino**. / – **Como sabes?** / – **Que, elles tão vendo nhonho aqui?** / – **Pra come o que?** / – **Tombadô cum innocente**. / – **O guela afiada tome a respiração desse palito**. / – **Chi, tu ta de esquininha primo**. / Coitados, infelizes, si tivessem ao menos quem os protegessem. (ver original – FIG. 12)

Nesta pequena crônica de opinião, quase uma nota perdida em meio a outros textos, na primeira página do número 05 do *Getulino*, o que salta aos olhos é seu caráter metalingüístico. Como vimos anteriormente, os textos do *Getulino* compõem, em sua ampla maioria, discursos puristas estritos; os metalingüísticos praticamente não existem no jornal negro.

Aqui a linguagem não só fala da linguagem, mas lança estigmas sobre ela. E quem são os falantes desta modalidade oral fraterna, desse dialeto? Jovens negros que atravessam o centro de Campinas tocando e cantando o chorinho, com alguns instrumentos típicos desse ritmo como o violão, pandeiro, flauta e chocalho.

Negros jovens que não pertencem à elite negra como fica patente quando o articulista reprova o uso de formas de tratamento como *compadre* e *primo*: se *elles se entendem assim*, nós, das elites negras, não usamos essas formas lingüísticas vulgares...

A linguagem desses jovens negros, segundo o articulista, é um *amontoado de palavras desconexas*. Falando daquela forma, os jovens negros músicos expunham *seus iguaes de côr* ao ridículo. Interessante notarmos que, se por um lado, os jovens eram iguais a qualquer negro na cor, por outro, não o eram em relação à classe social: os jovens eram negros não-elite que expunham os da elite ao ridículo quando conversavam entre si, nos intervalos dos choros, ao atravessarem o centro da cidade.

O articulista negro não vê outra possibilidade senão a censura aos modos considerados grosseiros que, herdados da escravidão (o indefectível *atavismo*), devem ser apagados. Os jovens são tachados, sem muita cerimônia, de alcoólatras e de se valerem de outros vícios. Que certeza poderia ter o editorialista getulino quanto ao uso de drogas por parte dos jovens? Se não há *nada de extraordinário*, como escreve o articulista, na constatação de que se trata de jovens músicos negros, onde está o problema? Ora, o problema está na maneira de como falam. Na linguagem que utilizam.

Jocosamente o articulista incorpora a expressão gíria *chora mané*; ele a tolera. Ir para o *chora mané* (ir para o objetivo almejado, no caso, fazer música), não é problema. O problema está na riqueza lingüística do diálogo travado naquele dialeto que, como na linguagem de hoje dos *manos* dos morros cariocas e da periferia das outras grandes cidades brasileiras, nega a linguagem oficial e a linguagem dos *bacanas* - a linguagem da sua exclusão -, afirmando sua identidade marginal e transgressora. Linguagem que negava, já naquela época, o politicamente correto – *tiu* (tio, *patrício*, negro), *sae azu* (*azul*, quer dizer, mais do que negro, tão negro que não é nem negro, é *azul*) e nomeava em código inteligível apenas para os do grupo: *nhô Bino*, *nhonho*, *tombadô*.

Quanto à censura lingüística propriamente dita, temos aqui uma interessante contradição: se a imprensa negra é, antes de nada, promotora da educação da raça negra (como foi outrora um dos promotores da liberdade dos escravos), o que significa censurar a linguagem de quem ignora as modalidades formais da língua? Há, na realidade, uma flagrante intolerância com a variedade de português falado pelos jovens negros. Além disso, há no *Getulino* (o constatamos em algumas de nossas análises) uma contra-hegemonia discursiva, com a presença de textos próximos ao vernáculo, inclusive com uso de gírias, algumas com duplo sentido, como vimos na análise da coluna *Como sabes?* Como explicar a atitude do redator negro?

Getulino

DEFESA DOS INTERESSES DOS HOMENS PRETOS
Proprietários: Andrade & Moraes Redactor secretario

nas, 26 de Agosto de 1923 ASSIGNAÇÕES (Méz.) (Anno)

fimento, da liberdade e da de-
mocracia, e della surge ainda
agora essa prova masculina de
uma nobre e promissora tentati-
va social.

Permitta Deus que este exem-
plo se alastre grandemente pe-
la Patria, tendo os homens de
cor de outros centros identico
gesto.

Dito isto, vou traçar o meu
programa em duas linhas: lou-
var o bem feito e criticar
as coisas tortas.

O «Registro sem tampa...» vai
ser o terror de muita gente, e
para começar lá vão já uma
censura.

— Lá por ali, no meio dos ho-
mens e mulheres da nossa cor,
muitos que «comem buch» e ar-
rotam presuntos, sem que nin-
guem entenda como é isso.

Conheço uma que tem a me-
sa sempre bem sortida, com boa
carne e melhor vinho, e nã
entanto, gaudia dez magros tes-
tes por dia.

«Quem gabitoi vende e ca-
da um tem de alguma parte
the vem.»

E' isso mesmo: a tal moça
sae de quando em vez, pelo
acougueiro e casus de negocio,
trazendo e se apropriando, em no-
me de seus ex-patões, porque
conhece a freguezia de fiado
dos mesmos.

Um dia destes fui ao acou-
gueiro do Basilio, á rua B. Jagua-
ra, e em nome de distincta
familia sua freguezia, e surru-
piou 2 kilos de carne de porco,
lombo, descarregado, toucinho
sem sal, e etc.

Ora, amadama, isso é mui-
to feio, isso é ser la-tra, assim
a sua mocidade é uma lastima,
mas, p'r' enquanto conto o
milagre e o não digo o santo.

Está registrado!

Henro Frate).

NO PRÓXIMO NÚMERO:

A influencia social
da mulher
por
Laly Guedes

Do um grupo que vemos
quasi sempre atravessar a cidade,
num grande varejo, cheio de
bambuleto, formado de rapazes
que mostram fortes esperanças da
Patria, si o álcool e outras violen-
cias os conduzirem, deslucem-se
alguns que nobreza viela, por-
deiro, flauta, (geralmente de taque-
ra), chocalhon, e em ultimo lugar
está o, fola que é figura obriga-
da do choro, e vão para o
choro assim.

Agora, nada de extraordinário.

Lamentamos o ridiculo a que
esses compadres o primos (to-
dos elles se entendem assim), ex-
põem os seus iguaes na cor, com
o amontoado de palavras descon-
hecias que fazem questão de
proferir da qual em voz mais alta:
— Fae-se de benta tua, com-
pre um bode e zangar.

— Que "mudi" esse, ve lá si
no seu tem fola, e si não in-
ferno tem folemesse.

— Mac azul!

— O x, chamao nos pé,
que lá vem vindo dois año
Bino.

— Como sabes?

— Que, elles não vendo
ninhão aqui?

— Pra come o que?

— Tombado em inucente,
O que lá tem a fome a
respiração desse pulito.

— Chi, tá tá de esquini,
nã primo.

Coitados, infelizes, si tivessem
ao menos quem os protegessem.

Avançando...

São innumerables as cartas, ofi-
cios e telegrammas que temos
recebido, e innumerables as re-
ferencias que têm feito os colle-
gas sobre o n'isso apparecim-
to, e proposito em prol dos cap-
tivos de la-ente, as quaes mu-
to n'as desvancem o preziosos
menta trasladamos para aqui,
como um incentivo áquelles que
aspiram, não só a emancipação
completa da raça, como o pro-
gresso do país. E para que não
nos abandonem na inhospita
arena de combate.

A bem feita revista dos sr.
Victor Casua e Domingos Au-
trades, brillantemente edita-
da pelo sr. Hildebrando Sei-
nas Siqueira.

A «Onda» que se impoz á
admiração de todo o Estado, as-
sim se proclama.

O «Getulino»
Temos sobre a mesa do trabalho,
o primeiro numero do «Getulino», sa-
mo de foleto aos foletores dos
homens pretos, e que aha competet
te direcção do Lino Guedes e Giorva-
sio de Moraes, acaba de apparecer
nosta cidade.

Bem feito, com variada e exellente
collaboração, o «Getulino», que tem
officina própria, e que nos tempos
actuaes representa já um grande e
apreciavel esforço, a está fadado a
representar papel salient nas lides
jornalísticas do Campinaes.

«A Onda» deseja ao novo collega
vida foga, prospera e brilhante.

O acatado vespertino «A Ca-
pitã», na sua correspondencia,
coincidentemente feita pelo sr.
Carlos Alberto de Oliveira diz:

«Getulino»
Recollemos o 1.º numero do nosso
collaga «Getulino», que se publica ac-
tualmente sob a direcção do sr. Li-
no Guedes, para defesa dos Homens
de Cor, nesta cidade. O presente nu-
mero achá-se muito bem feito, trazen-
do boas collaborações.

Ao «Getulino», auguramos brillante
carreira.

E do «Primeiro de Maio», que
se edita na bella Itapira a no-
ticia seguinte:

«Getulino»
Recollemos o primeiro numero des-
te jornal, que vem de surgir a luz na
cidade de Campinaes. Organ noticioso,
literario, e defensor da classe de cor.
Graço pela visita, permittiremos.
O diario do sr. Octaviano
Gosta—O «Trabalho», que lá 17

FIG. 12 – NOTA CRÍTICA AOS JOVENS MÚSICOS (EM DESTAQUE). GETULINO Nº 05, 26 DE AGOSTO DE 1923, p. 01. UM POUCO ACIMA, ANÚNCIO DO JORNAL NEGRO ANTECIPANDO O ARTIGO “A INFLUÊNCIA SOCIAL DA MULHER”, DE LINO (LALY) GUEDES, QUE SAIRIA NO PRÓXIMO NÚMERO

Admitamos que os jovens negros precisassem de proteção dos mais velhos e experientes (eles não a pediram; estavam apenas fazendo música e conversando com a linguagem distensa de amigos). Por que o redator do *Getulino* negou-se a protegê-los? O que significa este gesto senão uma exclusão sumária de quem se supõe que “não tem jeito mesmo”? Impossível não ver nessa atitude um gesto de intolerância, exclusão e elitismo.

Sobre a dimensão polifônica do discurso, Voese (2005, p. 107) afirma que o discurso *reproduz-se* com a *apropriação* das vozes e enunciados dos outros e a *transformação*, como manutenção ou superação do instituído deve ser localizada na *enunciação*, pois ela revela como o dito dos outros foram incorporados pelo sujeito.

Ao se apropriar dos enunciados dos jovens negros músicos, os redatores do *Getulino* evidenciam o modo como os incorporaram. Como que se daria, então, a enunciação dessas vozes reproduzidas? Localizá-las nela a manutenção ou a superação do instituído?

Suas vozes, cruas, foram pegadas *ou imaginadas* em flagrante pelo redator do jornal negro. Exposição crua de um diálogo entre os jovens negros localizada no final do texto. No último enunciado, a palavra final do juiz sobre as palavras possíveis dos jovens negros no contexto de interação, os julga “infelizes” e propõe que a proteção paternalista poderia fazê-los felizes.

Dois pressupostos equivocados: os meninos falam errado (*falam como os escravos falavam, falam como marginais da periferia da sociedade da jovem República, falam como ignorantes, falam como selvagens irracionais, falam como os negros querem permanecer na miséria*) e são infelizes. Eles são, afinal, para o *Getulino*, apenas um exemplo negativo, um exemplo de como não se deve falar se se quiser integrado, sair das margens do mundo branco, vestir o terno de uma dignidade instituída e não conquistada pelo que é especificamente negro, pelo que é de sua cultura e de sua história. É evidente que aqui, a enunciação serve à manutenção do instituído pela sociedade e cultura branca.

Ora, o negro, para a imprensa negra, como já vimos, necessitava ascender, conquistar cidadania, denunciar e combater o preconceito racista, mas, para isso, devia se comportar e se portar como o branco, inclusive em relação à linguagem. Assimilar os valores daqueles que o oprimiu na barbárie da escravidão. E assumir a linguagem do branco, mesmo aliado de políticas públicas educacionais e da escola pública.

Se “o modo de enunciar propicia ou impede o enunciado”, como afirma Voese (2005, p. 124), aqui temos claramente um impedimento. E, pela primeira – e talvez única – vez, os homens negros do *Getulino* se voltaram virulentamente contra aqueles de sua cor⁵² e fecharam as portas para qualquer possibilidade de diálogo. E com um agravante: se voltaram contra aqueles que deveriam estar no topo de suas preocupações de educadores: os jovens e os pobres.

DISCURSO Nº 07

AUTOR: ARCHIMIMO DE CARVALHO

GÊNERO DISCURSIVO: POEMA (TEXTO NA ÍNTEGRA)

GETULINO Nº 16, 11 DE NOVEMBRO DE 1923, p. 01 (TOPO MAIS CENTRAL, ABAIXO DA DATA SITUADA NO CABEÇALHO)

OBSERVAÇÃO: MANTEREMOS AS ESTROFES DOS POEMAS TRANSCRITOS EM SUAS POSIÇÕES ORIGINAIS E EM LETRA ESTILO ARIAL, TAMANHO 10, COM A FINALIDADE DE FACILITAR A LEITURA.

ODIO

O odio eterno que eu nutro no meu peito,
É justiceiro! É nobre e é sublime!
E depois, por ser o uso de um direito,
Si não odiasse, para mim, seria crime!

É também, o castigo mais perfeito!
É a justiça que pune e não redime!
Pois a infância nascida do despeito,

⁵² Em diversas ocasiões, os redatores do *Getulino* chamaram a atenção da comunidade negra com “pitos” e censuras diversas (inclusive em um dos primeiros números, eles deixam explícito que teriam que corrigir o que considerassem errado no proceder dos negros), mas nunca com o objetivo explícito de humilhar, como no episódio dos jovens negros, relatado nesta análise.

Foi tão grande, tão cruel que nem se exprime!

Por isso, ao recordar-me do passado,
Às vezes eu me sinto dominado,
De um sinistro desejo de vingança!

Porém, nem odio terrível de vehemencia,
Docemente se aplaca, na innocencia,
Na ternura, de um carinho de criança!



FIG. 13 – POEMA DE A. DE CAMARGO. GETULINO Nº 16, 11 DE NOVEMBRO DE 1923, p. 01

O poema acima, de autoria de Archimimo de Carvalho, foi publicado no *Getulino* número 16, no topo da primeira página, em 11 de novembro de 1923. O jornal negro

campineiro, como na maior parte da imprensa negra da época, publicava poesia em seus números. No caso do *Getulino*, foram poucos os números não contemplados pelo menos com um poema. Normalmente eles apareciam na posição mais central possível no topo da primeira página e muitas vezes com ornamentos gráficos que os evidenciavam mais ainda.

A poesia, portanto, era valorizada pelo jornal negro. Mas o que estamos querendo dizer com “valorização”? Já dissemos que o projeto central do *Getulino* era a educação do negro visando sua inserção no mundo branco. O negro deveria educar-se por completo e um conhecimento mínimo ou básico de literatura era desejável.

Nesse sentido, a presença do folhetim “A Boa Severina” (já comentado) é bastante reveladora: ao mesmo tempo em que funciona ideologicamente como legitimador de um projeto educativo de inserção do negro na sociedade branca (“os padrões são bons; os maus e perversos são os fatores e a grande culpada é a escravidão”), é uma possibilidade concreta de contato da comunidade com textos literários e um formador de novos leitores.

Ser leitor de poesia, para a época, era um diferencial importante para se portar bem *em sociedade*, para adentrar os salões burgueses *com classe*; ler poesia era o passaporte para a legitimação de um certo pertencimento à civilização e sinal de refinamento pessoal.

É evidente que estamos falando de uma concepção burguesa de literatura. A obra literária como divertimento e entretenimento, como citação e *ilustração*. Ilustração do homem *cultivado* e ilustração como *imagem* que vai coroar um certo pensamento, uma frase bem colocada no contexto, um gracejo entre palavras “graves”.

No *Getulino*, a poesia vai, portanto, cumprir duplo papel: em primeiro lugar, ela será um instrumento de aproximação do homem negro com a literatura, *sua educação sensível*, oferecendo a ele um certo refinamento indispensável para sua integração ao mundo branco. O segundo papel da poesia no *Getulino* será o de *ilustração*, o de *cereja no bolo*.

Entendamos: na primeira página do semanário negro, em posição de destaque, estão os textos educativos, graves, escritos em linguagem mais próxima do purismo; que revivem a saga dos grandes vultos negros e história heróica e dramática dos africanos no Brasil e seus descendentes. Os textos que colocam a história do negro neste país na Grande História do homem. Lá estão também os textos de combate, de opinião, ao calor da hora; textos que

fustigam, ridicularizam, opinam. O peso da História e o agastamento dos combates hodiernos cansam.

Cereja no bolo: o momento de refrigério, de descanso, de paz; o intervalo para a beleza, para o gorjeio das Musas. O recreio da escola fechada de tantos mestres graves e exigentes. A posição central da maioria dos poemas publicados na primeira página nos dá fisicamente a impressão de que eles estão protegidos, envoltos, agasalhados pelos textos de formação e de combate.

São, portanto, textos que *ilustram* a primeira página. Pedra polida, pérola que brilha em meio a escombros, incerteza e dor, o poema está lá para ser lido e levar o leitor da página encarnada, vital, concreta, para outro lugar, outras paragens, mais amenas, oníricas, amorosas, etéreas.

Esse é o caso do poema “Boas Festas”, de autoria do jovem poeta Dioclesiano Nascimento e publicado no número 21 do *Getulino*, em 16 de dezembro de 1923 e *dedicado ao quadro de damas do “G.R. José do Patrocínio de Campinas”*:

Gosto das flores, dos perfumes dellas
Principalmente das puniceas rosas,
- Flores queridas das gentis donzellas,
Que os vérsos cedem rimas primorosas!...

As violetas, as hortencias bellas,
São para mim as flores mais geitosas,
para fazer-se algumas ricas telas
de poesias lindas e mimosas!...

Para presentes, neste fim de anno,
Eu muita cousa tenho contemplado,
Mas só conservo na memória um plano...

De boas festas, eu sem ter receio,
Vos darei flores, que eu colher no prado,
Em meros versos que aceital-os creio.

O romântico cavalheiro negro que oferece flores-poemas às *donzellas* negras do Grêmio Recreativo José do Patrocínio (uma das sociedades dançantes de Campinas) na primeira página do vigésimo primeiro número do *Getulino* se limita, à esquerda, com um texto de Coelho Neto, “Pela vida e pela honra”, em que o moralista parnasiano critica asperamente a juventude e o relaxamento dos costumes; à direita, com uma microbiografia e uma fotografia dele mesmo; um pouco mais abaixo, com uma biografia do jovem acadêmico gaúcho radicado em Campinas Abílio Álvaro Miller, um dos “gigantes” que lutaram pela abolição da escravatura; quase no rodapé, com uma pequena nota que dava notícia de um delegado de São Paulo que, antes dos bailes, obrigava os promotores negros das *sociedades dançantes* a prestar contas sobre a ordem e a organização dos salões.

A grande maioria dos poemas que ilustram a primeira página do jornal negro são peças românticas colocadas em formas rígidas, rimadas e metrificadas, herdadas do parnasianismo (muitos dos poemas são sonetos). Evasão, subjetivismo, fé, idealização da mulher e sentimentalismo são as características mais marcantes da obra destes epígonos negros e brancos que desfilam na maioria das edições do *Getulino*.

Basta citarmos alguns dos títulos desses poemas para termos uma idéia mais concreta destes híbridos do romantismo e do parnasianismo tardios. Peguemos uma sequência de edições de 1924: *O beija – flor*, de Euclides Oliveira (nº 24, 06/01/1924); *Coração magoado*, de J. Augusto Marques (nº 26, 20/01/1924); *Lindinha*, de Dioclesiano Nascimento (nº 32, 02/03/1924); *A rosa e a violeta*, de J. Augusto Marques (08/06/24); *A um passarinho*, de Dioclesiano Nascimento (10/08/1924). Se considerássemos qualquer outra sequência temporal, teríamos a repetição do mesmo padrão.

No entanto, exatamente como acontece em outros gêneros, o discurso poético do *Getulino* é marcado por descontinuidades que ferem um projeto hegemônico. Um exemplo disso está no poema *Fome e escarneo*, de J. Augusto Marques, publicado no número 44, em 15 de junho de 1924:

O povo soffre, a fome invade os lares,
Na meza do operario não ha pão;
Mas, calmo e sempre cheio de pezares,
Elle aceita a migalha que lhe dão...

E assim, p'ra completar os seus azares,
A miséria que dóe no coração,
À noite elle reune-se aos seus pares
E vae jogar o ultimo tostão!...

E os grandes não olham para isto,
Pois, passam bem, é claro e está visto:
Quem tiver fome que trabalhe e ganhe.

E em constraste c'o a crise que apavora,
Elles se riem de nós a toda hora
Com banquetes regados a Champagne!...

Finalmente um soneto que, ao invés de cantar o elogio ou o amor impossível por uma mulher ou a infelicidade de ver a amada partir etc, tem como tema a fome do povo. Curioso é que não é a fome do povo negro jogado de lado pela jovem República: o poema trata, aparentemente, da fome do *operario* que obedece aos novos parâmetros do trabalho e da organização do capital pós-abolição. O poema não é racializado, a fome é da maioria do povo espoliado pelas elites. A perspectiva é, portanto, social e não racial.

A forma é rígida: os dois primeiros quartetos dizem respeito ao operário e os dois últimos, aos *grandes*, entenda-se, às elites, aos patrões, àqueles que detêm os meios de produção.

No entanto, apesar da crítica social presente no poema, vemos que o operário é resignado e, por ser calmo e cheio de *pezares*, *aceita a migalha que lhe dão*. O “Grande Dicionário Larousse da Língua Portuguesa” (1999) define “*pesar*” como *dor moral (...), desgosto, mágoa* (acepção 1) e *arrependimento e remorso* (acepção 2) (p. 711). O oprimido aceita as migalhas das classes dirigentes com desgosto e mágoa e arrependimento e remorso.

Dói aceitar as migalhas, mas se arrepende depois de tê-las aceitado. Arrepende-se porque não quer aceitá-las. O arrepender-se é sempre uma quase-reação. É possível que em um futuro não muito longínquo, o oprimido não aceite mais as migalhas. No entanto, no presente, ele aceita.

Esse oprimido magoado com as elites e arrependido de aceitar as esmolas oferecidas por elas a ele (até quando?), não obstante não ter nada (ou ter quase nada), em um estranho impulso (atávico?), gasta suas últimas economias jogando.

O que temos aqui, portanto? A representação da *tibiez* (*frouxidão, indolência, descuido, falta de entusiasmo*), da fraqueza e da covardia. Ora, esse operário, no poema, não tem nome. Ele é todos os operários. Ele é a classe operária. Como concordamos em entendê-lo como *trabalhador oprimido*, ele é todos os trabalhadores oprimidos, ele é os oprimidos, os pobres, os desvalidos, os explorados pelas elites.

Fracos e irresponsáveis... Onde temos visto este resumo? Nas páginas do *Getulino*! E o temos relatado insistentemente neste trabalho. E ele se refere a quem? Aos negros. Fracos e irresponsáveis, não conseguem se colocar “a prumo”, insistem na vagabundagem, no vício atávico do álcool, na sensualidade animal, em formas religiosas primitivas, na linguagem errada da sarjeta. Tudo isso agride o branco educado e civilizado. Como ser integrado, nessa maneira *errada* de ser e proceder, à civilização ocidental, à sociedade dos opressores?

O poema de J. Augusto Marques, de uma perspectiva não exclusivamente poética, mas também *dialogica e discursiva*, está falando dos negros. O poeta⁵³ aceita, com aceitam os redatores do *Getulino* (não sem contradições e descontinuidades), as representações negativas que a sociedade branca faz deles.

Voltemos aos dois tercetos dedicados pelo poeta às elites. Por que *os grandes* olhariam para a falta de coragem e irresponsabilidades dos oprimidos?

Quando o arrependimento der origem à não aceitação, por parte dos oprimidos, do *status quo*, aí sim, os senhores brancos saltarão de suas confortáveis cadeiras, atônitos, e deixarão suas taças de champanhe cair, se espatifando no chão. Enquanto a falta de coragem e a irresponsabilidade continuarem, eles não terão motivo algum de preocupação e continuarão a rir dos pobres e explorados. Elas servem apenas para perpetuá-los no poder e garantir o próximo banquete.

⁵³ Normalmente utilizamos o conceito de “eu – lírico” no lugar do de “poeta” porque não se pode confundir o artista com uma de suas criações, embora haja sempre um *quantum* de suas experiências nas formas que inventa. Ficaremos, no entanto, com “poeta”, pois julgamos que sua utilização, embora mais corrente, corresponda mais aos objetivos de nossa discussão.

Então os poetas poderão fazer versos como estes, do poeta e revolucionário russo Vladímir Maiakovski (1981, p. 22), que foram cantados, segundo nota de Roberto Goldkorn (op. cit, p. 22), por marinheiros (*que certamente não conheciam o poeta*), enquanto atacavam o palácio de Smolni em Petrogrado no auge da Revolução Russa de 1917:

Come ananás
mastiga em paz
O teu último dia chegou, burguês...

Desta safra bastante pequena que escapa à prevalência dos poemas românticos dos poemas publicados no *Getulino*, destaco também o soneto *Em torno de um projecto*, do mesmo Augusto Marques, publicado no número 29, em 10 de fevereiro de 1924:

Nunca pensei que os altos dirigentes
Que moram na bellissima cidade
Onde Christo, p'lo favor dos crentes,
Do Corcovado vae ser a Majestade!...

Nunca pensei que sabios intendentes
De leis votassem, contra a liberdade,
Approvando um projecto, indifferentes,
Comettendo uma tal monstruosidade!...

Todos podem buscar a nossa terra,
Atrahidos pelo ouro que ella encerra,
Em busca de melhoras ou de emprego.

De accordo c'o projecto, realidade,
Não se olha posição nem qualidade,
É bastante somente não ser negro!...

O poema de Augusto Marques retoma toda a dialogia em torno da questão da possível imigração em massa negro-americana (Discursos nº 08, 09 e 10) e é cristalino no soneto, o seu posicionamento contra a lei de restrição à entrada dos negros no nosso país.

Poema engajado, resposta pontual e localizada na História, se ele se mostra datado justamente por isso, sua coerência se mantém, pois, ideologicamente, não há nenhum impedimento a ele, nenhum ruído. Datado e situado, o poema ainda hoje pode ser um libelo contra toda e qualquer legislação racista.

Poema dissertativo, questionador, escrito no calor da hora, do momento, *Em torno de um projecto* é, sem dúvida, obra de circunstância sem distanciamento, características em geral apontadas como fatais para a maioria da poesia dita *política* ou *engajada*. No entanto, é precisamente porque testemunha uma época, que o poema sobrevive, e o fato de testemunhar um presente não compromete o poema de Marques, porque o seu olhar não é partidário e o tom de sua enunciação não trai nenhum didatismo.

Não encontramos nenhum poema satírico, irônico ou jocoso nas páginas do *Getulino*. A razão, provavelmente, se encontra no objetivo central do semanário negro campineiro de educar o negro e o lugar, por excelência, dessa possibilidade de educar, eram os melhores espaços da primeira página. Como a maioria dos poemas foi publicada na primeira página, esperaríamos encontrar, talvez, um ou outro poema engraçado nas outras páginas, mas isso não aconteceu⁵⁴.

Não estava em nossos objetivos o estudo de outros jornais negros da época, mesmo assim, em relação ao gênero “poema”, pesquisamos em algumas páginas de alguns colegas contemporâneos do *Getulino*.

Encontramos, naturalmente, muitos poemas sentimentais, derramados e lacrimosos, como são a maioria dos poemas publicados pelo *Getulino*. A lírica tardia dos epígonos do romantismo e do parnasianismo parece ser uma tendência muito forte na imprensa negra da época e, quiçá, na imprensa escrita como um todo.

Mesmo assim, no número 03 do jornal negro *Elite*, de 17 de fevereiro de 1924, encontramos um poema muito interessante, paródia do poema XIII do célebre livro *Via-Láctea*, de Olavo Bilac. Primeiramente, vamos ao poema de Bilac:

⁵⁴ Certamente há que considerar que em sua quase totalidade, a poesia romântica e pós-romântica mantêm-se no patamar dos gêneros sérios. Lembremos o escândalo dos então recém-chegados modernistas e seus poemas.

XIII

"Ora (dizeis) ouvir estrelas! Certo
Perdeste o senso!" E eu vos direi, no entanto,
Que, para ouvi-las, muita vez desperto
E abro as janelas, pálido de espanto...

E conversamos toda a noite, enquanto
A via-láctea, como um pálio aberto,
Cintila. E, ao vir do sol, saudoso e em pranto,
Inda as procuro pelo céu deserto.

Dizeis agora: "Tresloucado amigo!
Que conversas com elas? Que sentido
Tem o que dizem, quando estão contigo?"

E eu vos direi: "Amai para entendê-las!
Pois só quem ama pode ter ouvido
Capaz de ouvir e de entender estrelas".

Evoquemos agora a paródia do poema de Bilac, de autoria de *Matus Além*,
pseudônimo de José Domingos Torus:

BEBER CACHAÇA (parodia)

"Ora (dizeis) beber cachaça! Certo
Perdeste o brio!" E eu vos direi, no entanto,
Que p'ra bebel-a muita vez desperto
E vou ao botequim do Xico Santo.

E lá eu bebo toda noite, enquanto
Nuvens esparsas, pelo céu deserto
Passam. E, ao vir do sol, cheio de espanto,
Me encontro só, no botequim deserto...

Dizeis agora: "transviado amigo!
Porque bebeis? E que prazer contido
Está nesse teu vício, que eu maldigo?"

E eu vos direi: “Soffrei, tende a desgraça
De possuir um coração trahido,
E sabeis porque eu bebo cachaça”

São Paulo, 12 de fevereiro de 1924

Não vamos fazer uma análise mais cuidadosa da paródia de *Matus Além*, pseudônimo jocoso, indicador de velhice (o Matusalém bíblico teria vivido mais de mil anos...) e de, naturalmente, insistência no gosto e no vício da *marvada* e, ao mesmo tempo, signo de provincianismo assumido (*Matus Além* = *para além dos matos*, muito longe).

No entanto, entre outros indícios interessantes, podemos apontar para as palavras que estabelecem as rimas, em sua grande maioria, iguais ou muito equivalentes às utilizadas por Olavo Bilac no seu famoso poema, além da quebra mordaz da imagem romântica daquele que sai (embora espezinado pelo que o questiona) na janela, embriagado pelas estrelas, pela construção da imagem do homem que desperta com o desejo de beber e se dirige para o botequim do *Xico Santo*...

Porém, o mais interessante do ponto de vista discursivo, no poema de *Matus Além*, é, sem dúvida, o subtítulo de *Beber cachaça*: a palavra *parodia*. Na realidade, não se trata de um subtítulo, mas de uma explicação, embora inútil, porque qualquer leitor, mesmo da época, teria condições de perceber que se trata de uma brincadeira feita conscientemente com o poema do mestre parnasiano.

Por que explicar o que se conhece, o que é perfeitamente reconhecível? Porque a explicação é uma *desculpa* ao leitor. Talvez autor e leitores compartilhassem a crença quase inflexível de que textos brincalhões deveriam aparecer em jornais satíricos, que já existiam havia bom tempo, e não nas páginas de um órgão de defesa dos interesses da etnia negra, lugar de textos sérios e educativos. Daí a explicação desnecessária ser uma desculpa pelo fato de o poema ocupar um espaço que não era seu.

É possível levantarmos a hipótese de que as desculpas expressas no falso subtítulo também se refiram à ousadia de se satirizar aquele que era considerado uma das grandes expressões poéticas da época, além de patriota *empedernido* e *empertigado*, um dos idealizadores do serviço militar obrigatório.

De qualquer maneira, nossa intenção primeira foi a de mostrar que sempre encontraremos, se pesquisarmos com paciência e muita atenção, textos que subvertem qualquer hegemonia discursiva .

Contrariamente ao que temos feito em nossas análises, deixamos o discurso focado no poema *Ódio*, de Archimimo de Carvalho (“Discurso nº 10”) para o final.

Há, em algumas edições do *Getulino* alguns poucos poemas que tematizam a questão do negro no Brasil. São poemas trabalhados de uma perspectiva distanciada, eivados de autopiedade e de fatalismo contra o destino negro, quando não traem representações do negro feitas pelo branco.

Em nenhum deles, porém, observamos a veemência e a coerência de um discurso poético no tratamento do impacto brutal causado pelo preconceito racial no âmago do ser negro.

No poema de Carvalho, não há queixas contra as humilhações infligidas aos negros, nem autopiedade, sublimação ou fatalismo. Simplesmente o poeta descreve seu sentimento de ódio e a vontade de vingança. Vejamos os dois primeiros quartetos:

O ódio eterno que eu nutro no meu peito, / É justiceiro! É nobre e é sublime! / E depois, por ser o uso de um direito, / Si não odiasse, para mim, seria crime! // É também, o castigo mais perfeito! / É a justiça que pune e não redime! / Pois a infância nascida do despeito, / Foi tão grande, tão cruel que nem se exprime!

O ódio sentido pelo poeta sempre vai acompanhá-lo, é eterno. Nada poderá tirar dele essa característica permanente. Os argumentos que o justificam – *justo, nobre e sublime*, todos de ordem subjetiva, são legitimados pela constatação objetiva, concreta e social de *uso de um direito*.

Uso de um direito: o preconceito racial foi denunciado um sem número de vezes em artigos e pequenas notas do *Getulino*. Era absurda, para o jornal negro de Campinas, uma prática que desmentia diuturnamente a prerrogativa liberal da jovem República de que todos os brasileiros de qualquer raça eram iguais diante da lei. O ódio do poeta se justifica no uso de um direito: a escravidão havia sido abolida havia trinta e cinco anos e não havia

mais senhores e escravos. E a República, pelo menos formalmente, traduzia, pela primeira vez, a possibilidade do exercício da tolerância entre as raças e da conquista da cidadania por parte do negro.

Mas mesmo fazendo uso de um direito, sutilmente o poeta observa que o ódio é um tipo de justiça que, diferentemente da justiça dos homens, pune a vítima, porque não a redime; o ódio que ele sente é justo, mas também é um castigo.

O ódio que poeta sente não consegue redimir uma vida de humilhações que, de tão duras, ele não consegue exprimir. Já que a dor causada pelas humilhações sofridas na infância não consegue ser exprimida (mesmo no discurso poético), o único caminho para a liberação deste sentimento é o desejo de vingança, que às vezes assoma. É isso que nos diz o primeiro terceto: *Por isso, ao recordar-me do passado, / Às vezes eu me sinto dominado, / De um sinistro desejo de vingança!*

Até esse momento, temos a justificação do ódio, exprimida pelos quartetos, e o desejo de vingança que, ao contrário do sentimento de ódio, não é permanente, mas provisório: ele, *sinistro*, *às vezes*, se manifesta. Há aqui uma relativização do ódio originário e permanente.

O desejo de vingança é sinistro. Para o “Grande Dicionário Larousse da Língua Portuguesa” (1999), o item lexical “sinistro” tem muitas acepções. Seu uso no presente contexto, nos autoriza alguns: *que prenuncia desgraças; aterrador, apavorante; malvado, cruel, perverso e trágico* (p. 831).

Não é a primeira vez que o poeta demonstra consciência e discernimento sobre um sentimento seu. Isso aconteceu na segunda estrofe quando ele percebe que o ódio é um tipo de justiça que pune e não redime a vítima. Mas é a primeira vez que ele *julga* um sentimento seu.

Ele sabe que o desejo de vingança inspira medo e terá conseqüências nefastas, talvez trágicas. Aos seus valores, repugna um sentimento *cruel*, pois, vítima da crueldade, ele conhece a extensão dolorida desse sentimento e não a deseja para o outro, mesmo para o algoz branco.

A segunda metade do soneto é inaugurada, portanto, pela relativização. Se, por um lado, o poeta sabe (e sente) que seu ódio é eterno e justo e é um castigo, porque não redime; por outro, ele sabe também que o sentimento de vingança é sinistro. O que fazer?

Recordemos agora o terceto derradeiro: *Porém, nem odio terrível de vehemencia,/ Docemente se aplaca, na innocencia,/ Na ternura, de um carinho de criança!*

Chegamos ao segundo terceto, um momento complexo e extremamente interessante do poema. Se *nem odio terrível de vehemencia* se aplacaria com a presença da criança, do sorriso dela, da sua ternura e inocência, o sentimento do terrível se impôs – o ódio é eterno. E a **vingança** (a veemência do ódio), *implacável*, mesmo diante de uma manifestação sensível. Esta é uma possibilidade de leitura.

O problema é que temos também, exatamente antes de *nem*, o operador argumentativo *porém*. Ele está lá, opondo o “conteúdo” das três primeiras estrofes ao da última. Ele está lá para quebrar radicalmente o sentido da orientação argumentativa do poema.

Lembramos que tudo o que vem antes (as três primeiras estrofes) é o poeta com o predicado permanente do ódio que, quando intensificado pelas memórias doloridas da infância, dá ensejo a desejos de vingança.

O que vem depois é o serenamento desse desejo de vingança quando diante da inocência e da ternura de um carinho de criança. A imagem sutil é a do gesto de carinho da criança do presente lembrando a ele que aquela criança humilhada do passado era imbuída de ternura como qualquer criança. O abrandamento do desejo de vingança não vem do gesto sensível. O gesto sensível conecta o presente do poeta à sua infância difícil, produzindo o que chamamos de esperança. É ela – a esperança – que o faz adiar o desejo de vingança mais uma vez. Esta é outra possibilidade de leitura.

Em uma, o ódio é eterno e sua possibilidade concreta de realização, a vingança, não se aplaca. Em outra, se o ódio é eterno, há um equilíbrio, pois o desejo de vingança pode ser aplacado e adiado pela memória futura da esperança.

Como, no entanto, são leituras radicalmente opostas, nos encontramos diante de um impasse, pois não se trata de encontrar simplesmente uma hipótese de leitura: paradoxalmente *nem* e *porém*, sintática e semanticamente, não levam a duas saídas, mas apontam para um único caminho possível. Qual seguir?

Acreditamos que o viés discursivo seja o mais interessante para a elaboração de uma hipótese. O que temos aqui não é um impasse de leitura, mas o impasse histórico do negro brasileiro da época.

E ele pode ser traduzido da seguinte forma: radicalizar sua posição e canalizar seu ódio e seu justo ressentimento em um posicionamento rebelde e anti-institucional na procura de caminhos próprios que resultariam em outro tipo de sociedade (primeiro caminho) ou abstrair sua condição de negro, historicamente construída, se redimindo e apostando, pelo veículo da esperança, na integração do negro na sociedade do branco, com a promessa de um futuro melhor para a “raça negra” (segundo caminho) – esta, a proposta do *Getulino*.

Os movimentos sociais negros (inclusive a imprensa negra) da década de 1920 (segundo caminho) e os que surgiram a partir de 1930 (primeiro caminho) apostaram, apesar das dificuldades, contradições e contratempos, nos caminhos delineados inconscientemente pelo poeta negro Archimimo de Carvalho. Muitas foram as batalhas. Algumas, eles ganharam, outras, perderam. É bem possível que tenham tido mais perdas que ganhos. Mas, o que importa é que eles pavimentaram muitos outros caminhos para a luta dos negros de hoje e de amanhã. Essa, sua grande vitória.

Resta uma última palavra à análise dos poemas. Talvez, não uma palavra, mas uma pergunta: o *Getulino*, a *Elite* e demais jornais negros são contemporâneos da “Semana de Arte Moderna”, ocorrida em São Paulo em fevereiro de 1922. Um ano e meio depois, surgiria o *Getulino*.

A pergunta: por que praticamente todos os poemas vistos e analisados por este pesquisador foram feitos segundo o cânone romântico e parnasiano? A “Semana” fez furor, foi notícia na grande imprensa, causou polêmica etc. Os jornais negros, que absorviam rapidamente as notícias do pan-africanismo e dos movimentos negros norte-americanos, além das notícias dos grandes vultos negros da América e da Europa, não trouxeram nada do Movimento Modernista, nenhuma palavra, inclusive negativa, nenhuma crítica. Por quê?

Para Moysés (1992), a idéia de *branqueamento* se deu também na palavra escrita. A identificação da palavra escrita mestiça com os valores brancos serviria para legitimar a *democracia racial*. Diante do imperativo de integração a uma sociedade pós-abolição, o negro foi obrigado a esquecer ou a deixar de narrar a sua história (p. 237).

O lugar do negro seria ocupado pelo branco, pelo mestiço e pelo próprio negro e, segundo ela, esse lugar já teria adquirido outro sentido e outra legitimidade neste momento em que o Brasil procurava por uma identidade.

Para Moysés (Ibid., p. 237), apenas em 1927, com o “Canto do Cysne Negro”, de Lino Guedes, o negro não foi representação do branco ou de uma temática, *ainda que através de uma forma poética bastante tradicional*.

Citando Bernd⁵⁵, a autora afirma que para que os negros criticassem e rejeitassem *um modo de ser na leitura e na escrita* (os modernistas rejeitaram a prosa e a poesia do passado, notadamente o parnasianismo), eles deveriam ter-se constituído nesse modo de ser, ou se quisermos ser mais diretos, os negros deveriam ter gravado sua marca escritural na face desta literatura e de um determinado modo de ler, algo que absolutamente não aconteceu. É por isso que o negro, segundo Bernd, aproveitou-se das formas simbolistas e parnasianas, culturalmente pertencentes ao branco, até os anos 1960.

O negro não deixou de produzir um discurso escrito, embora eivado por contradições causadas mais por sua condição de excluído do que de integrado. Fechamos esta seção, com as palavras líricas de Moysés (op.cit.) que comentam esta condição de integrado-excluído do negro:

Por entre ausências, quando esse negro, para ter acesso aos meios escritos, precisou embranquecer sua escrita, as vozes da língua não deixaram de murmurar, para ele e os outros, negros e mulatos, a sua exclusão. Mais como um excluído do que como um integrado, desde que não se considerem vestimentas, foi que produziu um texto que tem contado sua maneira o seu modo de ser na escrita (p. 238)

Diferentemente do que vimos fazendo até agora, com nossa análise discursiva, trabalharemos com três discursos simultaneamente (e a eles acrescentaremos trechos de outros, à medida que avançarmos). Trata-se de um trecho do texto de opinião “Respondendo III” (“Discurso nº 08”), analisado na íntegra como “Discurso nº 04”, da nota

⁵⁵ Bernd, Zilá. *Vozes negras na literatura brasileira: contraponto com as literaturas de língua francesa no Caribe*. Tese de doutorado, FFLCH-USP, 1897.

de opinião “Fusão das raças” (Discurso nº 09) e do texto de opinião “Cartas d’um negro I” (“Discurso nº 10).

DISCURSO Nº 08

AUTOR: OS EDITORES

GÊNERO DISCURSIVO: RÉPLICA A ARTIGO POLÊMICO (TRECHO)

GETULINO Nº 04, 19 DE AGOSTO DE 1923, p. 02 (DUAS COLUNAS À ESQUERDA)

RESPONDENDO... III

A libertação do elemento servil effectivou-se em 1888, isto é, exactamente ha 35 annos./ Nesta epoca os libertos foram entregues à comunhão nacional no em completo estado de atraso./ Analfabetos, embrutecidos, alcoolicos, inconscientes carregando no organismo uma pesadissima contribuição de males hereditários e heranças atávicas, os pretos constituíram no momento um perigoso invasor da harmonia da nação./ Inferiores em tudo ao seu competidor branco, os pretos tiveram de lutar homericamente, para não ser a sua raça exterminada do convívio brasileiro./ Sem educação, sem dinheiro, sem officio, sem o direito da igualdade, o negro não poude desde logo competir com seus ex-escravizadores, e, teve por isso de se manter em deploravel estado de condição social.

DISCURSO Nº 09

AUTOR: U. C.

GÊNERO DISCURSIVO: NOTA DE OPINIÃO (TEXTO NA ÍNTEGRA)

GETULINO Nº 11, 07 DE OUTUBRO DE 1923, p. 01 (SEGUNDA METADE DA TERCEIRA COLUNA, LOGO ABAIXO DO CROMO DE D. JOÃO NERY E DOIS PARÁGRAFOS NO INÍCIO DA QUARTA COLUNA, TAMBÉM ABAIXO DO CROMO DO BISPO)

FUSÃO DAS RAÇAS

Em meu primeiro artigo limitei-me àquela simples porém sincera palavra de animação. / Hoje resolvo-me quiçá atrevidamente mas bem intencionado, a levantar a thèse: - “como apressar a

fusão das raças em nosso paiz?”. / Será thèse utopica e idealista, ou, corresponde realmente esse anseio a uma necessidade nacional ?!/ Não ha tergiversar que salta à vista, ser problema nacional a fusão das raças, no Brasil. / Do emplastro de tintas varias fazem-se esses tons intermediários que tanto encanto dão à vista, e tomam dos componentes o necessario, para a formação de um “quid” distincto e proprio. / Um povo só se faz “nação unida” quando dispõe de principios homogeneos, civis, politicos, ou religiosos, mas a nação só se faz “forte” só se funde em irmandade de sangue, sentindo-se - “una” – em todo e em cada individuo. / Nessa extensão de costas e de fundo do nosso caro Brasil, sabemos que se unem os estados pelo mesmo ideal politico, sendo esse ideal apoiado no fundamento da origem commum. / Entretanto com a diversidade das raças que para elle emigram, um dique e um limite, tendem a accentuar diversamente, os habitos e o futuro dos varios elementos da federação. / E a crescer essa diversidade, na razão directa della, virá o enfraquecimento nacional. / Claro pois fica, que, problema nacional como o do café, é o da fusão das raças no nosso paiz. / Quaes porém os meios de apressar essa fusão? “Campinas, 29 – Setembro – 923” (ver original – **FIG. 14**)

DISCURSO Nº 10

AUTOR: BENEDICTO FLORENCIO

GÊNERO DISCURSIVO: ARTIGO DE OPINIÃO (TEXTO NA ÍNTEGRA)

GETULINO Nº 09, 23 DE SETEMBRO DE 1923, p. 01 (SEGUNDA METADE DA ÚLTIMA COLUNA À ESQUERDA) e 02 (PRIMEIRA COLUNA À ESQUERDA E PRIMEIRA METADE DA SEGUNDA COLUNA)

CARTA D'UM NEGRO I

A imigração negra norte – americana, prejudica a solução do problema negro brasileiro e ameaça a harmonia da raça e a paz da nação. / Estamos alistados no exercito daquelles que combatem em todo e qualquer terreno, a invasão do negro norte – americano no nosso paiz. / Apoiamos francamente attitude patriotica assumida pelo governo ante a grave ameaça da imigração negra, e a combateremos vigorosamente pela penna e pela palavra porque ella representa, indiscutivelmente, o maior prejuizo para a solução do problema negro brasileiro. / Os poucos minutos de que dispomos, entre a banca de escriptuario e o gabinete de publicista, vão ser aproveitados na elaboração de uma serie de artigos; estudando ligeiramente quais os inconvenientes desse verdadeiro presente de grego... norte - americano. / Antes, porém, de entrar no terreno technico desse novo perigo patrio, antes de iniciarmos o estado analytico desse

palpitante problema nacional, ordena a vóz do sangue volvermos os nossos olhares para esse paiz distante e de poder phantastico, onde tudo é grande, menos o coração do homem. / É uma evocação fraternal do nosso espírito e um brado doloroso da nossa alma, dirigidos a esses doze milhões de homens negros, perseguidos, martyrizados, lynchados, queimados; enfim, para essa formosa geração de heróes condemnados ao mais barbaro dos exterminios. / Nós, os pretos brasileiros não repellimos nossos irmãos americanos, não somos alheios à sua sorte e acompanhamos com máximo interesse e maior carinho, todos os acontecimentos sociaes do nosso povo lá dentro dessa babylonica republica. / Mas, a solução do problema negro norte – americano está collocado numa situação extremamente differente do brasileiro, pelo que, materialmente, precisamos agir em separado, tanto quanto em conjuncto, quando tivermos de agir espiritualmente. / A vinda dos negros norte – americanos será o golpe de morte para aquella obra mathematica do desaparecimento gradativo da raça negra no Brasil. / Além disso, não nos parece seja essa immigração em massa, o alvitre unico e salvador, capaz de resolver o grave problema social que tanto preocupa a actualidade norte – americana. / Essa viagem do dr. Abbot, o milionario negro, famoso jurista e um dos mais vibrantes polemistas da América do Norte, seria unica e exclusivamente feita para o Brasil? / Não será essa viagem o inicio pratico do programma expansionista da “Universal Negro Improvement Association”? Que teria Abbot sido um missionário intelligente da poderosa “National Association for the Advancement of de Coloured Peoples”? / Muito teremos de escrever do momentoso assumpto e também dos drs. Abott, Modest, e outros que visitaram já, incognitamente, à nossa bella pátria. / Para nós que estudamos muito e lemos dia e noite os problemas da raça negra no mundo, não foi e não é ainda surpresa o rumo que vae tomando a tentativa da conhecida e tão discutida invasão negra norte – americana. / Quem leu Trotter, doutor graduado da Universidade de Harvard, nos trabalhos publicados no “Boston Guardian”; quem acompanhou tudo o que se passou na “International Negro Conference”, inaugurada em New York a 2 de Agosto de 1920, com a presença de 200.000 negros aclamando o maior jurisconsulto do mundo, Marcus Harvey, não poderia receber sem restricções, a visita do redactor – proprietario do “Chicago Defender”. / É por ignorar muito do que no correr destes artigos vamos expor, que houve quem censurasse o governo pelo modo todo cheio de especial desconfiança, com que foi recebida a embaixada negra do missionario Abott. / Os nossos diplomatas não dormem, e por isso os poderes supremos da Republica e os altos politicos da nação estavam ao corrente de tudo, até mesmo da estranha curiosidade abottina... / É realmente para se lamentar que a “Associação Protectora dos Brasileiros Pretos”, desta cidade, tivesse apoiado com tanto entusiasmo a missão desse illustre homem, mandando um emissario ao Rio para ouvi-lo. / Assim procedendo, “A Protectora” apenas desproteje... (ver original – **FIG. 15**)

Comecemos com o trecho de *Respondendo... III* (“Discurso nº 08), observando que alguns dos seus argumentos não se esgotam, absolutamente, na resposta pontual dada a *A*

Protectora, mas fazem parte de uma longa série de temas prementes que envolveram dramaticamente a comunidade negra e que atravessaram os discursos do *Getulino* até seu último número. São eles, o *branqueamento* (com o pressuposto da *mestiçagem*) e a possibilidade de *imigração negra norte-americana*, que foi aventada nos primeiros anos da década de 1920.

Sem dúvida, na dialogia complexa do *Getulino*, um dos diálogos mais significativos foi estabelecido com os abolicionistas e com a ciência da época. O espaço político abolicionista e o espaço da ciência da época são deslocados para o discurso jornalístico, são referidos e produzem uma *harmonia de vozes*, em uma perspectiva polifônica (Bakhtin).

Segundo Miranda (2005), baseado na obra *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada*, de Célia M. M. de Azevedo, em fins do século XIX, quando se discutia a transição do trabalho escravo para o mercado de trabalho livre,

os abolicionistas brasileiros passaram a conjugar ao já antigo preconceito contra o negro, uma série de imagens absorvidas de um discurso iluminista que projetava os efeitos nefastos da ausência de liberdade sobre o ser humano (...) (p. 78)

Daí aparecerem, segundo Miranda, nos discursos de abolicionistas, com Joaquim Nabuco e Rui Barbosa

uma representação do negro no qual ele figurava como um inimigo doméstico, tomado de vícios e degenerado por ter sido privado dos benefícios trazidos pela condição de homem livre. (p. 78)

A ciência da época, racalista, defendia, de maneira geral, a tese do *atavismo*, segundo a qual os negros herdariam de seus ancestrais escravos os vícios e a degeneração característica de seres que foram reduzidos à condição de animais. Inclusive esta é a origem de expressões racistas como *escravo bestial*, *negro bestializado*, *negro boçal*, que estariam

presentes, inclusive, em sociólogos considerados progressistas no século XX⁵⁶. O Grande Dicionário Larousse da Língua Portuguesa (1999, p. 99) define o *atavismo* como *instintos hereditários e hábitos ancestrais* encontrados ou identificáveis nos descendentes.

Os cientistas da época esposavam teorias racistas como a da *herança atávica* que impedia a integração satisfatória do negro em uma nova ordem econômica que se descortinava depois da abolição.

É evidente que essas posições sustentavam outras teses mais polêmicas como a da miscigenação ou, se preferirmos, do *branqueamento*. Miranda (2005) nos lembra que Rui Barbosa, já no período republicano, defendeu a entrada de imigrantes europeus no Brasil para o *branqueamento* da população (p. 80).

O *branqueamento* da raça negra estava em muitos dos textos do *Getulino*, era, na realidade, uma das questões programáticas do semanário negro, que via na *fusão de raças* (eufemismo utilizado pelo jornal) uma saída para o atavismo (em que acreditava) e uma “integração do negro à nacionalidade”, vista como “ação patriótica” (op.cit., p. 78).

Uma das formas do jornal negro defender a miscigenação a louvação o elogio ao *mulato*, apesar de acusar também em algumas notas esparsas mais agressivas em algumas edições, a competição entre negros e mulatos na sociedade da época.

No *Getulino* número 31, de 24 de fevereiro de 1924, temos uma chamada significativa que mostra, apesar dos apelos ao *branqueamento* e o elogio indireto do mulato, deixa claro que havia contradições entre negros e mulatos:

Somos tão malquistos que ha ocasiões que como intuito de nos insultar, os outros negros nos chamam também de negros!!... Quanto não, é o próprio mulato que se revolta contra nós taxando-nos de pretos!!... (p. 02)

Ou fazendo referência explícita da adesão do mulato ao branco, menosprezando o negro, como na edição número 59 do semanário negro. As reticências têm o intuito consciente de deixar clara a contradição e a censura:

⁵⁶ Remeto o leitor, para aprofundamento da questão, ao estudo de Maciel, *Discriminações raciais. Negros em Campinas (1888-1921)*, p. 129-138.

Ha quasi 20 annos existiu mesmo em Campinas uma sociedade dansante composta somente de mulatos e que não admittia pretos como socios nem como convidados, mas apenas elles e... os brancos. (p. 02)

Por um lado, identificar-se com a *raça dominante*⁵⁷ era interessante para o mulato pois, assim, ele teria mais chances que o negro de ser aceito e de ascender na sociedade branca.

Por outro, isso, para os redatores do *Getulino* se constituía em uma traição: o jornal negro assumiu a miscigenação, inclusive prevendo, para um futuro próximo, o desaparecimento do negro, mas esperava do mulato uma atitude de reconhecimento e de orgulho pelo sangue negro que também corria em suas veias.

Sobre as conseqüências deste desprezo do mulato contra o negro e seu desejo de *branquitude*, Hasenbalg (1979) assim se refere:

(...) Uma conseqüência importante do branqueamento social é que a adoção pelos não – brancos socialmente ascendentes das normas e valores do estrato branco dentro do qual a aceitação social é procurada, implica normalmente a transformação do grupo negro de origem em um grupo de referência negativa. Assim, o branqueamento social não só promove a divisão interna entre os não-brancos, como também encontra-se à base das manifestações de preconceitos de mulatos ascendentes contra negros. (p. 240)

Valeria a pena, a título de finalização desta parte, chamarmos a atenção para um excerto da resposta do *Getulino* a *A Protectora*:

Analfabetos, embrutecidos, alcoolicos, inconscientes carregando no organismo uma pesadissima contribuição de males hereditários e heranças atávicas, os pretos constituíram no momento um perigoso invasor da harmonia da nação.

É evidente que o redator que redigiu a resposta considera a escravidão a grande culpada pelos males que afligiriam o negro trinta e cinco anos depois da libertação. Mas

⁵⁷ A expressão *raça dominante* é de Florestan Fernandes e está presente em sua obra *A integração do negro na sociedade de classes*, volume 2. São Paulo: Ática, 1978.

culpar a escravidão, sem evidenciar seus agentes, os senhores brancos, não é simplesmente o caso de semanticamente substituir um termo (brancos) por outro (escravidão).

Na realidade, o que temos, é novamente a cautela para não ferir a suscetibilidade daqueles que, acreditam os redatores do jornal negro de Campinas, aceitarão os negros como convidados de honra nos seu honorável clube.

Todo o peso que o negro traz nas costas, como nos diz o excerto escolhido, é fruto da exploração desumana que o branco impingiu ao negro. O negro seria esse pérfido invasor da harmonia da nação, se, digamos, o rumo da História tivesse sido outro? E se a República, por exemplo, o tivesse integrado à nova ordem econômica, dando-lhe autonomia para seguir seu caminho? Se a nação vê sua harmonia ser violentada pelo negro, podemos entender que, antes da abolição, tínhamos uma nação harmônica. O único jeito de entender isso é considerando o negro apartado da nação. Mas como isso poderia ser possível?

Quando teve que repelir o preconceito racial – e foram muitas as vezes em que isso ocorreu na existência do jornal – um dos argumentos mais eficazes dos editores para isso repousava na idéia de que o negro construiu o Brasil, de que o negro foi os seus braços e suas pernas. Como se poderia construir uma nação não fazendo parte dela, repetimos?

Se o negro não pertencia à nação, ele não pertencia naturalmente à sociedade brasileira nem ao mundo dos homens. Onde estaria o negro? Reduzido a sua condição de animal. O negro, então, não poderia ser considerado *gente*.

Há, portanto, neste discurso, toda uma aceitação da escravidão do passado e uma justificativa para o presente, sem que não seja considerada a exploração dos brancos e o massacre sistemático cometido por estes contra os negros. A aceitação disso significa, indiretamente, culpabilizar o negro pela situação deplorável a que tinha chegado naquele início da década de 1920.

O artigo *Fusão das Raças* (ver “Discurso nº 09”), assinado U. C., ilustra muito bem a proposta de fusão de raças e o reconhecimento do “mulato”. A tese da fusão das raças apresenta um argumento que apela para uma estranha homogeneidade nacional em um discurso autoritário, de cunho proto-fascista⁵⁸, defendendo uma “nação forte” fundada na

⁵⁸ Considero-o proto-fascista no contexto brasileiro, pois Mussolini tomou o poder na Itália em 1919.

irmandade de sangue, na homogeneidade e na crítica à diversidade. Diversidade, para U. C. significa enfraquecimento.

Não se trata apenas de integrar o negro à sociedade do branco, mas de fazê-lo desaparecer pela miscigenação racial. Impressiona, no discurso de U. C., que ele possa elevar sua proposta ao nível de uma utopia! É, talvez, possível que ele intuisse que a proposta do desaparecimento da raça negra fosse irrealizável.

U. C. compara o problema do desaparecimento da raça negra ao problema do café. A dramaticidade inerente à proposta de desaparecimento do negro, talvez pela naturalização da idéia de branqueamento como única saída para uma etnia (supostamente) condenada, acaba por se equivaler a um problema econômico.



FIG. 14 – ARTIGO “FUSÃO DAS RAÇAS” (EM DESTAQUE), ABAIXO DO CROMO E DA LEGENDA SOBRE D. JOÃO NERY. GETULINO Nº 11, 07 DE OUTUBRO DE 1923, p. 01

Essa equivalência forçosamente implica a atualização dos discursos e da prática dos senhores escravagistas de um passado recente: o negro continua a ser uma *coisa*, uma *mercadoria*, só que agora em um discurso politicamente mais amplo que advoga “a favor” da nação.

No mesmo texto há também um elogio estético à mestiçagem que silencia um preconceito contra o elemento negro:

Do emplastro de tintas varias fazem-se esses tons intermediários *que tanto encanto dão à vista*, e tomam dos componentes o necessario, para a formação de um “quid” distincto e proprio. (itálico adicionado)

O argumento da beleza do mestiço pode ser visto em outros discursos do *Getulino*. Um último exemplo está em um artigo de um assíduo colaborador do semanário negro, Evaristo de Moraes, na edição nº 12, de 13 de outubro de 1923, cujo título é *A ascensão dos mulatos...* em que, em meio a uma enxurrada de citações de autores e autoridades brancas tecendo loas aos mestiços, encontramos as duas seguintes:

O cruzamento trouxe mais doçura aos costumes e produziu o mestiço, “que constitue a massa da nossa população”, e, em certo grão, a beleza da nossa raça. Ainda hoje os mais lindos typos de nossas mulheres são essas moças ageis, fortes, vividas, de tez de um doce amorenado de veias [que] circulam, por certo já bem diluidos, muitas gottas de sangue africano. (Sylvio Romero)

O mestiço que resulta do cruzamento do branco com o negro tem tendencia a afastar-se do typo africano. É neste cruzamento que se revelam os typos de maior beleza, com formas graciosas e bem proporcionadas. (Delgado de Carvalho)

Em Carvalho, embora não esteja explicitado o elemento feminino, a expressão *formas graciosas*, vinda de um observador masculino, confirma nossa tese de que os dois

autores citados por Moraes apelam para a beleza da mulher mestiça, estereótipo atualizado na beleza da “mulata brasileira de exportação” de hoje.

O desprezo pelo negro, porém, fica evidente em alguns enunciados dos dois autores citados. O enaltecimento da beleza das formas mestiças femininas e a maior *doçura dos costumes* que trouxe o *cruzamento* entre o negro e o branco são conseqüências da diluição do sangue africano nas veias dessas *moças ageis* e do afastamento do mulato do *typo africano*. Em poucas palavras: a beleza do mestiço advém da diluição do sangue negro e do conseqüente afastamento das características “feias” do fenótipo do elemento negro.

A discussão sobre a *mestiçagem* não pára no simples desprezo pela raça negra ou, particularmente, nas observações preconceituosas de cunho estético, como as de Romero e de Carvalho. Ela também está presente como argumento fundamental contra a imigração negra norte-americana que foi cogitada pelo governo brasileiro nos inícios da década de 1920. Como exemplo do engajamento do jornal negro na questão da imigração negra norte-americana, daremos atenção ao “Discurso nº 10”, *Carta d’um negro I*, de autoria de Benedicto Florencio.

Sabemos que nenhum discurso é transparente e que uma análise linear seria incapaz de apontar para *silenciamentos* (o *não-dito*) significativos e idéias com funções argumentativas que não passam de *simulacros* (artifícios discursivos que têm ou a função de fazer crer no que não está no texto analisado ou a função de desviar a compreensão do interlocutor daquilo que é essencial na sua argumentação).

A primeira frase do artigo está colocada em destaque, em negrito - *A imigração negra norte-americana, prejudica a solução do problema negro brasileiro e ameaça a harmonia da raça e a paz da nação* – e funciona, por isso mesmo, como uma tese, ou seja, é a expressão da posição básica assumida pelo autor sobre o tema e oferecida ao leitor como um guia.

A tese afirma que: a) a imigração negra norte-americana prejudicaria a *solução* do problema negro brasileiro; b) a imigração negra norte-americana ameaçaria a harmonia da raça e a paz da nação. O que temos é discursivamente muito mais do que uma antecipação do tema, mas as duas teses *iniciais* do trabalho de Benedicto Florencio.

A segunda tese é aparentemente retórica: ameaça à harmonia da raça e à paz da nação. Se o seu núcleo fosse *nação*, teríamos mais um truísmo digno de qualquer político oportunista. Mas as paráfrases *harmonia racial* para o primeiro sintagma e *paz nacional* para o segundo, nos dizem muito mais. A causa para a ameaça à *harmonia racial brasileira* e à *paz nacional* é a (possibilidade) da imigração em massas de colonos negros para o Brasil. Ora, uma maior presença de negros no nosso país aumentaria o tempo necessário para o embranquecimento da raça...

Harmonia e *paz* são palavras semanticamente muito próximas, pois remetem a relações entre grupos humanos; para o senso comum, elas se confundem, são praticamente sinônimas. Consultemos, no “Grande Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa” (1999), a acepção nº 4 da palavra *harmonia*: “Estado das relações entre pessoas ou grupos humanos que resulta do **acordo de pensamentos, sentimentos ou vontades**. A acepção nº 6 pode ser muito reveladora: “**simetria**, regularidade” (p. 485; negritos adicionados).

Vejamos agora a acepção nº 2 de *paz*: “**Harmonia, concórdia**”; agora, a nº 3: “Sossego, tranquilidade; **ausência de lutas ou violência**” (p. 698; negritos adicionados).

Se essa imigração, que se pré-anunciava, vingasse, perder-se-ia um *estado de harmonia* com a sociedade branca, conseqüência de pensamentos, sentimentos, vontades e *interesses* (por que não?) igualmente (simetricamente) compartilhados entre negros e brancos. Não haveria mais *concórdia* entre as raças, e veríamos emergir algo novo, monstruoso, na nossa História: *lutas* e muita *violência* entre brancos e negros.

Seria ocioso desmentir as quimeras dessa primeira tese; a História o faz categoricamente. Em nosso trabalho, desde o início, vimos somando argumentos mais que suficientes para desmontá-la. O que está sendo insidiosamente silenciado neste discurso?

Como já mostramos em algumas passagens do nosso trabalho, para que o *projeto de educação* lograsse sucesso, o negro teria que dançar conforme a música dos brancos. E, na música da elite branca só cabe a opressão; o seu contraponto, a resistência, é intolerável para ela. Daí este conto de fadas incrível descrito um pouco acima por Florencio: por compartilharem dos mesmos interesses (e quiçá, os mesmos *sentimentos*), brancos e negros fizeram um acordo pela paz e, conseqüentemente, a harmonia entre as raças pôde ser preservada.

A possível imigração dos negros norte-americanos *prejudicaria a solução* para o *problema negro brasileiro*. Antes de mais nada: qual seria o *problema negro brasileiro*? E para ele, já existiria uma solução? A primeira tese não exige muito de nós, mas a segunda traz embutida uma pergunta que exige um perscrutamento mais cuidadoso do texto. Continuemos, pois, nossa leitura.

Florencio escreve que antes da *analyse (terreno tecnico)* desse novo *perigo patrio*, ele gostaria de volver *os nossos olhares para esse paiz distante e de poder phantastico, onde tudo é grande, menos o coração do homem*. Nessa bela imagem que resume os Estados Unidos, a ausência do qualificador *branco* junto à última palavra (*homem*), estabelece uma equivalência entre o coração do branco e o do negro: ambos são pequenos. Por que o coração do negro norte - americano seria tão pequeno quanto o do branco?

O que incomoda nessa imagem paradoxal que iguala o *coração* negro ao branco é que, um pouco depois, o articulista vai fazer profissão de fé solidária com os negros norte-americanos: os negros brasileiros não repelem os irmãos norte-americanos, se interessam por sua sorte e acompanham todos os acontecimentos sociais do *nosso* povo nos Estados Unidos.

Ora, se a solidariedade é plena, por que os irmãos negros do norte não poderiam fazer suas vidas por aqui como colocam vivamente as duas teses de Florencio? Analisemos mais um trecho do texto do articulista negro:

o problema do negro norte-americano está collocado numa situação extremamente differente do brasileiro, pelo que, materialmente, precisamos agir em separado, tanto quanto em conjuncto, quando tivermos de agir espiritualmente.

A ação dá as cartas: agir em separado, se a questão for material e em conjunto, quando espiritual. *Espiritualmente*, ou seja, no plano dos valores, há solidariedade entre negros do Brasil e dos Estados Unidos (o acolhimento, o interesse e o acompanhamento dos caminhos dos irmãos de cor do norte), mas *materialmente*, negros brasileiros e norte-americanos devem agir em separado, cada qual com sua realidade.

Nesse discurso, há afirmações que se complementam e que, se não considerarmos o contexto imediato, não entenderemos. O que devemos entender pela proposta de que os

negros brasileiros e os norte-americanos deveriam agir *materialmente* em separado e *espiritualmente* em conjunto?

O problema negro nos Estados Unidos envolve uma reação explícita dos brancos contra a miscigenação. E as elites brancas brasileiras não têm esta mesma posição. Quer dizer, os problemas materiais, neste sentido, são diferentes... Obviamente como os brancos norte-americanos não querem seus negros em suas famílias, trazendo estes negros que se lhes contrapõem porque acostumados e convivendo com a segregação, é trazer para cá a segregação também. Afinal, um lado não se faz sem o outro.

Continuemos com a *Carta d'um negro I*, de Florencio. Já vimos que o jornalista negro começa seu artigo com duas teses entre as quais, a primeira afirma literalmente que a imigração negra norte – americana prejudica a solução do problema negro brasileiro e, por isso (segunda tese), prejudicará a harmonia e a paz da nação.

Logo depois, vem o elogio à postura contrária do governo a esta imigração, seguindo com a colocação firme da solidariedade dos negros brasileiros para com seus irmãos de cor do grande país do norte, mas dicotomizando as relações entre espirituais (solidariedade, acompanhamento interessado) e materiais (ações em separado porque em contextos distintos).

Esta dicotomia remete diretamente à segunda tese: a afirmação pressuposta na segunda tese de que existe harmonia e paz na nação, obviamente consequência da ideologia da integração do negro na sociedade branca pela miscigenação ou *branqueamento* da raça na pele e nos costumes.

O enunciado *A vinda dos negros norte-americanos será o golpe de morte para aquella obra mathematica do desaparecimento gradativo da raça negra no Brasil* divide o texto de Florencio. Não devemos procurar os argumentos que justificariam e legitimariam esta que é a verdadeira tese: ela simplesmente serve de base para construir todo o texto como se fosse uma argumentação a favor da tese, quando de fato o que se diz sobre a possibilidade de migração dos negros norte-americanos e a posição contrária a ela é decorrência da tese tomada como verdadeira.

Estabeleçamos, agora, de fato, qual a questão que está sustentando a polêmica com aqueles que se mostraram favoráveis à imigração e muito particularmente a *Associação*

Protectora dos Brasileiros Pretos, que é preciso não esquecer, patrocinava o jornal negro *A Protectora*. Trata-se, para o projeto político defendido no *Getulino*, de um aumento matemático de tempo para o branqueamento, caso a população negra seja elevada pelo fluxo migratório norte-americano.

Benedicto Florencio ainda faria, sobre o problema da possível imigração em massa negro-americana para o Brasil, mais duas *Cartas d'um negro*. Na segunda e na terceira, publicadas no *Getulino* nº 11 (p. 01) e nº 13 (p. 03), respectivamente, o articulista negro, focando seu interesse, desta vez exclusivamente em Abott, mostra-o como um falatrão que se arvora em conhecedor da questão dos negros no Brasil, mas que, na realidade, não a conhece e, pior ainda, não nos informa com detalhes sobre a questão negra nos Estados Unidos.

É na verdadeira tese (enunciado divisor da primeira *Carta*) e na *Carta* terceira, a que faremos referência mais adiante, além de algumas partes de alguns outros textos partícipes dessa dialogia extremamente interessante de artigos e articulistas que discutem a questão da imigração negra e sua relação muito sutil com o ideal de *branqueamento*, que encontraremos algumas pistas para entendermos melhor as perguntas sem respostas que localizamos na primeira *Carta d'um negro*.

Lacerda Werneck, colaborador assíduo do *Getulino* e autor do folhetim *A Boa Severina*, sob o pseudônimo de José de Nazareth, em um artigo sem título em que criticava um texto ofensivo contra os negros de autoria do jornalista Lacerda de Almeida, publicado no jornal católico “A União”, em dois parágrafos em que se referia à imigração de negros norte – americanos, afirmava que:

Fomos sempre intransigentemente, contrários à entrada dos negros norte-americanos no Brasil, isso porque não é um individuo que buscava agasalho em nossa pátria, mas um bando de homens que pretendia invadir a nossa terra, **trazendo além da diferença de costumes, de hábitos, de tradições e de lingua, o odio indomável à raça branca existente nos negros ‘yankees’**. Nós que não nutrimos o sentimento de extermínio dos povos de outras raças; nós que acolhemos as da raça amarella, com fraternal carinho, não podemos negar aos homens pretos boa acolhida, **quando não represente a sua vinda uma tentativa de ‘conquista’**. (*Getulino* nº 31, 24/02/1924, p. 01; negritos adicionados)

Evaristo de Moraes, em artigo intitulado “Os negros nos Estados Unidos e no Brasil”, chamou a atenção para um artigo, *crudelissimo para com a raça negra*, publicado no periódico “O Jornal” em 24 de novembro de 1923 em que se podia ler que

Das desvantagens da emigração africana, só uma deixou-se de verificar entre nós, e, essa mesmo (sic), pela condição servil das que nos veio: **a luta de raças**. Ora, seria precisamente, este novo inconveniente que traria para aqui a imigração dos negros americanos. (*Getulino*, nº 25, 13/01/1924, negrito adicionado)

No *Getulino* nº 11 de 07 de outubro de 1923, além da nota de opinião “Fusão das raças”, assinada U. C. (ver “Discurso nº 09), aparece um curioso texto, sem assinatura, de estrutura editorial, intitulado “Os desejáveis”, que defende a imigração estrangeira mas extremamente adjetivada de modo a excluir, por não pacíficos, os possíveis negros norte-americanos, como se pode ler no seguinte trecho:

Ainda agora, o Sr. Ministro da Justiça acaba de expedir um aviso circular aos Governos dos Estados, **exigindo que se esforcem em apurar a idoneidade**, as condições de vida e outros requisitos necessários à naturalização de estrangeiros. / S. Excia. quer, segundo o que vemos das suas instruções, continuar a obra do passado, apurando **apenas os intuitos e as qualidades dos elementos adventícios do trabalho**, para que **só entrem para a comunhão nacional, indivíduos uteis ao nosso progresso**. / (...) Com as mais novas instruções, **continuaremos a ver, identificados com a vida nacional, homens laboriosos que dignamente saibam representar as suas Pátrias, trazendo para norma de conduta, o trabalho fecundo e pacífico**. (...) (negrito adicionado)

T. Camargo, no *Getulino* nº 27, de 27 de janeiro de 1924, em meio a um artigo, “Echos do projeto de F. Reis”, em que se mostra magoado e ofendido com as afirmações do deputado Fidelis Reis, em seu projeto de lei contrário à vinda dos negros norte-americanos ao Brasil, defende uma tese bastante explícita contrária aos irmãos de cor dos Estados Unidos, embora carente de qualquer argumento que a justifique no seu texto: “todos

estamos convencidos de que mais negros no Brasil seria aumentar o infortúnio da raça infeliz”.

Tentaremos agora responder à questão principal que foi levantada na primeira *Carta d'um negro*, de Benedicto Florencio e ilustrada com os outros textos que tiveram como tema a possibilidade da imigração negro – americana nos inícios da década de 1920. Depois discutiremos as *duas qualidades* dos argumentos dos textos da coletânea.

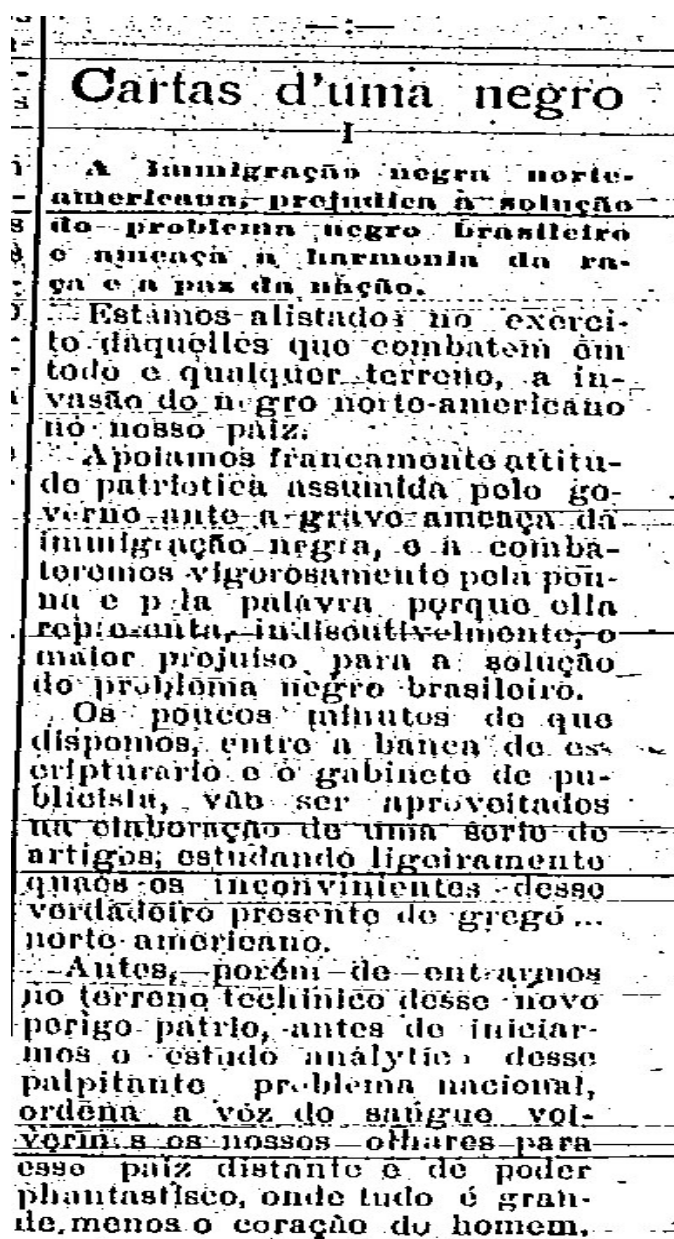


FIG. 15 – TRECHO DE “CARTAS D’UM NEGRO” I, DE FLORENCIO. GETULINO Nº 09, 23 DE SET. DE 1923, p. 01

Primeira questão: o que seriam o *problema negro brasileiro* e o *problema negro norte-americano*? O problema do negro brasileiro pode ser sintetizado na seguinte fórmula: como lutar por sua integração na sociedade branca, carregando nas costas sua pesada herança da escravidão: o analfabetismo, o *atavismo* (alcoolismo, doenças venéreas, brutalidade, animalidade etc oriundos da *privação de liberdade no cativo*) e a condenação à própria sorte pela nascente República?⁵⁹

A solução defendida era a da integração pela educação e o *branqueamento* da raça pelas relações entre todos os membros da nação, o que revelaria uma sociedade sem preconceitos de cor até mesmo na constituição de suas famílias. Certamente está presente neste discurso o *mito da democracia racial*, a crença em que a sociedade brasileira é uma sociedade sem preconceito racial.

O problema do negro norte-americano é outro. E, se quisermos entender a leitura que fazem dele os redatores do *Getulino*, teremos que apelar para o signo complexo da *violência*. Vimos, em análises anteriores, que para o jornal negro de Campinas, o negro é vítima da violência dos brancos. A resistência negra é estrategicamente descartada (e com ela, a *violência negra*) como pode mostrar o silenciamento de Palmares em suas páginas, por exemplo. A representação pela rebeldia não era interessante para aqueles que queriam integrar e ascender na sociedade dos brancos.

Dessa análise que leva em consideração três discursos que tematizam a possibilidade de imigração negro-americana no início da década de 1920 e, indiretamente, o *branqueamento*, vamos encontrar muitos enunciados que apelam para a violência do negro norte-americano.

Vimos na passagem citada do discurso de Lacerda Werneck a afirmação da posição intransigente contra a imigração. Os argumentos: a) não se tratava de um *indivíduo* que buscava abrigo por estas paragens, mas de *um bando de homens que pretendia invadir a nossa terra*; b) eles trariam para cá diferenças de costumes, hábitos, tradições e de língua, além de c) *o ódio indomável à raça branca existente nos negros “yankees”*.

Os argumentos são desenvolvidos e justificados com o contraponto da não-violência do negro brasileiro: *nós não nutrimos o sentimento de extermínio dos povos de outras raças, nós acolhemos todos os outros povos, mas não podemos acolher raças*

⁵⁹ Cf. “Discurso nº 06”, p. 144.

conquistadoras. O grande problema não é a transplantação de costumes, hábitos ou mesmo da língua (os africanos chegaram aqui falando muitas delas), mas a violência do negro da grande nação do norte.

Evaristo de Moraes cita o periódico católico “O Jornal”, de 24 de novembro de 1923, em artigo ofensivo contra os negros, para quem *os negros são uma praga que será, um dia, exterminada por Deus* e que a imigração negra norte – americana era mal vista porque, dos males trazidos pelos africanos no Brasil, só um não vingou por essas plagas e ele viria fatalmente com os negros do norte: *a luta de raças!*

Mesmo um artigo bastante favorável à imigração estrangeira, *Os desejáveis* (ver p. 155), publicado no *Getulino* de 07 de outubro de 1923, faz questão de apontar que há também aqueles que, para os negros brasileiros, são *indesejáveis* por professarem em suas atitudes, a violência. Aqui, contrariamente aos outros textos, a linguagem é mais sutil e indireta.

Depois de considerações laudatórias à imigração e sua necessidade no mundo moderno, colocadas na introdução, o texto não deixa de expor as salvaguardas necessárias contra a desordem e a violência, quando informa sobre uma circular do Ministro da Justiça enviada aos governos dos estados.

A circular exigia dos governos estaduais a apuração da *idoneidade* dos estrangeiros para que fossem naturalizados, além da verificação formal dos *intuitos e qualidades dos elementos adventícios do trabalho*. O argumento para a apuração da idoneidade e verificação dos intuitos dos estrangeiros aqui residentes era o da *utilidade* deles para o progresso nacional: ordem e progresso, como reza a bandeira brasileira.

Acreditava o redator do *Getulino*, que, com essas novas instruções, os estrangeiros que viviam e trabalhavam aqui estariam mais identificados com a vida nacional e se ocupariam apenas com seu trabalho laborioso e pacífico, ou seja, não se preocupariam com questões políticas e não fariam uso da violência.

Apesar de dizer respeito aos imigrantes que, em maior número, vinham da Europa e ao natural temor pelas manifestações anarquistas, que já se verificavam aqui, aliás, na década anterior, o artigo, publicado no início da década de 1920, também serviu de munição contra a possibilidade de o Brasil contar com levas de imigrantes negros oriundos dos Estados Unidos, o que era uma possibilidade na época.

Ora, este temor pela violência do negro norte-americano, na realidade, esconde a verdadeira tese que, intertextual e interdiscursivamente, vai permear quase todos os discursos desta dialogia admirável do *Getulino*: a necessidade do *branqueamento* como única saída de integração social para uma raça condenada pelo atavismo e pelo abandono dos donos do poder, a raça negra.

Contrariamente ao que poderíamos pensar, essa dialogia não se compõe apenas de textos que se alternam, no suceder dos números, confirmando uma mesma tese: a da violência dos negros norte – americanos. Há, no *Getulino*, textos que, ao invés de insistir na violência do negro norte – americano, estão focados na violência dos brancos contra eles. Textos que, quando cotejados com os outros, segundo Bakhtin, instauram uma *compreensão*: “compreender é cotejar com outros textos e pensar num contexto novo (...)” (1992, p. 404).

Benedicto Florencio, na já aludida *Carta d’um negro III*, em que desanca o jornalista e polemista negro Abott, assim se refere à violência contra o negro norte – americano por parte de seu congênere branco:

A situação do negro no Brasil comparada com a do da Norte América será o supremo ideal, isso porém para aqueles que como o Dr. Abott, vêm de um paiz onde o preto é considerado um leproso moral, é tratado como cão mais que despresível, faltando-lhe toda defesa, desde as paginas da lei até nas camadas sociais. Aqui, felismente, o ódio contra o negro não assume proporções tão barbaras, pois não somos queimados vivos em fogueiras publicas, nem lynchados pelas multidões sedentas de vingança.

Apesar da inocência, consciente ou inconsciente, mas certamente ideológica de que os negros brasileiros não sofrem violências bárbaras, pois nossos negros sofreram todos os tipos de violência física e moral, Florencio aponta claramente para o racismo norte-americano e suas manifestações violentas que, obviamente, produzem respostas violentas dos negros norte-americanos. É esta luta explícita, de um racismo descarado, que se quer evitar no Brasil porque se supõe que a vinda de negros tornados violentos pela violência do

racismo branco introduziria aqui também esta luta explícita contra o racismo sub-reptício, sutil, mas não menos verdadeiro e não menos virulento⁶⁰.

Um dos mais brilhantes colaboradores do jornal negro campineiro, Evaristo de Moraes, não só confirma o ódio do branco pelo negro nos Estados Unidos, como justifica, com argumentos interessantes, a reação negra violenta como defesa contra a agressão branca no artigo “Os negros nos Estados Unidos e no Brasil”:

Sem custo se comprehenderia o infundado do receio, desde que se reflita nas causas que determinam, nos Estados Unidos, a prevenção dos norte-americanos da raça negra contra os da raça branca. Como é possível prezar quem nos menospreza! Querer bem a quem nos maltrata? Tratar com affeição a quem nos persegue, nos offende, nos villipendia? Pedir aos representantes da raça negra nos Estados Unidos gentilezas e carinhos para com os brancos, tentar dissipar, nas suas almas doloridas, o traço das affrontas soffridas, equivaleria a exigir delles, uma paciencia evangelica, incompativel com a natureza humana: pretender transformat-os em creaturas sobrenaturaes, de uma humanidade infinita. (*Getulino* nº 25, 13/01/1924, p. 01)

Moraes, no artigo “Branços, negros e mulatos” ao contrário da maioria dos seus colegas, discorda do projeto de lei de Fidelis Reis que visa *proibir, em absoluto a entrada no Brasil de colonos de raça preta*. Na realidade, ele contesta as referências do deputado, que se orientou pelas teorias e preceitos racistas de Gobineau e Lapouge, entre *outros arautos da supremacia de um determinado ramo da raça branca*.

Evaristo de Moraes era um entusiasta da miscigenação e, por consequência, do *branqueamento*. Indignado com a inclinação racista do deputado, o articulista considera incrível que, *no anno de 1923 (...) alguém se lembre ainda de se apoiar em Gobineau e Lapouge (...)*.

Mas o que incomodava de fato Moraes, que acreditava na idéia de fusão das raças, era o preconceito contra o mestiço. Daí sua resposta altiva aos dois teóricos racistas franceses:

⁶⁰ Este racismo sutil, sub-reptício, mas virulento, está presente ainda hoje em muitas discussões sobre as políticas públicas afirmativas contemporâneas.

O ‘amontoado de mestiços’, que formava, no pensar d'elle [Gobineau], toda a população do Brasil, progredia por forma assombrosa, e, a despeito dos erros e abusos de uma administração inhabil e perdularia, pôde apresentar ao mundo, na comemoração da Independência, muita cousa digna de admiração sincera. Nas sciencias, nas letras, nas artes e nas industrias, contam-se por milhares os mestiços declarados, de todos os matizes, que se distinguem e se impõem, desmentindo a thèse de Gobineau [a degenerescência] e o prognostico de Lapouge [o Brasil seria ainda um enorme estado negro atrasado].

É notável também, nesse trecho, o seu discernimento da *coisa política* da época, coisa rara entre os redatores e colaboradores do *Getulino*, quando ele afirma que os mestiços tinham chegado aonde chegaram, *a despeito dos erros e abusos de uma administração inhabil e perdularia*, uma crítica altissonante ao governo da então jovem República.

Nessa tessitura complexa e extremamente sutil da identidade negra, apesar de serem uma só coisa, uma linha extremamente tênue separa a defesa do *branqueamento* e a defesa da desapareição do negro. Miranda (2005) se apercebe muito bem dessa sutileza e a identifica com um paradoxo do jornal; na realidade, uma contradição constitutiva da dialogia do tema do *branqueamento* encontrada nele.

Penso estar aqui o grande paradoxo do jornal: buscava lutar pela valorização e ascensão do negro na sociedade, além de formar uma comunidade identificável pela cor da pele; contudo, apoiava como solução para nação um processo cuja razão de ser era exatamente extinguir a “raça negra” via miscigenação. (MIRANDA, 2005, p. 92)

Na nossa maneira de ver, há duas qualidades de argumentos que tentam, entremeados aos textos escolhidos, justificar a tese de que a imigração negro-americana prejudicaria a solução do problema negro brasileiro e ameaçaria a harmonia da raça e a paz da nação.

A primeira está representada exclusivamente pela tese do primeiro texto de Florencio (e que reproduzimos mais abaixo). A outra, pelos demais argumentos pinçados nos textos da coletânea, que defendem a tese (ou a refutam, como nos textos de Florencio e de Evaristo de Moraes já analisados) da violência intrínseca do negro norte-americano.

Voltemos, para terminar, ao primeiro texto visto por nós, o *Carta d'um negro I*, de Benedicto Florencio. Voltemos mais exatamente à sua tese, divisor de dois blocos de argumentos decorrentes da tese e apresentados como argumentos a seu favor: *A vinda dos negros norte-americanos será o golpe de morte para aquella obra mathematica do desaparecimento gradativo da raça negra no Brasil*.

Essa é, sem dúvida alguma, a tese da primeira *Carta* de Florencio. Olhemo-la bem de perto: ela é a condensação máxima da tese do *branqueamento* que, com afirmamos um pouco antes, vai transpassar intertextual e interdiscursivamente os discursos desta dialogia: a necessidade da desaparecimento do negro, obra *mathematica* gradual que estaria fatalmente comprometida com a possível vinda dos imigrantes negros norte-americanos para o Brasil.

Valeria a pena, a título de finalização desta análise, apontar para a diferença entre os articulistas Moraes e Florencio, ambos concordes em relação ao fato de que o negro norte – americano apenas se defendia das muitas violências dos brancos de que era vítima.

Há entre os dois articulistas diferenças consideráveis. Moraes era, como já dissemos, um entusiasta da miscigenação, enquanto Florencio propugnava pura e simplesmente a necessidade do fim da raça negra no Brasil (lembremos que Romero, Euclides da Cunha e outros haviam até estipulado o tempo dessa desaparecimento no final do século XIX).

É evidente que as duas posições têm na miscigenação o meio para se atingir o fim da desaparecimento do negro. Mas é importante entendermos que, *discursivamente*, temos coisas diferentes: quem defende a miscigenação (o meio), apesar de ter consciência que ela levará à extinção da “raça negra”, está mais preocupado com o presente e o presente significa, para a política do *Getulino* para o negro, um projeto de educação: o seu aperfeiçoamento, sua *honorabilidade* (Bastide), enfim, a tarefa hercúlea de sua *formação* para que ele possa ser *digno* de ser integrado à sociedade branca e ascender nela. Para nada dever ao branco. Para conquistar sua cidadania ainda que sendo outro em relação ao branco.

O mesmo não se pode dizer dos *finalistas*, como Benedicto Florencio. Embora não descartem a educação para a integração, sua preocupação maior é com o futuro e o futuro reserva para a raça negra o seu fim, que não deixa de ser, para eles, o fim dos tormentos e

sofrimentos seculares daqueles que nasceram com a pele pigmentada em África ou no Brasil.

Talvez seja necessário lembrarmos que, ao contrário dos colegas do semanário negro, que consideravam a inferioridade do negro contingencial, Florencio a admitia de maneira fatalista e definitiva. Uma ilustração impressionante de aceitação da submissão e do falimento do negro (devidamente chancelados pela ciência racista da época) por parte desse notório membro da imprensa negra e do *Getulino*, está em um trecho de um texto publicado na edição nº 54, de 28 de setembro de 1924:

Não queremos rebater essas affirmativas e mui propositadamente mesmo, não discutiremos as origens scientificas do atraso de nossa forte e heróica raça, pois que esse assumpto é familiar a todo e qualquer curioso dos livros, desses que estudam os segredos da ethnographia e as belezas da ethnogenia. *E por que sejamos representantes de uma **raça inferior**, devemos ser condenados à força do preconceito social?* (itálico e negrito adicionados)

Diferentemente de Moraes, a visão política da condição do negro de Florencio é um tanto quanto ingênua. Como acentua Miranda (Ibid., p. 104), o articulista negro acreditava que o Brasil era um verdadeiro *paraíso racial*. Paradoxalmente o autor, no último enunciado do texto que transcrevemos a seguir, publicado no número 13 do semanário negro, de 21 de outubro de 1923, sabe que, nesse *paraíso racial sui generis*, há preconceito racial:

Quem testemunha essa harmonia, quasi essa confusão de raças e cores, essa completa confraternisação de brancos e pretos nas ruas, nos theatros, nos hoteis, nos bailes, e nos vehiculos; (...) quem encontra nos grandes collegios e estabelecimentos de ensino official professores e cathedaticos pretos lecionando brancos, tem a natural impressão de estar em um paiz de direitos e conquistas excepcionaes, onde não existe preconceito de cor nem distincção de raças. Aqui, felismente, o ódio contra o negro não assume proporções tão bárbaras, pois não somos queimados vivos em fogueiras publicas, nem lynchados pelas multidões sedentas de vingança. Mas, dahi a vir affirmar-se que não existe preconceito de côr no Brasil, é como negar a derrota da Allemanha...

Temos afirmado que o *Getulino* apresenta uma diversidade discursiva desconcertante e que seus textos, longe de serem lineares, apresentam descontinuidade discursiva considerável, contradições e paradoxos, compreensíveis na teia e no do jogo de representações que tecem uma identidade do negro sempre cambiante e instável, sempre por se fazer (o que, de certa forma, continua até hoje).

Percebemos claramente toda essa complexidade na procura de pistas discursivas que empreendemos na análise dos discursos que tiveram como temática o *branqueamento* da população negra, mediatizado pelas discussões sobre violência, resistência e não-violência em discursos que tematizaram a possibilidade iminente, no início da década de 20, de uma imigração em larga escala de negros norte-americanos para o Brasil.

Os discursos analisados (números 08, 09 e 10) e os demais textos que foram evocados para estabelecer essa dialogia, sem dúvida fazem parte do que podemos chamar de *textos de combate*: são textos de opinião escritos no calor da hora, que se referem a um tema e conformam o que chamamos de textos *não-perenes* do semanário negro.

Não-perenes, porém prementes. Diferentes dos discursos *não-perenes* antes analisados. Diferentes da resposta dada a *A Proctetora* (“Discurso nº 04”, *Respondendo...III*), texto sarcástico, eivado de gírias, arrasador. Diferente das observações jocosas que Xxto fazia sobre os colegas de trabalho e amigos dos colegas (“Discurso nº 05, coluna *Como Sabes?*”) repleto de duplos sentidos, enunciados limítrofes ao constrangimento zombeteiro, de frases curtíssimas: textos fragmentários e lacunares, que deixam rastros, pistas, insinuações.

Textos *não-perenes*, mas não soltos, à vontade, distensos, como podem ser os textos não pertencentes à hegemonia discursiva do *Getulino*, à esquerda e à margem, não – hegemônicos. *Não-perenes*, mas presentes. Localizados no passado, mas não fixados nele, como os textos históricos que visavam à educação do negro. De linguagem fluente, com frases em ordem direta e vocabulário sem afetação. Longe do *purismo*, embora sérios, como sérias devem ser as discussões que discutem o futuro de uma raça, de uma etnia. Dramáticos como devem ser os textos que devem valorizar uma raça que deve ser educada para ocupar seu lugar na sociedade para, no futuro, desaparecer em nome da quimera pseudo-científica de *um povo de um sangue só*: mestiçagem, *branqueamento*.

Em relação à dialética *hegemonia/contra-hegemonia*, acredito que se faça necessário um esclarecimento: na heterogeneidade discursiva do jornal negro campineiro, encontramos textos *contra-hegemônicos na hegemonia discursiva* do *Getulino*. O artigo “Os negros nos Estados Unidos e no Brasil”, de Evaristo de Moraes, que nos serviu de exemplo um pouco mais acima, é um bom exemplo disso.

(IN)CONCLUSÃO

Este trabalho se situa dentro da controversa temática da identidade negra. Não há um texto analisado ou trazido à cena deste estudo, feito sob o signo do pragmatismo ou sob a necessidade da educação, seja longo ou curto, ou apenas nota perdida em meio a outros textos, não importa, não há uma única nuance vista ou pressentida, percebida ou não pelos olhos ou pela curiosidade intelectual do pesquisador, não há um único poema que não remeta a ela e que não venha impregnado dela - a identidade negra.

Ela é um carimbo, um selo de qualidade, um compromisso, que transpira de um enunciado, de um parágrafo, de um julgamento, de um chiste, de um verso, de um conhecimento que se quer compartilhado, de uma palavra mais dura que chama o leitor a se posicionar em relação a ela.

A questão da identidade negra é permanente. Desde sempre está presente nos movimentos sociais, no Movimento Negro, nos movimentos étnicos, tem marcas ao longo da história do Brasil: é uma luta e uma construção de há muito tempo. Se, no final do século XIX e início do XX, tivemos uma Imprensa Negra, é porque já havia uma identidade em construção. Que continua até o presente momento, na aurora de um novo século.

Ainda que este trabalho não tematize especificamente a questão da identidade negra, todas as questões trazidas pelos textos analisados fazem parte deste movimento tão amplo de construção de uma identidade que somente pode ser múltipla porque histórica. Mas ser múltipla não significa inexistente: significa não ser conformada e fechada em si mesma, sempre igual, como podemos verificar também em nosso estudo da questão estritamente lingüística. Não estava nos objetivos da pesquisa pensar a questão da identidade e como ela se colocava à época. Mas é inegável que o estudo feito sobre o projeto educacional do jornal e sua adequada correlação com a defesa de um purismo lingüístico se situa dentro do tema desta construção identitária.

Depois de conviver tanto tempo com o *Getulino*, de ler boa parte de seus textos e de partilhar com ele tantas polêmicas, dúvidas e descontinuidades, de auscultá-lo nas entrelinhas e nos seus silenciamentos, de tentar perceber-lhe no momento histórico em que foi editado, de acompanhar o movimento de seus redatores e colaboradores, e de finalmente analisar alguns dos seus discursos, a que conclusão chegamos?

Uma das conclusões a que chegamos é que analisar é ato de desamparo e solidão. A análise fica naquela tênue linha que separa a observação atenta, necessariamente generosa, do julgamento e do proferimento de uma sentença. A análise não deixa de ser um exercício de poder. Ela é para o pesquisador um desafio constante ao desejo de tolerância, de reconhecimento da diferença, da necessidade de democracia, do imperativo de incluir.

Se me demoro aqui na explicitação de minha tese sobre o *Getulino* (paradoxalmente ela vai aparecer mais ou menos despididamente em alguns momentos do trabalho), é porque não é possível deixá-la gravada na conclusão de um trabalho acadêmico como uma verdade.

Muito longe de ser uma verdade, ela se apresenta apenas como uma conclusão, como uma *hipótese* que, de maneira firme, mas à baixa voz, quase sussurrando, diz: há no *Getulino* um *projeto educacional* de integração e de ascensão do homem negro na sociedade dos brancos e este projeto é perfeitamente condizente com o *projeto lingüístico* purista de discursos de matizes mais ou menos formais que aparecem ao longo da existência do jornal negro de Campinas.

Exigir ou idealizar uma concepção de linguagem e um projeto discursivo que colocasse na vanguarda os textos que valorizassem as variedades de português dos negros da época, seria uma ingenuidade e denunciaria um infantilismo constrangedor por parte do pesquisador, principalmente porque os textos perenes, ou seja, aqueles que vão marcar um tempo na história e que remetem a um tempo na História da Humanidade, são aqueles que representam na linguagem o projeto educativo de inserção e ascensão do negro na sociedade branca.

Estamos falando de textos graves, de intenção pedagógica, textos, portanto, que se dirigiam a *leitores que deveriam ser educados de uma maneira homogênea*, de acordo com as crenças políticas dos redatores, jornalistas e demais colaboradores do jornal negro.

Discursos pedagógicos que deveriam refletir, em sua linguagem, uma cultura consolidada de grandes escritores, estadistas e tribunos, muitos dos quais negros e, por isso mesmo, *exemplos* para os leitores negros que, segundo os idealizadores do jornal, deveriam lutar por cidadania negra em uma sociedade cujo poder era branco.

Textos, portanto, que conformam uma *hegemonia discursiva* no *Getulino*, que foram colocados em destaque, na primeira página do jornal, muitas vezes junto aos *cromos*

(fotografias) para valorizar ainda mais seu conteúdo e estarem mais à mão (e aos olhos) do leitor que, ao comprar o jornal, em um *cup d'oeil* na posição mais alta do jornal, colada ao cabeçalho, pudesse ler, em primeiro lugar, os textos considerados mais importantes pelos redatores do semanário negro para a educação do homem negro.

Por outro lado, temos os *discursos à revelia*, marcados por textos secundários que dialogavam com as necessidades mais mezinhas e cotidianas das comunidades negras. Textos não – perenes, que vão diluir-se na Grande História: lembrança de aniversários e de falecimentos, elogio aos poemas de jovens poetas ou à beleza de algumas moças, notícias sobre doentes e hospitalizados, convites para bailes e jogos, congratulações por uma formatura ou pela primeira paternidade, comentário de um jogo de futebol. Ou ainda os textos *zombeteiros*, que brincavam com os amigos, todos eles marcados por um estilo informal bem distante do *projeto purista* do *Getulino*. Discursos, portanto, *contra-hegemônicos*, contrastando e dialogando com a *discursividade hegemônica* do jornal negro.

Resta uma última palavra, importante. O descaso e a não aceitação, por parte das elites brancas deste país, da sua responsabilidade no holocausto perpetrado à etnia negra infelizmente dura até hoje. Um bom exemplo disso é a postura de boa parte dos intelectuais brancos, malgrado toda barbárie sofrida pelos negros na sofrida história do nosso país, contra a política de reserva de vagas - as cotas - para negros, adotadas por algumas de nossas universidades públicas. Por isso, quando pensamos no projeto educacional do *Getulino* de integração e ascensão do negro na sociedade branca, na década de 1920, acusamos a menor reciprocidade do branco a este desejo. Para as elites brancas, o negro já estava incluído na *sua* sociedade, mas como *animal*. Portanto, para ela, não se tratava de transformar um homem em pessoa e cidadão, como desejava a elite negra, mas transformar *animal* em gente.

A linguagem pode nos ajudar a melhor compreender este preconceito arraigado gerado no caldo esmagador da escravidão. Pensemos na palavra *pardo*. Ela vem de formação discursiva zoológica, e foi criada provavelmente para diferenciar dois animais: o leão e o leopardo. Para diferenciarmos leão do *leão mais escuro*, temos o *leopardo* (do

latim *leo*+pardo). A metáfora é dupla: o leão e o leão que não é leão, que é *pardo*; o leopardo (o negro) oprimido pelo leão (o branco, sua sociedade e seus valores)⁶¹.

⁶¹ Agradeço ao Prof. Dr. Hélio Medrado pela sugestão das metáforas sobre homens e animais.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido*. Tempo, vida e obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000. 561 p.
- ALÉONG, Stanley. Normas lingüísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica. In: BAGNO, Marcos (org.). *Norma lingüística*. São Paulo: Loyola, 2001. p. 145 – 174.
- ANDRADE, Mário. *Poesias completas*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d, 442 p.
- AULETE, Aulete. Dicionário contemporâneo da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Delta, 1974. vol. 4. p. 2434 – 3232.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. A recusa da raça: anti-racismo e cidadania no Brasil dos anos 1830. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 24, p. 297-320, jul./dez. 2005.
- _____. Quem precisa de São Nabuco? *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, ano 23, n. 1, p. 85-97, 2001.
- AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha*: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas: Unicamp, 2005. 279 p.
- BAGNO, Marcos. Língua, história e sociedade. Breve retrospecto da norma – padrão brasileira. In: _____ (org.). *Lingüísticas da norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 179 – 199.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 3. ed. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1986. 196 p.
- _____. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermantina G. Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 421 p.
- BARZOTTO, Valdir Heitor. *Leitura de revistas periódicas*: forma, texto e discurso. Um estudo sobre a revista Realidade (1966-1976). 1998. 228 f. Tese (Doutorado em Lingüística). Instituto de Estudos da Linguagem – Universidade de Campinas, Campinas, SP.
- BASTIDE, Roger. *Estudos Afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1973. 156 p.
- BOMFIM, Manoel. *América Latina*: males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993. 358 p.
- CAMARA JR, J. Mattoso. *Dicionário de filologia e gramática*. São Paulo: Jozon Editor, 1968. 409 p.

CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. *A linguagem escravizada*. Língua, história, poder e luta de classes. São Paulo: Expressão Popular, 2003. 92 p.

CARVALHO, Aline Viera de. *Palmares como espaço de sonhos*: análise dos discursos arqueológicos sobre a Serra da Barriga. 2005. 113 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, SP.

CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta*: Periodismo e vida urbana – 1890 – 1915. São Paulo: Educ/FAPESP/Imprensa Oficial/Arquivo Oficial, 2000. 224 p.

FARACO, Carlos Alberto. Norma – padrão brasileira. Desembarçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos. *Linguísticas da norma*. São Paulo: Loyola, 2002. 37 – 61.

CARNEIRO, Edison. *O quilombo de Palmares*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1966. 144 p.

EISENBERG, Peter L. *Homens esquecidos*. Escravos e trabalhadores livres no Brasil. Séculos XVIII e XIX. Campinas: Unicamp, 1989.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difel, 1972.

_____. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978. 478 p. (Volume 2)

FONSECA, Marcus Vinícius. *A educação dos negros*: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil. Bragança Paulista (SP): EDUSF, 2002. 202 p.

GERALDI, João Wanderley. *Linguagem e ensino*. Exercícios de militância e divulgação. Campinas: ALB/Mercado das Letras, 1996. 148 p.

_____. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991. 252 p.

_____. *Tranças do poder, dança dos letrados. A infatigável tarefa de frear a língua*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2º semestre de 2005. 9 páginas. (Palestra).

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1985. 91 p.

GOMES, Flávio. *Negros e política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 93 p.

_____. *Histórias de quilombolas*: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX. 1992. 247 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990. 271 p.

GRANDE DICIONÁRIO LAROUSSE CULTURAL DA LÍNGUA PORTUGUESA. São Paulo: Nova Cultural, 1999. 928 p.

GUIMARÃES, Luis Sérgio Alfredo. Intelectuais negros e formas de integração nacional. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 50, n. 18, p. 271-284, 2004.

_____. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002. 231 p.

HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminações e desigualdades raciais no Brasil*. Tradução Patrick Burglin. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 302 p.

LAPA, José Roberto do. Os cantos e os antros. São Paulo: Edusp, 1995. 361 p.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. 5. ed. História de uma ideologia. São Paulo, Ática, 1993.

LEITE, Sebastião Uchoa. Presença negra na poesia brasileira moderna. *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*, Brasília, n. 25, p. 112-157, 1997.

LEITE, Marli Quadros. *Metalinguagem e discurso*. A configuração do purismo brasileiro. São Paulo: Humanitas, 1999. 257 p.

LIMA, Ivana Stolze. *Com a palavra a cidade mestiça*. Imprensa, política e identidade no Rio de Janeiro, 1831-1833. 1999.

Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/k-n/FCRB_ivanastolzelima_com_a_palavra_a_cidade_mestiça.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2007.

MACIEL, Cleber da Silva. *Discriminações raciais*. Negros em Campinas (1888-1921). Campinas: Editora da Unicamp, 1987. 209 p.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. 267 p.

MAIAKÓVISKI, Vladímir. *Como fazer versos*. 3. ed. Tradução de Antônio Landeira e Maria Manuela Ferreira. São Paulo: Global, 1981. 95 p.

MENDONÇA, Joseli Nunes. *Cenas da abolição*. Escravos e senhores no parlamento e na justiça. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. 119 p.

MENDONÇA, Marina Célia. *A luta pelo direito de dizer a língua*. A lingüística e o purismo lingüístico na passagem do século XX para o século XXI. 2006. 249 f. Tese (Doutorado em Lingüística). Instituto de Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

MIOTELLO, Valdemir. *A construção turbulenta das hegemonias discursivas*. O discurso neoliberal e seus confrontos. 2001. 336f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

MIRANDA, Rodrigo. *Um caminho de suor e letras: A militância negra em Campinas e a construção de uma comunidade imaginada nas páginas do Getulino* (Campinas, 1923 – 1926). 2005. 276 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

MOYSÉS, Sarita Maria Affonso. *Entre – tempos: Alfabetização e escravidão*. 1992. Tese (Livre – Docência em Educação). Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988. 250 p.

MOURA, Clóvis; FERRARA, Miriam Nicolau (Col.). *Imprensa Negra*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002. 16 p. (Edição Fac – Similar).

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. 183 p.

OSAKABE, Akira. Considerações em torno do acesso ao mundo da escrita. In: *Leitura em crise na escola*. ZILBERMAN, Regina (Org.). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 147-152.

PAQUETTE, Jean – Marcel. Processos de normatização e níveis/registros de língua. In: BAGNO, Marcos (org.). *Norma lingüística*. São Paulo: Loyola, 2001. p. 237 – 254.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHT-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação*. A nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 653 p.

PERINI, Mário. *Sofrendo a gramática*. São Paulo: Ática, 1997. 102 p.

POSSENTI, Sírio. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. 218 p.

PROENÇA FILHO, Domício. *Estilos de época na literatura*. Rio de Janeiro; São Paulo: Linceu, 1969. 355 p.

RAMOS, Arthur. *O negro na civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1971 [1939]. 252 p.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. 290 p.

REY, Alain. Usos, julgamentos e prescrições lingüísticas. In: BAGNO, Marcos (org.). *Norma lingüística*. São Paulo: Loyola, 2001. p. 115 – 144.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo*. Família, trabalho e cidadania no pós – abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 301 p.

RODRIGUES, José Honório. *A rebeldia negra e a abolição*. Salvador: Universidade Federal da Bahia (CEAO – Centro de Estudos Afro – Orientais), 1968. 17 páginas. (Conferência).

SANTOS, José Antônio dos. *Imprensa Negra: e a voz e a vez da raça na história dos trabalhadores brasileiros*.

Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/tex/josesantos.pdf>>. Acesso em 28 out. 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em preto e branco*. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras 1987. 284 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; REIS, Leticia Vitor de Souza (Org.). *Negras imagens*. Ensaio sobre cultura e escravidão no Brasil. São Paulo: Edusp, 1996. 236 p.

SEVCENKO, Nicolau. 1998. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: _____. (Org.). *República: da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 7-44. (História da Vida Privada no Brasil, volume 3).

SILVA, Wilton Carlos Lima da. *O anel e as palavras: a retórica dos bacharéis na República Velha*. s/d. Disponível em : < <http://www.anpuh.uepg.br/Xxiii-simposio/anais/textos/WILTON%20CARLOS%20LIMA%20DA%20SILVA.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2008.

SIMONSEN, Roberto. *À margem da profissão*. São Paulo: São Paulo, 1932.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. *A escola e a memória*. Bragança Paulista: São Francisco, 2004. 196 p.

VOESI, Ingo. *Análise do discurso e o ensino da língua portuguesa*. São Paulo: Cortez, 2005. 160 p.

YAGUELLO, Marina. Não mexe com a minha língua! In: BAGNO, Marcos (org.). *Norma lingüística*. São Paulo: Loyola, 2001. 279 – 283.

ARQUIVOS CONSULTADOS

Arquivo do Centro de Memória da UNICAMP – Campinas-SP

Arquivo Edgar Leuenroth – UNICAMP- Campinas-SP